

TEORIA DA DEPENDÊNCIA

50 ANOS DEPOIS

CLAUDIO KATZ



expressão
POPULAR

**A TEORIA DA DEPENDÊNCIA
50 ANOS DEPOIS**

CLAUDIO KATZ

**A TEORIA DA DEPENDÊNCIA
50 ANOS DEPOIS**

1ª edição

Expressão Popular

São Paulo – 2020

Copyright © 2020, by Editora Expressão Popular Ltda.

Traduzido de: *Katz, Claudio. La teoría de la dependencia, cincuenta años después. Buenos Aires: Batalla de Ideas, 2018.*

Tradução: *Maria Almeida*

Revisão: *Cecília da Silveira Luedemann, Lia Urbini, Miguel Yoshida e Aline Piva*

Projeto gráfico e diagramação: *Zapdesign*

Capa: *Fernando Badbaró – Cpmídias*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

K19t

Katz, Claudio, 1954-

A teoria da dependência cinquenta anos depois /
Claudio Katz; tradução: Maria Almeida. --1.ed. —São Paulo
: Expressão Popular, 2020.
384 p.

Tradução de: La teoría de la dependencia, cincuenta
años después.

Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>
ISBN 978-65-991168-6-5

1. Teoria da dependência – América latina. I. Almeida,
Maria. II. Título.

CDD 330

CDU 33

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

1ª edição: agosto de 2020

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR LTDA

Rua Abolição, 201 – Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo – SP

Tel: (11) 3112-0941 / 3105-9500

livraria@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

 [ed.expressaopopular](https://www.facebook.com/ed.expressaopopular)

 [editoraexpressaopopular](https://www.instagram.com/editoraexpressaopopular)

Sumário

NOTA EDITORIAL.....	7
PRÓLOGO.....	11

PARTE I

1. MARX E A PERIFERIA.....	21
2. O SUBDESENVOLVIMENTO NOS MARXISTAS CLÁSSICOS	45
3. CENTRO E PERIFERIA NO MARXISMO DO PÓS-GUERRA.....	69

PARTE II

4. O SURGIMENTO DAS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA	97
5. CRÍTICAS E CONVERGÊNCIAS COM A TEORIA DA DEPENDÊNCIA	121
6. A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E O SISTEMA-MUNDO	145
7. TRÊS ETAPAS DA VISÃO METRÓPOLE-SATÉLITE	169
8. ARGUMENTOS ANTIDEPENDENTISTAS	193

PARTE III

9. SUBIMPERIALISMO (I): REVISÃO DE UM CONCEITO	223
10. SUBIMPERIALISMO (II): APLICAÇÃO ATUAL	243
11. ACERTOS E PROBLEMAS DO CONCEITO DE “SUPEREXPLORAÇÃO”	267
12. SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS COM A ÉPOCA DE MARINI	293
13. O CICLO DEPENDENTE, 40 ANOS DEPOIS	315
14. DEPENDÊNCIA E TEORIA DO VALOR	341
EPÍLOGO	365
REFERÊNCIAS.....	369

NOTA EDITORIAL

Às vésperas de comemorar 40 anos, em fevereiro de 2021, o ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) estabelece uma parceria com a Editora Expressão Popular para fortalecer a perspectiva da produção clássica e crítica do pensamento social.

O movimento docente das instituições de Ensino Superior no Brasil teve início em um ambiente hostil para a liberdade de expressão e associação do(a)s trabalhadore(a)s, pois era o período de enfrentamento à ditadura civil-militar (1964-1985). Foi nesse período que a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, a ANDES, nasceu. Um processo de criação calcado em uma firme organização na base, a partir das Associações Docentes (AD), que surgiram em várias universidades brasileiras a partir de 1976. Após a Constituição Federal de 1988, com a conquista do direito à organização sindical do funcionalismo público, a ANDES é transformada em o ANDES-SN, sindicato nacional. Toda a sua história é marcada pela luta em defesa da educação e dos direitos do conjunto da classe trabalhadora, contra os autoritarismos e os diversos e diferentes ataques à educação e à ciência e tecnologia públicas. Também é marca indelével de sua história a defesa da carreira dos/as professores/as e de condições de trabalho dignas para garantir o tripé ensino-pesquisa-extensão.

A luta da ANDES e, posteriormente do ANDES-SN, sempre foi marcada por uma leitura materialista e dialética da realidade. As análises de conjuntura que sistematicamente guiaram as ações tanto da associação quanto do sindicato

sempre assumiram como base os grandes clássicos da crítica à Economia Política. Valorizá-los neste momento não é olhar o passado, muito ao contrário, significa fortalecer as bases que nos permitem fazer prospecções sobre a conjuntura e preparar-nos para a ação vindoura.

Em tempos de obscurantismo e de ascensão da extrema-direita, de perseguição à educação pública e aos/às educadores/as, de mercantilização da educação e da ciência e tecnologia, de desvalorização do pensamento crítico, de tentativa de homogeneização da ciência e de criminalização dos que lutam, ousamos resistir, ousamos lutar, nas ruas e também na disputa de corações e mentes. Por isso, ao celebrar os 40 anos de luta do ANDES-SN, a realização dessa parceria, que divulga e revigora a contribuição de pensadores/as clássicos/as, fortalece nossa perspectiva crítica e potencializa nossas lutas.

Reafirmar nosso compromisso com a defesa intransigente da educação pública, gratuita, laica, de qualidade, socialmente referenciada, antipatriarcal, antirracista, anticapacitista, antimachista, antilgbtfóbica é uma das tarefas centrais do atual tempo histórico. Não há melhor forma de reafirmar nosso compromisso do que lançar luz às questões centrais do capitalismo dependente, dar visibilidade à luta de classes e à necessária construção de um projeto de educação emancipatório.

Este livro é o terceiro da série sul global, publicada em parceria com o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. A proposta dessa série é publicar textos sobre a atualidade das categorias marxistas para a compreensão do capitalismo no século XXI em sua dinâmica de expansão e acumulação, a partir de uma perspectiva emancipatória.

Neste livro Claudio Katz traz um rico e instigante debate sobre a atualidade da teoria marxista da dependência, elaborada

originalmente nos anos 1970, estabelecendo um diálogo polêmico e fecundo para a análise da América Latina hoje.

Boa leitura!

Diretoria Nacional do ANDES-SN
(Gestão 2018-2020)
Expressão Popular
Brasília/São Paulo, 2020

PRÓLOGO

Este livro propõe uma reconsideração da teoria da dependência, que alcançou uma grande notoriedade nos anos 1970, posteriormente enfrentou um declínio e, atualmente, começa a ressurgir.

O balanço dessa concepção requer esclarecer, sobretudo, suas vertentes internas. Esse espectro incluiu inicialmente as três principais escolas do pensamento econômico latino-americano. No clima radicalizado da época, diferentes modalidades de marxismo, liberalismo e desenvolvimentismo compartilharam a mesma autodenominação ao criar um parentesco efêmero entre abordagens conflitantes.

Somente a variante marxista perdurou e gestou um pensamento coerente com os pilares do dependentismo. Ruy Mauro Marini, Theotonio Santos e Vania Bambirra foram seus principais expoentes. Primeiro, reformularam as antigas interpretações de subdesenvolvimento centradas no confisco imperialista dos recursos da periferia. Depois, eles combinaram esse legado com certas peculiaridades da América Latina para explicar a reprodução econômica dependente e a inserção internacional subordinada da região.

A corrente inspirada por Fernando Henrique Cardoso seguiu uma trajetória totalmente oposta. Partiu de uma visão weberiana e entendeu a dependência em termos estritamente políticos. Depois de apresentar diferentes graus de autonomia de regiões e países da América Latina, rejeitou a contraposição básica entre dependência e desenvolvimento.

Cardoso postulou um desenvolvimento associado com as empresas transnacionais e, posteriormente, incorporou todos os

dogmas do neoliberalismo. Sua afinidade anterior com as teorias da modernização contribuiu para entender o perfil de direita que adotou como presidente. Houve continuidade de pensamento e não apenas improvisação no homem que queimou todos seus escritos para ocupar a cadeira presidencial.

A terceira corrente do dependentismo foi patrocinada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e expressou a etapa de maior radicalização do desenvolvimentismo latino-americano. Essa vertente teve muitos expoentes, mas poucas figuras agregadoras. Promoveu uma combinação de dependentismo e industrialismo, propiciou a regulação estatal da economia e avalizou propostas de reforma agrária. No entanto, assim como seus adversários liberais, posteriormente descartou o marco conceitual dependentista. Desde os anos 1980, o dependentismo ficou totalmente associado com o marxismo.

Alguns comentaristas consideram que a teoria da dependência perdeu influência por estar demasiadamente conectada ao “determinismo econômico”. Mas seus principais expoentes se fundamentavam na tradição marxista de atribuir à economia apenas um papel primordial e condicionante das lutas sociais e dos resultados políticos. Marini e Santos relativizaram inclusive sua condição de economistas e estiveram mais comprometidos com a militância do que em ministrar aulas na universidade.

A ação política motivou, orientou e definiu o perfil das ideias dependentistas em estreita sintonia com a Revolução Cubana. Sem esse acontecimento, a teoria não teria existido na modalidade que emergiu. O que determinou a ascensão e o declínio de seu discurso foi o rumo da revolução e do projeto de construção do socialismo na América Latina. A teoria da dependência conceituou essa expectativa e promoveu um programa anticapitalista.

Seguindo essa pista, deve-se buscar a explicação do paradoxal refluxo dessa teoria no momento de maior atualidade dos seus postulados. Embora a América Latina esteja mais afetada pela dependência do que há 40 anos, a abordagem que esclarece essa

ligação influi menos do que no passado. As razões para esse divórcio podem ser observadas nos acontecimentos no plano político.

Três grandes eventos encerraram o ciclo da Revolução Cubana. Primeiro, a consumada derrota dos movimentos de guerrilha que ambicionavam estender essa transformação para a região como um todo. Em seguida, ocorreu a dramática frustração da Unidade Popular (UP) no Chile. E, por fim, o renascimento revolucionário na Nicarágua foi mutilado com a derrota eleitoral do sandinismo.

Esses desenlaces permitiram a expansão do neoliberalismo que foi contido apenas pelo ciclo progressista da última década. Essa barreira não foi suficiente para frear a restauração conservadora em curso. Em vários momentos dessa variedade de conjunturas, reapareceu a tradição dependentista, mas o contexto regional foi majoritariamente adverso a esse projeto.

Quando esses condicionamentos políticos são omitidos, as avaliações da teoria da dependência incorrem em todo tipo de arbitrariedades. Um exemplo desses equívocos é supor que o dependentismo entrou em declínio devido a sua incapacidade de prever a ascensão do Sudeste Asiático. Vários analistas costumam expor esse diagnóstico centrado nas falhas de um prognóstico.

Mas a industrialização do Oriente não foi prevista por nenhuma escola. A omissão atribuída ao dependentismo também seria válida para pensadores neoclássicos e heterodoxos. Nesses casos, a falha foi maior, pois nem sequer forneceram a explicação básica de um crescimento baseado na exploração dos assalariados. O dependentismo descreveu, ao menos, como as grandes empresas começavam a se transferir para o Sudeste da Ásia para lucrar com o baixo custo e a disciplina da força de trabalho. Além disso, essa avaliação também indica que não houve afinidade com nenhuma variante do estagnacionismo.

Nosso livro enfoca a trajetória seguida pelos autores marxistas. Indaga, primeiro, as observações sobre o tema do próprio autor d'*O capital*. Analisa por que Karl Marx substituiu suas expectativas cosmopolitas juvenis por críticas frontais ao colonialismo e por

uma significativa revalorização da luta nacional. Investiga também as visões de Vladimir I. Lenin, Leon Trotsky e Rosa Luxemburgo sobre o impacto da acumulação primitiva ou do desenvolvimento desigual e combinado na periferia. As teses de Paul Sweezy, Ernest Mandel e dos marxistas do pós-guerra são revistas à luz da drenagem de recursos sofrida pelos países atrasados.

A teoria marxista da dependência transformou essa bagagem conceitual em um enfoque sistemático destinado a esclarecer o funcionamento das economias subdesenvolvidas. A discussão sobre o alcance dessa visão incluiu as controvérsias metodológicas sobre o *status* das leis postuladas. Mas a própria condição da teoria foi posteriormente reformulada nos termos de paradigma, perspectiva ou programa de pesquisa. Em qualquer dessas acepções, constituiu uma escola de pensamento com sólidos fundamentos para interpretar o atraso econômico da América Latina.

No livro, analisamos o frutífero encontro do dependentismo com a teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein. Essa abordagem ampliou o horizonte de ambos os enfoques e permitiu explorar as novas noções de semiperiferia para estudar as formações intermediárias. Também houve áreas de discrepância entre ambas as visões. Marini e Santos eram marxistas clássicos que não acreditavam em um fim predeterminado do capitalismo.

Em outra seção, avaliamos a trajetória seguida por Andre Gunder Frank. Sua consagração inicial como um grande difusor do dependentismo perdeu importância, com seu precoce abandono dessa abordagem. Primeiro, contrapôs certas ideias mundialistas ao conceito da dependência e depois acentuou o distanciamento ao postular uma controversa teoria do capitalismo milenar centrado na China. No texto, analisamos as conexões dessa evolução com seu modelo de metrópole-satélite.

Abordamos mais detidamente a figura de Agustín Cueva, autor que, depois de expor severas críticas, convergiu com o dependentismo. Essa confluência gerou um substancial enriquecimento desse paradigma. Cueva questionava as exageradas interpretações

exógenas do subdesenvolvimento como um efeito exclusivo da dependência. Marini, por sua parte, objetava a unilateralidade inversa de explicações meramente endógenas. Debatiam as causas do atraso regional, destacando os efeitos do latifúndio e das exações imperialistas. A complementaridade de ambas as posições emergiu no confronto comum com Cardoso.

Esse repensar coincidiu com a mudança do cenário político. Cueva e Marini discordavam na estratégia socialista. Mantinham afinidades opostas a projetos de transição gradual ao socialismo e processos ininterruptos de radicalização. Mas, na década de 1980, essa divergência ficou em segundo plano frente à batalha comum contra a adaptação social-democrata à virada neoliberal. Esse novo cenário modificou todas as linhas divisórias do espectro dependentista. Ao contrário de Gunder Frank, Cueva não apenas manteve maior proximidade com esse universo, mas também contribuiu com concepções historiográficas mais precisas sobre a origem do capitalismo na América Latina.

Seu complemento com Marini deriva também do tipo de problemas estudados. Ele concentrou sua análise em países como Equador, Bolívia ou Peru, ainda dominados pela problemática do campesinato e do latifúndio. Marini, por sua vez, investigou o rumo de uma sociedade como a brasileira, já marcada pelos desequilíbrios da industrialização. Eles avaliaram dois contextos diferentes com a mesma lógica da dependência.

Sua convergência permite reconsiderar essa teoria ao superar a simples descrição ou reivindicação ritual. A síntese entre Cueva e Marini fornece bases para uma abordagem não apenas integral, mas também rival do liberalismo e do desenvolvimentismo. Em torno deste tripé são resolvidas as grandes divergências teóricas do passado e da atualidade.

A teoria da dependência ultrapassou o marco latino-americano e se nutriu de significativos trabalhos para além da região. A obra de Samir Amin constitui a contribuição mais destacada desse universo. Pesquisou sobre os mesmos assuntos a partir da

Europa, Ásia e África com uma visão mais global. Investigou os problemas das velhas sociedades orientais submetidas ao colonialismo e não de um Novo Mundo capturado por essa dominação. É por isso que sua análise das formações tributárias é tão diferente da controvérsia clássica sobre o feudalismo e o capitalismo colonial.

Como seus colegas latino-americanos, Amin combinou abordagens da história e da economia com grande atenção às referências políticas da esquerda. Seu pensamento esteve particularmente motivado pela convergência do nacionalismo revolucionário com o socialismo em diferentes áreas do Terceiro Mundo.

No livro, analisamos as categorias econômicas mais detidamente do que os conceitos políticos da teoria da dependência. Planejamos abordar esse segundo plano em um estudo sobre o marxismo latino-americano. Por isso, neste texto, Marini ocupa um papel mais relevante do que outras figuras, como Santos, recentemente falecido. Theotonio trabalhou em uma tradição de abordagens mais familiares a Lenin do que aos modelos abstratos d'*O capital*. Por isso, incursionou em detalhadas reflexões sobre o Estado, as classes dominantes e a burocracia que, em sua obra posterior, assumiram conotações controversas.

As categorias econômicas do dependentismo são revisadas no texto à luz da realidade contemporânea. Por isso, a análise da superexploração inclui a reconsideração que Marini enfrentou ao destacar como a globalização do capitalismo alterava a singularidade periférica do conceito. Essa reformulação abre um debate entre aqueles que repensam a dinâmica desse princípio e os autores que defendem seu formato tradicional.

A revisão do ciclo dependente gera menos controvérsia, mas levanta mais questões sobre suas modalidades atuais. É óbvio que ela não opera da mesma maneira na Coreia do Sul e no Brasil. No texto, propomos algumas hipóteses dessas diferenças que dividem, radicalmente, a trajetória das economias intermediárias ascendentes e descendentes.

Como essa divisão não está determinada exclusivamente por condicionamentos econômicos, reavaliemos o conceito de subimperialismo. Essa noção tem sido retomada nos debates recentes sobre os países dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul). Na nossa opinião, trata-se de uma categoria com maior relevância geopolítica que econômica e esclarece o papel das potências intermediárias com capacidade de ação no plano militar. Adapta-se mais ao perfil adotado pela Turquia e Índia do que para o Brasil ou a África do Sul. Essas caracterizações nos levam a debater, também, o significado atual do imperialismo em suas modalidades tradicionais, coletivas e emergentes.

Finalmente, abordamos a complexa relação do dependentismo com a teoria do valor. O interesse dessa conexão reside na reconsideração dos debates sobre a troca desigual à luz da atual globalização produtiva.

Reunimos, especialmente, as pesquisas sobre a forma em que a mais-valia é transferida às empresas situadas no topo da cadeia de valor. O que o dependentismo intuiu nas maquiladoras se verifica, atualmente, nas redes globais de fabricação. Como o significado da renda também foi recolocado, analisamos uma maneira de integrar essa categoria na teoria da dependência.

O livro foi elaborado com leituras e exposições que complementaram as intensas discussões com partidários e opositores do dependentismo. A paixão desses debates tem sido um bom termômetro das reações que essa teoria suscita.

Meu agradecimento a todos os interlocutores, mas especialmente a Julio Fabris, Adrián Piva, Leandro Morgenfeld e Facundo Lastra, que comentaram as primeiras versões de cada capítulo. Nossa revisão da superexploração já gerou réplicas e respostas. Nessas discussões, convém o cuidado para não repetirmos as contraposições extremas entre partidários de uma mesma concepção.

A teoria da dependência não é uma peça de museu. Ela fornece uma base fundamental para compreender o subdesenvolvimento da periferia. Mas seu formato original oferece uma visão insuficien-

te para conseguir esse entendimento. É necessária uma renovação para reconstituí-la como tese explicativa do capitalismo dependente. O objetivo deste livro é sugerir linhas para essa reinvenção.

PARTE I

1. MARX E A PERIFERIA

Sabe-se que Marx modificou sua visão sobre países subdesenvolvidos. Inicialmente, ele concebeu um vínculo passivo dessas nações com a ascensão e o declínio do capitalismo mundial. Posteriormente, destacou a resistência ao colonialismo. Essa virada foi intensamente discutida nos anos 1970 pelos pesquisadores de sua obra. O pano de fundo desse interesse era o entusiasmo pelas revoluções socialistas na periferia.

Os marxistas avaliavam a contínua desigualdade entre economias avançadas e atrasadas à luz das intuições expostas pelo autor d'*O capital*. Autores nacionalistas criticavam a hostilidade (ou indiferença) de Marx em relação ao mundo colonial. Os neoliberais contestavam ou demonizavam sua obra.

Como Marx abordou o problema da periferia?

Socialismo cosmopolita

Em sua primeira visão, Marx supôs que a periferia repetiria a industrialização do centro. Considerou que o capitalismo se expandiria em escala mundial, criando um sistema interdependente que facilitaria a transição acelerada ao socialismo. Acreditava que a expropriação dos artesãos e dos camponeses levaria a uma expropriação posterior dos seus exploradores.

O *Manifesto Comunista* apresenta essa visão. O capitalismo é retratado como um regime que derruba muralhas e expande sua dominação do centro para a periferia (Marx, 1967).

A China é apresentada como uma sociedade bárbara que será modernizada pela invasão colonial. A Índia é descrita como um país estagnado pela predominância de comunidades rurais, cren-

ças místicas e déspotas parasitários. Supõe-se que essas estruturas serão demolidas com a instalação da ferrovia e a importação de produtos têxteis britânicos (Marx, 1964).

Mas, diferentemente de seus contemporâneos, o pensador alemão combinava essa análise com fortes denúncias. Enfatizava a destruição de formas econômicas arcaicas questionando, ao mesmo tempo, as atrocidades do colonialismo. Destacava a função modernizadora do capital e se contrapunha aos massacres perpetrados pelos invasores.

Com esse parâmetro avaliava o livre comércio. Os elogios à troca – que rompia o isolamento das velhas sociedades – eram complementados com críticas às dramáticas consequências dessa expansão.

Essa tensão entre ponderações e rejeições era compatível com uma expectativa de rápidas vitórias do socialismo. Marx supunha que a generalização do capitalismo aceleraria a erradicação desse sistema em poucas décadas. Também esperava uma irradiação vertiginosa desse resultado do centro europeu para o resto do mundo.

Essa concepção cosmopolita do socialismo pressupunha uma sequência acelerada de industrialização global, enfraquecimento das nações e eliminação do colonialismo. Era uma visão próxima do internacionalismo proletário da época que retomava as utopias universalistas criadas durante o Século das Luzes.

Marx compartilhava o projeto humanista de transcender imediatamente a nação por meio de comunidades sem fronteiras. Ao contrário do cosmopolitismo radical legado pela Revolução Francesa, promovia a igualdade social junto à cidadania universal (Löwy, 1998).

Ao enfatizar que “o capital não tem pátria”, o revolucionário alemão observava a mundialização do predomínio burguês como um passo em direção à dissolução conjunta de nações e das classes. Essa proposta de fraternidade global gozava de grande prestígio entre o grupo de artesãos geograficamente móvel que nutria a I Internacional (Anderson, 2002).

Rebeliões e viradas

Marx ficou muito impactado com a rebelião chinesa de Taiping (1850-1864), que foi liquidada com milhões de mortos. Denunciou o colonialismo britânico e observou essa tragédia como um processo destrutivo, sem alternativas. Também se comoveu com a revolta dos cipaios da Índia (1857-1858), que os ingleses esmagaram de forma sangrenta. Ali, começou a perceber como a expansão do capitalismo desencadeava grandes resistências dos oprimidos (Marx, 1964).

Essas rebeliões modificaram sua visão. Ele já não desvalorizou mais o que aconteceu nas colônias, nem repetiu que as sociedades asiáticas estavam destinadas a copiar o padrão europeu. O ator omitido no *Manifesto Comunista* começou a ganhar corpo. Marx foi um dos primeiros pensadores ocidentais a apoiar a independência da Índia.

Mas a maior mudança ocorreu com as rebeliões na Irlanda. Ali, ele confirmou que a pilhagem colonial destrói sociedades sem facilitar seu desenvolvimento posterior. Marx comparou a devastação britânica de seu vizinho com as depredações realizadas pelos mongóis. Ele observou que a reorganização rural imposta à ilha era uma caricatura do que foi feito na Inglaterra. Longe de aumentar a produtividade agrícola, reforçou a aristocracia territorial, a expulsão de camponeses e a concentração da propriedade.

O autor d'*O capital* também notou como a burguesia inglesa bloqueava o surgimento de indústrias irlandesas para garantir o predomínio de suas exportações. Além disso, os capitalistas se abasteciam de força de trabalho barata para limitar as melhorias dos assalariados britânicos.

Ao observar a pilhagem da Irlanda, Marx abandonou sua expectativa anterior na expansão capitalista. Ele percebeu como a acumulação primitiva não é a antessala imediata aos processos de industrialização em um país submetido à expropriação (Marx, 1964).

A partir desse momento, transformou sua simpatia pela resistência na Índia e na China em um louvor explícito à luta nacio-

nal. Enalteceu a rebelião dos irlandeses que, ao retomar antigas tradições comunais, forçaram os britânicos a militarizar a ilha.

O teórico alemão participou intensamente nas campanhas para obter a adesão dos trabalhadores ingleses a essa luta. Entendeu a necessidade de contraposição à divisão promovida pelos capitalistas entre os assalariados de ambas as nações. Ressaltou que a luta irlandesa contribuía para reduzir essas tensões e adotou a famosa frase de propaganda em favor dos resistentes fenianos: “um povo que oprime outro não pode ser livre” (Barker, 2010).

Os escritos de 1869-1870 ilustram esse amadurecimento. Marx já não concebia a independência da Irlanda como um resultado de vitórias proletárias na Inglaterra. Privilegiou uma sequência inversa e, inclusive, considerou que a eliminação da opressão nacional era uma condição da emancipação social. Destacou a estreita interação entre ambos os processos e lembrou como no passado a derrota da Irlanda havia contribuído para frustrar as revoluções contra a monarquia inglesa (Marx e Engels, 1979).

Escravidos e oprimidos

A nova concepção de convergências entre o proletariado europeu e os despossuídos do resto do mundo motivou o apoio de Marx ao Norte na Guerra de Secessão estadunidense (1860-1865). Adotou a bandeira do abolicionismo frente à grande pressão dos industriais britânicos a favor do Sul. Os capitalistas se abasteciam do algodão colhido pelos escravizados e convocavam os operários têxteis ingleses a preservar seu emprego, evitando qualquer participação no conflito estadunidense. Marx denunciou essa chantagem e ratificou a necessidade de ações comuns em ambos os lados do Atlântico para derrotar a sociedade dos exploradores britânicos com os fazendeiros sulistas.

Essa campanha também teve como objetivo neutralizar a divisão racista na nascente classe operária estadunidense. Os assalariados imigrantes consideravam o escravizado como um concorrente que achatava seu salário. Marx incentivou pronunciamentos da

I Internacional para criar vínculos entre trabalhadores brancos e os oprimidos afro-americanos.

A Guerra da Secessão se desenrolava em um país visto como uma democracia potencial de grande envergadura. Marx acreditava que a libertação de escravizados e a derrota dos fazendeiros da *plantation* serviriam como um eloquente exemplo de conquistas revolucionárias.

Por isso, ele criticava a timidez inicial de Lincoln, que rejeitava o armamento dos negros promovido por abolicionistas radicais. Essas hesitações colocavam em risco a vitória do Norte, que superava amplamente os confederados no plano econômico e militar (Marx e Engels, 1973).

Em sua nova etapa, Marx comemorou os processos insurrecionais em várias partes do mundo. Ele nunca duvidou da primazia europeia na passagem para o futuro socialista, mas enfatizou o protagonismo de outros sujeitos. Reivindicou a constituição das brigadas radicais em Cádiz contra a invasão napoleônica e referiu-se com grande simpatia às rebeliões das Antilhas contra o colonialismo anglo-francês.

Porém, o mais significativo foi o seu apoio ao México. Ele denunciou a expedição de Maximiliano, ocupando o país para cobrar dívidas, e apoiou as grandes reformas democráticas introduzidas por Benito Juárez. Com essa definição, ele abandonou sua justificação anterior da apropriação do Texas por colonos anglo-americanos (Marx e Engels, 1972).

Marx abandonou sua tese anterior de emancipação externa da periferia. Já não entendia que as mudanças no mundo seriam mais rápidas que o amadurecimento interno das sociedades não europeias. Sua visão do futuro pós-capitalista começou a incluir rebeliões na periferia convergentes com o proletariado europeu.

Democracias e comunas

Essa nova perspectiva enriqueceu o enfoque de Marx sobre as batalhas democráticas no Velho Continente. Essas lutas incluíam

demandas pela autodeterminação nacional dos povos submetidos às monarquias imperiais da Rússia e da Áustria.

O teórico comunista era um ativo participante desses confrontos e apoiava as unificações da Alemanha e da Itália rechaçadas pelas autocracias. Marx defendia a radicalização socialista dessas lutas. Proclamava que o proletariado não tem pátria e imaginava processos de convergência popular que ultrapassariam as fronteiras. Mas também favorecia as insurreições nacionais que enfraqueciam o tsarismo e os Habsburgos (Munck, 2010).

Marx focava em quem resiste e em como cada batalha se apresenta. Pensava em termos de ação e protagonistas de grandes feitos. Por isso, reivindicava a resistência dos húngaros contra os ocupantes austríacos e a belicosidade dos poloneses contra os opressores russos.

Observava especialmente o combate da Polônia como um “termômetro da revolução europeia”. Aquele país havia perdido sua independência com a partição entre Rússia, Prússia e Áustria e era o epicentro de reiteradas rebeliões (1794, 1830, 1843, 1846).

Marx adotou esse anseio nacional como uma bandeira permanente. Não registrou apenas a espontânea solidariedade que ela despertava em todo o continente. Também polemizou com as correntes anarquistas que desqualificavam essa resistência, tanto por sua ligação com a nobreza quanto por seu distanciamento das demandas operárias. Ao proclamar que “a Polônia deve ser libertada na Inglaterra”, Marx discutia com um enfoque que anesthesiava a consciência internacionalista dos trabalhadores (Healy, 2010).

O revolucionário alemão atribuiu à independência daquele país um grande impacto na batalha contra o tsarismo. Como priorizava a derrota dessa força conservadora, tomou partido contra a Rússia na Guerra da Crimeia com o Império Otomano. Evitava o neutralismo e hierarquizava os triunfos sobre o inimigo principal.

A partir do que foi observado na Índia, China, Irlanda e México, Marx incorporou uma nova hipótese de forças transformadoras dentro do Império Russo. Reconsiderou o papel das

velhas formas comunais na agricultura que, anteriormente, ele via como simples obstáculos do passado. Considerou que podiam desempenhar um papel progressista e avaliou a possibilidade de uma transição direta para o socialismo a partir dessas formações coletivas (Marx e Engels, 1980).

Seu novo olhar sobre a periferia influenciou nessa aceitação de um salto direto para etapas pós-capitalistas. Marx modificou sua rejeição anterior a essa eventualidade. O que ele havia descartado em 1844 como uma modalidade ingênua de “comunismo cru” tornou-se, 30 anos depois, uma alternativa viável. Por isso, ele estendeu o estudo das comunas a outros casos (Índia, Indonésia, Argélia).

Um novo paradigma

Em sua primeira etapa, Marx destacou a dinâmica objetiva do desenvolvimento capitalista como um processo de absorção de formas anteriores de produção. Ressaltou o papel das forças produtivas como determinantes primordiais dos rumos da história. Por isso, entendeu que o capitalismo se desenvolveria ao incorporar a periferia ao processo da civilização.

Num segundo momento, Marx abandonou a ideia de uma adaptação passiva do mundo colonial ao futuro do capitalismo. Considerou saltos de etapas e apontou forças ativas que, na periferia, podiam acelerar a introdução do socialismo.

Néstor Kohan interpreta essa guinada conceitual como uma mudança de paradigma. Uma filosofia unilinear assentada no comportamento das forças produtivas foi substituída por uma visão multilinear que ressaltava o papel transformador dos sujeitos. A revisão da problemática nacional-colonial precipitou a virada.

Essa caracterização contrasta com a tradicional dicotomia entre dois Marx introduzida por Althusser. Esse enfoque diferenciava o jovem “humanista” – concentrado na problemática filosófica da alienação – do velho “científico” absorvido pela detecção de leis do capitalismo. No tratamento da periferia, essa sequência é revertida. O pensador estreante do *Manifesto* estava mais atento

aos processos objetivos da expansão capitalista e o autor maduro d'*O capital* destacava a importância subjetiva da luta nacional e social (Kohan, 1998).

Kevin Anderson enfatiza este mesmo itinerário. A rígida cronologia de absorção da periferia pela modernização do centro foi substituída por uma visão de trajetórias abertas e variadas do desenvolvimento histórico.

Também considera que as singularidades da periferia induziram Marx a abandonar o estrito modelo de adaptação das superestruturas (políticas, ideológicas ou sociais) aos fundamentos econômicos. A tese de que o contexto social (relações de produção) se amolda ao crescimento econômico (forças produtivas) foi substituído por uma visão de processos codeterminados e sem direcionamentos pré-estabelecidos (Anderson, 2010).

Outros autores argumentam que essa guinada de Marx não alterou seu modelo inicial (Sutcliffe, 2008). Mas o teor das mudanças indica modificações substanciais. Em 1850, Marx vislumbrava o movimento democrático da China e da Índia como um simples aliado dos operários europeus. Em 1870, ele já observava a independência da Irlanda como um motor da revolução na Inglaterra. Em 1880, ele foi além e considerou que a Rússia dividia com a Europa um lugar-chave na estreia do socialismo.

Convergência e divisões

A visão rudimentar da periferia exposta pelo primeiro Marx sintonizava com a imaturidade de seu pensamento econômico. Portanto, o *Manifesto* vislumbrava um processo vertiginoso de mundialização que foi verificado apenas no século posterior.

Juntamente à *Miséria da filosofia* e *Trabalho assalariado e capital*, o *Manifesto Comunista* se situa na metade da elaboração de Marx. Ele já havia desenvolvido suas críticas à propriedade privada, descoberto a centralidade do trabalho, modificado a análise antropológica da alienação e captado a utilidade da concepção materialista da história.

Mas não havia superado Ricardo, nem reformulado a teoria do valor com o conceito de mais-valia. As mesmas correções qualitativas que Marx introduziu em sua visão da China, Irlanda ou Rússia foram incorporadas em sua visão da economia.

No *Manifesto*, ele apresentou analogias entre o operário e o escravizado que ainda estavam aparentadas com o “salário de subsistência” de Ricardo. Ainda não caracterizava o valor da força de trabalho como parâmetro histórico-social, sujeito ao impacto contraditório da acumulação. Apareciam referências à “crescente miséria” que seriam substituídas por abordagens focadas no declínio relativo do salário. As crises eram apresentadas como efeitos do subconsumo, sem integrar o achatamento do poder aquisitivo no movimento descendente da taxa de lucro (Katz, 1999).

Essas insuficiências nos permitem entender os erros que Marx cometeu em suas primeiras caracterizações da Ásia e da América Latina. Ao aperfeiçoar sua pesquisa sobre o capitalismo, substituiu a apresentação de tendências genéricas do mercado mundial por análises específicas de acumulação em escala nacional.

Na preparação d’*O capital*, Marx analisou em detalhes a economia inglesa. Ele estudou taxas, salários, preços, lucros, taxas de juros, renda e pôde observar contraposições entre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Analisou, por exemplo, os vínculos do atraso irlandês com a expansão industrial britânica. Observou como a equiparação entre as economias centrais coexistia com desigualdades crescentes com o resto do mundo.

A época de Marx (1830-1870) esteve marcada pelo surgimento de vários focos de acumulação (Europa Ocidental, América do Norte, Japão), junto a uma segunda variedade de colonialismo. Por isso, houve protecionismo nas economias emergentes e livre comércio em escala mundial.

Em sua segunda etapa, o teórico alemão começou a perceber variedades de evolução na periferia a partir das diversidades em

andamento no centro. O início britânico com industrialização – preparada por acumulação comercial e agrícola – foi seguida pela expansão manufatureira francesa com grande influência dos bancos. A Rússia estendeu sua estrutura fabril com impulso militar, preservando a servidão, e os Estados Unidos seguiram um modelo oposto de pura ascensão capitalista.

Quando Marx afirma que “o país mais desenvolvido mostra ao seguinte a imagem de seu próprio futuro”, refere-se a essas economias equivalentes. Não estende essa comparação à periferia. Refere-se a uma evolução entre pares ou a uma passagem para essa equiparação.

Nesse estágio de amadurecimento, Marx não apenas distinguiu a industrialização clássica de economias abertas (Inglaterra) da industrialização tardia de estruturas protegidas (Alemanha), mas também distinguiu aquele bloco de países subordinados aos imperativos do capital estrangeiro (China).

Essa caracterização antecipou a divisão posterior entre semiperiferias ascendentes e as periferias atrasadas. No primeiro bloco, estão apenas as economias participantes da industrialização que forjaram mercados internos e absorveram a revolução agrícola (Bairoch, 1973). Além disso, a Alemanha e os Estados Unidos despontaram debaixo dos narizes da Inglaterra e da França porque as potências coloniais não conseguiam deter seus rivais.

A periferia ficou explicitamente excluída dessas convergências. O caso irlandês ilustra como as autoridades coloniais marcavam todas as atividades manufatureiras locais com altos impostos para garantir a entrada de importações inglesas.

Marx amadureceu sua perspectiva e alguns pesquisadores afirmam que teria distinguido dois tipos de economias: aquelas que assimilavam a expansão capitalista a partir de um estágio inferior (“atrasadas”) e aquelas que não prosperaram por causa de sua submissão ao colonialismo (“transplantadas”) (Galba de Paula, 2014).

Causas exógenas e endógenas

Marx percebeu que o capitalismo gera segmentações entre o centro e a periferia, mas não definiu as causas dessa polarização. Sugeriu várias determinantes exógenas em sua crítica ao colonialismo e apontou causas endógenas em sua análise das estruturas pré-capitalistas. Mas não especificou quais desses componentes tiveram um impacto maior na desigualdade global. Ele observou apenas o aumento dessa diferença na origem e na formação do capitalismo.

O teórico alemão avaliou o primeiro impacto em seu estudo sobre a pilhagem perpetrada durante a acumulação primitiva. Descreveu as transferências de recursos realizadas para criar o acervo inicial de dinheiro requerido pelo sistema. Retratou como os metais subtraídos das colônias alicerçaram a fundação do capitalismo europeu. Essa linha de análise continuou com os estudos de desindustrialização forçada da Irlanda e dos confiscos sofridos pela China ou pela Índia (Marx, 1973).

Marx também descreveu ampliações das diferenças centro-periferia sob o capitalismo já constituído. Suas observações sobre a troca desigual ilustram esse tratamento. Ele afirmou que, no mercado mundial, o trabalho mais produtivo recebe uma remuneração superior ao mais atrasado, reforçando a supremacia das economias que operam com técnicas avançadas (Marx, 1973).

Contudo, em outros comentários igualmente numerosos, Marx atribuiu o atraso da periferia à incidência de obstáculos pré-capitalistas que impedem a massificação do trabalho assalariado, renovam a servidão ou expandem a escravidão.

Ressaltou que essas formas arcaicas de exploração eram recriadas para atender à demanda internacional de matérias-primas, aumentando a renda monopolizada por latifundiários, fazendeiros ou proprietários de *plantations* da África, Ásia e América Latina.

Marx não definiu a primazia da origem colonial-exógena ou rentista-endógena do subdesenvolvimento. Apenas parecia

indicar uma mudança de importância em diferentes momentos do capitalismo.

Numerosos historiadores marxistas e sistêmicos enfatizaram um ou outro componente. Os exogenistas ilustram como a Europa foi nutrida pela “desacumulação primitiva” imposta à América e pelo holocausto escravista gerado na África (Amin, 2001). Eles enfatizam que o colonialismo conseguiu separar a Europa das sociedades que haviam alcançado um nível de desenvolvimento semelhante (Oriente Médio, Norte da África, Mesoamérica) e deu à Grã-Bretanha uma primazia sobre seus concorrentes. Eles argumentam que, em condições agrícolas, estatais e industriais comparáveis, a Inglaterra assumiu a dianteira por suas vantagens de ultramar (Wallerstein, 1984; Blaut, 1994).

Ao contrário, os teóricos endogenistas explicam o subdesenvolvimento da periferia pela ausência de transformações agrárias. Consideram que a pilhagem colonial não foi relevante para a consolidação do capitalismo central. Afirmam também que as potências marítimas perderam peso naquela arrancada (Portugal, Espanha, França, Holanda), que o vencedor entrou tarde naquela corrida (Inglaterra) e que vários concorrentes bem-sucedidos evitaram as disputas externas (Bélgica, Suíça, Alemanha, Escandinávia, Áustria, Itália) (O’Brien, 2007).

Eles também lembram que a Europa se desenvolveu aproveitando de sua autossuficiência em matérias-primas e consideram que o colonialismo teve efeitos adversos no espírito empresário. Atribuem as vantagens da Inglaterra a um modelo tripartite de revolução agrária (proprietários, arrendatários e assalariados) que preparou o desenvolvimento fabril com expansão demográfica e indústrias no campo (Bairoch, 1999; Wood, 2002).

Mas a abordagem de Marx também inspirou posições intermediárias que ilustram como o colonialismo influenciou mais na origem do que na consolidação do capitalismo. Eles afirmam que a importância inicial dos recursos subtraídos das colônias foi posteriormente substituída pela supremacia de superlucros,

derivados dos processos internos de acumulação. Essa hipótese é congruente com a primazia mutante de determinantes internos e externos sugeridos pelo autor d'*O capital* (Mandel, 1978).

Interpretações liberais

Os autores liberais ignoram as duas visões de Marx sobre o problema nacional-colonial. Registram apenas o primeiro período, destacam suas caracterizações da Índia e omitem a virada da Irlanda. Com esse corte, colocam o teórico do socialismo na tradição “difusionista” que enaltece o progresso e a expansão capitalista.

Warren foi o principal expoente dessa visão que confere à abordagem inicial do *Manifesto* um *status* de teoria do desenvolvimento. Afirmou que Marx reivindicou o colonialismo britânico na Ásia por seu trabalho solvente da vida vegetativa. Ele também interpreta que Marx elogiou as realizações econômicas da colonização ocidental, comparando esses avanços com as situações anteriores da periferia (Warren, 1980).

Mas Marx nunca expôs essas exaltações do império e nunca recorreu a contrapontos históricos lineares. O que deve ser contrastado é o efeito da expansão capitalista na Europa e nas colônias e explicar por que razão gerou acumulação em um polo e desacumulação no outro. Os liberais simplesmente desconhecem esse descompasso.

Consideram que Marx evitou qualificações morais, evitou o romantismo e valorizou o individualismo. Afirmam que ele aplaudiu especialmente a cultura humanista da modernização industrial (Warren, 1980).

Mas toda a obra do pensador alemão foi uma denúncia do capitalismo e não um elogio. Suas descrições assustadoras de acumulação primitiva, do trabalho infantil e da exploração fabril ilustram essa rejeição. Até a contemporização inicial com o personalismo burguês foi diluída na reivindicação posterior da Comuna. As melhorias sociais que os liberais atribuem ao capitalismo eram vistas por Marx como resultado da resistência operária

É absurdo afirmar que o teórico comunista endossou os crimes cometidos pela Inglaterra para facilitar a implantação do capitalismo nas sociedades não europeias (Warren, 1980). Se Marx tivesse sido um Cecil Rhodes insensível aos sofrimentos dos povos coloniais, não teria promovido campanhas de solidariedade com as vítimas da pilhagem imperial.

Outros autores fascinados pelo mercado concordam com a apresentação do teórico alemão como um entusiasmado promotor da ocupação britânica na Índia. Consideram que esse aval era congruente com a instalação de um modo de produção mais avançado (Sebrelí, 1992).

Mas esse raciocínio positivista esquece os sofrimentos humanos que Marx registrava com grande atenção. Ele estava comprometido com a luta popular e não era indiferente às dramáticas consequências sociais do desenvolvimento capitalista.

Os liberais colocam na boca de Marx sua exaltação fanática da burguesia. Afirmam que o revolucionário alemão apresentou o advento dessa classe social como um acontecimento muito conveniente para toda a sociedade (Sebrelí, 1992).

Mas, mesmo em sua primeira etapa, Marx sublinhou o outro lado desse processo: o aparecimento de um proletariado que devia sepultar a burguesia para permitir a erradicação da exploração.

Sebrelí desconecta as observações de Marx sobre a questão colonialista desse fundamento anticapitalista. Por isso, ignora como a indignação social motivava as investigações do autor de *O capital*. Essa atitude o distinguia de seus contemporâneos e explica sua rejeição às intervenções imperialistas.

Marx também contestou, em sua maturidade, ilusões no livre comércio. Por isso, em vez de promover a internacionalização dos mercados, defendeu a associação cooperativa dos povos.

Variantes do eurocentrismo

Alguns autores nacionalistas concordam com seus adversários liberais na apresentação de Marx como um apologista do capitalismo

ocidental e se opõem a essa posição em termos virulentos. Afirmam que essa atitude o levou a “desprezar os povos não ocidentais” e a justificar o uso da violência para sua submissão (Chavolla, 2005).

Com essa caracterização, invertem a realidade. Um oponente furioso do capitalismo é mostrado como um defensor do *status quo*, e seu internacionalismo é identificado com a submissão à rainha Victoria.

Essa abordagem apresenta os escritos anteriores à Irlanda como prova de afinidade com o colonialismo e atribui essa posição ao extremo eurocentrismo do teórico alemão (Chavolla, 2005).

Mas Marx estava na trincheira oposta de personagens imperialistas como Kipling. Era um pensador da emancipação com projetos comunistas contrários à opressão imperialista. A errônea expectativa cosmopolita juvenil expressava essa esperança humanista de rápida criação de um mundo sem exploradores. Não faz sentido colocar essa abordagem no escaninho do eurocentrismo imperialista.

Outros autores consideram que Marx ignorou a opressão da periferia por causa de seu “reducionismo de classe”. Argumentam que ele investigou exclusivamente as tensões sociais em detrimento da sujeição nacional e racial (Lvovich, 1997).

Mas esquecem que o segundo Marx hierarquizou as relações de classe ao incorporar raça, nacionalidade e etnia em um questionamento simultâneo da exploração e da dominação. Esta síntese explica sua defesa da Irlanda e da Polônia e seu compromisso com a causa antiescravagista na guerra estadunidense.

O eurocentrismo pejorativo que os nacionalistas atribuem a Marx é totalmente imaginário. Mas pode-se considerar outra acepção do conceito como sinônimo de adesão a um modelo de repetição universal dos valores forjados no Velho Continente.

Neste segundo enfoque, pressupõe-se que a Europa ofereceu a face do futuro ao desenvolver a civilização superior herdada da Antiguidade clássica. Essa concepção influenciou no perfil positivista adotado pelas ciências sociais tradicionais (Wallerstein, 2004).

Essa caracterização mais benevolente do eurocentrismo se aplica ao Marx do *Manifesto*? A resposta é negativa se lembrarmos que o deslumbramento com a Europa inclui o capitalismo forjado nessa região. Marx foi o principal crítico do sistema que os europeizantes idolatram.

Essas visões também universalizam certo desenvolvimento particular, ao destacar a intrínseca supremacia da Europa sobre outras culturas. Ao contrário, o socialismo promovido por Marx visava forjar desenvolvimentos igualitários e cooperativos entre todos os povos do mundo.

Certamente, o autor d'*O capital* era alemão, morava na Europa e estava imbuído da cultura ocidental, mas desenvolveu uma teoria que ultrapassou essa origem. Ao contrário de muitos pensadores, ele não raciocinava comparando as virtudes de uma certa civilização sobre outra. Explicava a lógica geral da evolução social em função de contradições econômicas (forças produtivas) e sociais (luta de classes).

O “eurocentrismo” é um termo também usado por vários autores marxistas para caracterizar um defeito teórico do primeiro Marx. Nesse caso, a classificação não implica rejeição. Aponta um erro da concepção inicial que dava protagonismo absoluto ao proletariado europeu na emancipação de todos os oprimidos.

A mesma denominação de “eurocentrismo” tem sido usada de maneiras muito conflitantes para avaliar a trajetória de Marx. Sua identificação com os desacertos da juventude difere da assimilação com o colonialismo. Esta última acepção é inadmissível.

Os “povos sem história”

As alusões de Engels a “povos sem história” são vistas pelos críticos nacionalistas como outra confirmação da desconsideração marxista pela periferia. Essa abordagem trataria todas as forças fora do proletariado ocidental como massas irrelevantes e imóveis (Chavolla, 2005).

É verdade que Friedrich Engels recorreu a essa controvertida noção para se referir a conglomerados incapazes de enfrentar sua autoemancipação. Tomou uma categoria que Georg W. F. Hegel utilizava para caracterizar povos sem atributos suficientes para forjar estruturas nacionais.

Marx, em contrapartida, não aplicou esse conceito. Mas ele usou denominações virulentas contra os eslavos do sul em sua apaixonada batalha política contra as autocracias imperiais. Como o tsar e os Habsburgos haviam conseguido somar esses povos às suas campanhas contrarrevolucionárias, sua reação incluiu a rejeição dos direitos nacionais desses grupos (Löwy e Traverso, 1990).

O militante socialista supunha, além disso, que muitas dessas demandas não chegariam a se concretizar. Considerava que as pequenas nações seriam absorvidas por vertiginosas torrentes de transformações internacionais antes de atingir o limiar necessário para forjar seus próprios Estados.

Marx apostava na emancipação externa de muitos povos sem uma nítida definição nacional. Ele acreditava que o colapso dos regimes monárquicos levaria a esse resultado. Em seu estágio inicial, Marx não reconhecia a existência de forças históricas significativas para constituir Estados diferenciados em diferentes partes da Ásia e da Europa Oriental.

Não há dúvida de que a tese de “povos sem história” era equivocada e foi refutada de forma contundente pelos teóricos marxistas. Essa crítica demonstrou como os alinhamentos políticos de um período eram transformados em dados invariáveis de trajetória nacional. Se o Império Russo conseguiu cooptar os camponeses ucranianos, romenos, eslovacos, sérvios ou croatas, foi por causa da opressão que sofriam por parte da nobreza polonesa e húngara.

Essa situação tripolar foi verificada em várias ocasiões. Povos subjugados por opressores intermediários foram forçados a desempenhar um papel reacionário. Mas o que aconteceu com

os irlandeses ilustrou o caráter histórico variável desses alinhamentos. Eles desempenharam um papel contrarrevolucionário durante a era Cromwell e depois lideraram a luta nacional (Rosdolsky, 1981).

Em sua segunda etapa, Marx se afastou de qualquer variante dos “povos sem história”. Alguns autores acreditam que Engels também reavaliou esse controverso conceito em sua caracterização das guerras camponesas da Alemanha (Harman, 1992).

É igualmente falso apresentar esse problema como prova do eurocentrismo pró-colonialista de Marx. As nações que o teórico alemão reivindicou desde o início (poloneses, húngaros), que ele rejeitou no início (eslavos do sul) ou que, primeiro descartou e depois aprovou (irlandeses) eram todas europeias. Se seu critério de discriminação para entrar na história fosse o pertencimento ao Velho Continente, ele não teria usado essas distinções.

Os críticos afirmam que ele apoiou os poloneses e os irlandeses, mas desprezou os eslavos do sul, escandinavos, mexicanos, chineses e norte-africanos (Nimni, 1989). Mas esse argumento geográfico é inconsistente. Os povos atrasados não estão localizados apenas na Ásia, África ou América Latina, mas também na Europa.

Talvez seja possível salientar que o pecado eurocentrista radica na fascinação pela Europa Ocidental. Mas Marx ignorou, a princípio, a força revolucionária de um país naquela região (Irlanda) e destacou a importância de outro na região Leste (Polônia).

Os opositores também sugerem que o eurocentrismo contém principalmente uma dimensão cultural da idolatria ao Ocidente. Eles argumentam que, por essa razão, Marx se envolveu no conflito extraeuropeu da Guerra da Secessão estadunidense.

Mas aqui eles não percebem o óbvio. Os confederados tinham uma maior aproximação com a Europa e Marx apoiava os ianques que lutavam pela libertação de escravizados de origem africana. Não se guiava por critérios de ascendência, mas por objetivos de emancipação social.

Nações e nacionalismo

Os críticos consideram que a tese dos “povos sem história” é uma aberração derivada da caracterização da nação em termos puramente objetivos. Argumentam que Marx cometeu esse equívoco por reconhecer apenas as comunidades que tendem a forjar Estados tradicionais, descartando os casos restantes (Chavolla, 2005).

O critério atribuído ao teórico alemão era muito comum no século XIX, quando a formação do Estado liberal pressupunha certas condições de mercado, território, coesão histórica e língua. Foi a concepção também adotada pelas vertentes do marxismo que tipificaram a nação com base em seus componentes econômicos, idiomáticos e territoriais (Karl Kautsky), com agregados psicológicos ou culturais (Joseph Stalin).

Mas a visão de Marx não se encaixa nesse esquema, uma vez que ele considerava a ação política como um elemento definidor da conformação nacional. Foi guiado mais pelo processo de luta do que por considerações *a priori*. Por isso, ele apoiou a reivindicação dos irlandeses e não dos galenses absorvidos pela Grã-Bretanha ou pelos bretões incorporados ao Estado francês.

Os opositores ignoram essa atitude e acusam Marx de um raciocínio dogmático. Mas seu comportamento era exatamente o oposto, como evidenciado pelo apoio a uma nação como a Polônia, que não atendia às condições de mercado ou território necessárias para constituir um Estado.

Os rígidos critérios atribuídos a Marx foram elaborados por sucessores objetivistas que descartavam a centralidade dos sujeitos. Essa postura os impediu de reconhecer a grande variedade de configurações nacionais. Em polêmica com essa abordagem, uma corrente subjetivista (austromarxistas) definiu a nação como uma “comunidade de caráter”, associada à cultura e à experiência comum (Löwy, 1998).

Marx forneceu pistas para combinar ambas as abordagens e, destacando tanto as identidades como as determinações objetivas,

sugeriu que os entrelaçamentos econômicos, idiomáticos ou geográficos dão lugar a uma memória do passado comum.

Mas os questionadores ignoram essas contribuições e observam em Marx uma “subvalorização do nacionalismo”. Argumentam que ele cometeu esse erro por subordinar a luta contra a opressão nacional a considerações de classe (Chavolla, 2005).

Com essa crítica, se postula de fato uma hierarquia inversa ao omitir a continuidade da exploração e da desigualdade sob qualquer Estado nacional. Em vez disso, Marx promovia o socialismo para erradicar esses padecimentos.

Os opositores desconectam o teórico alemão de seu tempo (Saludjian e Dias Carcanholo, 2013). Supõem que ele ignorava a legitimidade dos nacionalismos que, de fato, recém-despontavam. Em meados do século XIX, os Estados estavam em plena formação, superando as soberanias fragmentadas e as fronteiras porosas das dinastias feudais.

O modelo clássico francês (ou inglês) de gestão da nação a partir do Estado havia sido consolidado através da delimitação de territórios, administração de leis, identificação de lealdade à pátria e construção de um sistema escolar que inculcava o apego à bandeira.

Mas recém-germinava o esquema oposto, alemão (ou italiano), de passagem da nação para o Estado a partir de culturas e idiomas anteriores. O nacionalismo como uma ideologia que enaltece obrigações público-militares da cidadania ainda não havia emergido.

Marx não desvalorizou o nacionalismo, uma vez que atuava em um cenário anterior ao desenvolvimento dessa doutrina. Nesse contexto, ele teve o mérito de sugerir a distinção entre vertentes progressistas (Irlanda, Polônia) e conservadoras (Rússia, Inglaterra) de abordagens nacionais. Ele estabeleceu essa diferença com base no papel que desempenharam na aceleração ou atraso do objetivo socialista (Hobsbawm, 1983).

Marx elucidava posições com essa bússola. Por um lado, destacava as metas internacionalistas comuns dos trabalhadores,

rejeitava a supremacia de uma nação sobre outra, combatia as rivalidades entre os países e não aceitava a existência de povos virtuosos. Por outro lado, valorizava as resistências nacionais contra a opressão imperial como um passo em direção ao futuro pós-capitalista.

Marx assentou as bases para avaliar os nacionalismos e definir a nação com critérios objetivos e subjetivos. Sua visão se contrapôs às abordagens românticas que retomam mitos históricos, étnicos ou religiosos para enaltecer diferentes países. Essa exaltação costuma eludir a corroboração dos fundamentos que expõe.

O nacionalismo imagina origens remotas e contínuas de cada identidade nacional, ignorando a enorme mutação das comunidades que se misturavam em cada território. Recorre a hipóteses de coesão étnica que se chocam com uma grande variedade de ascendências geradas por ciclos populacionais. Supõe que a religião facilitou a constituição de certas nações, esquecendo que as estruturas eclesásticas transnacionais também obstruíram essa criação (Hobsbawm, 2000).

Ignora, além disso, que o idioma não forneceu um vínculo definidor da nação. Uma enorme variedade de idiomas coexistiu, se diluiu ou se reinventou no momento de padronizar a atividade estatal em torno de um léxico predominante. De cerca de 8 mil idiomas, emergiram apenas uns 2 mil estados (Gellner, 1991; Anderson, 1993).

Marx não desvalorizou as nações, ao contrário, contribuiu para desmistificar as crenças de origem milenar, única ou superior. Forneceu os pilares para desmontar as fantasias transmitidas pelo nacionalismo. Seu cosmopolitismo inicial o afastou dessas mitologias e sua sensibilidade revolucionária permitiu-lhe captar a legitimidade das lutas nacionais contra o colonialismo.

Estado e progresso

Os críticos nacionalistas também se opõem à visão de Marx sobre o Estado. Consideram que ele idealizou as formas burguesas

convencionais em detrimento de outras modalidades étnico-culturais decorrentes de confluências populares (Nimni, 1989).

Esse questionamento é bastante estranho se lembrarmos que Marx era um teórico comunista que promovia a dissolução de todos os Estados, à medida que os antagonismos de classe fossem extintos. Não é muito sensato atribuir-lhe fascínio pelas vertentes tradicionais do Estado.

Essa instituição é exaltada pelos nacionalistas, que veem o Estado como um ambiente natural para alcançar o bem-estar das comunidades multiclassistas. Marx rejeitava essa forma de perpetuar a exploração e considerava apenas o surgimento transitório dos Estados forjados na luta contra a autocracia.

O lutador socialista promovia a ação por baixo e não a institucionalização por cima. Ele defendia o contrário do que colocavam seus críticos. A imagem de um Marx estatista que desvaloriza as construções populares carece de sentido.

O teórico não sabia o quão importante seria a existência de Estados nacionais autônomos na determinação do lugar ocupado por cada país na hierarquia mundial. Esses dados foram esclarecidos após sua morte. Mas sua defesa dessa soberania antecipou uma característica essencial do relacionamento centro-periferia. As comunidades que não conquistaram a independência política sofreram mais severamente as consequências do subdesenvolvimento. Os contrastes entre o Japão e a Índia ou entre a Alemanha e a Polônia ilustram essa dualidade.

Os opositores não valorizam as intuições do pensador socialista e lhe atribuem uma “teoria do progresso”, que condena as nações atrasadas a seguirem o caminho dos avançados (Nimni, 1989).

Essa imagem poderia se encaixar nos sociais-democratas da II Internacional, mas não corresponde ao segundo Marx. Nessa etapa, não se verifica nenhum traço da visão teleológica da história que os críticos atribuem à sua familiaridade com Hegel.

O autor de *O capital* não afirmou que o desenvolvimento da humanidade seguia uma trajetória predeterminada e alheia à vontade

dos sujeitos. Ele considerou que, sob certas condições – que limitam a margem da intervenção humana – os indivíduos agrupados em classes sociais são construtores ativos de seu futuro. Essa visão ficou plasmada no modelo multilinear de alternativas variadas.

Mas mesmo o primeiro raciocínio unilinear era muito diferente do esquema de quatro etapas sucessivas de Adam Smith. Marx não postulou transições automáticas ou inevitáveis de modos primitivos de subsistência para a fase comercial, nem compartilhou a mitologia do progresso (Davidson, 2006).

Sua evolução teórica foi antagônica ao retrato positivista transmitido por seus críticos. Ele percebeu que o capitalismo não se expande universalizando formas avançadas, mas pela fusão de desenvolvimentos com modalidades retrógradas (Rao, 2010).

Os estudos finais sobre a Rússia ilustram até que ponto Marx se aproximou de ideias de desenvolvimento desigual e saltos de etapas históricas. Essas hipóteses estão localizadas nos antípodas do fatalismo objetivista (Di Meglio e Masina, 2013).

Os opositores não captam a flexibilidade de um raciocínio baseado nas expectativas socialistas. Esquecem que as teorias do progresso pressupõem uma eternidade do capitalismo mais próxima das concepções nacionalistas do que do pensamento de Marx.

Legados

Em sua trajetória analítica da Índia à Irlanda, Marx lançou as bases para explicar como o capitalismo gera subdesenvolvimento. Esta é a principal contribuição de seus textos sobre a periferia. Não formulou uma teoria do colonialismo nem expôs uma tese da relação centro-periferia, mas deixou uma semente de observações sobre a polarização global e a recriação do atraso.

As observações de Marx sobre o impacto positivo das lutas nacionais na consciência dos operários do centro forneceram bases para o anti-imperialismo contemporâneo. Indicaram a contraposição entre potências opressoras e nações oprimidas e enunciaram um princípio de convergência entre a luta nacional e social.

Essas propostas inspiraram estratégias posteriores de alianças entre operários do centro e despossuídos da periferia. Também anteciparam o crescente protagonismo dos povos não europeus na batalha contra o capitalismo.

Os escritos de Marx sobre a periferia não foram obras menores nem simples descrições ou comentários jornalísticos. Eles contribuíram para a análise do capitalismo central e motivaram mudanças metodológicas de grande envergadura.

2. O SUBDESENVOLVIMENTO NOS MARXISTAS CLÁSSICOS

Lenin, Luxemburgo e Trotsky atuaram em um cenário de crises, guerras e revoluções. No início do século XX, as grandes potências competiam para conquistar territórios e garantir o suprimento de matérias-primas. Colocavam excedentes em mercados que operavam em escala mundial, enquanto o comércio crescia mais rápido do que a produção, e a modernização do transporte ligava todos os cantos do planeta.¹

A Inglaterra podia neutralizar seu velho rival francês, mas enfrentava o novo concorrente alemão e suportava a crescente perda de posições frente aos Estados Unidos. Os grandes litígios envolviam a agressiva potência japonesa e os decadentes impérios otomano, austro-húngaro e russo. Os conflitos nas regiões disputadas aumentavam e os recursos comprometidos nas contendas superavam tudo o que já se conhecia.

Os adversários propagavam a ideologia imperial. Exaltavam as incursões armadas, massacres de indígenas e apropriação de terras. Apresentavam a colonização e o desprezo racial como atos normais da civilização. Além disso, silenciavam as tradições humanistas forjadas na rejeição à escravidão.

Nos anos que antecederam o início da Primeira Guerra Mundial, as metrópoles submeteram as economias subdesenvolvidas a suas prioridades de acumulação. Eles impuseram o predomínio de suas manufaturas, aproveitando os meios de comunicação mais baratos e a alta lucratividade do investimento estrangeiro. Em uma

¹ Analisamos a etapa precedente em Katz (2016).

economia internacional mais interligada e polarizada, a desigualdade entre países avançados e atrasados aumentou abruptamente.

Os três dirigentes do marxismo revolucionário se desenvolviam em partidos socialistas em dois países envolvidos nos confrontos imperiais. O capitalismo alemão chegou tarde à divisão colonialista e precisava de mercados para continuar seu crescimento industrial. A antiga nobreza administrava com a nova burguesia um sistema autocrático corroído por grandes conquistas sociais.

O império tsarista enfrentou contradições equivalentes. Combinou pujança industrial com subdesenvolvimento agrário e expansão de fronteiras com subordinação às principais potências. A monarquia cambaleava diante da efervescência revolucionária de operários, camponeses e intelectuais.

Justificativas do colonialismo

Luxemburgo liderava a esquerda do socialismo alemão em disputa com a direita (Eduard Bernstein) e o centro (Kautsky). O setor mais conservador considerava que o capitalismo era aperfeiçoável por meio de melhorias alcançadas com maior representação parlamentar. Elogiava o livre comércio e endossava a expansão externa (Bernstein, 1982).

Essa vertente favorecia a integração de povos subdesenvolvidos à civilização ocidental e destacava as vantagens do colonialismo para “educar as culturas inferiores”. Alguns dirigentes, como Van Kol, justificavam a tutela dos nativos, apontando que “os fracos e ignorantes não podiam se autogovernar”. Outros como David, promoviam uma “política colonial socialista”.

Essas posturas tinham graves consequências políticas. Diante dos massacres imperiais na Turquia, Bernstein validou o “julgamento dos selvagens para fazer valer os direitos da civilização”. Ele também aprovou os crimes da Inglaterra na Índia e seu colega Vandervelde exigiu a anexação do Congo à Bélgica (Kohan, 2011).

A direita social-democrata considerava que o progresso social era alcançado em cada país quando os operários conquistavam a

cidadania. Para aplicar esse princípio, ela reintroduziu o nacionalismo em contraposição às tradições cosmopolitas da I Internacional.

Bernstein postulou uma distinção entre nacionalismo sociológico de zonas civilizadas e nacionalismo étnico das colônias. Ele defendeu a primeira variante e rejeitou as exigências de soberania do segundo grupo, retomando as teorias dos “povos sem história”.

Essa erosão do internacionalismo também teve um apoio social nas mudanças registradas na II Internacional. Os novos trabalhadores que chegavam das províncias eram mais permeáveis à propaganda nacionalista do que o velho artesão migrante.

As correntes socialistas do centro inicialmente rejeitaram essas propostas. Eles se opuseram às atrocidades do colonialismo, denunciaram o militarismo e refutaram as teses aristocráticas de superioridade de um povo sobre o outro. Mas, com o passar do tempo, essas questões desapareceram e desenvolveram uma concepção intermediária de crítica e aceitação do colonialismo (Kautsky, 2011a).

Kautsky enfatizava as vantagens de substituir a política imperialista por estratégias de coexistência. Ele insistia que as classes dominantes observassem os efeitos econômicos negativos do expansionismo e propunha outro rumo de negócios para a acumulação de capital. Com essa mensagem, separava a política colonial de seu fundamento concorrencial e imaginava formas de capitalismo fora da rivalidade pelo lucro (Kautsky, 2011b).

O líder do centro postulava a existência de modalidades conservadoras e benévolas do imperialismo e diferenciava as formas coloniais negativas de suas vertentes aceitáveis. Denunciava a ineficiência e corrupção da Inglaterra e Alemanha em suas possessões africanas, mas aceitava a colonização moderna nas áreas de clima temperado (Estados Unidos, Austrália). Esquecia-se que essas vertentes se consumaram através do genocídio da população local (Howard e King, 1989).

Kautsky previa formas de colaboração entre dominadores e dominados. Promovia ajuda dos países centrais às colônias. Por

isso, interpretou primeiro que o pertencimento da Índia ao universo britânico favorecia a ambas as nações (1882). Posteriormente, aceitou a luta do primeiro país por sua soberania, mas sem apoiar essa resistência.

Assim como o primeiro Marx, entendia que a emancipação das colônias seria um resultado de avanços socialistas no centro. Mas concebia essa meta como um devir evolutivo e descartava a participação da periferia nesse processo. Esse naturalismo objetivista teve dramáticas consequências em 1914-1917 (Kautsky, 1978).

A postura revolucionária

Luxemburgo concordou inicialmente com Kautsky nas críticas ao paternalismo colonialista, mas reivindicou a resistência popular nas colônias e convocou o apoio ativo das rebeliões na Pérsia, Índia e África (Luxemburgo, 2011).

Trotsky e Lenin compartilharam essa posição. Retomaram o legado do segundo Marx, retrataram o efeito devastador do colonialismo e reiteraram a dupla função da luta anti-imperialista. Afirmaram que essa resistência confrontava o inimigo principal e aumentava a consciência socialista dos trabalhadores metropolitanos.

Além disso, a esquerda era contrária à idealização do livre comércio frente ao avanço do protecionismo e rejeitava a primazia que era dada aos parâmetros do direito para avaliar a política exterior. Destacava os interesses em jogo dos capitalistas (Day e Gaido, 2011).

A ruptura foi desencadeada com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. A direita entrou na disputa imperialista e o centro validou essa capitulação. O velho argumento para defender o processo democrático alemão contra o assédio externo era insustentável. A Alemanha já atuava como uma potência e exibia abertamente suas ambições colonialistas.

Kautsky tentou evitar o conflito com gestões de desarmamento e recomendações em favor dos investimentos afetados pela guer-

ra. Quando seus argumentos foram ignorados, ele se resignou a validar o conflito.

A crítica de Luxemburgo foi fulminante. Durante anos, havia enfatizado a ingenuidade das teses pacifistas diante das evidências de uma guerra iminente (Luxemburgo, 2008). Lenin adotou a mesma atitude. Reconhecia a associação internacional entre burguesias e a natureza perniciosa dos negócios bélicos descritos por Kautsky. Mas rejeitava as ilusões na distensão diante da iminente conflagração.

Trotsky também concordava com esse diagnóstico. Considerava que a estreiteza das economias nacionais em um capitalismo mundializado conduzia a um desenlace bélico.

A guerra interimperialista precipitou uma divisão entre revolucionários e reformistas que foi consolidada com a Revolução Russa. Esse acontecimento perturbou o universo dos socialistas.

Durante anos, os marxistas haviam discutido a forma que a democratização pós-tsarista adotaria. A corrente próxima a Bernstein (Tugan, Bulgakov) promovia reformas liberais complementadas com demandas econômico-sindicais dos trabalhadores.

A vertente próxima a Kautsky (G. Plekhanov, mencheviques) propunha alianças com a burguesia para desenvolver o capitalismo. Apresentava esse amadurecimento das forças produtivas como uma condição para qualquer evolução posterior. Acreditava que os sujeitos sociais se adaptariam passivamente a essas exigências da economia.

Lenin, ao contrário, defendia o jacobinismo agrário por meio da nacionalização da propriedade da terra para juntar os camponeses em uma revolução democrática liderada pelos operários. Imaginava um processo político radical enquanto emergiam as condições para um avanço em direção ao socialismo (Lenin, 1973).

Trotsky compartilhava essa postura, mas na revolução de 1905 notou o grande protagonismo do proletariado e de seus novos organismos (soviets). Considerou que essa preeminência bloqueava todos os espaços para a expansão do capitalismo (Trotsky, 1975).

Quando o tsarismo finalmente entrou em colapso em plena Guerra Mundial e os soviets reapareceram, Lenin radicalizou seu enfoque, convergiu com Trotsky e liderou a revolução bolchevique. Com algumas objeções táticas, Luxemburgo se somou a uma façanha que deu lugar à criação dos partidos comunistas e da III Internacional.

O surgimento do socialismo fora da Europa Ocidental alterou as teorias de paternalismo colonial, do protagonismo dos países desenvolvidos e da subordinação das regiões atrasadas aos ritmos do Ocidente. O novo modelo revolucionário recolocou todas as questões sobre a relação centro-periferia.

Direitos de autodeterminação

Na época de Lenin, a soberania era a principal demanda política das nações periféricas. Na Europa Oriental, colidia com o tsarismo, que forjara uma prisão de povos fronteiriços, e com o Império Austro-Húngaro, que abrigava uma complexa variedade de nações dominantes, intermediárias e submetidas (alemães, húngaros, ucranianos). Frente aos Estados já constituídos da Europa Ocidental, também crescia a demanda por criar esses organismos no Ocidente.

Mas esse desejo coexistia com outra variedade de nacionalismos chauvinistas, propiciados pelas potências para justificar suas conquistas. Essa ideologia utilizava argumentos extraídos de mitologias nacionais que se assemelhavam àquelas expostas pelos povos submetidos. Com essas teorias, os impérios brandiam direitos de dominação e os oprimidos exigiam sua libertação (Hobsbawm, 2000).

Neste quebra-cabeças, Lenin postulou o direito de cada nação criar seu próprio Estado. Seu objetivo era estimular as confluências dos povos subjugados com a classe trabalhadora. Buscava reduzir as tensões nacionais, étnicas e religiosas promovidas pelos opressores externos e locais para consolidar sua hegemonia (Lenin, 1974a).

O dirigente bolchevique recomendava a unificação das resistências contra a opressão nacional e social. Promoveu a auto-

determinação ao observar a forma positiva (e pacífica) como foi resolvida a separação dos noruegueses da Suécia (Lenin, 1974b).

O líder comunista também observou como a consciência nacional e social se retroalimentava através de reivindicações imediatas e exigências de soberania. Ao contrário dos nacionalistas, ele não atribuiu à autodeterminação uma hierarquia superior às demandas sociais. Ele limitou seu escopo e enfatizou a inconveniência de organizar separadamente os operários socialistas de diferentes nacionalidades em países que continham essa diversidade. Promovia agrupamentos unificados para incentivar uma cultura internacionalista entre o proletariado.

O direito à autodeterminação postulado por Lenin não era idêntico à sua aprovação. Destacava que a conveniência de uma separação devia ser resolvida em cada caso, levando em consideração os riscos de se aproximar das estratégias imperiais. Por isso, ele propunha avaliar cuidadosamente as forças atuantes em cada cenário.

Com essa abordagem, o dirigente comunista forneceu uma bússola para resolver o caráter progressista ou conservador de cada movimento nacionalista. Era necessário responder qual movimento (ou ação) favorecia o objetivo socialista.

O líder soviético desenvolveu sua argumentação em polêmica com as correntes social-democratas do Império Austro-húngaro contrárias à autodeterminação. Essas vertentes propunham a autonomia cultural de cada conglomerado em um marco federativo, enfatizando a durabilidade histórica das nações em um futuro socialista.

Os austromarxistas rejeitavam a tradição cosmopolita do primeiro Marx e sua expectativa de dissolução pós-capitalista das nações. Apoiavam a associação dos operários em seções separadas e destacavam a dimensão subjetiva da nação (Löwy, 1998).

Lenin também polemizou com o internacionalismo puro de Luxemburgo, que questionava todas as formas de separatismo. Ela considerava que os países submetidos (Polônia) estavam

economicamente integrados às potências dominantes (Rússia) e careciam de margem para um desenvolvimento autônomo. Considerava que, nesse marco dependente, a soberania era ilusória (Luxemburgo, 1977).

Essa viabilidade ou inviabilidade de trajetórias econômicas autônomas era um caminho imprevisível para Lenin. Ele se opôs às especulações sobre o assunto e exigia dirimir se um povo tinha ou não o direito de definir seu futuro nacional. Ele enfatizou a primazia dessa definição política (Lenin, 1974b).

Luxemburgo também apontou que o direito à autodeterminação nacional afetava a unidade dos trabalhadores e a prioridade de seus interesses de classe. Mas Lenin respondia destacando a existência de múltiplas formas de opressão (nacional, racial) que deveriam se unir à batalha social. Ressaltou que essa convergência exigia explicitar que nenhuma nação tem o direito de subjugar outra.

Pilares do anti-imperialismo

A política de autodeterminação para a Europa Oriental inspirou a estratégia anti-imperialista quando a problemática nacional se deslocou para o Oriente. Essa virada seguiu a frustrada tentativa inicial de repetir com ensaios revolucionários (Alemanha, Hungria) o modelo soviético no Velho Continente.

Os escassos resultados desse ensaio e a eclosão de grandes sublevações na Ásia determinaram a guinada comunista em direção à revolução colonial. No primeiro (1920) e no quarto congresso (1922) da III Internacional, foram definidas políticas de libertação nacional para enfrentar o imperialismo clássico (Inglaterra, França) e renovado (Japão, Estados Unidos) (AAVV, 1979; Munck, 2010).

A distinção entre nacionalismo conservador e progressista foi novamente exposta em oposição às teorias intervencionistas que alegavam proteção das comunidades pertencentes ao mesmo tronco étnico, cultural ou idiomático. Lenin destacou o processo

oposto de pilhagem implementado por ocupantes externos e se opôs a todos os debates abstratos sobre legitimidades e direitos em disputas.

O revolucionário russo propôs definir quem eram os dominadores e dominados em cada conflito. Em vez de investigar a identidade francesa, chinesa ou malaia de cada indivíduo, enfatizou o papel objetivo das potências e das semicolônias. Ele especificou o papel dos diferentes nacionalismos por sua função estabilizadora ou desafiadora da ordem imperialista ao retomar as ideias desenvolvidas nos debates sobre o Leste europeu.

Lenin buscava construir pontes entre o comunismo e o nacionalismo anti-imperialista na China, Índia e no mundo árabe. Retomou as críticas ao puritanismo proletário dos opositores da luta nacional (Piatakov), que ressuscitavam o ingênuo cosmopolitismo do século XIX (“abaixo as fronteiras”). Ele se distanciou de toda especulação sobre a autonomia econômica da Índia ou do Egito e reiterou as demandas populares por soberania (Lenin, 1974b).

A principal inovação da estratégia comunista do período foi a distinção entre vertentes conservadoras (“democrático-burguesas”) e radicais (“nacionalistas revolucionárias”) dos movimentos anticolonialistas. O primeiro grupo representava as classes dominantes da periferia e o segundo, os setores empobrecidos. Os comportamentos conservadores das nascentes burguesias contrastavam com o impulso radical dos despossuídos. Ambos promoviam a independência nacional, mas com finalidades sociais diferentes (Claudín, 1970).

O caminho contraposto das “revoluções de cima para baixo e de baixo para cima” confirmou essa distinção. Nas primeiras décadas do século XX, a Turquia foi o principal palco do primeiro caminho, através de golpes militares reformistas e iniciativas de modernização das elites. No México, prevaleceu a segunda via, com grande protagonismo dos camponeses.

Os movimentos democrático-burgueses pretendiam reordenar o capitalismo aumentando a influência dos dominadores locais

na aliança com o capital estrangeiro. Os nacionalistas revolucionários, ao contrário, postulavam projetos anti-imperialistas em conflito com essa reorganização. A III Internacional propiciou a aproximação dessas correntes para reforçar o objetivo socialista.

Desenvolvimento desigual

Lenin atribuiu a ampliação da diferença entre economias avançadas e atrasadas ao desenvolvimento desigual. Desenvolveu este conceito em contraposição à metodologia evolucionista de Bernstein e Kautsky, que imaginavam uma repetição na periferia do caminho transitado pelos países centrais.

O líder bolchevique considerava que esse caminho linear havia ficado sepultado pelas turbulências da era imperialista. Considerava que a rivalidade entre potências desestabilizava a acumulação, exacerbava as contradições do capitalismo e minava o cenário harmônico concebido pelo reformismo (Davidson, 2010).

Lenin explicava as desventuras da periferia pelas assimetrias históricas do desenvolvimento desigual. Ilustrava como esse processo determinou a subtração de recursos financeiros e a absorção dos excedentes das colônias. Descreveu múltiplos mecanismos de pilhagem dos quais padecem os provedores de matérias-primas e destacou o quanto eram duramente afetados por qualquer instabilidade dos mercados (Lenin, 2006).

Essa teoria do elo débil forneceu argumentos para as interpretações exógenas da polarização mundial. Demonstrou que o bloqueio ao desenvolvimento sofrido pelos países atrasados era consequência direta da partilha colonial.

Lenin transformou a hipótese de obstrução à industrialização da periferia, sugerida pelo segundo Marx, em uma tese de asfixia total. Sua caracterização ajustava-se ao cenário bélico do início do século XX, dominado por potências que arrasavam territórios para garantir seu controle sobre os mercados.

Mas, em seus estudos da questão agrária russa, o dirigente dos soviets também avaliou a dimensão endógena do atraso. Anali-

sou como a renda apropriada pela nobreza estagnava a produção e empobrecia os camponeses. Debateu dois remédios para esse sufoco antes da revolução bolchevique: o modelo prussiano de investimento comandado pelos latifundiários e o caminho estadunidense de distribuição da terra, eliminação da renda absoluta e desenvolvimento com *farmers* (Lenin, 1973).

Na primeira etapa do revolucionário russo (1890-1914), as explicações do atraso estavam focalizadas nos processos nacionais e agrários. No segundo período (1914-1922), predominaram as caracterizações da descapitalização padecida pela periferia. Em um contexto, destacou a primazia de causas endógenas do subdesenvolvimento e, em outro, enfatizou os determinantes exógenos.

Mas sempre priorizou a dimensão política dos problemas em debate. Os diagnósticos centrados no atraso agrário forneciam fundamentos para a revolução democrática contra o tsarismo. Os estudos do confisco colonial sustentavam propostas anti-imperialistas.

Lenin avaliou diferentes graus de dependência política para demonstrar sua incidência no atraso sofrido em cada país. Ele distinguiu três variedades de sujeição administrativa, submissão econômica e subordinação das classes dominantes locais. Com esses parâmetros, ele distinguiu o caráter colonial da África, semicolonial da China e capitalista dependente da Argentina.

O dirigente dos soviets destacou o papel dos agentes, compradores ou sócios-menores da dominação imperialista, para explicar diferentes níveis de autonomia política local frente ao opressor externo. Também analisou a situação das potências intermediárias (Rússia, Turquia, Itália) que não correspondiam à simples divisão entre impérios e colônias.

Todas as precisões analíticas do dirigente bolchevique visavam definir estratégias revolucionárias. Exibiu uma extraordinária flexibilidade política no uso desse instrumental. Em 1917, ele transformou sua estratégia de revolução democrática em socialista e, nos anos 1920, defendeu o deslocamento das prioridades comu-

nistas da Europa para o Oriente. De fato, também revisou suas críticas às teses populistas de inviabilidade do capitalismo russo.

Lenin demonstrou uma grande capacidade para enquadrar as teorias sociais e os processos econômicos em estratégias políticas. Soube considerar várias alternativas revolucionárias e optar pela mais adequada para cada conjuntura.

Etapas e imperialismo

O dirigente comunista inscreveu a relação centro-periferia em sua teoria do imperialismo como nova etapa do capitalismo. Introduziu essa periodização ao complementar a distinção estudada por Marx entre a origem e a formação do capitalismo.

A existência de etapas históricas começou a ser debatida durante a recuperação que se seguiu à depressão de 1873-1896. Diante de Bernstein – que postulava o paulatino desaparecimento das crises – e Kautsky – que destacava sua continuidade –, Lenin apontou a vigência de um novo período. Esse conceito foi amplamente desenvolvido pelo pensamento marxista posterior (Katz, 2009).

O líder bolchevique destacou várias características da etapa imperialista: predomínio do protecionismo, hegemonia financeira, significância dos monopólios e aumento crescente dos investimentos externos. Ele retomou a importância atribuída por Rudolf Hilferding ao entrelaçamento de industriais e banqueiros com a burocracia estatal. Incluiu também a supremacia das altas finanças apontadas por John A. Hobson (Lenin, 2006).

O revolucionário russo deduziu sua abordagem de teorias da crise baseadas em desproporcionalidades e superproduções expostas por Hilferding e Kautsky. Posteriormente, ele privilegiou a tese de Nikolai Bukharin sobre parasitismo financeiro e concorrência nacional com alta intervenção do Estado.

Mas o centro de sua visão sobre o imperialismo não estava localizado em caracterizações econômicas, mas em diagnósticos de iminente confrontação bélica. O contexto onipresente da guerra determinou sua concepção.

O impacto de suas ideias se explica por esse acerto político. Não apresentou apenas denúncias, postulou uma crítica demolidora à expectativa pacifista de evitar a conflagração mediante ingênuas convocatórias ao desarmamento. Nesse questionamento, Lenin concordava com Luxemburgo e entrava em conflito com Kautsky e Hilferding. As diferenças teóricas em torno do subconsumo, no primeiro caso, e as afinidades sobre a dinâmica da crise no segundo constituíam problemas menores em comparação ao dilema da guerra.

Muitas leituras posteriores esqueceram essa primazia política do texto e supervalorizaram as caracterizações econômicas. Projetaram, além disso, para todo século XX, uma avaliação limitada ao período de entreguerra.

Essa extrapolação conduziu a décadas de dogmatismo e marxismo repetitivo. Tornou-se habitual postular a invariável vigência do que foi dito por Lenin e se buscou atualizar suas afirmações com dados de protecionismo, primazia financeira ou confrontação bélica. Essa reiteração omitiu que os dois traços centrais dessa tese – estancamento e guerra imperialista – não constituem características permanentes do capitalismo. Em nosso livro sobre o tema, traçamos um balanço dessas discussões (Katz, 2011).

Nossa avaliação tem sido impugnada por sua “ruptura definitiva com a visão leninista”. Essa objeção reitera a hipótese de imutável validade do postulado de 1916 para todo o século posterior (Duarte, 2013).

Para demonstrar esse congelamento do capitalismo, nossos críticos destacam a continuada supremacia dos bancos, como se tal período prolongado de múltiplos processos industriais não tivessem alterado essa supremacia. Eles atribuem a mesma importância ao protecionismo, ignorando a intensidade da liberalização comercial e o entrelaçamento internacional dos capitalistas. Também enfatizam a centralidade da guerra, esquecendo que os confrontos entre as principais potências foram substituídos por agressões imperialistas de alcance hegemônico ou global.

Com o mesmo critério de cega fidelidade ao texto original, destacam a substituição da concorrência por monopólios, ignorando o caráter complementar de ambas as características e a vigência da concorrência no capitalismo. Esquecem que o comportamento dos preços não está sujeito a acordos simples, mas a um ajuste objetivo guiado pela lei do valor.

Além disso, enfatizam a primazia sustentada do rentismo, omitindo que os principais desequilíbrios do sistema são gerados na área produtiva. Essas tensões não vêm do parasitismo, mas do dinamismo descontrolado do capital.

A lealdade formal a Lenin geralmente requer um ritual recordatório do imperialismo “como última etapa do capitalismo”. Esquece-se que esta avaliação foi realizada às vésperas da Revolução Russa, apostando em maiores vitórias no resto do mundo. Lenin nunca pensou nesse título como um refrão válido para qualquer momento e lugar.

A tese da decadência sistêmica postulada pelo líder bolchevique também estava inspirada na esperança de próximas vitórias do socialismo. Não formulava diagnósticos de colapsos divorciados da luta de classes. À luz da evolução subsequente, é evidente que o estágio visto como momento final constituiu um período intermediário de desenvolvimento imperialista.

O capitalismo não se dissolverá por um esgotamento terminal. Lenin enfatizava, com razão, que sua erradicação depende da construção política de uma alternativa socialista.

A função da periferia

Luxemburgo também analisou o mundo colonial a partir de uma teoria do imperialismo. Mas elaborou o problema de outra maneira. Buscou uma dedução direta a partir dos textos de Marx. Situou o tema nos esquemas de reprodução ampliada do livro II d’*O capital* e avaliou os obstáculos que o capitalismo enfrentava em escala internacional.

A dirigente socialista entendeu que o principal desequilíbrio radicava na realização da mais-valia que as economias centrais não

conseguiam consumir pela limitação dos mercados. Destacou que a única saída para desafogar essa acumulação era a colocação de excedentes nas colônias. Lembrou que a Grã-Bretanha se expandiu vendendo tecidos no exterior e, a partir desse antecedente, definiu o imperialismo como um sistema de mobilização externa do capital inativo.

Luxemburgo observou que Marx havia omitido esses desequilíbrios e propôs reparar o erro incorporando a assimilação do excedente nos esquemas de reprodução. Criticou os teóricos (Eckstein, Hilferding, Bauer) que desconheciam essa contradição do capitalismo (Luxemburgo, 1968).

Sua abordagem suscitou diferentes avaliações dos esquemas do livro II que, frequentemente, esqueceram a finalidade desses diagramas. Marx os introduziu para demonstrar como pode funcionar o sistema apesar dos enormes obstáculos que afetam seu desenvolvimento.

O autor d'*O capital* concebeu uma situação ideal de ausência de desequilíbrios para expor como operaria todo o circuito da produção e circulação. Luxemburgo e seus críticos ignoraram essa função e embarcaram em inapropriadas correções dos esquemas.

A revolucionária de origem polonesa cometeu outro erro ao buscar no exterior os limites que o capitalismo enfrenta em sua dinâmica interna. Por isso, entendeu que o esgotamento dos mercados coloniais determinaria uma saturação absoluta da acumulação. Esqueceu que, também, nesse âmbito, o sistema gera mecanismos para recriar sua continuação através da desvalorização (ou destruição) dos capitais excedentes.

Mas nenhum desses desacertos ofusca as significativas contribuições da pensadora alemã. Assim como Lenin, ela entendeu como as contradições do capitalismo adotam formas agravadas nas margens do sistema.

Luxemburgo forneceu a primeira análise da forma em que a periferia fica integrada ao centro como uma necessidade do capitalismo mundial. Ressaltou que esse segmento é indispensável para

a reprodução de todo o sistema. Não argumentou com hipóteses de capitalismo mundial pleno nem considerou as economias subdesenvolvidas como simples complementos dos países avançados. Estudou ambos os setores como partes de uma mesma totalidade (Córdova, 1974).

A estudiosa do capitalismo afirmou que o centro precisa dos lucros subtraídos da periferia para continuar operando. Ilustrou essa conexão do Ocidente com a África, a Ásia e a América Latina. Amadureceu essa caracterização em seus estudos da Polônia, investigando como uma zona periférica fica assimilada aos mercados circunvizinhos. Dessa maneira, ela detectou as relações desiguais que ligam as economias dominantes e subordinadas (Krätke, 2007).

Luxemburgo percebeu como o mundo subdesenvolvido padece uma acumulação primitiva permanente a serviço das economias centrais. Observou que esse processo não corresponde apenas à gênese do capitalismo, mas também à sua continuidade. Destacou a forma em que o capital metropolitano obstrui o crescimento da periferia e ilustrou de que forma impede essas regiões de repetir o desenvolvimento da Europa Ocidental, Estados Unidos ou Japão.

Essa caracterização constitui um antecedente das teorias do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Forneceu fundamentos para as concepções que conectam o atraso da periferia com o desenvolvimento do centro. Destacou duas faces de um mesmo processo do capitalismo mundial que não se circunscreveu à conjuntura de sua época.

Luxemburgo retratou como o capitalismo destrói as economias camponesas da periferia sem facilitar sua industrialização. Descreveu esse processo revisando a conquista inglesa da Índia, a ocupação francesa da Argélia e a violenta implantação dos Boers na África do Sul. Observou que a desintegração de zonas pré-capitalistas potencializa a pobreza, impedindo a expansão da demanda e a conseguinte acumulação autossustentada.

Esse diagnóstico foi bem recebido pelos estudiosos de sua época, mas alguns salientaram que o capitalismo integra essas regiões

sem destruí-las. Impõe relações de subordinação sobre as formas precedentes, seguindo o modelo de incorporação da escravidão ao capitalismo nascente ou o caminho de assimilação das oligarquias à produção agrícola capitalizada (Howard e King, 1989).

Luxemburgo argumentou com critérios subconsumistas. Ressaltou que as restrições à demanda induzem o centro a procurar mercados externos que não prosperam devido a obstruções impostas ao poder de compra na periferia.

Essa visão era semelhante à caracterização de Hobson e mantinha distâncias com a visão Lenin-Hilferding (superprodução-desproporcionalidade). Ao passo que o líder bolchevique forjou sua teoria em polêmicas com o subconsumismo dos populistas russos, a revolucionária que atuou na Alemanha amadureceu sua tese questionando a conciliação da social-democracia.

Muitos autores contestaram o subconsumismo de Luxemburgo ao ressaltar a primazia dos desequilíbrios no plano do lucro. Destacaram que o capitalismo gira em torno do lucro. Mas essas críticas omitiram a compatibilidade de ambos os enfoques e sua integração com argumentações multicausais da crise. Não perceberam como Luxemburgo antecipou diferenças importantes entre o centro e a periferia na resolução da demanda.

Em contrapartida, a autora polonesa compartilhou a análise leninista do imperialismo, mas não atribuiu a mesma relevância ao protecionismo, à supremacia financeira ou ao monopólio. Também não associou esse período com a exportação de capitais, mas ressaltou a preeminência das mercadorias excedentes.

Mas Luxemburgo concordou com Lenin em destacar que a periferia era duplamente explorada por drenagens econômicas e pilhagens coloniais. No cenário bélico de inícios do século XX, ambos os processos potencializaram a polarização global.

Acumulação por despossessão

A identificação da acumulação primitiva com a depredação que Luxemburgo expôs atualmente tem sido retomada por David

Harvey em sua análise sobre os efeitos predatórios do capitalismo. Ele utiliza o termo “desposseção” para destacar o caráter contemporâneo desse processo.

Harvey acredita que a acumulação primitiva inclui processos anteriores e concomitantes do desenvolvimento capitalista. Assim como Luxemburgo, considera que as economias metropolitanas impõem um intercâmbio pernicioso à sua vizinhança subdesenvolvida.

Mas o pensador inglês atribui ao termo “desposseção” uma dimensão adicional como mecanismo de expropriação em economias avançadas por meio de especulação financeira, fraudes, patentes e privatizações (Harvey, 2003).

Claude Serfati propõe uma caracterização semelhante. Ele ressalta que a depredação sofrida pela periferia (especialmente através do pagamento da dívida pública) coexiste com os confiscos gerais do sistema. Ele acredita que o capitalismo desenvolvido se reproduz empobrecendo uma esfera “exterior”, que não é apenas geográfica, mas também social. Essa apropriação abarca todos os campos disponíveis para a acumulação (Serfati, 2005).

Essas visões são contestadas por vários marxistas. Eles questionam a ênfase no roubo extraeconômico em detrimento da lógica do capital; alertam contra a apresentação do sistema como um simples regime de dominação política; lembram que Marx não estudou a acumulação primitiva como um roubo para enriquecer a burguesia, mas que buscou ilustrar o processo social expropriatório de formação do proletariado (Brenner, 2006; Wood, 2007).

Os críticos ressaltam que o capitalismo não deve ser analisado com critérios de pilhagem. Diferentemente dos regimes tributários ou escravistas, ele se regula por normas objetivas de concorrência, lucros e exploração (Ashman e Callinicos, 2006).

Harvey considera que essas visões subestimam o componente de depredação do capitalismo contemporâneo e reafirma sua apresentação da acumulação como um processo que combina confisco econômico e extraeconômico. Mas não esclarece quando e como operam cada uma dessas dimensões (Harvey, 2006).

A subtração de mais-valia e a expropriação por meio da pilhagem eram avaliadas de outra forma em inícios do século XX. Hilferding postulava uma cronologia histórica desses processos. Considerava que a pilhagem foi característica do colonialismo tradicional e da hegemonia do capital comercial. Destacava que essa modalidade decaiu com a industrialização metropolitana e manteve pouca relevância no período posterior de protecionismo e exportação de capital (Hilferding, 2011).

Lenin e Luxemburgo, ao contrário, consideravam que a depreciação havia reaparecido na nova etapa imperialista. Consideravam que as guerras pelo botim colonial recriavam os velhos cenários de pilhagem. Muitas teorias pós-leninistas e pós-luxemburguistas mantiveram essa visão sem levar em conta que ela foi formulada em um período bélico.

Uma reconsideração do problema deveria ressaltar a função secundária da pilhagem nas fases de acumulação atual e sua importância central nas etapas bélicas. A mesma distinção poderia ser estendida às regiões da periferia dominadas por cenários de guerra (Oriente Médio) ou por contextos de exploração usual (América Latina).

É verdade que a acumulação primitiva e de capital são processos concomitantes e não meras etapas do desenvolvimento histórico. Mas a relação entre ambos os processos varia muito em cada período e região.

Desenvolvimento desigual e combinado

Trotsky concordou com as caracterizações de Lenin e Luxemburgo sobre a guerra, o período imperialista e a polarização mundial. Mas introduziu um conceito que permitiu superar as contraposições simplificadas da periferia com o centro. Sua noção de desenvolvimento desigual e combinado situou o atraso das regiões subdesenvolvidas no contexto do capitalismo internacionalizado. Registrou não só as assimetrias, mas também as misturas de formas avançadas e atrasadas nas formações incorporadas ao mercado mundial.

O revolucionário russo inicialmente utilizou um conceito apresentado por vários autores (Herzen, Tchernichevski) para ilustrar a mistura de modernidade e subdesenvolvimento vigente na Rússia. Em seguida, ele combinou essa aplicação com outras teses (Parvus) que retratavam a economia mundial como uma totalidade heterogênea e interconectada.

Com essa visão, ilustrou o novo amálgama do subdesenvolvimento. A periferia não reproduzia mais o expansivo modelo europeu, mas também não mantinha as antigas modalidades feudais, servis ou camponesas.

Trotsky acrescentou ao desenvolvimento desigual de Lenin um princípio de processos combinados. Ilustrou como a diversidade de ritmos de desenvolvimento é complementada por uma mistura do arcaico com o moderno. Ele descreveu essa nova articulação em seu balanço da primeira Revolução Russa e completou a teoria em sua história da façanha bolchevique (Trotsky, 1972; 1975).

O desenvolvimento desigual e combinado permite superar as interpretações difusionistas e estagnacionistas da relação centro-periferia. Refuta os mitos da expansão gradual do modelo ocidental e desmente a impressão oposta de congelamento pré-capitalista. Enfatiza a preponderância de misturas dentro de uma hierarquia imperial (Barker, 2006).

Esse amálgama foi posteriormente chamado de “heterogeneidade estrutural” e teve grande aplicação no estudo das economias latino-americanas que combinavam industrialização dependente com latifúndio improdutivo.

Trotsky forneceu a explicação mais completa das percepções do segundo Marx sobre a Índia. As ferrovias inglesas não transferiam ao subcontinente asiático o desenvolvimento previsto pelo *Manifesto*, mas juntavam crescimento com inserção mundial subordinada.

O marxismo endogenista usou o desenvolvimento desigual e combinado para descrever como diferentes modos de produção

(escravidão, feudalismo e capitalismo) se articulavam em formações econômico-sociais singulares.

Teóricos do marxismo exogenista recorreram à mesma noção para estudar como os padrões internacionais de dependência moldam as economias semi-industrializadas.

Trotsky amadureceu seu conceito na luta política contra as teses comunistas oficiais da revolução por etapas. Questionou o ressurgimento da ideia menchevique de um desenvolvimento burguês antes de qualquer transformação socialista. Destacou a inviabilidade dessa estratégia em um mundo capitalista interconectado. O desenvolvimento desigual e combinado constituiu o pilar principal de sua estratégia de revolução permanente. Defendeu essa tese contrapondo o êxito do bolchevismo com o fracasso da Revolução Chinesa (1925-1927) (Trotsky, 2000; Demier, 2013).

Trotsky concebeu sua abordagem para economias intermediárias, velhas potências ou países com alta relevância geopolítica. Propôs aplicá-la na Rússia ou na Turquia e era cauteloso em sua extensão. Não incluía regiões coloniais ou de grave subdesenvolvimento. O que era válido para a China ou Índia não era aplicável na África equatorial ou no Afeganistão (Davidson, 2010).

Com essa mesma visão, antecipou as peculiaridades das formações semiperiféricas que, na época, realizavam mutações substanciais. Junto às antigas potências (França, Inglaterra), desafiadas pelos novos países centrais (Estados Unidos, Japão, Alemanha), outro segmento mantinha um lugar indefinido (Rússia, Itália) ou aprofundava seu declínio (Turquia, Espanha). Essas potências de segundo escalão foram estudadas posteriormente com os critérios do subimperialismo. O desenvolvimento desigual e combinado forneceu uma base para essa investigação.

Questionamentos e desdobramentos

Desde a sua formulação, o desenvolvimento desigual e combinado desencadeou numerosos debates. Todos reconheceram que esclarecia a evolução das economias submetidas à mescla de

modernização e atraso e exaltaram sua percepção dessas articulações (Vitale, 2000).

Mas outras aplicações destacaram sua similaridade com as teorias heterodoxas do salto de crescimento [*catch up*]. Essas propostas destacam as vantagens do país que chegou tarde para assimilar as tecnologias disponíveis. Compararam esse “privilégio do atraso” com as ideias de Trotsky.

Mas o líder revolucionário conceituou a industrialização fragmentária de capitalismo tardios, apontando vantagens e desvantagens. Destacou as contradições que implicavam “chegar tarde”. Lembrou que a Rússia se industrializou com mercados estreitos, endividamento externo e compromissos militares desastrosos.

O caso alemão fornecia outro exemplo. Pressionado pela concorrência anglo-francesa, o capitalismo alemão desenvolveu-se sem a revolução burguesa triunfante sob a bota de um Estado militarizado. Esse prussianismo levou a catastróficas pressões belicistas.

Trotsky não concebeu o desenvolvimento desigual e combinado como uma categoria da Sociologia ou da Economia heterodoxa. Buscava demonstrar as possibilidades de protagonismo proletário em capitalismo imaturos.

Por esse motivo, destacava que a Rússia havia gerado uma classe operária capacitada para consumir a revolução bolchevique. Esse dado era o principal corolário de sua teoria. Em vez de sustentar uma industrialização burguesa mais pujante, o amálgama russo tornou possível a realização de um ensaio antecipado de socialismo (Bianchi, 2013).

Trotsky integrou economia, política e luta de classes em um argumento anticapitalista. Elaborou sua abordagem contra o positivismo social-democrata e a estratégia da revolução por etapas. Questionou as propostas de imitação do capitalismo central e as políticas de construção do socialismo em um só país. Suas teses eram totalmente alheias ao *catch up*.

Em outros debates, enfatizou-se que o desenvolvimento desigual e combinado é um mecanismo ou uma tendência sem *status*

de lei. Carece de lógica preditiva e resultados estritos derivados de forças atuantes.

Esse desempenho metodológico do conceito é um tema aberto, mas deve-se lembrar que nunca foi concebido para o universo das ciências naturais. Refere-se a fenômenos sociais, confrontos políticos e resultados históricos dependentes da ação humana. Esclarece as contradições sujeitas ao resultado imprevisível da luta de classes.

Outra discussão envolve o alcance histórico dessa tese. Certos autores acreditam que ultrapassa o âmbito capitalista e permite entender processos pré-capitalistas. Utilizam-no para demonstrar como a colonização combinou processos mercantis com trabalho escravo e exploração dos indígenas (Novack, 1974). Outra ampliação ao passado aplica esse princípio para retratar a expansão territorial da nobreza nas sociedades feudais (Rosenberg, 2009).

Mas essa explicação não ignora que somente no capitalismo os atores econômicos ficam envolvidos na rede de interdependência necessária para concretizar o desenvolvimento combinado. Os sistemas anteriores podiam compartilhar muitos traços, mas não as misturas de desenvolvimento industrial descritas por Trotsky. Somente o capitalismo introduz a dimensão mundial exigida para romper o isolamento das sociedades anteriores (Callinicos, 2009).

Conceitos perduráveis

Lenin, Luxemburgo e Trotsky atribuíram a polarização mundial à nova etapa imperialista. Apresentaram essa divisão como um efeito das disputas entre potências pelo botim colonial. Analisaram o confisco da periferia no contexto das rivalidades mercantis que levaram à Primeira Guerra Mundial.

Os três autores introduziram noções de grande relevância para o estudo da relação centro-periferia. Lenin esclareceu o desenvolvimento econômico desigual e a subordinação política sofrida pelos países atrasados. Luxemburgo retratou as obstruções econômicas estruturais que essas nações sofrem e antecipou tendências da acumulação por despossessão. Trotsky destacou as

contradições peculiares dos países intermediários afetados pelo desenvolvimento combinado. Essas teorias foram expostas em estreita conexão com estratégias socialistas.

As ideias dos três revolucionários tiveram grande impacto na segunda metade do século XX. Mas, durante esse período, ocorreram alterações no capitalismo que modificaram o pensamento marxista.

3. CENTRO E PERIFERIA NO MARXISMO DO PÓS-GUERRA

Quatro economistas marxistas desenvolveram no pós-guerra importantes estudos sobre a relação centro-periferia. Enquanto Paul Baran e Paul Sweezy foram os precursores dessa abordagem, Samir Amin e Ernest Mandel contribuíram com desenvolvimentos mais elaborados sobre o mesmo tema. Todos pesquisaram em um período de reconstrução pós-guerra e expansão capitalista que aumentou o fosso entre economias avançadas e atrasadas.

Qual foi a visão deles sobre essa assimetria?¹

Desindustrialização e excedente

Nos anos 1950, a interpretação marxista mais difundida sublinhava a obstrução à industrialização da periferia por parte do centro. Ressaltava que o objetivo desse bloqueio era impedir o surgimento de concorrentes e, assim, garantir a primazia das empresas estrangeiras.

Essa abordagem ressaltava que os países desenvolvidos se apropriavam das matérias-primas estrangeiras e perpetuavam mercados cativos para suas exportações de manufaturados. Essa asfixia impedia a transformação da descolonização em processos de desenvolvimento (Dobb, 1969).

Paul Baran reformulou essa visão. Ele atribuiu a baixa taxa de crescimento dos países atrasados à asfixia externa, mas advertiu

¹ Em dois textos anteriores, analisamos o enfoque de Marx e dos marxistas clássicos sobre o mesmo tema (Katz, 2016a, Katz, 2016b).

também sobre a existência de certos processos de expansão fabril na periferia. Dessa maneira, essa visão destacou o caráter insuficiente da velha contraposição entre os países industrializados e os agromineiros (Baran, 1959).

O teórico russo-estadunidense colocou a principal diferença entre o centro e a periferia na gestão do excedente. Introduziu esse conceito para descrever a utilização do produto adicional gerado em cada ciclo de acumulação. Considerou que esse excedente era absorvido internamente nas economias avançadas por atividade militar, consumo de luxo ou os gastos improdutivo. Na periferia, ao contrário, era transferido ao exterior para facilitar a expansão das economias metropolitanas.

O pensador marxista também avaliou que, nas economias subdesenvolvidas, a diferença entre o que poderia ser investido (excedente potencial) e o que realmente era destinado à atividade produtiva (excedente efetivo) era enorme. Ressaltou que a maior parte do excedente era abocanhada pela aristocracia latifundiária ou remetida para o exterior pelas filiais das empresas estrangeiras (Baran, 1959; Sweezy e Baran, 1974).

Baran atribuiu mais relevância às causas exógenas (transferências para o exterior) do que às endógenas (predominância latifundiária) na recriação do subdesenvolvimento. Enfatizou o caráter estrutural da expatriação de recursos sofrida pela periferia e destacou que o fosso entre economias avançadas e atrasadas ultrapassava as conjunturas de guerra ou os cenários de concorrência entre impérios (Howard e King, 1989).

Com essas ideias, ilustrou como as economias desenvolvidas precisam absorver recursos do exterior para garantir sua reprodução. A escola da revista *Monthly Review*, liderada por Paul Sweezy, continuou esse enfoque e propiciou numerosos estudos sobre a grande drenagem de recursos que descapitalizava a periferia. As investigações de Harry Magdoff também demonstraram como o capitalismo estadunidense se nutriu dessa espoliação das economias atrasadas (Magdoff, 1972).

Estagnação e dominação

As interpretações do fosso global proposta pela escola da *Monthly Review* foram baseadas em duas caracterizações: a estagnação do capitalismo e a dominação imperial.

O primeiro conceito foi desenvolvido por Sweezy a partir de um fundamento subconsumista. Ressaltou que a demanda restrita gerava um excedente invendável que empurrava o sistema à regressão. Posteriormente, atribuiu o mesmo efeito à expansão dos monopólios. Afirmou que o gigantismo das empresas resultava em acordos de preços, que desencorajavam novos empreendimentos e desembocavam em ciclos recessivos.

Sweezy enfatizou o bloqueio à inovação como uma consequência adicional desse processo. Ele considerou que a mudança tecnológica tendia a decair com o enfraquecimento das revoluções industriais que impulsionavam a acumulação.

Em seus trabalhos posteriores, localizou a principal causa da estagnação no parasitismo financeiro. Afirmou que o capitalismo havia se transformado em um sistema rentista controlado por banqueiros que asfixiavam o investimento. Essa visão foi influenciada pelas percepções pessimistas de vários autores keynesianos do período (Sweezy, 1973a; Sweezy, 1973b).

Sweezy concebeu a polarização mundial como um processo compensatório das perdas enfrentadas pelo capitalismo metropolitano. Afirmou que as grandes empresas combateram suas adversidades com maiores extrações da periferia (Albo, 2004).

Mas, em pleno desencadeamento do *boom* econômico de 1950-1970, essas teses enfrentaram inúmeros problemas. Discorriam sobre contrações da demanda, quando o consumo das massas eclodia ou enfatizavam a asfixia do monopólio, em um contexto de criação de novas empresas. Além disso, destacavam a regressão tecnológica em pleno aumento da produtividade. A dominação financeira era postulada em meio a esse auge industrial.

Os argumentos apresentados pelos pensadores da *Monthly Review* provocaram intensas polêmicas entre os economistas

marxistas. O fundamento subconsumista foi questionado com explicações baseadas na queda da taxa de lucro sobre as crises. O esgotamento tecnológico foi questionado com indícios de uma nova revolução tecnológica (automação, plásticos, energia nuclear).

Além disso, a predominância do monopólio foi criticada por omitir a continuidade da concorrência em um sistema regido pela lei do valor. Por sua vez, o protagonismo financeiro foi contestado lembrando a centralidade do setor produtivo na extração de mais-valia (Katz, 2001).

Mas nenhum desses questionamentos afetou o registro correto de um novo fosso entre o centro e a periferia. Baran, Sweezy e Magdoff forneceram fortes evidências dessa defasagem. As críticas apontaram problemas nos fundamentos teóricos de sua abordagem, mas não contestaram os contundentes indícios da polarização.

Os autores da *Monthly Review* também contribuíram com caracterizações geopolíticas do papel do imperialismo na consolidação da assimetria global. Explicaram como as grandes potências necessitavam controlar o suprimento de matérias-primas para continuar sua acumulação. Eles estudaram como o barateamento desses insumos se contrapõe à queda do lucro.

Sweezy e Magdoff não apenas descreveram a importância hegemônica dos Estados Unidos, mas também analisaram o novo papel do Pentágono como guardião do capitalismo em escala mundial (Sweezy e Magdoff, 1981). Essa tese antecipou várias características do imperialismo contemporâneo. O que parecia um exagero “superimperialista” da conjuntura ilustrou uma importante tendência geopolítica de longo prazo (Katz, 2011).

Polêmicas com o liberalismo

Baran, Sweezy e Magdoff refutaram as concepções liberais que atribuíam o subdesenvolvimento às adversidades climáticas de certas regiões. Essas visões naturalizaram a conveniência de áreas temperadas, omitindo a variabilidade de uma condicionante que perdeu incidência frente aos processos socioeconômicos (Szentos, 1984).

Os liberais também atribuíam o atraso à ausência de capitalistas empreendedores sem explicar a causa dessa carência. Eles simplesmente convocavam o reforço do individualismo para favorecer o surgimento de uma elite empresarial. Identificavam a modernização com a imitação do Ocidente, exaltando as conveniências desse caminho.

Mas a repetição que idealizavam nunca foi verificada. O desenvolvimento capitalista sempre esteve marcado por acelerações e sobreposições alheias ao cronograma de início, maturidade e crescimento que os liberais proclamavam.

Os marxistas da *Monthly Review* refutaram esse esquema neoclássico dismantelando os mitos das vantagens comparativas. Contrapuseram essas fantasias com a contundente evidência da opressão imperial das transferências de renda e da apropriação de matérias-primas (Sweezy, 1973a).

Além disso, destacaram que o atraso não se devia a “carências de capital”, mas à utilização improdutiva dos recursos existentes. Com esse argumento, eles questionaram a idealização do financiamento externo.

Os membros da *Monthly Review* atuaram no clima de perseguições que imperava no macartismo e confrontaram, em plena Guerra Fria, a apologia do modelo estadunidense propagada pelos autores anticomunistas como Rostow (Katz, 2015).

Baran também enfatizou a importância da autonomia política na periferia para conter as exigências do centro. Contrapôs o que aconteceu entre a Índia e o Japão no século XIX, lembrando como a indústria nascente foi devastada pelo colonialismo inglês, no primeiro caso, e conseguiu emergir, no segundo, pela existência de independência política.

Para destacar essa incidência, ele atualizou a classificação leninista do universo periférico. Distinguiu territórios coloniais (Ásia, África) e administrações com recursos cobiçados (petróleo do Oriente Médio) dos países que conquistavam um *status* soberano (Egito) (Baran, 1959).

Baran afirmava que essa autonomia permitiria se contrapor ao subdesenvolvimento se inaugurasse um processo anticapitalista. Observava com simpatia o modelo de planejamento da URSS e propunha generalizá-lo para garantir altas taxas de crescimento.

Nesse terreno, ele convergia com Maurice Dobb e incentivou associações internacionais com o bloco socialista para implementar o esquema soviético de industrialização com altas taxas de investimento (Dobb, 1969).

Esses propósitos coexistiam com a rejeição da política de revolução por etapas prevista pelos partidos comunistas. Opuseram-se ao chamado para confluir com a burguesia em projetos para construir o capitalismo nacional. Os editores da *Monthly Review* simpatizavam com as correntes terceiro-mundistas que enfrentavam processos anticolonialistas radicais (Magdoff, 1971).

Esse posicionamento político orientou todas as investigações econômicas que Baran e Sweezy empreenderam. Avaliando-se a totalidade de sua obra, é inquestionável a contribuição que eles deram à compreensão da relação centro-periferia. Em contraposição aos mitos ortodoxos do bem-estar e às expectativas heterodoxas de repetir a evolução dos Estados Unidos ou da Europa, eles demonstraram como a drenagem do excedente obstrui o desenvolvimento e reforça a dominação imperial.

Cinco teses de Amin

Samir Amin adotou pressupostos semelhantes aos de Sweezy-Baran, mas desenvolveu uma concepção marxista mais ambiciosa da relação centro-periferia. Sua abordagem pode ser sintetizada em cinco caracterizações.

Destacou, primeiro, o caráter intrínseco da polarização mundial sob o capitalismo. Ele considerou que essa desigualdade de renda entre países avançados e atrasados foi subestimada por teóricos socialistas que se concentraram exclusivamente na problemática do capital e do trabalho (Amin, 2003).

O teórico egípcio resgatou a percepção de Lenin das formas internacionais diferenciadas de exploração e enfatizou a interpretação de Bauer sobre os lucros obtidos na periferia como mecanismo compensatório das melhorias concedidas aos trabalhadores do centro (Amin, 1976).

Amin considerou que, em sistemas pré-capitalistas, os processos de nivelamento internacional entre as diferentes regiões ainda eram viáveis. Lembrou, por exemplo, que a Europa Ocidental superou em tempo recorde seu atraso histórico em relação a áreas de maior desenvolvimento anterior. Mas afirmou que a possibilidade dessa equiparação foi se desvanecendo posteriormente com a consolidação do capitalismo, até que se tornou impossível na atualidade (Amin, 2006).

O conhecido economista exemplificou essa assimetria ilustrando os desníveis contemporâneos entre as diferentes regiões. Ele sugeriu que o imperialismo não é uma etapa, mas um mecanismo de consolidação dessas desigualdades (Amin, 2001a).

Partindo dessa constatação das assimetrias mundiais, Amin atribuiu, em segundo lugar, a expansão da desigualdade global à internacionalização de um sistema que universaliza a mobilidade do capital e das mercadorias, mas não do trabalho. Retratou como o comércio e os investimentos se expandem por todo o planeta, mantendo em termos relativos a localização fixa dos assalariados.

Explicou essa imobilidade comparativa do trabalho por meio da estrutura histórico-nacional dos mercados de trabalho. Na sua abordagem, os fluxos migratórios estão longe de se equiparar ao alto ritmo de movimento que caracteriza o dinheiro ou os bens (Amin, 1973).

Nesse diagnóstico é baseada a terceira abordagem de Amin, que destaca a existência de taxas mais altas de exploração na periferia. Ele ressalta que a imobilidade do trabalho consolida, nessas regiões, grandes exércitos de desempregados que barateiam os salários. Além disso, nas atividades industriais localizadas em

economias atrasadas, os capitalistas lucram com diferenças salariais superiores às diferenças de produtividade.

O teórico marxista fez inúmeras comparações entre os mesmos setores industriais das economias avançadas e subdesenvolvidas para ilustrar como a diferença de salário entre as matrizes e as filiais determina a principal fonte de lucro das empresas multinacionais (Amin, 1973).

Amin concluiu esta análise com uma imagem dos mecanismos de transferência de valor usados pelos capitalistas metropolitanos para apropriar-se da mais-valia gerada na periferia. Ele apresentou várias estimativas dos montantes monumentais desses movimentos (Amin, 2008).

O teórico egípcio apontou, em seu quarto princípio, que essa expropriação é possível devido à convergência de diferentes formações econômico-sociais em torno de um mesmo mercado mundial. Ressaltou que, nessa área, operam estruturas dominantes e subordinadas que reproduzem a desigualdade global (Amin, 2005).

Finalmente, Amin comparou os modelos autocentrados em vigor nos países avançados com os processos econômicos desarticulados predominantes na periferia. Ele destacou a durabilidade dessas diferenças ao questionar as expectativas liberais de equiparação. Ele também polemizou com as hipóteses desenvolvimentistas de alcançar na periferia o bem-estar imperante no centro, mediante uma simples reprodução da evolução seguida pelas regiões mais prósperas (Amin, 2008).

Em suas cinco abordagens, Amin reafirmou a perdurabilidade da desigualdade estrutural entre economias avançadas e atrasadas no capitalismo contemporâneo. Ele não se limitou a expor os mecanismos comerciais ou financeiros para a transferência de mais-valia que perpetuam essas diferenças, mas ensaiou uma nova explicação focada na peculiaridade da força de trabalho dos países subdesenvolvidos.

Ele ressaltou que a abundância dessa mão de obra e sua relativa imobilidade, em comparação com o deslocamento vertiginoso

de capital e mercadorias, geram lucros extraordinários com a exploração do trabalho. Ressaltou que esses benefícios recriam a polaridade centro-periferia e esclareceu aspectos omitidos nas visões anteriores.

Valor mundial e polarização

Amin fundamentou sua visão em uma teoria do valor mundial, estendendo a aplicação desse princípio marxista ao plano global. Retomou uma norma que explica os preços das mercadorias pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Este critério atribui as mudanças dos preços a modificações na produtividade ou na demanda que, por sua vez, estão regulados por níveis da exploração e taxas de lucro.

A primazia desta lei do valor distingue o capitalismo dos regimes anteriores e determina a centralidade assumida pela maximização do lucro no funcionamento geral da sociedade (Amin, 2006; Katz, 2009).

Mas a novidade introduzida por Amin é a vigência dessa lei em escala mundial. Ressaltou a preeminência dessa dimensão à medida que se consolida a fluidez internacional das mercadorias e dos capitais frente à imobilidade da força de trabalho (Amin, 1973).

Com esse enfoque, Amin conceituou a internacionalização da produção realizada através da expansão das empresas multinacionais. Ao vincular os processos mundiais de fabricação, essas empresas determinam preços de referência para todas as atividades sob seu controle.

O economista egípcio questionou as teses que restringem a vigência da lei do valor ao plano nacional. Destacou que esse alcance inicial foi ultrapassado pela dimensão mundial apresentada pelo capitalismo contemporâneo (Amin, 2001b).

Essa visão da formação dos preços sob o comando das empresas multinacionais foi corroborada posteriormente por muitos estudos do gerenciamento globalizado das empresas. Essas companhias operam com taxas de lucro mais altas que aquelas vigentes em

cada âmbito nacional. A lei do valor em escala internacional explica a forma em que uma porção significativa da produção contemporânea se desenvolve no espaço interno das empresas multinacionais (Carchedi, 1991).

Amin destacou não apenas o crescente alcance da mundialização, mas também sua dinâmica polarizadora. Lembrou que essa fratura é própria de um sistema que se expande globalmente ao manter estruturas nacionais dos mercados de trabalho (Amin, 2006).

Com esse enfoque, Amin antecipou nos anos 1960 e 1970 muitas características da globalização produtiva que se realizaria. Registrou nas multinacionais de sua época várias tendências da transnacionalização posterior. Mas, além disso, pesquisou o problema avaliando a mudança qualitativa introduzida pela ação da lei do valor em escala mundial. Ao situar a análise nesse terreno, focalizou a relação centro-periferia no universo industrial das matrizes e suas filiais.

Essa abordagem enfatizou muito mais do que qualquer estudo anterior a dimensão produtiva da desigualdade global. Se Baran indicou que a relação centro-periferia ultrapassava a antiga conexão entre economias manufatureiras e primárias, Amin explicou como a fratura global se reproduz dentro das estruturas industriais mundializadas.

Mas seu enfoque não está isento de problemas. Ao postular que a polarização é uma tendência econômica intrínseca do capitalismo em todas suas etapas, Amin deixou em aberto várias questões sobre os motivos que geram um freio periódico nesse processo. Não esclareceu as causas das bifurcações que frequentemente são registradas na periferia.

O economista egípcio também atribuiu o agravamento da polarização contemporânea à incidência dos monopólios. Descreveu cinco modalidades contemporâneas desses acordos que garantem o controle metropolitano da tecnologia, dos fluxos financeiros, dos recursos naturais, dos meios de comunicação de massa e das armas

de destruição em massa. Retratou como esse domínio reforça a desvalorização do trabalho na periferia (Amin, 2001a).

Essa tese tem semelhanças com a abordagem de Sweezy, mas é baseada em uma teoria do valor muito diferente, que destaca a continuidade da concorrência. De fato, Amin utiliza o termo monopólio no sentido de concorrência entre grandes grupos e não como o oligopólio estável sugerido por Sweezy. Com esse enfoque, analisa o superlucro derivado da segmentação existente entre as economias do centro e da periferia.

A relação com a *Monthly Review* é mais estreita na apresentação da polarização como resultado da senilidade do capitalismo. Amin enfatizou esse declínio histórico com argumentos convergentes com Sweezy, sem se referir à estagnação. Seu conceito de senilidade destacou as contradições explosivas do sistema, mas não postulou a existência de uma paralisação das forças produtivas.

Troca desigual

Amin avaliou que a troca desigual é o principal mecanismo de transferência de valor. Ele ressaltou que esse fluxo aumenta com a generalização dos investimentos estrangeiros que reforçam a desigualdade mundial (Amin, 1973).

O pensador marxista desenvolveu essa caracterização em um período de internacionalização do comércio e de crescente difusão das críticas de Raúl Prebisch à deterioração dos termos de troca. Ambos os processos despertaram grande interesse na problemática da troca desigual como causa central do subdesenvolvimento (Katz, 1989).

Amin coincidiu com os autores que enfatizaram os determinantes produtivos desse processo. Retomou as observações de Marx sobre a remuneração internacional superior dos trabalhos envolvidos em atividades de maior produtividade. Ele também revisou os estudos de Otto Bauer sobre a existência de transferências de mais-valia entre as economias desenvolvidas (Alemanha) e atrasadas (Tcheca-Boêmia).

Mas o teórico egípcio analisou especificamente as conexões entre a troca desigual e o funcionamento mundializado da lei do valor. Ressaltou que as economias avançadas absorvem mais-valia das atrasadas, como resultado de seu maior desenvolvimento (composição orgânica de capital superior).

Nesse sentido, verificou-se outra diferença entre Amin e Sweezy. A problemática da troca desigual implica vigência da concorrência e centralidade da dinâmica produtiva. Ambos os conceitos se chocam com a preeminência pura do monopólio e da supremacia das finanças, que o economista estadunidense enfatizou (Howard, King, 1989).

Amin também considerou a importância atribuída por Arghiri Emmanuel à troca desigual, mas discordou das explicações focadas exclusivamente nas diferenças de salários entre países avançados e atrasados (Emmanuel, 1971).

O economista egípcio se opôs a essa causalidade, rejeitando essa visão de salários como uma “variável independente” do processo de acumulação. Argumentou que essa renda também não está determinada pelas tendências demográficas. Ele lembrou que o salário remunera o valor da força de trabalho, seguindo parâmetros objetivos de produtividade e dinâmicas subjetivas resultantes da luta de classes (Amin, 1973).

Amin também não compartilhou as expectativas de Emmanuel de resolver as assimetrias mundiais com aumentos salariais na periferia e contestou a tese de que os trabalhadores do centro são responsáveis pela exploração do Terceiro Mundo. Focalizou sua interpretação da troca desigual na fratura global gerada pela mobilidade de capital e das mercadorias frente à imobilidade do trabalho (Amin, 1973).

Charles Bettelheim, outro influente teórico marxista, questionou de forma mais categórica os erros de Emmanuel. Afirmou que as diferenças internacionais de salários eram devidas a diferenças no desenvolvimento de forças produtivas. Ressaltou que as remunerações mais elevadas expressam as produtividades superiores

vigentes nas economias centrais e o predomínio de trabalhos mais complexos e qualificados (Bettelheim, 1986).

Bettelheim enfatizou a origem da troca desigual na esfera da produção e não dos salários. Além disso, relativizou a relevância desse mecanismo, apontando sua incidência variável em cada etapa do capitalismo.

Amin reuniu parcialmente essas observações para aperfeiçoar seu esquema de valor mundial e introduziu o termo “condições desiguais de exploração” para mesclar os dois argumentos (Amin, 1976).

Qual foi, então, a contribuição de Amin nesse campo? Sua abordagem ajudou a distinguir a troca desigual das discussões clássicas sobre a deterioração dos termos de troca no comércio entre matérias-primas e produtos manufaturados.

Ao estudar transferências derivadas de desigualdades entre indústrias localizadas no centro e na periferia, o economista egípcio apontou uma distinção entre duas temáticas diferentes que tradicionalmente são confundidas. As transferências de valores da periferia para o centro – geradas por diferenças salariais maiores do que as diferenças de produtividade – são aplicadas, por exemplo, às maquilas instaladas por grandes empresas industriais no Terceiro Mundo para aumentar sua apropriação de mais-valia.

Essa dinâmica de troca desigual difere completamente da relação entre preços de manufatura e agromineiros, que alude a outra dimensão das conexões entre economias avançadas e sub-desenvolvidas e envolve outras tendências.

Dependência e socialismo

Amin postulou que a diferença centro-periferia é uma tendência econômica dominante do capitalismo, mas diferenciou esse princípio de polarização das situações políticas de dependência. Considerou que os dois processos estão relacionados, mas não são idênticos nem operam de forma simétrica.

O teórico egípcio considerou que a polarização marcou a trajetória do capitalismo desde o seu nascimento, mas lembrou

que as situações nacionais de dependência foram determinadas pela capacidade de dominação demonstrada pelo imperialismo em cada circunstância (Amin, 2006).

Amin entendeu que a resistência a essa opressão introduz o único fator de contrapeso significativo na diferença centro-periferia. Ressaltou o impacto dessa ação como um freio ao subdesenvolvimento e como um impulsionador dos avanços conseguidos pelas economias periféricas industrializadas. Considerou que esses desenvolvimentos foram possíveis no período pós-guerra devido à presença de blocos socialistas, movimentos anti-imperialistas e compromissos keynesianos (Amin, 2001a).

O prolífico economista considerou que essa confluência permitiu se contrapor à polarização através do controle local da acumulação introduzida por vários Estados periféricos. Considerou que esse dispositivo – identificado com a desconexão do mercado mundial – permite testar os modelos autocentrados que facilitaram a expansão das economias avançadas.

Mas, diferentemente da heterodoxia keynesiana, Amin não confia na resolução dos processos de desenvolvimento autônomo sob o capitalismo e também não aposta na superação do subdesenvolvimento por essa via.

Para o pensador marxista, o controle local da acumulação deveria inaugurar uma sequência de desconexões favoráveis a uma transformação socialista. Ressalta que o enfrentamento com as corporações do centro é o ponto de partida dessa longa transição pós-capitalista (Amin, 1988).

Amin desenvolve esta tese em debate com as concepções que ignoram a desigualdade centro-periferia ou observam essa fratura em termos exclusivamente econômicos. Distingue a polarização da dependência para destacar a primazia política da luta pela erradicação do subdesenvolvimento (Amin, 2003).

A diferença que ele estabeleceu entre os dois conceitos constitui uma contribuição fundamental para superar as visões simplificadas da relação centro-periferia. Indica a existência de dimensões eco-

nômicas e políticas que não seguem trajetórias idênticas. Enquanto a polarização afeta a todos os países subdesenvolvidos na mesma medida, a dependência varia de acordo com o grau de mobilização anti-imperialista prevalecente em cada caso.

As diferentes situações de submissão, autonomia ou confronto com o imperialismo, registradas em países igualmente subordinados à divisão internacional do trabalho, corroboram essa distinção. As teses de Amin também nos permitem entender por que razão as desconexões que não se aprofundam tendem a recriar a desigualdade centro-periferia.

Mas essa nova abordagem abre outra questão: como se explica a industrialização ou o crescimento continuado das economias atrasadas que não protagonizaram processos anti-imperialistas?

A tese da desconexão foi concebida por Amin para apoiar estratégias socialistas em processos revolucionários na periferia. Essa política aceitava alianças limitadas com as burguesias nacionais e se inspirava nas visões maoístas dos anos 1970. É uma abordagem que enfatizou o protagonismo das forças populares de diferentes ideologias e exaltou o modelo de comunas coletivistas introduzido na China durante a Revolução Cultural (Amin, 1973, 1976; Foster, 2011).

Imperialismo coletivo

Amin relacionou a polarização centro-periferia com a vigência de um novo dispositivo de imperialismo coletivo liderado pelos Estados Unidos. Ele utilizou essa denominação para explicar como a dominação geopolítica global opera em um âmbito de internacionalização do capital e de continuada importância da órbita estatal-nacional.

O economista egípcio detalhou que a preeminência da lei do valor em escala mundial não implicava a formação de uma classe dominante, nem de um Estado global, mas obrigava a criação de estruturas para gerenciar empresas e mercados planetários. Destacou esse determinante econômico na formação de uma

associação imperial em torno da tríade Estados Unidos – Europa – Japão (Amin, 2013).

Amin também observou que o novo sistema adaptou as rivalidades econômicas a uma gestão político-militar compartilhada pelas grandes potências. Ele ressaltou a ampla aceitação do patrocínio bélico exercido pelos Estados Unidos a partir do cenário criado pela Guerra Fria. Mas atribuiu o surgimento do imperialismo coletivo, menos à existência da ex-URSS que à necessidade de administrar uma economia capitalista mundializada e ameaçada por maiores desequilíbrios e desafios populares (Amin, 2003).

Com essa abordagem, ele se opôs à tese das sucessões hegemônicas que postulavam a necessária substituição da supremacia estadunidense por outra potência dominante. Ressaltou que o novo contexto induziu mais à articulação das potências imperialistas do que à retomada das disputas pela hegemonia (Amin, 2004).

Amin enfatizou que o predomínio do imperialismo coletivo reforçava a polarização mundial em hierarquias mais intransponíveis. Considerou que a obstrução ao desenvolvimento da periferia tradicionalmente imposta pela Europa continuava pela tríade desde a segunda metade do século XX.

No entanto, o teórico marxista matizou a divisão em dois polos, apontando a existência de semiperiferia entre os dois extremos. Ele lembrou que essas formações intermediárias constituíram uma norma da história e destacou que, sob o capitalismo contemporâneo, essas modalidades não podem alcançar o centro. Afirmou, por exemplo, que o Brasil já não pode se equiparar aos Estados Unidos, seguindo o caminho que no passado permitiu à Alemanha se aproximar da Inglaterra (Amin, 2008).

Amin afirmou que a hierarquia estável do imperialismo coletivo induz à integração de variantes intermediárias às estruturas dominantes e às regionalizações neoimperialistas. Ele observou que esses polos associados à tríade Turquia – Israel – África do Sul cumprem a função de manter a disciplina exigida pelo centro (Amin, 2003).

O imperialismo coletivo postulado por Amin contribuiu com ideias originais e frutíferas para entender o capitalismo atual. Por um lado, destacou as mudanças qualitativas geradas pela associação internacional entre empresas de diferentes origens nacionais. Por outro, ele ilustrou o correlato geopolítico dessa nova gravitação das empresas multinacionais.

Nossa pesquisa sobre o imperialismo contemporâneo reúne essas contribuições do pensador egípcio. Ressaltamos que a gestão coletiva exercida pelas grandes potências é realizada sob a condução estadunidense. Essa administração comum guiada pelo Pentágono foi verificada em todos os conflitos bélicos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

O imperialismo coletivo não implica um manejo equitativo da ordem mundial, mas sim associações que modificam radicalmente o antigo cenário das guerras interimperiais. As ações específicas de cada potência (guerras hegemônicas) são realizadas dentro de um quadro de agressões imperiais conjuntas (guerras globais). Por esse motivo, o pretexto da segurança coletiva substituiu a defesa nacional como o princípio norteador da intervenção armada.

Essa solidariedade militar na ação geopolítica das potências está em sintonia com o entrelaçamento dos capitais e com o tamanho gigantesco dos mercados necessários para o desenvolvimento de atividades lucrativas. Expressa o nível de centralização que o capital alcançou nos terrenos financeiro, produtivo e comercial.

O imperialismo coletivo é a resposta a um avanço da globalização econômica, sem correspondência equivalente no plano estatal. Como os estados nacionais subsistem sem substituição por entidades mundiais, a reprodução do capital é assegurada por uma modalidade mais coordenada de ações imperiais (Katz, 2011).

A visão de Mandel

Ernest Mandel desenvolveu sua concepção na mesma época que Baran-Sweezy e Amin, conhecendo essas obras e comparti-

lhando sua visão geral da relação centro-periferia. Ele estudou o mesmo problema a partir de três ideias centrais.

Em primeiro lugar, ele apontou que essa fratura se devia ao conflito entre processos de acumulação primitiva na periferia e às necessidades de expansão do capital metropolitano. Entendeu que essa tensão levava a diferentes níveis de subordinação das economias subdesenvolvidas.

O economista belga lembrou que o capitalismo central sempre procura incorporar novas regiões em seu controle, enquanto o desenvolvimento do mercado vai minando as antigas formações pré-capitalistas. Ressaltou que ambos os movimentos geram tensões entre capitalistas estrangeiros e locais em torno das prioridades da acumulação.

Mandel pontuou que o resultado desses conflitos difere em cada etapa, dependendo da variante capacidade das economias centrais de subjugar os países subdesenvolvidos. Acreditava que o capital metropolitano só consegue consumir essa subordinação quando possui recursos suficientes. Também observou que em períodos de menor capacidade expansiva, maiores rivalidades ou crises, o controle sobre a periferia é atenuado (Mandel, 1978).

Em segundo lugar, Mandel afirmou que o capitalismo se expande aproveitando as desigualdades entre regiões, países e setores. Aproveita as diferenças de custo para acumular lucros extraordinários. Esse tipo de superlucro é abocanhado pelos capitalistas que investem nos ramos ou áreas mais rentáveis, lucrando com o barateamento dos insumos ou da mão de obra. Nessas circunstâncias, se acentua a desigualdade centro-periferia (Mandel, 1978).

Mandel propôs, em terceiro lugar, um esquema de vários períodos históricos da relação entre os dois polos da economia mundial. Considerava que da formação do capitalismo até o final do século XIX, as economias avançadas não haviam atingido o poderio necessário para subordinar o restante do planeta. Nessa etapa de livre comércio, as principais potências careciam do capital excedente ou dos meios de comunicação necessários para

exercer essa supremacia. Por esse motivo, havia ampla margem para o desenvolvimento de economias intermediárias, como as da Rússia, Itália e Japão.

Na etapa posterior do imperialismo clássico (entre o final do século XIX e o início do século XX), o centro possuía excesso de capital, transporte mais barato e investimento externo suficiente para sufocar a periferia.

Finalmente, o pós-guerra foi um período de obstruções mais contraditórias das regiões subdesenvolvidas. A reconstrução das economias avançadas concentrou o investimento no centro e resultou em uma segmentação. Um setor dos países periféricos perpetuou sua primarização agromineira para atender à nova demanda de insumos. Outro grupo de nações alcançou algum desenvolvimento industrial com o processo de substituição de importações que acompanhou as prioridades do centro em sua própria reconstrução pós-guerra.

Com essa abordagem, Mandel inovou a interpretação da relação centro-periferia. Ressaltou que o fundamento dessa distinção é o mutante surgimento de lucros extraordinários em diferentes áreas que estabelecem divisões duradouras entre economias avançadas e atrasadas. Essa abordagem enfatiza a modificação de cenários em cada etapa do capitalismo e a conseqüente reformulação da polarização.

Mandel ressalta que essas mudanças alteram o segmento de ganhadores e perdedores, gerando variações significativas dentro da estrutura histórica fraturada do capitalismo mundial.

Com essa perspectiva, Mandel observou que a periferia enfrenta situações de maior oxigenação (livre comércio), asfixia (imperialismo clássico) e segmentação (capitalismo tardio). Em cada um desses contextos, prevaleceram superlucros específicos, resultantes das diferenças existentes entre regiões, nações ou ramos industriais.

O fundamento teórico dessa tese é o desenvolvimento desigual e combinado, que Mandel retomou de Trotsky. Ele usou esse

princípio para descrever a dinâmica heterogênea da acumulação que se expande, aumentando a disparidade entre os componentes de um mesmo mercado mundial (Mandel, 1983).

O pensador belga descreveu como os países mais conectados por transações comerciais e financeiras estão mais distanciados no campo da tecnologia e da produtividade como resultado desse processo de unificação sem homogeneização que caracteriza o capitalismo contemporâneo (Mandel, 1969).

Mandel evitou a reflexão abstrata sobre o desenvolvimento desigual e combinado. Ele questionou as interpretações banais dessa norma como uma simples constatação de assimetrias nas relações internacionais. Utilizou o conceito de forma proveitosa para captar as peculiaridades do capitalismo em suas diferentes etapas (Kratke, 2007; Stutje, 2007; Van der Linden, 2007).

O teórico marxista observou as relações centro-periferia do pós-guerra como uma justaposição entre diferentes formações socioeconômicas, que operam em um mesmo mercado mundial. Em sintonia com Amin, mas a partir de outra fundamentação, ele atribuiu a assimetria entre desenvolvimento e subdesenvolvimento a essa falta de homogeneização.

Bifurcações e neutralizações

Mandel apontou a existência de duas modalidades de economias subdesenvolvidas: um grupo majoritário de países agrários e um segmento seletivo de países semi-industrializados.

Avaliou que essa bifurcação emergiu com a crise dos anos 1930 e se consolidou durante a expansão dos anos 1950 e 1960 com a reconstrução econômica da tríade. Por um lado, a industrialização de muitas matérias-primas acentuou a especialização subordinada da periferia inferior. Por outro lado, a substituição de importações apoiou o desenvolvimento industrial das periferias superiores.

Mandel conceituou esse duplo caminho através de uma reclassificação das categorias leninistas. Ele considerou que o velho ordenamento do mundo subdesenvolvido em colônias, semicolônias e

nações dependentes devia ser substituído por uma distinção entre periféricos e dependentes semi-industrializados (Mandel, 1986).

Desse segundo grupo, fazem parte Brasil, México, Argentina, Coreia, Taiwan, África do Sul, Índia, Egito e Argélia. Outros pensadores desenvolveram uma caracterização semelhante usando a noção de semiperiferia.

O economista belga afirmou que o desenvolvimento capitalista amplia a heterogeneidade dos países atrasados. O subdesenvolvimento geral de todo o conglomerado persiste, mas com modalidades diferenciadas a partir da expansão manufatureira do segmento superior (Mandel, 1971).

Por essa perspectiva, destacou mais as situações variadas do que as polarizações no universo da periferia. Mandel enfatizou o amálgama de formas produtivas e o desenvolvimento de certas economias à custa de outras. Ele não postulou um esquema de simples distanciamento entre o centro e a periferia (Sutcliffe, 2008).

Seu argumento se distanciou dos marxistas que enfatizavam a pretensão metropolitana de impedir qualquer modalidade de industrialização competitiva externa. Ressaltou que o problema das economias medianas era a natureza parcial e insuficiente de seu desenvolvimento industrial e não a total ausência dessa expansão.

Mandel enfatizou a natureza sempre em mudança da polarização global na história do capitalismo. Sugeriu que as próprias crises do sistema geram períodos de neutralização do processo de separação e apresentou três causas de contrapeso à polarização: a falta de capitais excedentes em meados do século XIX, a depressão de 1930 e a concentração metropolitana dos investimentos no pós-guerra.

Alusões a essa abordagem são encontradas na visão de Harvey sobre o desenvolvimento capitalista como um processo mundial sujeito a crises periódicas que geram mudanças na localização do investimento (Harvey, 1982).

Arrighi também aponta a trajetória turbulenta do capital e a existência de momentos de maior asfixia ou oxigenação das

economias subdesenvolvidas. Dentro da arquitetura estável do capitalismo global, opera uma geografia mutante de bifurcações na periferia (Arrighi, 2005).

A importância da tese de Mandel reside na identificação desses processos objetivos que abrem brechas para a expansão de certas economias da periferia superior. Essas diferenças surgem pela própria crise do capitalismo central ou pelas novas modalidades de expansão internacionalizada do sistema.

Desequilíbrios e flutuações

Mandel combinou determinantes externos e internos em sua interpretação do subdesenvolvimento. Por um lado, apontou que a inserção da periferia como fornecedora de matérias-primas perpetuava as transferências de mais-valia para as economias avançadas. Por outro, constatou as limitações ao desenvolvimento industrial geradas pela inclinação rentista das classes dominantes (Mandel, 1971).

Mas o economista belga atribuiu essas contradições à dinâmica desequilibrada da acumulação e não à estagnação. Utilizou, primeiro, o termo “neocapitalismo” para batizar a etapa do pós-guerra e depois optou pelo conceito de “capitalismo tardio”. Passou de uma ideia de segunda juventude a outra de senilidade, mas sempre enfatizando a maturidade e não a etapa terminal do sistema (Husson, 1999).

Mandel questionava as teses social-democratas (e depois regulacionistas) do capitalismo organizado e seu imaginário de prosperidade sem limites. Mas também se opôs à visão catastrofista de paralisação continuada das forças produtivas postuladas pelo trotskismo ortodoxo (Katz, 2008).

O teórico marxista enfatizava os desequilíbrios cumulativos do capitalismo, e não o desaparecimento da concorrência devido ao predomínio de monopólios ou por opulência financeira. Nesse campo, ele desenvolveu uma visão diferente de Baran e Sweezy, e apenas parcialmente coincidente com Amin.

Mandel destacou a permanente separação entre o centro e a periferia, mas apontando certas tendências neutralizadoras de polarização. Com esse enfoque, ele conseguiu uma imagem mais completa da dinâmica global do capitalismo: aceitou a vigência da troca desigual, embora relativizando seu alcance; ressaltou a preeminência dos movimentos cíclicos dos preços das matérias-primas e não dos contínuos processos de depreciação. Provavelmente, absorveu de Henryk Grossman a atenção pela menor flexibilidade dos insumos básicos em comparação à inovação tecnológica (Grossman, 1979).

O teórico belga apontou que essa rigidez induz os capitalistas a compensar o aumento dos custos de produção através da periódica industrialização das matérias-primas. Exemplificou essa reação com diferentes exemplos de substituição de produtos (borracha natural por processada, madeira por plástico, algodão por sintéticos). A partir dessa combinação de tendências, deduziu a existência de uma dinâmica flutuante entre os preços dos produtos primários e secundários.

Como Bettelheim, ele também sugeriu a vigência de uma incidência limitada da troca desigual. Observou que os lucros do capital metropolitano provinham, em cada etapa, de diferentes fontes (comércio, finanças, produção).

Mandel afirmou que os lucros gerados pelas diferenças entre produtividades e salários não estavam localizados apenas em diferentes países, mas também dentro de cada nação. Ilustrou como essa separação operava em certas “colônias internas” (sul da Itália ou nos Estados Unidos) e não apenas na periferia externa.

A cautela de Mandel contra registros simplificados da separação centro-periferia foi verificada em sua visão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Considerou que as classes dominantes dos países exportadores de petróleo abocanhavam uma parte significativa da renda do óleo cru, internacionalizando a circulação desses recursos como um capital financeiro autônomo (Mandel e Jaber, 1978).

Essa observação foi fundamental, pois indicou a existência de situações de fortalecimento relativo de algumas burguesias exportadoras da periferia. Aqui também ele se distanciou da visão simplificada de assimetrias globais crescentes e imutáveis. Além disso, abriu um caminho de pesquisa para a evolução da renda em economias subdesenvolvidas, explorando uma dimensão pouco atendida pelos teóricos de sua época.

Mandel enfatizou que a gestão local da renda não modificava o caráter dependente desses países nem revertia seu duradouro subdesenvolvimento. Ele atribuiu esse atraso ao limitado lucro alcançado durante as etapas de encarecimento das matérias-primas e ao padecimento agudo sofrido nas fases de barateamento (Guillén Romo, 1978). Essa abordagem concluiu sua avaliação das causas do atraso da periferia.

Convergências socialistas

Como Baran-Sweezy e Amin, Mandel analisou a relação centro-periferia como uma contradição do capitalismo que aceleraria a transição para o socialismo. Ele enfatizou o protagonismo de certos países subdesenvolvidos nessa transformação.

As vitórias da Iugoslávia, China, Cuba e Vietnã confirmaram essa expectativa e induziram o teórico belga a explorar com maior precisão a relação entre resistências anti-imperialistas, projetos de industrialização e modelos com perspectiva socialista (Mandel, 1980).

Mandel destacou a estreita conexão entre esses três processos. Propôs resistir à pilhagem do capital estrangeiro e conquistar maior controle estatal da acumulação para introduzir formas de planejamento da economia.

Essa visão era convergente com Sweezy-Baran e Amin, mas se inspirava na teoria da revolução permanente de Trotsky. Ele apontou não apenas a incapacidade da burguesia nacional para erradicar o subdesenvolvimento da periferia, mas também a necessidade de uma revolução antiburocrática nos países socialistas (Mandel, 1995).

Com essa abordagem, enfatizou a confluência potencial das revoltas populares na América Latina, África e Ásia com os processos revolucionários do Ocidente e do bloco socialista. Ele enfatizou especialmente a vinculação dos levantes do Terceiro Mundo com o maio francês e a primavera de Praga.

Mandel levantou uma crítica frontal à estratégia da revolução por etapas. Ele se recusou a adiar os processos revolucionários e se opôs à estratégia de coexistência com o imperialismo defendida pelos dirigentes da URSS.

Ao longo de sua vida, apostou em uma ação revolucionária convergente do proletariado metropolitano com diversos sujeitos populares da periferia. Imaginou uma estreita associação entre anticapitalismo e anti-imperialismo.

Seu modelo econômico questionava o planejamento coercitivo vigente na URSS e promovia sua substituição por mecanismos democráticos. Ele postulou a combinação do mercado com o planejamento durante a transição socialista. Mandel simpatizou com as forças da esquerda radical e exibiu grande flexibilidade política para buscar convergência com pensadores com ideias semelhantes.

Assim como Baran, Sweezy e Amin, Mandel exerceu uma grande influência sobre os marxistas do pós-guerra e sobre os autores latino-americanos que, nos anos 1960, começaram a desenvolver a teoria da dependência.

PARTE II

4. O SURGIMENTO DAS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA

As teorias de dependência se desenvolveram nos anos 1960 e 1970 em torno de três vertentes. Ruy Mauro Marini, Theotonio Santos e Vania Bambirra postularam uma concepção marxista que foi complementada pela visão metrópole-satélite de Andre Gunder Frank. Ambas as visões confrontaram com a tese do desenvolvimento associado dependente proposto por Fernando Henrique Cardoso. Quais foram suas divergências?

Socialismo e liberalismo

A teoria marxista da dependência foi um produto direto da Revolução Cubana. Até 1960, ninguém imaginava o começo de um processo anticapitalista a 150 quilômetros de Miami. Supunha-se que essas transformações seriam uma consequência de mudanças prévias nos centros de poder mundial. O êxito de Cuba perturbou esse cenário e gerou uma grande expectativa de horizontes socialistas próximos para a América Latina.

Ruy Mauro Marini, Theotonio Santos e Vania Bambirra postularam conceitos de acordo com essa esperança. Eles participaram em organizações que lutaram contra as ditaduras militares e incentivaram projetos de esquerda no período turbulento entre a ascensão da Unidade Popular Chilena (1970) e a queda do sandinismo (1990).

Os três autores enfrentaram o imperialismo estadunidense e conceberam propostas de integração latino-americana e de associação internacional com o denominado bloco socialista. Propiciaram uma drástica ruptura com a estratégia política dos

partidos comunistas que propunham formar alianças com a burguesia para criar modelos de capitalismo nacional.

Os pensadores brasileiros buscaram convergência com as tendências radicais do nacionalismo e afastaram-se dos aspectos conservadores dessa corrente. Suas conceituações de subdesenvolvimento se desenvolveram em estreita conexão com todos os debates da esquerda daquela época: atitude em relação à URSS, posturas em relação aos governos reformistas, oportunidade da luta armada (Bambirra, 1986).

Os teóricos da dependência polemizaram com as interpretações liberais que atribuíam o atraso regional à absorção insuficiente da civilização ocidental ou à herança cultural indígena, mestiça e hispano-portuguesa.

Marini demonstrou a inconsistência dessa concepção lembrando a exação colonial sofrida pela América Latina e o subsequente domínio das oligarquias perdulárias (Marini, 2007).

Santos também questionou a proposta liberal de repetir o modelo estadunidense adotando comportamentos modernizadores. Argumentou que a inserção internacional da região como exportadora de produtos de agromineração dificultava seu desenvolvimento e refutou a falácia de uma convergência gradual com economias avançadas (Santos, 2003). Além disso, demonstrou a inconsistência de todos os indicadores utilizados pelos economistas neoclássicos para avaliar a passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial (Sotelo, 2005).

Santos rejeitou a interpretação liberal dualista do subdesenvolvimento como um conflito entre os setores moderno e atrasado da economia. Ele destacou o caráter artificial dessa antinomia e retratou a estreita integração entre os dois segmentos (Santos, 1978).

Andre Gunder Frank também participou dessas críticas, observando que o setor atrasado não era um obstáculo do modelo imperante, mas seu principal recriador. Ele afirmou que o subdesenvolvimento latino-americano não se devia à ausência de capitalismo, mas à proeminência de uma modalidade dependente desse sistema.

Essa abordagem de Frank confrontou a mitologia liberal que contrapunha o atraso regional com a modernização ocidental. Além disso, ao definir o subdesenvolvimento como uma característica intrínseca do capitalismo dependente, ele substituiu as visões focadas nas tipologias ideais pelas caracterizações históricas dos regimes sociais (Laclau, 1973; Wolf, 1993).

Desenvolvimentismo e marxismo

Os teóricos marxistas da dependência foram influenciados pelas concepções da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) que atribuíram o atraso da periferia à deterioração dos termos de troca e à heterogeneidade estrutural das economias com alta taxa de desemprego, consumismo das elites e estagnação da agricultura.

Os desenvolvimentistas promoviam a industrialização por meio da substituição de importações e maiores investimentos do setor público. Eles questionavam a adesão ao modelo agroexportador e propugnavam políticas econômicas favoráveis à burguesia nacional.

Marini concordou com vários diagnósticos de Raúl Prebisch sobre a origem do subdesenvolvimento e com algumas teses de Celso Furtado sobre o impacto adverso da oferta de trabalho sobre os salários. Mas ele nunca compartilhou a esperança de resolver esses desequilíbrios com as políticas burguesas de modernização. Ele ponderou os acertos teóricos da Cepal ao questionar suas expectativas no desenvolvimento capitalista autônomo da América Latina (Marini, 1991).

Também, criticou seu desconhecimento sobre o papel desempenhado pela região na acumulação de economias centrais. Marini explicou a assimetria centro-periferia pela dinâmica do capitalismo e enfatizou a inexistência de outra variante desse sistema para o Terceiro Mundo. Ele afirmou que o subdesenvolvimento não poderia ser erradicado com simples políticas corretivas ou com maiores doses de investimento (Marini, 1993).

Santos formulou uma crítica semelhante. Ele lembrou que o atraso na América Latina não se devia à orfandade de capitais, mas ao lugar ocupado pela região na divisão internacional do trabalho (Santos, 1978).

Os teóricos da dependência também se opuseram à apresentação do Estado como um artífice do crescimento fora das limitações das classes dominantes. Por isso, eles não acreditaram na margem sugerida pela Cepal para concluir a industrialização latino-americana.

Nessa abordagem, exibiram uma afinidade com os economistas marxistas de outras regiões que renovaram a caracterização do capitalismo de pós-guerra, evitando a apresentação dessa etapa como uma simples continuação do cenário leninista anterior (Katz, 2016).

Santos destacou a nova incidência das empresas multinacionais e a crescente integração global do capital. Ele se vinculou aos diagnósticos de Amin sobre a lei do valor operando em escala mundial e concordou com a avaliação de Sweezy sobre o protagonismo estadunidense. Bamberger também constatou esse predomínio estadunidense no novo circuito de acumulação global.

Essas visões ligavam as mutações do capitalismo ao estudo da crise desse sistema. Marini avaliou a dinâmica da tendência decrescente da taxa de lucro na periferia, lembrando que o declínio percentual da lucratividade advém da redução do novo trabalho vivo incorporado na mercadoria em relação ao trabalho morto já objetivado em matérias-primas e maquinário. Ele ressaltou que essa modificação reduz a taxa de lucro em proporção ao capital total investido.

Marini também apontou que a afluência de capital para a periferia amenizava esse declínio nas economias centrais, por meio de aumentos da exploração dos trabalhadores na periferia e do barateamento da provisão de alimentos e insumos para a indústria metropolitana. Mas ressaltou que essa compensação acentuava a asfixia da capacidade de consumo em países com salários mais baixos (Marini, 2005).

Santos compartilhou esse argumento combinado da crise por desequilíbrios de valorização (tendência decrescente da taxa de lucro) e tensões na realização do valor (insuficiência do poder de compra) (Santos, 1978). Ambos os autores adotaram uma visão multicausal – semelhante à abordagem de Mandel – que esclareceu vários aspectos da crise na periferia (Katz, 2009).

Os teóricos da dependência também convergiram com Mandel e Amin no registro das novas alternativas presentes nos países subdesenvolvidos. Por isso, Marini investigou os desequilíbrios industriais de economias intermediárias afetados por custos mais altos, desvantagens tecnológicas e *deficits* crônicos na balança comercial. Seu diagnóstico do Brasil (ou Argentina e México) coincidiu com o que foi apresentado por estudiosos da indústria de países equivalentes na Ásia e África.

Marini analisou as economias médias da América Latina para superar as representações da periferia como um universo indistinto. Corrigiu velhas tradições do marxismo que consideravam a América Latina semelhante a regiões da Ásia ou da África.

O mesmo propósito levou Santos a investigar a especificidade das indústrias latino-americanas, sujeitas ao encarecimento externo de importações e asfixia interna devido a mercados internos restritos.

Bambirra conceituou o mesmo problema introduzindo distinções entre as economias latino-americanas. Comparava os países de industrialização antiga (Argentina, México, Brasil), industrialização posterior (Peru, Venezuela) e estruturas agroexportadoras sem indústria (Paraguai, Haiti) (Bambirra, 1986). Essa atenção ao subdesenvolvimento desigual da região foi um pilar analítico dos teóricos da dependência.

As novas categorias

Marini interpretou a deterioração dos termos de troca como uma expressão da troca desigual. Afirmou que as transferências de valor para o centro não decorriam da inferioridade da produção

primária, mas da dinâmica objetiva da acumulação em escala mundial (Marini, 1973). Dessa forma, destacou a importância teórica da lei do valor nesse processo.

Mas o pensador brasileiro não aprofundou essa análise e evitou o estudo diferenciado daqueles fenômenos dentro e fora da indústria iniciado pelos teóricos da troca desigual (Emmanuel, Amin, Bettelheim). Também não explorou a dinâmica das rendas do petróleo recicladas em circuitos financeiros pesquisada por Mandel. A mesma visão foi adotada por Santos. Colocou apenas a troca desigual no cenário de licitações comerciais internacionais que geralmente afetam a periferia (Santos, 1978).

Os autores latino-americanos concentraram sua atenção nos desequilíbrios da reprodução dependente. Santos estudou como os desequilíbrios comerciais são combinados com os desajustes do endividamento e inflação nos países industrializados da periferia.

Marini conceituou o ciclo de financiamento, produção e comercialização dessas economias em comparação com os países centrais. Ele observou que o investimento privado é menor do que nas metrópoles e que o capital estrangeiro drena recursos por meio de *royalties*, excedentes ou compra de maquinaria. Ele descreveu como as empresas obtêm lucros extraordinários tirando proveito de salários baratos e ilustrou como a baixa capacidade de compra reduz o mercado interno (Marini, 2012).

Dessa maneira, ele teorizou a heterogeneidade estrutural da Cepal em termos marxistas como um ciclo dependente. Retomou de Prebisch o diagnóstico de fortes limites à acumulação como resultado das desproporções setoriais e restrições ao consumo e considerou que essa adversidade capitalista impedia o desenvolvimento.

Mas ele observou esses desequilíbrios como contradições específicas do capitalismo dependente e investigou sua dinâmica utilizando um modelo extraído do livro II d'*O capital*. Nesse argumento, ele evitou pressupostos abstratos de equilíbrio e detectou as mesmas tensões na acumulação industrial observadas por Amin e Mandel.

Marini destacou a limitação do poder aquisitivo retomando as hipóteses de subconsumo de Luxemburgo. Mas situou o problema nos cenários periféricos. Em vez de analisar como a obstrução da demanda interna empurra o capital metropolitano para o exterior, ele estudou os desequilíbrios gerados por esse processo nas economias subdesenvolvidas.

O pensador brasileiro já conhecia a dinâmica do consumo de massa nos países centrais e, por isso, apresentou uma teoria do fordismo obstruído nas economias médias da periferia. Ele destacou a existência de uma grande estratificação do consumo entre segmentos baixo e médio-alto e destacou a ausência de uma massa de compradores médios, comparável aos países desenvolvidos.

Mas Marini colocou a principal peculiaridade das economias periféricas industrializadas na superexploração do trabalho. Ele usou esse termo para descrever a condição dos operários submetidos ao pagamento de remunerações inferiores ao valor de sua força de trabalho. Ele ressaltou que essa anomalia era o pano de fundo da situação dependente e do comportamento das classes dominantes que lucravam com taxas de mais-valia superiores ao centro.

Marini considerou que a burguesia da periferia compensava assim as perdas derivadas de seu lugar subordinado no mercado mundial. Ressaltou que os capitalistas latino-americanos usavam o fundo de consumo dos trabalhadores como fonte de acumulação do capital.

O teórico da dependência esclareceu que a superexploração só era viável em regiões com grandes excedentes de mão de obra, decorrentes de superpopulação indígena (México), êxodo rural (Brasil) ou fluxos de imigração.

Apontou que a principal peculiaridade das economias médias da América Latina residia na maneira de gerar mais-valia. Assim como Amin, ele destacou a vigência de níveis mais altos de exploração. Mas, em vez de explicar esse fato por diferenças de salário maiores que as diferenças de produtividade, ele atri-

buiu o fenômeno a uma remuneração qualitativamente menor da força de trabalho. Essa avaliação foi formulada tendo em vista o processo de industrialização do Brasil, um país com enormes desigualdades de renda.

Subimperialismo e burguesia nacional

Ruy Mauro Marini não se limitou a retomar as velhas denúncias sobre o papel opressor dos Estados Unidos. Em vez disso, ele introduziu o controverso conceito de “subimperialismo” para designar a nova estratégia da classe dominante brasileira. Ele descreveu as tendências expansivas das grandes empresas afetadas pela estreiteza do mercado interno e percebeu sua promoção de políticas estatais agressivas para incursionar nas economias vizinhas.

Essa interpretação foi baseada em um argumento semelhante ao desenvolvido por Luxemburgo para caracterizar as tendências imperialistas da Alemanha, França ou Inglaterra. Essa visão enfatizava que essas vias foram implementadas para compensar o reduzido poder de compra local (Marini, 2005).

Mas o marxista latino-americano atribuiu ao conceito uma dimensão geopolítica muito diferente do registro clássico. Ele não postulou que o Brasil se incorporava ao clube de potências que disputam o domínio mundial. Em vez disso, ele destacou a subordinação desse país à estratégia estadunidense. Por isso, ele falou de “subimperialismo” e retratou o papel de gendarme anticomunista regional desempenhado pela ditadura brasileira durante a Guerra Fria contra a URSS.

O teórico da dependência posteriormente completou esse sentido do subimperialismo introduzindo outras noções, como “estado de contrainsurgência”. Ele usou esse conceito para descrever o papel de tutela repressiva exercida pelos militares na transição para regimes constitucionais (Martins, 2011a; Mendonça, 2011).

Marini falou do “subimperialismo” para enfatizar que a principal burguesia sul-americana era sócia, e não fantoche, de Washington. Ele enfatizou especialmente o papel geopolítico

autônomo de uma classe dominante que buscava se projetar como potência econômica e militar em âmbito regional (Marini, 1985).

Nesse sentido, ele retomou as percepções dos marxistas clássicos sobre o papel dos imperialismos menores e incorporou as novas análises sobre o papel dos Estados Unidos no pós-guerra. Sua tese combinava com a ideia do imperialismo coletivo de Amin em três níveis: a crescente associação mundial de capitais, a função capitalista protetora exercida pelo Pentágono e o novo papel dos guardiões regionais associados a Washington.

Embora o subimperialismo tenha sido um tópico abordado especificamente por Marini, essa virada da burguesia nacional foi tratada pelos três teóricos marxistas da dependência. Eles apontaram que uma classe industrial com projetos de desenvolvimento independentes passa a ser um segmento associado com empresas estrangeiras. O apoio burguês ao golpe de 1964 foi apresentado como um forte indício dessa renúncia aos processos autônomos de acumulação (Chilcote, 1983).

Os pensadores da dependência observaram conexões com o capital estrangeiro e não sua simples subordinação. Eles destacaram o novo perfil das burguesias industriais mais internacionalizadas, apontando as diferenças com a antiga oligarquia dos proprietários de terras e com o capitalismo nacional anterior. Santos apontou que essa virada criou um conflito com setores da burocracia vinculados ao desenvolvimentismo clássico (Santos, 1978; López Segre, 2009).

O teórico brasileiro também aprofundou a dimensão política desse processo ao definir o *status* de uma situação subordinada. Ele considerou que a dependência é verificada quando um determinado grupo de países condiciona o desenvolvimento de outros (Santos, 1978). Descreveu essa situação para o caso latino-americano por meio de uma análise semelhante àquela proposta por Amin.

Nos dois casos, a dimensão política da dependência foi diferenciada da polarização econômica, esclarecendo as conexões entre processos que não necessariamente se desdobram simul-

taneamente. Os dois pensadores exploraram a especificidade da subordinação política ao poder imperialista que anteriormente era semelhante à sujeição econômica. Mas, em um contexto da primazia predominante de estratégias socialistas, essas caracterizações foram apenas delineadas.

Teorias e singularidades

Marini, Bambirra e Santos tentaram moldar o marxismo ao estudo da nova realidade latino-americana do pós-guerra. Por essa razão, eles embarcaram na mesma busca de noções específicas que Baran-Sweezy enfrentavam com o excedente; Amin, com valor mundial; e Mandel, com as “ondas longas”. Essa investigação seguiu, por sua vez, a trilha inaugurada por Lenin com o desenvolvimento desigual; por Luxemburgo, com a revisão da acumulação primitiva; e por Trotsky, com o desenvolvimento desigual e combinado.

Mas o *status* da dependência como teoria provocou fortes debates. Foi discutido se constituía uma concepção, um paradigma ou um enfoque, de acordo com as diferentes interpretações em voga das leis sociais.

Santos argumentou que a teoria da dependência já havia alcançado um nível científico ao definir as leis que regem o desenvolvimento dos países periféricos. Ele ressaltou que esses princípios esclareciam a evolução do capitalismo dependente com fundamentações equivalentes àquelas utilizadas por Lenin para explicar o imperialismo.

O economista brasileiro afirmou que as regras da dependência esclareciam como a sujeição comercial, financeira ou tecnológico-industrial gerava bloqueios à acumulação na América Latina (Santos, 1978). Marini trabalhou na mesma direção e atribuiu validade científica aos mecanismos geradores de mais-valia nas regiões dependentes.

Ambos os teóricos estudaram a peculiaridade da América Latina em comparação com outras sociedades dependentes e ob-

servaram que suas pesquisas eram diferentes das predominantes na Ásia ou na África. Nos principais países desses continentes, as questões giravam em torno dos motivos históricos que permitiram à Europa superar as civilizações antigas e submetê-las a uma degradação colonial (Índia) ou semicolonial (Egito, China) (Amin, 2005).

Na América Latina, os enigmas da dependência surgiram da renovação de um *status* subordinado após um século e meio de independência política sem paralelo em outras regiões do Terceiro Mundo. Essa visão estimulou a pesquisa sobre as peculiaridades do Caribe, América Central, Brasil, região andina e Cone Sul (Santos, 1998).

Esses estudos foram abordados com uma visão “da periferia” que Marini adotou em oposição ao paternalismo elitista dos estudos latino-americanos localizados nos Estados Unidos, Inglaterra ou França. Ele propôs reverter essa anomalia, gerando conhecimento a partir da própria região (Marini, 1991). Com o mesmo enfoque, Santos tentou corrigir os autores clássicos do imperialismo que, em sua opinião, não abordaram essa problemática da perspectiva dos países dependentes (Santos, 1978).

Com essas caracterizações do *status* teórico da dependência, os três marxistas brasileiros concluíram a apresentação de uma abordagem que alterou a agenda das Ciências Sociais da América Latina. Os conceitos introduzidos por Marini, as caracterizações políticas de Santos e as visões de Bamberger sobre o subdesenvolvimento desigual criaram referências analíticas duradouras para os pensadores daquele período.

A visão metrópole-satélite

Andre Gunder Frank participou ativamente no surgimento da teoria marxista da dependência e suas teses tiveram um impacto imediato superior ao restante dos autores. Mas sua visão foi diferente e sua abordagem de metrópole-satélite constituiu apenas a primeira das três concepções que ele defendeu ao longo de sua

vida. O período inicial foi, curiosamente, o mais curto e mais famoso dessa trajetória.

Ele iniciou seu trabalho sob o forte impacto da Revolução Cubana, adotou as críticas de esquerda à estratégia comunista de etapas e questionou a política de apoio à burguesia nacional. Ele enfatizou a inexistência de espaços para repetir o desenvolvimento clássico do capitalismo, ressaltou a inviabilidade do desenvolvimentismo e postulou a necessidade do socialismo (Frank, 1970).

Frank assumiu essa atitude radicalizando ideias políticas liberais e abandonando um esquema evolutivo que identificava a superação do subdesenvolvimento com a erradicação das instituições pré-capitalistas. Não amadureceu sua visão assimilando os debates teóricos marxistas que outros autores da dependência incorporaram.

Mas a afinidade com essa abordagem foi apontada por Marini, que destacou o acerto da fórmula usada por Frank para retratar o atraso na América Latina. Ele considerou que o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” ilustrava como a consolidação das economias avançadas era consumada às custas das economias atrasadas (Marini, 1993).

O pensador radicado nos Estados Unidos não expôs esse corolário identificando os mecanismos da reprodução dependente. Ele também não enquadrou sua caracterização no funcionamento global do capitalismo nem relacionou sua teoria a qualquer diagnóstico do valor, do subconsumo ou da tendência decrescente da taxa de lucro.

Frank postulou, simplesmente, que o capitalismo gerava subdesenvolvimento na periferia do sistema mundial. Ele ressaltou que essa inserção subordinada determinava a apropriação do excedente das economias atrasadas pelas avançadas.

O autor alemão apresentou a polarização metrópole-satélite como duas faces de uma mesma trajetória mundial. Ele ressaltou a complementaridade desses processos e enfatizou o caráter excepcional da interrupção dessa assimetria. Lembrou que, na era

contemporânea, nenhuma economia submetida alcançou o *status* de potência central e afirmou que o enfraquecimento de uma metrópole não modificava o duradouro *status* da dependência (Frank, 1970).

O teórico germânico aplicou esse argumento à história latino-americana. Situou a origem da relação centro-periferia na integração subordinada da região ao capitalismo mundial no século XVI. Ele ressaltou que, nesse encadeamento à acumulação global, um centro metropolitano (Europa) submete os satélites periféricos (América Latina) por meio da mediação de certos países (Espanha, Portugal) que, por sua vez, se tornam satélites da potência dominante (Grã-Bretanha).

Na América Latina, esse mesmo circuito conecta o satélite periférico (Chile) ao principal satélite colonial (Peru), que, por sua vez, é manejado pela metrópole extrarregional (Espanha ou Inglaterra). Essa cadeia de subjugações é recriada juntamente com o confisco hierárquico dos excedentes (Frank, 1970).

Frank deu dois exemplos dessa conexão. Ele ilustrou como o Chile estava sujeito a essa subordinação desde a época colonial, por meio de uma classe dominante local ligada às demandas de um punhado de firmas estrangeiras. No caso do Brasil, marcou a inserção dependente por meio dos principais satélites (São Paulo), o que garantiu a subordinação dos satélites secundários (Recife) às metrópoles (primeiro Portugal, depois Estados Unidos). Ele não observou diferenças significativas entre os dois países (Frank, 1970).

Dois abordagens diferentes

Frank priorizou a análise da drenagem sofrida pela periferia, de acordo com as abordagens de polarização absoluta entre o centro e a periferia da periferia. Por outro lado, Marini, Santos e Bambirra incorporaram um registro das alternativas existentes entre as economias agroexportadoras (Chile) e parcialmente industrializadas (Brasil).

Essa diferença determinou diferentes abordagens. Enquanto Frank observou a economia latino-americana como uma totalidade uniforme, seus colegas brasileiros estudaram as contradições nacionais específicas. Estabeleceram distinções no que Frank observou como subordinações equivalentes.

Além disso, os teóricos brasileiros partiram de caracterizações gerais do capitalismo pós-guerra que Frank não levou em consideração. Sua abordagem não incorpora as avaliações de empresas multinacionais, transformações tecnológicas ou as mudanças de investimento que Santos apontou.

Por causa dessa omissão, Frank apenas percebeu que, nos momentos de crise no centro, os espaços para o desenvolvimento da periferia são ampliados. Mas, com essa argumentação, explicou apenas o começo da industrialização latino-americana sem esclarecer o que aconteceu posteriormente.

O pensador radicado nos EUA omitiu todas as elaborações da diferença centro-periferia desenvolvida pelos economistas marxistas e que os autores brasileiros assimilaram. Por esse motivo, ele estudou apenas a dinâmica da exação, enquanto Marini captava as articulações com o capitalismo avançado e Santos percebia os amoldamentos com a mundialização. Esse registro permitiu-lhes evitar simplificações e perceber as novas formas de dependência.

Santos logo questionou a omissão de Frank das transformações internas dos países subdesenvolvidos. Contestou sua visão estática e a conseqüente sugestão de imutabilidade da sociedade latino-americana. Ele atribuiu essa unilateralidade ao apego a uma metodologia estrutural-funcionalista (Santos, 1978).

Esse erro foi verificado na apresentação dos encadeamentos do centro com seus satélites, como se fossem simples peças de um tabuleiro dirigido pelas grandes potências. Nessa visão, os sujeitos sociais estão ausentes ou cumprem um papel mecânico, proveniente do lugar que ocupam no dispositivo global. Os antagonismos entre classes sociais, os conflitos entre segmentos capitalistas e as mediações do Estado não têm espaço nessa abordagem.

Ao contrário, no argumento de Marini, a prevalência de ciclos dependentes, formas de superexploração ou transferências do valor não anula a supremacia protagonista dos opressores e oprimidos na dinâmica da dependência.

Os mecanismos econômicos que recriam a polaridade centro-periferia em Frank constituem apenas o ponto de partida de Marini, Bambirra ou Santos. Por esse motivo, os teóricos brasileiros não utilizaram o termo “satélite” para descrever as economias dependentes. Essa metáfora refere-se a um corpo que gira invariavelmente em torno de um determinado centro, sem nenhuma autonomia ou desenvolvimento interno.

Certamente, Frank forneceu várias ideias proveitosas, mas o desenvolvimento dessas percepções foi bloqueado por sua omissão dos sujeitos sociais. Seu registro de relações tripolares é um exemplo de observações corretas que não têm fundamento em conceituações adequadas.

Frank observou que a hierarquia global ultrapassa a dualidade centro-periferia, mas, ao mesmo tempo, ignorou a especificidade das formações intermediárias. Por isso, ele usou o mesmo raciocínio para investigar a evolução do Chile e do Brasil.

Esse reducionismo foi maior em sua visão das burguesias nacionais. Ao contrário de Marini e Santos, limitou-se a constatar a deserção desse setor sem analisar as contradições que deram início a essa mudança. Além disso, ele identificou a associação com empresas estrangeiras com uma degradação das classes dominantes locais à condição de “lumpenburguesias” (Frank, 1979).

Essa noção implica uma decomposição dos grupos dirigentes que impossibilitaria sua condução do Estado. Marini e Santos nunca perderam de vista o fato de que as burguesias latino-americanas combinam o usufruto da renda da agromineração com mais-valias extraídas dos trabalhadores. São grupos governantes, e não simples camadas dependentes do capital estrangeiro.

Os dominadores da região estão sujeitos aos padrões de concorrência, investimento e exploração próprios do capitalismo.

Essas normas diferem da simples pilhagem implementada por uma “lumpenburguesia”. Essa denominação pode ser aplicada, por exemplo, às máfias do narcotráfico que lavam suas fortunas em atividades financeiras ou produtivas. São capitalistas marginalizados do clube estável dos dominadores (Katz, 2015).

Frank também não incorporou as distinções entre polarização econômica e dependência política concebidas pelos teóricos brasileiros. Essa omissão tem relação com sua limitada participação política nos processos que marcaram a trajetória de Marini, Santos e Bamberga.

Esses três autores estavam diretamente envolvidos nos dilemas de Cuba, Chile ou da guerrilha. Em vez disso, Frank adotou de forma entusiástica as bandeiras da Revolução Cubana, sem fornecer reflexões significativas sobre os dilemas políticos da esquerda. Ele não fazia parte do universo militante que definiu a obra dos teóricos marxistas da dependência. Essa distância influenciou a posterior guinada de seus trabalhos.

Desenvolvimento e dependência

Fernando Henrique Cardoso desenvolveu uma abordagem oposta a Frank, Marini, Santos e Bamberga, mas inicialmente estava situado no mesmo campo de teóricos da dependência.

Seu texto com Enzo Faletto questionou a apresentação tradicional do atraso regional como um efeito de divisões entre a sociedade tradicional e a moderna. Ele também se opôs às explicações de Prebisch-Furtado, baseadas na deterioração dos termos de troca e na heterogeneidade estrutural.

Ele retratou os mecanismos de sujeição econômica que acentuavam a integração subordinada da América Latina ao mercado mundial, descrevendo duas variantes dessa situação. Nos modelos de controle nacional, as elites, burocracias ou oligarquias manejam o principal recurso exportado (Brasil, Argentina). Nas economias de enclave, essa administração fica em mãos de empresas estrangeiras (pequenos países da América Central ou do Caribe).

Com base nesse esquema, Cardoso descreveu a diversidade de ordenamentos sociais que, em cada país, resultou em cenários de estagnação ou crescimento.

Mais do que um diagnóstico de subdesenvolvimento, o teórico brasileiro traçou um quadro de múltiplos caminhos, sublinhando a importância das relações estabelecidas entre os grupos dirigentes locais e as potências centrais. Identificou essas conexões com diferentes situações de dependência na associação entre grupos dominantes nacionais e estrangeiros (Cardoso e Faletto, 1969).

Cardoso não contrapôs a dependência ao desenvolvimento. Ele apenas enfatizou que ambos caminhos geram modelos diferenciados que permitem ou frustram o desenvolvimento a longo prazo. Ressaltou que esses caminhos são determinados pelo bloco condutor do Estado, pela coesão social e pela constituição de ordens legítimas de consentimento e obediência.

Na sua opinião, os grupos dirigentes definem modelos políticos que, por sua vez, determinam rumos econômicos convenientes ou adversos para cada país. Como essa ação exige autonomia, Fernando Henrique Cardoso concentrou suas análises em países de médio porte com gestão própria de seus recursos produtivos. Ele considerou que, nas economias de enclave, predominam regimes políticos excludentes com pouco espaço para continuar o desenvolvimento (Cardoso e Faletto, 1969).

Cardoso avaliou que a Argentina fez um progresso significativo em 1900-1930 ao incorporar as classes médias a um dinâmico projeto da burguesia exportadora. Ele considerou que o Brasil manteve uma confederação de oligarquias sem hegemonia ou incidência dos setores médios e, por esse motivo, sua economia se atrasou. A ação política do Estado determinou os dois resultados.

Fernando Henrique Cardoso considerou que no período subsequente (1940-1960) o distributivismo afetou a expansão da Argentina, enquanto o Brasil alcançou maior desenvolvimento industrial por meio de auxílios do Estado e menores pressões po-

pulares. As articulações geradas pelo peronismo e pelo varguismo definiram esse resultado.

Cardoso concluiu seu estudo apontando a tendência generalizada de superar os limites do desenvolvimento por meio de maiores investimentos estrangeiros e associações dos grupos capitalistas nacionais com seus pares estrangeiros (Kubitschek, Frondizi) (Cardoso e Faletto, 1969).

Confusão de teorias

As teses de Cardoso não enfrentavam o liberalismo, não compartilhavam o espírito crítico da Cepal e eram alheias à tradição marxista. Apenas apresentaram afinidade com a sociologia convencional, com o método funcionalista e com perspectivas indefinidas na relação entre dimensão política e estrutura econômica, que alguns analistas associam a Max Weber (Martins, 2011b).

Cardoso atribuiu formalmente primazia analítica ao condicionante econômico (controle nacional *versus* enclave), mas, de fato, ele atribuiu aos atores políticos (classes, burocracias, elites) a capacidade de gerar modelos positivos (desenvolvimento) ou negativos (subdesenvolvimento).

Em todos os casos, ele ignorou os limites impostos pelo capitalismo às alternativas em jogo. Ele concebeu esse sistema como um regime conflitante, mas superior a qualquer alternativa. Diferentemente de Frank, Santos, Bambirra ou Marini, ele não adotou visões anticapitalistas nem propostas socialistas.

Fernando Henrique Cardoso apenas comparou esquemas de maior ou menor eficácia com base em tipologias construídas em torno de modelos ideais. Atribuiu total primazia aos determinantes políticos desse contraponto. Considerou que, no âmbito de certas possibilidades estruturais, as trajetórias de cada país são definidas pelo tipo de alianças políticas predominantes.

Considerou que, em determinado momento, a pressão operária favorece a acumulação e, em outras etapas, a obstrui. Isso vale também para os acordos da burguesia industrial com as oligar-

quias exportadoras ou com a entrada e saída de capitais (Cardoso e Faletto, 1969).

Com essa visão, ele avaliou a compatibilidade de cada processo com o desenvolvimento, seguindo uma lógica funcionalista de adaptação ou desajuste aos requisitos do capitalismo. Adotou esse regime social como um fato invariável, omitindo qualquer reflexão sobre a exploração dos trabalhadores.

Cardoso evitou opiniões claras. Ele adotou a atitude de um pesquisador distante que disseca seu objeto de estudo, observando como os diferentes sujeitos capitalistas formam alianças entre si, aproveitando o acompanhamento passivo do povo.

O mais curioso dessa abordagem foi sua apresentação como uma teoria da dependência. No esquema de Fernando Henrique Cardoso, esse termo constitui mais um ingrediente da dedução funcionalista. Algumas situações de dependência são disfuncionais e outras compatíveis com o desenvolvimento.

Nesta visão, dependência não significa necessariamente uma adversidade. É por isso que é apenas mencionada sem qualquer denúncia de seus efeitos. Fernando Henrique Cardoso não considerou nenhum dos mecanismos da reprodução dependente que Marini, Santos ou Bamberger apontaram como causadores de subdesenvolvimento.

Cardoso apenas observou adversidades significativas nos enclaves. Nos países com controle nacional do recurso exportado, considerou que as situações de dependência poderiam ser atenuadas com o manejo apropriado. O total afastamento desse enfoque com uma teoria da dependência foi inicialmente obscurecido pelas ambiguidades e pelo reconhecimento que cercavam Fernando Henrique Cardoso.

Um debate esclarecedor

A visão de Cardoso foi esclarecida na polêmica entabulada com Marini. Em um artigo em coautoria com Serra, ele acusou o teórico marxista de “estagnacionismo”. Questionou a consis-

tência da superexploração, contestou a deterioração dos termos de troca, rejeitou a existência de uma queda na taxa de lucro e enfatizou o elevado consumo das classes médias (Cardoso e Serra, 1978).

Em outros artigos, ele complementou essa crítica afirmando que as situações de dependência não obstruíam o dinamismo das economias industrializadas da periferia (Cardoso, 1977a; 1978; 1980). Considerou que o investimento estrangeiro incentivava uma revolução burguesa, internacionalizava os mercados e revertia o baixo consumo local (Cardoso, 1972; 1973; 1977b).

Marini respondeu ilustrando o nível de exploração dos assalariados. Apresentou indicadores de prolongamento e intensificação do trabalho e esclareceu que seu conceito de “superexploração” se referia a essas modalidades. Afirmou, também, que seu modelo não implicava predominância de mais-valia absoluta ou ausência de aumento de produtividade.

O teórico marxista também apontou a gravidade das crises de realização, observando que, em um quadro de alto desemprego e deterioração dos salários, o surgimento de classes médias não compensa a debilidade geral do poder de compra (Marini, 1978).

Marini lembrou que o estagnacionismo foi um defeito do pessimismo desenvolvimentista de Furtado e de sua tese de “pastorização” do Brasil. Essa visão diagnosticava um retrocesso aos estágios agrícolas que foi desmentida pelo novo período de industrialização (Marini, 1991).

O revolucionário brasileiro nunca foi estagnacionista. Escreveu a *Dialética da Dependência* para investigar contradições e não os estágios finais do capitalismo (Osorio, 2013). Ao avaliar a dinâmica expansiva desse sistema, ficou mais próximo de Mandel do que de Sweezy.

A resposta de Marini deixou claro que suas divergências com Cardoso não giravam em torno da existência de uma nova burguesia local, intimamente associada ao capital estrangeiro. Am-

bos os autores destacaram essa novidade. O ponto da discórdia era a consistência e o alcance da industrialização em andamento.

Para Marini, esse processo não corrigia as velhas limitações da economia brasileira nem equiparava seu desenvolvimento com os países centrais. Ao contrário, Cardoso entendia que essas restrições foram deixadas para trás e que o país sul-americano ingressava em um círculo virtuoso de desenvolvimento.

No decorrer da polêmica, Marini modificou sua visão anterior, inicialmente de consideração por seu adversário e entendeu que Cardoso havia rompido com seu passado para embarcar em uma “grotesca apologia ao capitalismo vigente no Brasil”.

Esse fascínio o impediu de registrar os dados básicos de um país com desigualdades acima da média mundial, mercados internos mais segmentados e desequilíbrios de industrialização mais significativos. Cardoso omitiu esses problemas e ignorou a impossibilidade brasileira de alcançar o desempenho histórico dos Estados Unidos, França ou Japão (Marini, 2005).

Santos apresentou a mesma crítica. Ele apontou sua concordância com Cardoso na existência de uma virada da burguesia brasileira em direção a maiores associações com o capital multinacional, mas destacou sua total discrepância com a apresentação dessa virada como um caminho para o desenvolvimento. Ele ressaltou que o modelo adotado pela classe dominante aumentava os investimentos sem repetir o desenvolvimento autossustentado das economias avançadas (Santos, 2003).

Todo o debate confirmou que o deslumbramento de Cardoso com o capital estrangeiro havia germinado em seu livro clássico com Faletto. O título dessa obra – *Dependência e desenvolvimento na América Latina: um ensaio de interpretação sociológica* – havia sido exposto em implícita oposição ao *Desenvolvimento do subdesenvolvimento*, de Andre Gunder Frank.

Ali foram apresentadas situações de dependência muito distanciadas das dinâmicas estruturais de sujeição que foram expostas por Marini, Santos ou Bamberger. Argumentava também

que o desenvolvimento se materializa com políticas econômicas acertadas e que o capitalismo não obstrui a erradicação do subdesenvolvimento.

Retrocesso socioliberal

A dissolução do significado da dependência foi acentuada por Cardoso na revisão de seu livro. Lá, ele utilizou a fórmula “desenvolvimento dependente associado” para caracterizar a gestão conjunta das empresas multinacionais com as burocracias e as burguesias locais (Cardoso e Faletto, 1977).

Fernando Henrique Cardoso destacou que, sob essa administração, os investimentos estrangeiros facilitam uma intensa expansão econômica sem gerar os obstáculos apontados pelos teóricos marxistas. Rejeitou a abordagem dos autores que ilustravam como o crescimento impulsionado pelo capital estrangeiro gera desequilíbrios superiores àqueles padecidos pelos países centrais. Essa diferença qualitativa foi esquecida por Cardoso, que transformou a dependência em um conceito antagônico ao que era imaginado pelos gestores dessa ideia.

O único limite real ao desenvolvimento que Cardoso observou nos países intermediários foi a existência de regimes políticos excludentes e obstrutores dos mercados que integram toda a população. Acreditava que a remoção dessa barreira política também erradicava a principal causa do subdesenvolvimento.

Nesse período, Fernando Henrique Cardoso ainda admitia vários caminhos para alcançar essa democratização. No entanto, pouco tempo depois, ele considerou que apenas as transições negociadas com as ditaduras abriam esse caminho. Por isso, ele participou ativamente na gestação das democracias tuteladas que, nos anos 1980, garantiram a continuidade do esquema econômico neoliberal inaugurado por essas tiranias.

A partir desse enfoque, Cardoso promoveu as transições pós-ditatoriais como o marco político ideal para atrair capital estrangeiro. Iniciou uma fervorosa reivindicação do neoliberalismo

e suas divergências com a esquerda se concentraram em torno dessa apologia. As avaliações díspares sobre a dependência foram relegadas como um problema do passado.

Fernando Henrique Cardoso também se distanciou da Cepal e abandonou qualquer apresentação do Estado como entidade impulsionadora da industrialização (López Hernández, 2005). É verdade que, diferentemente do desenvolvimentismo, ele captou a conversão das velhas burguesias nacionais associadas, mas nunca se arrependeu ou questionou essa virada. Ao contrário, ele a reivindicou como um caminho de sucesso para a prosperidade latino-americana.

Sua crítica a Marini coincidiu com a assunção de posturas mais direitistas. Questionou todos os conceitos de seu adversário que se chocavam com seu fascínio pelo mercado e pelas empresas multinacionais.

Nesse período, Cardoso introduziu a Fundação Ford no ambiente acadêmico e incentivou o financiamento privado das Ciências Sociais. Cortou todas as referências aos problemas discutidos com Marini e evitou discussões relacionadas ao seu próprio passado (Correa Prado, 2013).

Posteriormente, como presidente do Brasil, Cardoso tornou-se o principal artífice de ajustes, privatizações, aberturas comerciais e flexibilizações trabalhistas. Na última década, ultrapassou novos limites até se tornar – junto com Mario Vargas Llosa – o principal defensor das causas reacionárias. Atualmente, é porta-voz da intervenção imperialista na Venezuela e de todos os abusos do Pentágono.

Por isso, não surpreende sua ativa participação no recente golpe jurídico-midiático-institucional que derrubou Dilma Rousseff. Fernando Henrique Cardoso teve um papel destacado nesse golpe, ao se apresentar como um nobre estadista enaltecedor dos valores da República, exigindo a destituição de uma presidenta eleita.

Cardoso escreveu 22 artigos com essa mensagem hipócrita no principal jornal dos golpistas (*O Globo*) e assumiu essa cam-

panha como uma vingança pessoal contra seu rival, Luiz Inácio Lula da Silva (Anderson, 2016; Feres Júnior, 2016). Essa atitude já gerou contundentes repúdios da intelectualidade progressista (Clacso, 2016).

Além disso, o parceiro de Fernando Henrique Cardoso nas críticas a Marini – José Serra – foi um ativo golpista, premiado com o cargo de chanceler. A partir daí, promove a maior virada pró-estadunidense da história recente do Brasil (Nepomuceno, 2016).

O retrocesso neoliberal de Cardoso foi antecipado pela crítica de Marini. A polêmica entre os dois não foi um episódio conjuntural dos anos 1970, nem concentrou erros de ambos os lados. O primeiro autor negou a realidade persistente do atraso e o segundo explicou sua continuidade. Essa diferença os coloca em polos opostos.

Nos últimos anos, iniciou-se uma revalorização da obra de Marini (Murua, 2013; Traspadini, 2013). Seus escritos são divulgados e seus trabalhos são retomados para atualizar sua concepção. Alguns pesquisadores argumentam que ele construiu uma “Economia Política da dependência”, e fornece a base para entender o subdesenvolvimento (Sotelo, 2005).

Essa caracterização levanta várias questões: os pilares apontados por Marini são suficientes? A avaliação de sua abordagem se refere à época do revolucionário brasileiro ou é projetada para o presente? Como avaliar os questionamentos que ele recebeu do campo do marxismo?

5. CRÍTICAS E CONVERGÊNCIAS COM A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Nos anos 1970, Agustín Cueva foi o principal crítico marxista das teorias da dependência. Opôs-se à tese do desenvolvimento associado, questionou a visão metrópole-satélite e manteve intensas polêmicas com Bambirra, Santos e Marini. Mas a partir de confluências políticas, na década seguinte participou de um reencontro teórico que modificou a abordagem do subdesenvolvimento.

Funcionalismo sem sujeitos

Agustín Cueva se destacou como um intelectual muito criativo. Foi forjado no ambiente localista do Equador, absorveu concepções estruturalistas na França e amadureceu sua nova visão historiográfica no México. Compartilhou certas estratégias políticas com os partidos comunistas, mas questionou o dogmatismo imperante na URSS (Prado, 1992).

Seus debates com a teoria da dependência começaram com três objeções ao esquema de Cardoso-Faletto. Criticou, em primeiro lugar, o uso de critérios funcionalistas para explicar a história da América Latina alertando que o “desenvolvimento para dentro” ou as “colônias de exploração” careciam de consistência explicativa. Retratavam peculiaridades de certas áreas ou singularidades dos produtos exportados, mas não forneciam critérios para a interpretação do subdesenvolvimento.

Cueva argumentou que as vantagens ou inconvenientes gerados pelos recursos de cada região não esclarecem a lógica capitalista nem explicitam as aptidões diferenciadas para a acu-

mulação. Afirmou que somente os conceitos marxistas de forças produtivas, relações de produção e luta de classes facilitam essa análise (Cueva, 1976).

O pensador equatoriano considerou que Cardoso deixava de lado os processos histórico-sociais em todas as suas caracterizações. Ele ressaltou que Fernando Henrique Cardoso oferecia uma descrição das vantagens do controle nacional sobre os recursos (México) frente a sua administração estrangeira (pequenos países da América Central). Destacou que também mencionava a conveniência de certas alianças políticas para incentivar a industrialização (Brasil nos anos 1960) ou obstruí-la (Argentina no mesmo período) (Cueva, 1973). Mas o teórico andino apontou que, naquele cenário, os desequilíbrios da acumulação capitalista eram tão omitidos quanto os conflitos entre os grupos dominantes.

Cueva opôs-se, em segundo lugar, ao argumento “externalista” de Cardoso. Ele ressaltou que sua abordagem substituía a análise de cada economia latino-americana por uma simples constatação de inserções no mercado mundial. Ressaltou que a contraposição entre situações de enclave e de controle nacional de recursos nacionais registrava conexões externas, sem investigar a dinâmica endógena do desenvolvimento de cada país.

Considerou que a omissão da dimensão agrária ilustrava esse desconhecimento dos processos internos. Destacou, especialmente, a ausência de referências aos conflitos entre camponeses e latifundiários que determinaram os principais desfechos progressistas (México) ou conservadores (Peru, Colômbia) da história regional. Observou que, em muitas circunstâncias, esses processos foram mais determinantes do subdesenvolvimento do que as extorsões externas.

Em terceiro lugar, Cueva chama a atenção para a total ausência de sujeitos populares na radiografia exposta por Cardoso. Enfatizou que ele apresentava o povo como um acompanhante passivo das alianças tecidas pelas burocracias com as classes dominantes.

O teórico equatoriano ressaltou que Fernando Henrique Cardoso reconhecia apenas certa incidência da classe média, ig-

norando por completo os operários, camponeses ou despossuídos. Afirmou que esse desconhecimento obstruía qualquer análise do que ocorreu no continente convulsionado por rebeliões e resistências populares (Cueva, 1976).

Com essa inicial percepção do funcionalismo, o externalismo e a omissão dos enfrentamentos de classe, Cueva destaca os defeitos na obra de Cardoso que os teóricos marxistas da dependência destacaram mais tardiamente (Katz, 2016).

Exogenismo mecânico

Cueva também discordou da visão externalista do esquema metrópole-satélite e da interpretação do subdesenvolvimento como um resultado exclusivo da inserção subordinada no mercado mundial (Cueva, 1979a).

Questionou a ênfase unilateral de Frank nos desequilíbrios exógenos ao afirmar que a América Latina não era dependente por sua integração ao mercado mundial, mas pela obstrução interna a seu desenvolvimento. Observou que o predomínio de rendas improdutivas geradas pela primazia das *haciendas, plantations* e latifúndios bloqueou mais a acumulação de capital do que as extrações colonialistas ou imperialistas.

O pensador equatoriano atribuiu os equívocos de Frank à sua assimilação acrítica dos enfoques da Cepal, exclusivamente centrados na deterioração dos termos de troca. Considerou que essa visão induziu a generalizações excessivas e a supor que todas as sociedades latino-americanas estão marcadas por um mesmo padrão.

Cueva destacou que o simplificado modelo de satélites e metrópoles omite as diferenças entre economias tão desiguais como Chile e Brasil. Questionou, também, a atenção exclusiva ao comércio em detrimento da produção como principal determinante do subdesenvolvimento (Cueva, 1986). Vários autores da época denominaram esse equívoco com o termo “circulacionismo”.

O crítico andino também questionou as conclusões de Andre Gunder Frank. Considerou que a conhecida fórmula para descre-

ver o atraso latino-americano (“desenvolvimento do subdesenvolvimento”) sugeriria um equivocado cenário de estagnação.

Cueva contestou a identificação de uma situação dependente com bloqueios a qualquer expansão e se propôs a investigar a América Latina como um elo frágil do desenvolvimento desigual do capitalismo. Destacou que a concorrência e o investimento são incompatíveis com a estagnação em um sistema sujeito a espirais de contradições (Cueva, 1977).

O teórico equatoriano criticou também a desconsideração pelos antagonismos entre opressores e oprimidos. Questionou a substituição analítica das lutas e das sublevações por meras classificações de satélites.

Frank não respondeu. Limitou-se a registrar essas considerações como uma indicação do impacto gerado por seu próprio trabalho. Essa atitude foi congruente com o abandono da teoria da dependência que se consumou pouco depois de tê-la formulado (Frank, 1970). Posteriormente, retomou o tema afirmando que sua abordagem nunca privilegiou o comércio nem ignorou as dimensões endógenas. Mas não apresentou argumentos para justificar essa opinião (Frank, 2005).

As observações de Cueva sintonizaram-se com objeções de outros analistas, que destacaram “unilateralidades” do enfoque metrópole-satélite (Vitale, 1981), seu “exagerado dependentismo” (Martins, 2009) ou seu “pessimismo apocalíptico” (Boron, 2008).

Problemas do “pan-capitalismo”

A crítica de Cueva se estendeu ao diagnóstico do capitalismo mercantil instaurado na América Latina desde o século XVI. Frank afirmava que, desde essa época, predominou na região um sistema de produção orientado pelo mercado. Expôs essa tese em polêmica com as teorias do passado feudal ao afirmar que nunca vigorou uma economia fechada ou meramente rural (Frank, 1970).

Cueva remontou também a origem do subdesenvolvimento à colônia, mas não atribuiu esse problema ao comércio. Lembrou a

devastação sofrida durante a “desacumulação originária” imposta pela conquista e apontou que essa depredação não estabeleceu modalidades capitalistas (Cueva, 1973).

O pensador andino criticou a identificação do capitalismo com o intercâmbio comercial. Contrapôs a associação desse sistema com a economia monetária (Adam Smith) a sua apresentação como um modo de produção baseado na exploração do trabalho assalariado (Marx). Enfatizou que o capitalismo pressupõe processos industriais de extração de mais-valia inexistentes nessa época, não apenas na América Latina, mas também na Europa.

Cueva enfatizou a preeminência inicial, na América Latina, de regimes pré-capitalistas estreitamente conectados com o nascente mercado mundial. Criticou o simplificado contraponto entre os intérpretes da colonização feudal e capitalista, destacando a impossibilidade de corroborar ambas caracterizações. Propôs incorporar a noção de formações socioeconômicas para resolver esse problema (Cueva, 1988).

Argumentou que as articulações de variados modos de produção vigoraram desde a conquista até o século XIX (Cueva, 1979a). Distinguiu, especialmente, três modalidades: a servidão na *hacienda*, a escravidão nas *plantations* e o trabalho assalariado nos latifúndios. Entendeu que essa atenção à forma de exploração imperante era mais congruente com o marxismo do que a hierarquização analítica do comércio exterior. Rejeitou o pan-capitalismo de Frank por reduzir quatro séculos de história à primazia de um modo de produção contemporâneo (Cueva, 1978).

O pensador equatoriano também ressaltou que o conceito de formações socioeconômicas era indispensável para entender o subdesenvolvimento desigual da América Latina. Considerou que o que acontecia em cada processo nacional era explicado pela dissolução das bases pré-capitalistas que precederam a consolidação dos modelos oligárquicos predominantes desde o século XIX (Cueva, 1982).

O teórico andino situou a origem contemporânea do subdesenvolvimento na consolidação da grande propriedade rural e des-

creveu como as repúblicas balcanizadas impediram o surgimento dos *farmers*. Localizou a causa central do atraso latino-americano na falta (Equador, Brasil) ou insuficiência de transformações agrárias (México, Bolívia).

Essa relevância atribuída aos determinantes internos do subdesenvolvimento coincidiu com outras visões igualmente inspiradas na abordagem althusseriana (Howard e King, 1989). Todas rejeitaram as contraposições tradicionais entre feudalismo e capitalismo, sublinhando a predominância de misturas condicionadas pela penetração desigual e insuficiente do capitalismo.

Essas visões se juntaram às objeções dentro da própria teoria marxista da dependência à omissão de estruturas internas e à crítica à falsa equiparação de situações coloniais e contemporâneas (Santos, 1978; Marini, 1973). Esses questionamentos ressaltaram o esquecimento das raízes da dependência no plano produtivo (Chilcote, 1983) e convergiram com outros críticos da tese do capitalismo em vigor na América Latina desde 1492 (Salama, 1976).

Cueva também chamou a atenção para o desconhecimento do protagonismo das classes populares na história latino-americana. Afirmou que Frank ignorou essa incidência nas lutas pela independência e nas revoluções agrárias, nacionais ou anti-imperialistas do século posterior (Cueva, 1979a).

O teórico equatoriano abordou o estudo do passado pela perspectiva dos oprimidos (“história dos de baixo”) para enfatizar como esse legado nutriu a cultura da esquerda. Propiciou um enfoque que despontava também em teóricos marxistas de outras regiões. Os historiadores ingleses, por exemplo, exploravam nessa época uma nova síntese entre o papel de estruturas econômicas e o papel definidor da luta social (Kaye, 1989).

Singularidade metodológica?

Cueva também criticou o *status* teórico do conceito de “dependência”. Ele contestou a enunciação de leis específicas do capitalismo subordinado, salientando que esses princípios correspondem

apenas à universalidade dos modos de produção sem se referir ao centro ou à periferia. Afirmou que formações sociais específicas não estão sujeitas a nenhum tipo de legalidade (Cueva, 1976).

O pensador equatoriano formulou essas observações em termos genéricos, mas reprovou a errônea busca por leis peculiares a “um autor tão rigoroso” quanto Marini.

Cueva não questionou a existência de uma dinâmica específica da economia latino-americana. Contestou sua apresentação como leis indicando que essas regras explicam o funcionamento do feudalismo ou do capitalismo sem se estender aos âmbitos peculiares desses sistemas (Cueva, 1979b).

O pensador andino não aprofundou as consequências epistemológicas de sua abordagem. Não pretendia iniciar uma controvérsia filosófica, mas fornecer argumentos para o debate com os teóricos do singularismo regional. Por isso, questionou Cardoso em sua busca por originalidades latino-americanas e rejeitou a veemência identitária de muitos defensores das Ciências Sociais latino-americanas.

Cueva tinha preocupações inversas às de Marini. Em vez de lamentar a ausência de autores localizados na região, destacava o excesso de provincianismo e a escassa absorção de ideias universalistas. Descartava a existência de “nossas categorias” e confrontava-se com as mitologias regionalistas (Cueva, 1979a).

Nesse debate, Cueva prolongava a batalha que havia travado no Equador contra a ideologia da mestiçagem. Denunciava o retrato imaginário de uma convivência harmoniosa entre os povos que os pensadores das classes dominantes difundiam. Argumentava que esse universo idílico encobria a opressão exercida pelas elites endinheiradas e questionou essa demagogia nacionalista a partir de uma perspectiva socialista (Tinajero, 2012).

Essa oposição ao nacionalismo populista explica a hostilidade de Cueva à pretensão de elevar o *status* conceitual da teoria da dependência. Ele rejeitou essa aspiração afirmando que a América Latina estava regida por princípios gerais do capitalismo. Para o

teórico equatoriano, as sociedades latino-americanas eram particulares, mas não originais, e a investigação de suas dinâmicas não implicava descobrir leis próprias da região.

Mas suas críticas eram relevantes apenas para os pensadores que recorriam a explicações espiritualistas da identidade latino-americana ou para os construtores de forçados destinos nacionais. Nenhum desses defeitos se verificava nos teóricos marxistas da dependência. As acusações de nostalgia nacionalista contra vários membros dessa corrente careciam de justificativa.

Não apenas Santos, Marini e Bambirra postulavam abordagens socialistas com visões universalistas. Também Cardoso mantinha afinidades com o cosmopolitismo liberal e Gunder Frank com variantes libertárias desse mesmo ideário. O equívoco de Cueva foi grandemente influenciado pelo tenso clima político dos anos 1970.

O balanço da Unidade Popular

Todos os participantes do debate da dependência estiveram pessoalmente envolvidos na experiência da Unidade Popular Chilena. Como seus colegas, Cueva teve grandes expectativas em um resultado socialista desse processo. Descreveu essa oportunidade em um país com excepcionais tradições de continuidade institucional. Destacou que esse legado facilitou a vitória eleitoral da esquerda, mas também foi usado pelo pinochetismo para preparar o golpe.

Cueva considerou que a direita demonstrava uma vontade de poder ausente na Unidade Popular (UP). Essa coalizão buscou acordos com a oposição e não soube como utilizar o respaldo popular para desbaratar a sedição.

O pensador equatoriano revelou o papel arbitral de Salvador Allende e a confiança social-democrata no legalismo. Mas ele também criticou a conduta “aventureira” do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) por promover ações diretas “utilizadas pela direita” (Cueva, 1979a).

Marini fez um balanço totalmente oposto. Identificou a vitória da UP com a abertura de um processo revolucionário e responsabilizou o Partido Comunista (PC) pela frustração desse processo. Criticou especialmente a hostilidade dessa organização a qualquer ultrapassagem do marco político burguês.

O economista brasileiro considerou que Allende ficou preso em uma tolerância suicida do golpe. Afirmou que o MIR nunca realizou ações adversas à UP. Ao contrário, colaborou com esse governo, promoveu comitês para apoiá-lo, estimulou a reforma agrária e a continuidade da produção sabotada pelos capitalistas (Marini, 1976a). Reivindicou, ao mesmo tempo, a tentativa de criar formas de poder alternativo para conter Augusto Pinochet (Marini, 1976b).

Santos concordava com Marini. Integrava o Partido Socialista (PS) e propunha a união de toda esquerda para radicalizar o processo aberto com o governo de Allende (Santos, 2009).

Numa visão retrospectiva, a balança da discussão se inclina a favor de Marini. O teórico da dependência captou o dilema imperante de 1970-1973 entre o princípio do socialismo e a vitória da reação. Cueva evitou esse dilema com enunciados contraditórios.

O escritor equatoriano contestou tanto a miopia institucionalista como a ação direta, sem esclarecer qual dos dois problemas foi determinante do trágico desenlace. Enquanto a esquerda da UP estimulava o poder popular, o setor conservador dessa frente buscava uma aliança com a Democracia Cristã (DC) para criar uma etapa de capitalismo nacional.

Cueva sugeriu uma terceira opção sem explicar como poderia ser implementada. Criticou a supressão de etapas intermediárias e o desconhecimento da correlação de forças (Cueva, 1979a). Mas Marini levava em conta os dois problemas ao apoiar as iniciativas de base nos cinturões industriais e nas comunas agrárias.

Tanto Cueva quanto Marini promoviam a transformação das vitórias eleitorais da esquerda em dinâmicas radicais de conquista do poder. Mas se confrontaram duramente na definição das estra-

tégias para alcançar esse objetivo. Essa divergência se projetou a outros planos e gerou drásticas críticas (Cueva, 1988) e virulentas defesas da teoria da dependência (Marini, 1993; Santos, 1978; Bambirra, 1978).¹

Endogenismo tradicional e transformado

Embora Cueva tenha compartilhado a estratégia de muitos partidos comunistas, não questionou a teoria da dependência por esse alinhamento. Seu enfoque se contrapunha às objeções formuladas por essa corrente.

Os expoentes do comunismo oficial criticavam a rejeição de Frank, Marini e Santos à política de alianças com a burguesia nacional. Afirmavam que, com essa oposição, se negava a primazia da luta anti-imperialista, se desconhecia a necessidade das frentes policlassistas, se desvalorizava o campesinato e se omitia a centralidade da luta democrática (Fernández e Ocampo, 1974).

Mas, de fato, as alianças com as “burguesias progressistas” conduziam a esses desacertos. Esses grupos dominantes adotavam posturas conservadoras de perseguição aos trabalhadores e de apoio à repressão. O oficialismo comunista não registrava, além disso, as potencialidades socialistas abertas com a Revolução Cubana que dois teóricos da dependência expuseram em um elaborado texto (Santos e Bambirra, 1980).

Cueva não participou nessas discussões nem repetiu as acusações feitas ao dependentismo por seu parentesco com a “ideologia burguesa”. Esse questionamento ressaltava o conteúdo filosófico “idealista” dessa concepção ao enfatizar sua desatenção pelas problemáticas materialistas da relação do capital com o trabalho (Angotti, 1981). Alertava também contra a existência de uma confusa variedade de conceitos da dependência que eram aproveitados pelos autores pró-imperialistas.

¹ Nosso balanço geral da Unidade Popular pode ser encontrado em Katz (2015).

A inconsistência dessas observações salta à vista em qualquer leitura contemporânea. Mas a artilharia verbal sem conteúdo era muito frequente em uma época de argumentos orquestrados em torno de fidelidades ou heresias ao partido. Cueva se situou em um âmbito político próximo ao comunismo sem compartilhar esses códigos. Nunca substituiu a reflexão pela demolição dos dissidentes.

Também não crucificou os teóricos da dependência por sua resistência em endeusar a União Soviética nem considerou que eles “faziam o jogo do imperialismo” por evitar adulações ao “campo socialista”.

O pensador equatoriano desenvolveu, por sua vez, os argumentos endogenistas sugeridos por vários críticos comunistas da teoria da dependência. Transformou vagas observações em sólidos postulados opondo-se, especialmente, à atenção unilateral pelos processos de circulação comercial em detrimento da dinâmica produtiva do capitalismo.

Cueva ressaltou também a importância de priorizar o atraso agrário como explicação do subdesenvolvimento, enfatizando o peso do latifúndio, a importância da renda e a incidência do campesinato. Postulou que a asfixia endógena gerada pelo estancamento agrário era mais relevante do que a exação exógeno-imperialista.

Mas diferentemente do endogenismo tradicional, Cueva nunca atribuiu o atraso da região à persistência de vícios feudais nem postulou a necessidade de uma aliança com a burguesia para superar esses obstáculos.

O teórico andino desenvolveu a crítica ao exogenismo de Frank sem compartilhar os preceitos do endogenismo tradicional. Rejeitou o esquema mecânico de etapas históricas sucessivas e argumentou com critérios de desenvolvimento desigual e combinado.

Em sua maturidade, Cueva ponderou sobre o interesse da teoria da dependência com relação ao lugar internacional da América Latina, mas continuou apontando a carência de nítidas conexões analíticas com os parâmetros locais. Ressaltou a gênese nacional do capitalismo e enfatizou os determinantes internos da

acumulação. Procurou, por essa via, contribuir com fundamentos endógenos ao dependentismo.

Coincidências com pós-marxismo

Com a consolidação das ditaduras, a teoria da dependência perdeu a importância. Nos anos 1980, alguns autores diagnosticaram a dissolução dessa escola juntamente com o declínio dos projetos de emancipação (Blomstrom e Hettne, 1990).

Esse retrocesso não se deveu a visões errôneas da realidade latino-americana, mas às derrotas sofridas pelos movimentos revolucionários. Os conceitos da dependência não sucumbiram. Foram silenciados pela contrarreforma neoliberal (López Hernández, 2005). A teoria que dominou o cenário anterior foi relegada por razões políticas e perdeu o interesse entre as novas gerações, distanciadas da radicalidade anticapitalista.

A derrota eleitoral do sandinismo, em 1989, inaugurou um refluxo dos projetos socialistas que se aprofundou com a implosão da União Soviética. A teoria da dependência decaiu como consequência desse retrocesso.

Cueva e Marini receberam o golpe de imediato e iniciaram um processo de aproximação em muitas áreas, embora discordassem na caracterização das ditaduras.

O pensador equatoriano definiu essas tiranias como regimes fascistas, equiparáveis à barbárie do entreguerra (Cueva, 1979a). O teórico brasileiro ressaltou, por sua vez, as diferenças com o que ocorreu no Velho Continente. Destacou a debilidade das burguesias latino-americanas que aceitavam o papel substituto dos militares sem criar bases próprias de sustentação política (Marini, 1976b).

Além dessas nuances, ambos os pensadores convergiram imediatamente na prioridade da resistência democrática. Quando da derrocada das tiranias, denunciaram os pactos celebrados pelos partidos tradicionais com os militares para perpetuar a operação neoliberal.

Cueva entabulou uma intensa polêmica com os autores que justificavam essas negociações. Afirmou que esses acordos socorriam os militares, consagravam sua impunidade e garantiam as transformações conservadoras do neoliberalismo (Cueva, 2012). Marini fez a mesma denúncia por meio de rejeições categóricas da tutela militar das transições pós-ditatoriais.

Mas a principal batalha convergente de Cueva e Marini foi a crítica aos intelectuais pós-marxistas, como Ernesto Laclau. Esses autores abandonaram a análise de classe, descartaram a centralidade da opressão imperialista e consideraram a ação da esquerda obsoletas. Também redescobriram a social-democracia e se reencontraram com os velhos partidos dominantes (Chilcote, 1990).

Nesse cenário, Cueva e Marini concentraram todos os seus dardos na defesa do anti-imperialismo e do socialismo e polemizaram com a concepção mistificada do capitalismo como um regime não modificável.

O escritor equatoriano também modificou nesse período sua avaliação do populismo. Em vez de destacar a funcionalidade dessa vertente para a ideologia burguesa, ele enfatizou o fermento que fornecia para as concepções jacobinas que, na América Latina, ligavam o nacionalismo radical ao socialismo (Cueva, 2012).

No mesmo período, Marini retornou ao Brasil depois de 20 anos de exílio e enfrentou a hostilidade dos ex-dependetistas acomodados no universo acadêmico. Denunciou esse amoldamento e retomou seus debates com Cardoso (Marini, 1991). A confluência com Cueva foi um resultado natural dessa batalha contra adversários comuns.

Reencontro com a dependência

Cueva e Marini também enfrentaram uma discussão convergente com os teóricos neogramscianos (Aricó, Portantiero). Essa corrente reformulava o pensamento do comunista italiano para derivar dessa abordagem uma visão laudatória da democracia. Ignorava o perfil distinto desse sistema político nos vários regimes

sociais e considerava que o anti-imperialismo e a dependência eram conceitos obsoletos.

Cueva rejeitou essa visão ao apresentar novos dados da subordinação econômica e da submissão política da América Latina. Ilustrou como a dependência havia aumentado com o agravamento do endividamento externo (Cueva, 1986).

O teórico equatoriano apontou que o subdesenvolvimento persistia junto aos processos de modernização. Ressaltou a combinação de pobreza e opulência vigente no Brasil (“Belíndia”) e demonstrou a inexistência de uma aproximação da economia latino-americana com os países centrais (Cueva, 1979a).

Com essa exposição, Cueva esclareceu suas caracterizações anteriores. Afirmou que, nos anos 1970, havia criticado a teoria da dependência do ponto de vista da esquerda, contrariamente aos questionamentos direitistas que observava 20 anos depois. Declarou sua total oposição a essas visões e reafirmou os acertos da concepção que havia questionado.

Cueva ratificou sua proximidade com a teoria da dependência, esclarecendo que nunca negou a submissão latino-americana à ordem imperial. Ratificou seu pertencimento ao mesmo âmbito anti-imperialista dos autores com os quais esteve em desacordo no passado. Afirmou que pretendia apenas completar o enfoque dependentista para superar sua desconsideração dos determinantes internos do subdesenvolvimento (Cueva, 1988)

O pensador equatoriano expôs esta reconsideração com elogios ao trabalho de Marini (Cueva, 2007) e às posturas adotadas por Santos durante seu retorno ao Brasil (Cueva, 1986). Por sua vez, Marini reivindicou as críticas de Cueva aos intelectuais pós-marxistas e elogiou suas diferenças com outros autores endogenistas (Marini, 1993).

O caminho inverso

Cueva foi o último expoente do endogenismo marxista e o precursor de uma síntese com a teoria da dependência. Buscou

soluções no marxismo latino-americano para os questionamentos que essa última concepção enfrentava. Seguiu um caminho contrário a outros pensadores de sua tradição, que optaram pela rejeição do esquema centro-periferia e adotaram uma teoria comparativa dos capitalismo nacionais.

Nesse caminho embarcou, por exemplo, o inspirador francês da teoria da regulação, Alain Lipietz. Esse pensador não trabalhou especificamente a problemática latino-americana, mas assimilou em seus inícios o mesmo marxismo althusseriano de Cueva.

Com esse fundamento conceitual, estudou a dinâmica dos modos de produção articulados buscando compreender a singularidade dos modelos nacionais. Desse ponto de vista, manifestou também fortes objeções à teoria da dependência por desconsiderar as condições internas (Lipietz, 1992).

Mas, em meados dos anos 1980, declarou seu “cansaço” com o anti-imperialismo e as interpretações marxistas do subdesenvolvimento. Criticou o princípio da polarização mundial ao afirmar que não existe um lugar pré-determinado para cada economia na divisão internacional do trabalho. Ressaltou a existência de muitos lugares disponíveis para situações de dependência ou autonomia (Lipietz, 1992).

O teórico francês concluiu esse argumento preconizando a existência de uma grande variedade de capitalismo nacionais, cujo rumo é definido pelas elites governantes, em função de cenários sociais e institucionais em mudança.

Essa tese nutriu a teoria da regulação – que misturava marxismo com heterodoxia keynesiana – e deu lugar, posteriormente, às concepções social-desenvolvimentistas que promovem esquemas de capitalismo redistributivo.

Nesse enfoque são verificados dois problemas que Cueva conseguiu evitar. Por um lado, o abandono do horizonte socialista levou Lipietz a conceber margens ilimitadas do capitalismo para lidar com seus próprios desequilíbrios. Essa visão supõe que o mercado pode ser melhorado com o aperfeiçoamento das ins-

tituições, que a rentabilidade pode ser limitada com regulações estatais, que a exploração pode ser neutralizada e que as crises são administradas com dispositivos macroeconômicos.

Com esses pressupostos de capitalismo autocorretivo promove-se o regime de acumulação mais conveniente para um sistema que sempre encontraria soluções para suas contradições. A partir da descrição inicial de formas variadas do capitalismo, passa-se a um diagnóstico de autossuperação desse sistema, por meio de transição de um regime de acumulação para outro (Husson, 2001).

O segundo problema dessa modalidade de endogenismo burguês é a omissão dos condicionamentos objetivos impostos pela globalização. Supõe-se que o capitalismo em vigor em cada país constitua uma escolha soberana de seus cidadãos.

Ao destacar a determinação puramente interna do processo imperante em cada nação, se esquece como o capitalismo globalizado modela essas dinâmicas nacionais.

A hostilidade à teoria da dependência acaba ressuscitando crenças de livre escolha e imaginários de capitalismo eletivo. Cueva evitou esses erros ao intuir as novas modalidades de subdesenvolvimento gerados pela mundialização.

A síntese teórica

O caminho de convergência com Marini seguido por Cueva abriu espaço para uma síntese teórica. Essa articulação ficou conhecida não apenas como uma reação aos críticos de direita, mas também pelo alinhamento de Cueva ao campo do dependentismo. O escritor andino reconheceu a validade geral da vertente marxista dessa concepção e diferenciou essa abordagem das simplificações de Frank e das inconsistências de Cardoso.

Essa reconsideração nos permitiu entender que a interpretação endogenista não era incompatível com a caracterização dependentista do subdesenvolvimento latino-americano. Eles convergiram da mesma maneira que os marxistas do pós-guerra concordaram na avaliação da relação centro-periferia. As mesmas afinidades

que uniram Sweezy-Baran, Amin e Mandel também uniram os teóricos sul-americanos

O encontro de Cueva com Marini permitiu decantar a teoria da dependência, depurar seus conceitos e incorporar contribuições de outros pensadores. Essa síntese foi um processo de amadurecimento simultâneo. Ao mesmo tempo em que Cueva reavaliou o trabalho de seus antigos concorrentes, Marini, Santos e Bambilra afirmaram seu distanciamento de Frank e Cardoso.

A aproximação de endogenistas e exogenistas não implicou unanimidade nem plena concordância. Cueva reafirmou sua discrepância com vários conceitos de Marini. Ressaltou o interesse dos diagnósticos do ciclo produtivo dependente, mas enfatizou a supremacia da dimensão financeira.

O pensador equatoriano também não considerou satisfatório o conceito de superexploração, que continuou observando como uma variante da pauperização absoluta. Mas defendeu Marini enfaticamente das acusações de “estagnacionismo” lembrando que esse defeito foi atribuído à obra de Furtado (Cueva, 2012).

Na síntese de Marini com Cueva encontram-se os pilares de uma caracterização integral do *status* da América Latina. Partindo da condição subordinada e atrasada da região, essa visão permite distinguir três níveis de análise.

No plano econômico, a região é subdesenvolvida em comparação com os países avançados. Na divisão internacional do trabalho, a América Latina ocupa um lugar periférico, em oposição à inserção privilegiada das potências centrais. No aspecto político, sofre dependência, ou seja, margens estreitas de autonomia e contrapostas ao papel dominante exercido pelo império.

“Subdesenvolvimento”, “periferia” e “dependência” constituem, portanto, conceitos conectados a uma mesma condição. Estas três noções não aparecem claramente diferenciadas em Cueva e em Marini, mas têm sido aperfeiçoadas por autores posteriores (Domingues, 2012).

O marxista equatoriano e seus pares brasileiros sugeriram uma nítida inter-relação entre os três conceitos. Afirmaram que a subordinação periférica ao mercado mundial define distintos graus de subdesenvolvimento que são acentuados pela dependência política.

Cueva e Marini ressaltaram as margens limitadas da América Latina – sob o capitalismo – para modificar seu *status*. Essa visão difere do caminho aberto ao desenvolvimento imaginado por Cardoso a partir dos anos 1980. Também destoa do caminho completamente fechado a qualquer alteração como Frank postulava na década de 1970.

Além disso, os teóricos marxistas realizaram explorações bastante originais das diferenças existentes dentro da região. Cueva apresentou um esquema de subdesenvolvimento desigual determinado pelo grau de penetração capitalista vigente em cada país. Bambirra expôs uma detalhada classificação dessas variedades e Marini pesquisou as peculiaridades da economia mais industrializada da região.

Nessa abordagem, cada autor hierarquizou diferentes localizações. Cueva focalizou sua atenção nos países com remanescentes pré-capitalistas e Marini nas estruturas de maior desenvolvimento industrial.

Por essa razão, o primeiro autor utilizou critérios endógenos aptos para o estudo do subdesenvolvimento agrário. O segundo, ao contrário, privilegiou parâmetros de conexão com o mercado mundial que são mais úteis para compreender os desequilíbrios das economias semi-industrializadas

Convergência metodológica

Uma síntese de Cueva com Marini permite superar a contraposição entre a primazia da abordagem interna ou externa na interpretação do subdesenvolvimento.

Cueva criticou o externalismo simplificador indagando como vigorou na América Latina uma articulação variável dos modos de produção como consequência do insuficiente desenvolvimento

capitalista. Analisou a cadeia de determinações recíprocas que foi estabelecida entre elementos internos atrasados e componentes externos avançados. Marini, por sua vez, investigou de que forma o capitalismo internacional condiciona todas as relações internas da região.

O amadurecimento das duas visões contribuiu para abandonar as posições binárias igualmente reducionistas. A ênfase na subordinação externa ou na carência do desenvolvimento interno – como causa do atraso – deve ser modificada conforme a etapa histórica analisada ou a região especificamente estudada.

É evidente que a devastação externa foi o dado central nas primeiras décadas da conquista da América, enquanto retrocesso interno prevaleceu durante a fase posterior de consolidação do latifúndio. Por sua vez, a depredação externo-colonialista padecida pelos enclaves mineiros foi diferente da estagnação endógeno-agrária gerada pela consolidação das *haciendas*.

A teoria da dependência fornece um correto esquema de explicação da subordinação sofrida pela América Latina. Mas necessita do complemento analítico do endogenismo para analisar o bloqueio interno gerado pela prolongada preeminência de modalidades pré-capitalistas.

Jaime Osorio enfatiza como essa integração combina uma abordagem totalizadora do capitalismo dependente com um estudo peculiar das formações históricas da região. Destaca que essas modalidades só podem ser esclarecidas avaliando-se sua inserção no mercado mundial. A teoria marxista da dependência define um marco analítico enriquecido pelo endogenismo (Osorio, 2009)

Para o aprofundamento dessa síntese é necessário abandonar três equívocos. Em primeiro lugar, a visão sem historicidade do esquema metrópole-satélite, que confunde a situação colonial com a dependência posterior, entendendo que uma mesma contradição se repete ao longo do tempo em estruturas invariáveis (Osorio, 2009).

Segundo, deve-se abandonar o diálogo de surdos que se estabeleceu entre as teses da colonização feudal e capitalista,

desconhecendo que a inserção da América Latina no mercado mundial exigiu que se recorresse a formas pré-capitalistas de produção (Osorio, 2009).

Em terceiro lugar, deve-se superar a falsa polêmica entre exogenistas puros, que ignoram como o capitalismo dependente internaliza os condicionamentos externos, e endogenistas puros que desconhecem a forma como a América Latina ficou inscrita no mercado internacional (Osorio, 2009).

A junção de Cueva com Marini, Santos e Bambirra resolve esses obstáculos a partir de uma abordagem integrada que atribui importante significação à luta de classes no futuro da história. Nos quatro autores, o interno e o externo não aludem exclusivamente a desenvolvimentos econômicos, conquistas militares ou hegemonias políticas. Referem-se a incidências e desenlaces do enfrentamento classista.

Esses enfoques estão longe do funcionalismo de Cardoso e do distanciamento da ação política de Frank. Operam em uma tradição de atenção simultânea ao desenvolvimento das forças produtivas e aos resultados da batalha social.

A convergência de endogenistas e exogenistas contribui também para esclarecer o controvertido *status* metodológico da teoria marxista da dependência. De início, Cueva postulou a inexistência de leis do capitalismo dependente ao considerar que essas normas são válidas apenas para os modos de produção (capitalismo) e não para as modalidades específicas desses sistemas (dependência). Marini e Santos, ao contrário, definiram leis de funcionamento particulares das regiões subdesenvolvidas.

Ao exigir uma categorização tão restritiva do objeto estudado, a visão inicial de Cueva fechava o caminho para estudar o funcionamento específico da periferia. Vários autores propuseram sair dessa armadilha, liberando a concepção das rigorosas exigências que uma teoria pressupõe.

Foi sugerido estudar a dependência como um paradigma, ou seja, um modelo aceito pela comunidade das Ciências Sociais a

partir das inovações radicais nas visões prevaletentes (Blomstrom e Hettne, 1990). Na mesma linha de pensamento, outros autores postularam caracterizar a dependência como uma perspectiva, um enfoque ou um ponto de vista (Johnson, 1981).

Em todas essas visões observa-se a dependência com um programa de investigação positivo. Seu estudo permite esclarecer as relações centro-periferia, ultrapassando o *status* epistemológico dessa indagação (Henfrey, 1981).

O paradigma da dependência e do subdesenvolvimento estuda, portanto, a dinâmica da acumulação que diferencia a periferia e indaga as modalidades de funcionamento específico do capitalismo dependente.

Nessa abordagem cabem as diversas variedades históricas de modos de produção e formações socioeconômicas que vigoraram na América Latina. Esse enfoque incorpora também novos conceitos como o padrão de reprodução para estudar os modelos peculiares do capitalismo dependente nos períodos contemporâneos (Osorio, 2012). As pesquisas iniciadas por Marini e Cueva inspiraram esse frutífero desenvolvimento recente.

Balances e declínios

A importância da convergência de Cueva com Marini foi percebida por vários analistas, que registraram como as divergências entre os dois autores foram reduzidas ao compasso de suas concordâncias políticas. Essa junção esclareceu as discrepâncias anteriores e permitiu superá-las em finais dos anos 1980. Os dois teóricos se reencontraram no cenário neoliberal, desenvolvendo uma batalha comum em defesa do socialismo (Gandáségui, 2009).

Nessa convergência, definiram uma abordagem similar para caracterizar a lógica do subdesenvolvimento e para desentranhar as causas das desigualdades que separam as economias avançadas e atrasadas (Chilcote, 1981). Em novo contexto político, decantaram as antigas posições (Moreano, 2007) e foi verificado que expressavam variantes de uma mesma matriz conceitual (Bugarelli, 2011).

Essa junção pode ser vista como outro exemplo da revisão mais geral das interpretações que contrapunham as leituras “produtivistas” e “circulacionistas” de Marx (Munck, 1981). A síntese consumada ilustrou o amadurecimento do pensamento social latino-americano que compartilha visões anti-imperialistas para o estudo da região.

O contraponto entre dependentismo e endogenismo perdeu sentido em finais do século XX. Mas o amadurecimento de Cueva também expressou o declínio de uma abordagem afetada pela definitiva extinção dos estágios pré-capitalistas.

O endogenismo ilustrou a dinâmica latino-americana da época colonial e esclareceu a incidência do atraso agrário na era do imperialismo clássico. Mas teve insuficiente força para indagar o que ocorreu durante o pós-guerra e não tem relevância para compreender o atual período de domínio pleno do capitalismo.

Nessa etapa, foram dissolvidos todos os resquícios dos modos de produção articulados em formações econômicas diferenciadas. No século XXI, só se pode distinguir modelos, variedades ou padrões de acumulação do capitalismo vigente em cada país. Nenhum desses esquemas mantém remanescentes pré-capitalistas.

O endogenismo se enfraqueceu com a extinção desses obstáculos no setor agrário. O caso mexicano – tão observado por essa corrente – ilustra a reorganização radical da vida rural sob o padrão do agronegócio, do fim da autossuficiência, da substituição da antiga alimentação pelas importações e a especialização em novos produtos rentáveis.

Verifica-se o mesmo em todas as economias andinas. Os tipos de conflitos gerados por essa transformação – desigualdade, êxodo rural, despossessão, lumpenização, narcotráfico, informalização do trabalho – é típico do capitalismo contemporâneo.

A própria definição endogenista do crescimento como expansão do capitalismo explica sua perda de significado. A consolidação desse sistema inutiliza todas as observações anteriores sobre o desenvolvimento insuficiente desse modo de produção.

O declínio endogenista também se deve à perda de centralidade das economias nacionais como consequência da mundialização. Essa expansão limita drasticamente todas as explicações do subdesenvolvimento centradas no aspecto nacional (Chinchilla e Dietz, 1981).

Essa referência era primordial para explicar como vários modos de produção se articulavam em certo espaço regional sob a tutela do Estado. Mas o peso da economia global reduziu primeiro, e anulou depois, a autonomia desses processos (Barkin, 1981). O avanço da internacionalização aumenta drasticamente a primazia dos fatores exógenos e explica a perda de interesse no endogenismo.

Mas esse declínio colocou todos os questionamentos no polo oposto. O que ocorreu com os enfoques que enfatizam o condicionamento externo como causa do atraso latino-americano? Como a escola do sistema-mundo se relacionou com a teoria da dependência?

6. A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E O SISTEMA-MUNDO

A teoria do sistema mundial tem influenciado numerosas áreas das Ciências Sociais contemporâneas. Foi elaborada por Immanuel Wallerstein a partir de um grande estudo da história contemporânea e de uma detalhada crítica do capitalismo global. Seu enfoque apresenta numerosas concordâncias com a teoria marxista da dependência. Recolheu ideias dessa concepção e incidiu nos debates do dependentismo. Vários autores exploraram as relações entre ambas as visões: em que terrenos convergem, divergem e se complementam?

Ciclos e hegemônias

Wallerstein considera que o capitalismo surgiu na Europa há 500 anos, com uma fisionomia direta de economia-mundo. Emergiu do esgotamento de um regime anterior de império-mundo que havia sucedido aos minissistemas de subsistência.

O estudioso estadunidense considera que as formações mais primitivas funcionavam em torno à divisão extensiva do trabalho em cenários culturais muito diversos. Considera que o esquema posterior se desenvolveu em extensas geografias com regimes políticos centralizados e que o terceiro modelo vigora até os dias atuais. O capitalismo mundializado se assenta em estruturas políticas múltiplas, divisão geográfica do trabalho e grande variedade de Estados nacionais (Wallerstein, 1979).

Esse sistema apareceu com a crise do feudalismo (1300-1450) e se expandiu em escala mundial. Distanciou-se rapidamente de outras regiões como a China, que haviam alcançado níveis de população, superfície e tecnologia muito semelhantes. O impulsiona-

dor desse salto foi a rivalidade econômico-militar imperante entre as monarquias absolutas. O choque entre esses Estados incentivou a associação das novas burguesias com as velhas aristocracias, garantiu a acumulação e abriu caminho para o aparecimento do comércio global (Wallerstein, 1979).

Desde esse momento, o sistema-mundo tem governado no planeta por meio de quatro ciclos seculares próprios do capitalismo. A fase inicial de grande expansão (1450-1620/1640) foi sucedida por uma longa crise (1600-1730/1750), que desembocou em uma etapa de excepcional desenvolvimento (1730-1850). O quarto período persiste até a atualidade e seria o último deste universo moderno (Wallerstein, 2005).

O pensador sistêmico afirma que ciclos de expansão e contração de 50, 60 anos têm regulado essas etapas. São flutuações denominadas “Kondratiev” que operam como sequências previsíveis dentro de processos de maior duração que determinam os rumos do sistema mundial (Wallerstein, 1984).

Wallerstein considera que uma estrutura interestatal tenha funcionado em escala internacional com hegemonias variantes. Cada supremacia emerge como resultado de guerras sangrentas que fortalecem o domínio da potência vencedora. Após um certo tempo, a superioridade econômica do vencedor é socavada pelos rivais que copiam inovações, evitando os gastos bélicos enfrentadas pelo dominador. Essa mesma sequência é repetida com o vencedor da próxima etapa (Wallerstein, 1999a).

Após um antecedente ibérico, os Países Baixos comandaram a primeira liderança significativa, aproveitando suas vantagens no comércio, na agricultura intensiva e na indústria têxtil. Essa primazia foi desafiada pela Inglaterra e pela França que haviam alcançado certa paridade de desenvolvimento. O controle de ultramar foi a chave do êxito britânico. Permitiu estabelecer colônias que compensavam a inferioridade de população e de recursos internos. Essas implantações facilitaram a acumulação de moeda e o gerenciamento de um grande mercado externo (Wallerstein, 1984; 1999).

A hegemonia estadunidense também foi resultante, durante o século XX, de vitórias no plano internacional. Para Wallerstein, o leme da economia-mundo fica sempre definido nesse terreno exterior. Ali se resolveu a superioridade estadunidense sobre seus competidores (Alemanha e Japão) e subordinados (Inglaterra e França).

Essa sucessão de hegemonias é explicada pela natureza competitiva de um sistema que impede a consolidação de centros imperiais totalmente dominantes. Por isso fracassaram as três tentativas de criar esse controle absoluto: Carlos V, Napoleão e Hitler. A economia-mundo se recicla por meio da autodestruição que gera o próprio exercício da hegemonia.

Ordens e hierarquias

Wallerstein detalha vários princípios de funcionamento do sistema mundial. Enfatiza a permanente ampliação desse circuito mediante a incorporação de áreas externas a uma estrutura segmentada entre países centrais e fornecedores de matérias-primas. À medida que a economia-mundo se expande, todas as regiões do planeta ficam incorporadas a esse dispositivo (Wallerstein, 1979).

A América foi absorvida durante a conquista espanhola e a Europa Oriental quando consolidou sua exportação de alimentos. A Índia, o Império Otomano, a Rússia e a África Ocidental ingressaram ao ficar submetidas às exigências da divisão internacional do trabalho.

Essa subordinação garantiu as especializações do trabalho e produtivas de cada região. A precoce industrialização da Inglaterra, França e dos Países Baixos determinou a primazia do trabalho livre. Na América do Norte, prevaleceu a escravidão para assegurar a provisão de insumos ao Velho Continente. Na Europa Oriental, foi imposta a servidão para assegurar o abastecimento de grãos e em regiões intermediárias – como Itália –, predominaram um misto de trabalho assalariado e forçado (Wallerstein, 1979).

Com essa abordagem, considera-se que o capitalismo se iniciou como um sistema mundializado e se fortaleceu com a inclusão de

países no topo, no meio e embaixo de sua estrutura. A localização central, periférica ou semiperiférica de cada país determinou o tipo de exploração do trabalho predominante.

O produto exportado também foi definidor. Aqueles que foram inseridos de maneira subordinada forneceram os bens necessários para a fabricação de mercadorias mais elaboradas. Quando concluíram essa integração, substituíram seu antigo papel de vendedor de bens secundários (ou de luxo) por um novo papel de fornecedores de insumos específicos (Wallerstein, 1999a).

Essa mutação determinou a especialização do subcontinente indiano na produção de índigo, seda, ópio ou algodão e a transformação do Império Otomano em exportador de cereais. A África Ocidental fortaleceu sua produção de óleo de palma e amendoim e a Rússia consolidou suas vendas de cânhamo, linho e trigo.

Essas incorporações ao sistema-mundo causaram, por sua vez, a destruição de antigas manufaturas locais. Na Índia, a produção têxtil foi destruída; no Império Otomano, os centros produtivos de Anatólia, Síria e Egito desmoronaram. Na África, as embrionárias modalidades fabris foram pulverizadas. Somente a Rússia pôde resistir ao ataque pelo relativo poderio de seu exército (Wallerstein, 1999a).

O teórico dos sistemas entende que as localizações e hierarquias de cada região são reproduzidas por meio de uma cadeia de produtos que une todos os participantes em um mesmo circuito mundial. Por meio da troca desigual e do fluxo polarizado do comércio, essa conexão reforça o predomínio de certas áreas centrais. O sistema inclui, portanto, uma constante recriação do subdesenvolvimento.

A mesma hierarquia global também é reproduzida com transformações industriais que modificam a localização dos diferentes ramos. A presença da indústria têxtil no século XVI representava uma economia central. Mas essa mesma atividade no século XIX foi representativa de um país semiperiférico e, em finais do século XX, tornou-se característica de uma periferia. A cadeia de produtos se ajusta à reorganização periódica da hierarquia estável do capitalismo mundial (Wallerstein, 1986).

Nessa análise também se considera que o sistema-mundo funciona por meio de uma estrutura política que reafirma a localização central, periférica ou semiperiférica de cada país na hierarquia global. Este enquadramento está em conformidade com a predominância de Estados fortes, fracos e intermediários. As diferentes formações estatais coexistem por meio de reconhecimentos mútuos que garantem a legitimidade internacional de cada país (Wallerstein, 2004).

Esses Estados são essenciais para mercantilizar a força de trabalho, garantir a cobrança de impostos, assegurar o lucro e socializar riscos. O capitalismo precisa de jurisdições territoriais e fronteiras definidas para compartilhar os custos de grandes investimentos e sustentar políticas de proteção ou liberalização comercial (Wallerstein, 1988).

A importância decisiva que o teórico estadunidense atribui ao Estado contrasta com o papel secundário que ele atribui à nação. Ele considera que as nações foram formadas como simples derivações dos Estados e serviram para unir indivíduos em torno do patriotismo, do sistema escolar e do serviço militar (Wallerstein, 2005). Com um argumento semelhante, coloca-se que a raça surgiu como uma entidade adaptada ao lugar que cada agrupamento humano ocupa na divisão internacional do trabalho.

Os trabalhadores livres de pele branca, os escravizados negros e os servos mestiços ficaram separados pela modalidade de exploração predominante em cada segmento. A etnia foi, por sua vez, utilizada para atribuir trabalhos específicos às diferentes comunidades de cada país. Portanto, a noção genética de raça, o conceito sociopolítico de nação e a categoria cultural de etnia ficaram definidos por seu papel na economia-mundo (Wallerstein, 2004).

Parentescos com a dependência

Wallerstein elaborou sua concepção adotando vários postulados da teoria da dependência. Compartilhou a crítica às teorias liberais do desenvolvimento e às concepções positivistas

da modernização. Questionou a apresentação do Ocidente como um modelo a ser imitado e polemizou com o mito de alcançar o bem-estar por meio da simples expansão do capitalismo.

Contestou a essas concepções sem, no entanto, aceitar a alternativa desenvolvimentista e rejeitou especialmente a visão Estatal-nacional. O pensador estadunidense enfatizou a conveniência de adotar a economia mundial como ponto de partida de todos os estudos.

Com essa visão, se colocou no caminho oposto do institucionalismo. Debateu com as abordagens weberianas que explicam o desenvolvimento comparando diferentes vias de expansão nacional. Desenvolveu esse enfoque com a mesma veemência empregada pelos marxistas do pós-guerra em suas controvérsias com os keynesianos.

Ao ressaltar o impacto da troca desigual e descrever as transferências de renda para as metrópoles, essa visão do capitalismo converge com a teoria da dependência. Caracteriza esse sistema como um regime de exploração sujeito a desequilíbrios crescentes e contradições insuperáveis. Reitera a dinâmica polarizadora de uma estrutura que reforça a separação entre economias avançadas e atrasadas.

A afinidade com o dependentismo se verifica, além disso, na avaliação do destino dos países subdesenvolvidos que fornecem insumos à indústria metropolitana. Essa especialização obstrui o desenvolvimento interno da periferia.

Wallerstein também coincidiu com os teóricos marxistas latino-americanos na interpretação da acumulação mundial como um processo que compensa quedas do lucro com barateamento de custos salariais. Por isso, estudou o modo pelo qual a exploração dos trabalhadores da periferia compensa a retração do lucro no centro (Wallerstein, 1988).

A coincidência com o dependentismo também se verifica na crítica às estratégias políticas evolutivas e aos projetos de capitalismo nacional nos países subdesenvolvidos. Wallerstein utilizou essa

fundamentação para rejeitar o rígido esquema histórico de modos de produção sucessivos e para postular o caráter internacional da passagem de um sistema a outro.

Proximidades e distanciamentos

A boa acolhida da teoria do sistema mundial entre os pensadores da dependência incluiu certas diferenciações. Santos distinguiu três vertentes de abordagens semelhantes da relação centro-periferia.

Por um lado, considerou que Wallerstein situou o tema em uma conceituação do capitalismo histórico como uma estrutura que se expandiu em conflito com outros sistemas. Posteriormente, considerou que Amin pesquisou o mesmo problema a partir do universo asiático-africano colocando maior ênfase na evolução do Terceiro Mundo.

Finalmente, especificou que sua visão (junto com Marini e Bamberger) abordou essa temática a partir da situação latino-americana, diferenciando o capitalismo central, os países dependentes e o socialismo (Santos, 1998).

Essas coincidências gerais foram ratificadas por Amin, que ressaltou a preeminência de formulações complementares do mesmo problema. O economista egípcio destacou as confluências na caracterização da origem e do funcionamento polarizado do capitalismo (Amin, 2005).

Ele também enfatizou a utilidade da abordagem de Wallerstein para registrar a dinâmica internacional da lei do valor e a gravitação de processos de transferência de mais-valia. Considerou que o sistema-mundo permite observar a unidade desses fenômenos, superando a conceituação do mercado mundial como uma mistura de componentes justapostos (Amin, 2008).

Outros estudiosos sublinharam as afinidades entre as três visões (Martins, 2011), destacaram o enriquecimento gerado por seu encontro (Herrera, 2001) e apresentaram a visão sistêmica como uma continuação do dependentismo (Blomstrom e Hettne, 1990).

Algumas visões, por sua vez, refletiram sobre a influência de Wallerstein em Santos, considerando que foi uma contribuição para superar os ingredientes identitários do velho dependentismo. Com a visão abarcadora do sistema mundial, dissolveu-se a abordagem unilateral do subdesenvolvimento como um “pensamento latino-americano”, e o conceito de “dependência” foi revisado como uma relação mutável dentro da economia-mundo (Niemeyer, 2005).

Esses diagnósticos de confluência coexistiram com caracterizações que destacam as diferenças. Enfatizam que a abordagem sistêmica privilegia lógicas globais, frente à visão dependentista que ressalta a interação dialética entre o centro e a periferia (Sotelo, 2005). Também acreditam que Wallerstein não consegue perceber o significado específico do capitalismo dependente da América Latina (Osorio, 2009). Esses problemas podem ser esclarecidos especificando as noções que aproximam e separam as duas teorias.

Conceitos convergentes

Wallerstein introduziu várias noções que ampliaram uma visão compartilhada do capitalismo contemporâneo. Ilustrou como a industrialização das economias médias estudadas por Marini está entrelaçada com processos integrados de industrialização global.

Dessa forma, situou a dinâmica da reprodução dependente nas tendências da acumulação mundial. Explicou de que maneira as economias subdesenvolvidas participam em cadeias internacionais de produtos e por que razão apenas certos países da periferia desenvolvem um perfil manufatureiro.

O pensador estadunidense enfatizou que o capitalismo recria uma estratificação global estável. Demonstrou a preponderância de uma hierarquia que reproduz situações não eletivas de dependência e perpetua a polarização centro-periferia (Schwartzman, 2006).

Essa visão reforça todos os postulados do dependentismo que ressaltam os estritos limites que o capitalismo impõe a qualquer mudança no *status* internacional dos países. Assim como os marxistas latino-americanos, Wallerstein deduziu essa estabilidade da

rigidez da divisão internacional do trabalho. Ressaltou a existência de uma arquitetura estável em cenários geográficos mutantes. Observou que as alterações na pirâmide centro-periferia são desenvolvidas principalmente dentro de cada segmento. Somente em poucas circunstâncias históricas algumas economias centrais se degradam para o nível periférico e a mesma excepcionalidade se aplica no sentido inverso (Aguirre Rojas, 2007).

Wallerstein postula um princípio de soma zero na mobilidade interna de cada faixa do sistema mundial. Considera que a ascensão de um componente tende a ser compensada pela queda de uma porção equivalente.

Nesses mesmos termos, os pensadores da dependência entendiam o subdesenvolvimento. A teoria do sistema-mundo forneceu novos argumentos para fundamentar teses compartilhadas de recriação estrutural da desigualdade global.

Mas o autor estadunidense também introduziu um conceito de semiperiferia para ilustrar a existência de situações intermediárias que, historicamente, operaram como elementos de ascensão ou rebaixamento no sistema mundial. Ressaltou que, junto às potências hegemônicas, sempre existiram formações intermediárias que amorteciam a desigualdade global. A situação semiperiférica expressou o declínio de antigas potências a condições de médio porte (Espanha) ou a transição para posições de domínio mundial (Estados Unidos, Alemanha) (Wallerstein, 1984).

Essa lógica de desenvolvimento trimodal foi exposta para superar as simplificações do esquema dual legado por Prebisch (centro-periferia) e recriado pelos enfoques anti-imperialistas mais rudimentares (império-colônia).

Esse novo modelo não esclareceu apenas como a transferência de renda funciona em escala internacional. Também renovou os estudos sobre as alianças que os centros hegemônicos estabelecem com seus sócios subalternos para garantir a estabilidade do capitalismo e incorporar novas áreas ao sistema-mundo (Chase Dunn, 2012).

O mesmo esquema foi sugerido, embora não explicitado, pelos teóricos da dependência. Marini investigou as peculiaridades das economias latino-americanas industrializadas e as distinguiu dos países puramente exportadores de matérias-primas. Bamberger apresentou uma diferenciação entre modelos com diferentes graus de subdesenvolvimento. A noção de “semiperiferia” está presente, de fato, nessas abordagens e essa familiaridade foi reconhecida pelos teóricos do dependentismo (Santos, 2009).

Wallerstein também usou uma abordagem muito semelhante ao ciclo dependente teorizado por Marini para sublinhar o lugar que cada economia ocupa no circuito produtivo mundial. Essa visão se distanciou do modelo inicial de Prebisch, que apenas estudava a inserção da periferia nas redes do intercâmbio.

Existem, portanto, muitas coincidências temáticas entre o sistema mundial e o dependentismo. Quais são as áreas de divergência?

Sistemas ou modo de produção?

Os teóricos da dependência destacaram que o marxismo tem sido um terreno que os separa do enfoque propiciado pelo sistema-mundo (Santos, 1998; 2000). Wallerstein aceita apenas a tipificação de marxista quando essa caracterização implica uma genérica identificação com pensamentos ou atitudes radicais. Não compartilha a aplicação habitual dessa teoria (Wallerstein, 2013).

Alguns intérpretes de seu enfoque ressaltam sua compatibilidade com o marxismo (Penston e Busekese, 2010). Outros, inclusive, consideram que reformula a apresentação de Trotsky da economia mundial como uma totalidade estruturada em torno da divisão do trabalho (Doronenko, 2005).

Porém o que se discute não é o enquadramento do autor, mas o sentido de seu conceito de “sistema”. Essa noção articula toda sua visão. Wallerstein lembra que começou estudando os conflitos sociais e em seguida investigou como o consenso de valores opera

na realidade africana e na história europeia. Dessa investigação, deduziu a necessidade de priorizar o contexto mundial entendido como um sistema (Wallerstein, 1979).

Desenvolveu esta última categoria como uma perspectiva de análise ou um paradigma, e deixa em aberto um aprofundamento posterior do conceito, como uma teoria mais completa (Wallerstein, 2011)

O sistema contém muitas proximidades com a noção marxista de “modo de produção” usada pelo dependentismo latino-americano. Mas ambas noções pressupõem lógicas diferentes do desenvolvimento da sociedade.

Wallerstein aponta uma diferença na importância atribuída à exploração do trabalho como pilar dos diferentes regimes sociais. Os minissistemas, o império-mundo e a economia-mundo não são concebidos em torno dessa base. Portanto, o teórico estadunidense contrapõe seus modelos ao antigo esquema que atribuía ao marxismo uma sucessão de modos de produção (coletivismo primitivo, escravidão, feudalismo, capitalismo).

A divergência não radica na existência de uma ordem sucessiva, pois a tese sistêmica também contém escalonamentos. A inexorável passagem de um esquema para outro também não é central, porque essa simplificação foi característica apenas das vertentes mais dogmáticas do marxismo.

Nem mesmo o método de Wallerstein é a razão da controvérsia. Adota a noção de “sistema” com uma abordagem multidisciplinar que quebra a tradição de estudos fragmentados em assuntos separados. Rejeita a divisão entre Economia, Ciência Política ou Sociologia e constrói seus conceitos postulando a reunificação das Ciências Sociais (Wallerstein, 2005). Essa atitude é muito semelhante ao marxismo.

Com essa abordagem, ele reivindica Marx, o materialismo histórico e a primazia da economia no estudo do capitalismo. Aprova a visão holística dessa tradição e o interesse em capturar as contradições que minavam os processos de acumulação.

Mas Wallerstein se afasta dessa matriz apoiando sua noção de “sistema” em três outros fundamentos teóricos. De Fernand Braudel, recolhe a localização dessas estruturas em longas temporalidades e espacialidades estendidas. De Karl Polanyi, toma a classificação de formas específicas de organização social em torno de princípios de reciprocidade, redistribuição e intercâmbio mercantil.

Finalmente, de Ilya Prigogine, absorve a caracterização dos sistemas como organismos com vidas limitadas e existências marcadas por períodos de equilíbrio e caos. Em certas etapas, essas estruturas sobrevivem assimilando as perturbações e, outras vezes, são afetadas por caóticos torvelinhos. Esses sistemas são estudados com a mesma ótica utilizadas pelos astrônomos para investigar o universo (Wallerstein, 1979; 2002).

Essa transferência de critérios das ciências naturais para o pensamento social o distancia da visão marxista dos modos de produção. A contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de propriedade que essa abordagem postula implica outros padrões de transformação. Privilegia a combinação de variáveis produtivas e confrontos de classe.

Essa diferença de abordagem é maior com a vertente historicista do marxismo, que ressalta o papel dos sujeitos na passagem de um sistema para outro. Essa corrente rejeita de maneira mais categórica as analogias com as ciências naturais.

O sistema-mundo não recorre à lógica de classe que, com diferentes graus de centralidade, inspira todas as variantes do marxismo. A primazia atribuída à luta social por essa teoria contrasta com a fundamentação estruturalista da visão sistêmica. Wallerstein avalia cada evento como uma exigência funcional do curso da história (Robinson, 2011).

Alguns críticos consideram que, ao apresentar sucessivos sistemas como a única força motriz da evolução social, essa abordagem impõe uma nociva “tirania da totalidade”. Afirmam que Wallerstein constrói universos forçados, assumindo que o

conjunto é sempre mais importante que as partes. Com essa visão, desconhece a autonomia dos componentes que são vistos apenas como simples transmissores de uma dinâmica já pressuposta pelo sistema mundial (Smith, 1979). Outros analistas argumentam que essa visão dilui as particularidades e perde de vista os processos que operam em curtas temporalidades (Osorio, 2009).

Wallerstein sintetiza suas diferenças com a ótica marxista, contrapondo seu conceito de totalidade e com a totalização que atribui a Perry Anderson. Utiliza a primeira noção para conceber mutações de sistemas fechados, com início ou fim predefinidos e rigorosos mecanismos internos de mudança. A abordagem oposta trabalha em cursos abertos, resultados incertos e uma ampla variedade de mecanismos de transformação (Wallerstein, 2013).

A totalidade de Wallerstein e a totalização de Anderson ilustram as discrepâncias entre duas formas de reflexão que inspiram visões diferentes sobre a trajetória atual do capitalismo.

Crises terminais e sujeitos sociais

Wallerstein acredita que as datas de início e término do sistema mundial são previsíveis. Deduz uma cronologia rigorosa do comportamento autodestrutivo dessa estrutura. Acredita que o esgotamento do ciclo atual implicará o fim da economia-mundo. Não será um movimento secular sucedido por outro, mas a última flutuação do sistema. Em um cenário muito caótico, esse encerramento concluirá um período de 500 anos (Wallerstein, 2005).

O pensador estadunidense aponta três causas determinantes desse resultado. Considera, em primeiro lugar, que o maior poder dos trabalhadores organizados em sindicatos gerou uma forte redução nos lucros. Os capitalistas tentaram se contrapor a essa pressão transferindo a produção para regiões com força de trabalho mais barata. Mas eles não conseguem contrabalançar o processo de urbanização sustentada que aumenta o custo do trabalho.

Em segundo lugar, destaca o generalizado aumento da produção como resultado da crise ecológica, do esgotamento de

matérias-primas e do acúmulo de dejetos. Por fim, enfatiza que o sistema impositivo não pode resolver a democratização política que os trabalhadores impuseram (Wallerstein, 2002).

Esses três processos precipitam a crise terminal do sistema-mundo. Não é mais possível regenerar um império-mundo nem recriar outra sucessão hegemônica.

Com esse diagnóstico, Wallerstein descreve várias contradições que os marxistas apresentam como limites históricos do capitalismo. Mas sua visão incorpora datas precisas de um desenlace terminal. Afirma que o declínio começou nos anos 1960 e 1970, e culminará em 2030-2050. Nessa ocasião, uma grande turbulência encerrará cinco séculos de modernidade e emergirá uma forma mais igualitária de organização social (Wallerstein, 2011; 2005).

Essa caracterização tem pontos de contato com as teorias do colapso discutidas pelos marxistas em 1920-1940 para esclarecer qual seria o fator determinante na eclosão do capitalismo (retração do consumo, queda na taxa de lucro, colapso financeiro).

O amadurecimento posterior desse debate permitiu entender que uma crise final é imprevisível e não deve ser concebida como resultado automático de mecanismos puramente econômicos. Somente as maiorias populares atuando no plano político podem pôr fim ao capitalismo e substituí-lo por um regime social mais progressista.

Mas, de qualquer forma, o mais importante não é a magnitude das crises, mas a percepção popular das potencialidades anticapitalistas dessas convulsões. E esse nível de consciência, atualmente, é muito inferior ao que prevaleceu nos anos 1970 ou 1930 (Therborn, 2000).

Esse último problema requer mais atenção do que todas as especulações sobre a data do colapso anunciado. A consistência dessa previsão é tão duvidosa quanto as diferentes reflexões sobre o momento de finalização do sistema. Esse encerramento está condicionado por ações político-sociais totalmente imprevisíveis. Certamente, o regime atual enfrenta limites históricos, mas essa fronteira não pressupõe a temporalidade prevista por Wallerstein.

Duas visões dos ciclos longos

O pensador sistêmico concebe um processo de decadência semelhante ao registrado na Europa durante a passagem do feudalismo ao capitalismo (Wallerstein, 1986). Essa analogia tem sido tão debatida quanto os paralelos entre o declínio dos Estados Unidos e o do Império Romano.

Nesses casos, costuma-se comparar os regimes sociais com funcionamento, mecanismos econômicos e tipos de crises muito diferentes. A extensão dessas comparações às estruturas estatais ou aos tipos de intervenção político-popular é ainda mais controversa.

De fato, essas analogias sugerem apenas longas transições que, por sua vez, contradizem a previsão de um momento pré-definido de colapso. As descrições que Wallerstein apresenta sobre o caos atual ilustram reorganizações do capitalismo, mudanças nas relações de força ou alterações na liderança hegemônica (Wallerstein, 2012a).

Esses processos incluem situações muito turbulentas, mas não envolvem uma finalização que possa ser antecipada. Esse tipo de finalização é um ingrediente necessário do olhar sistêmico, mas não constitui um corolário da visão marxista defendida pelos teóricos latino-americanos da dependência.

Santos, Marini e Bamberger sempre conceberam o futuro do capitalismo em estreita relação com o avanço de um projeto socialista alternativo. Os períodos que eles imaginaram para essa mudança foram associados ao desenvolvimento dessa batalha. Eles nunca postularam colapsos intrínsecos ou autoinfligidos pelo próprio capitalismo.

Essa diferença de abordagem também é verificada em dois tratamentos dos ciclos de Kondratiev. Wallerstein os incorpora à tradição de Schumpeter como mecanismos com temporalidades fixas que renovam a tecnologia e expandem os mercados.

Por isso, pressupõe sua previsibilidade e reaparecimento cíclico a cada cinco ou seis décadas. Introduce a vigência desses movimen-

tos ao longo de 500 anos e prevê que a atual fase de estagnação convergirá com o colapso do sistema-mundo. Um Kondratiev descendente se conectará ao esgotamento do último ciclo secular (Wallerstein, 2011; 2012c; 2016)

A aplicação feita por Santos desses ciclos se situa em outra tradição. É mais parecido com as teorias marxistas de ondas longas desenvolvidas por autores como Mandel. Registra movimentos econômicos prolongados apenas desde o século XIX e observa seu desenvolvimento em estreita relação com a dinâmica da luta de classes.

Santos procurou desvendar como funciona um período Kondratiev no cenário contemporâneo da reorganização tecnológico-produtiva do capitalismo. Ele não colocou esses ciclos em temporalidades de séculos ou em seqüências de desmoronamento do sistema-mundo (Santos, 1983).

As diferenças entre Wallerstein e os dependentistas latino-americanos também incluem visões discordantes sobre a estagnação e a pauperização absoluta. Para o teórico estadunidense, essas duas características ilustram a presença de uma crise terminal da modernidade.

Ele considera que a maioria dos trabalhadores enfrenta maiores adversidades do que 500 anos atrás em termos de alimentação, condições de trabalho e expectativa de vida (após o primeiro ano de existência). Ele atribui esse retrocesso à eliminação das estruturas comunitárias e afirma que a melhoria do consumo beneficiou apenas de 10% a 15% da população mundial que alcançou o *status* de classe média (Wallerstein, 1988).

As numerosas polêmicas que Marini desenvolveu para demonstrar que sua teoria não envolvia estagnação ou miséria crescente ilustram sua discrepância com a visão de Wallerstein.

A tese da superexploração – que concentrou a maior parte desses questionamentos – foi formulada em contraposição aos diagnósticos da pauperização generalizada em qualquer etapa do capitalismo.

Marini teorizou a existência de maiores taxas de exploração na periferia em comparação com o centro. Nesse contraponto, destacou que o fordismo e o Estado de bem-estar melhoraram as condições de vida dos trabalhadores metropolitanos (Marini, 1973). Com esse contraste entre a situação dos operários nas economias avançadas e atrasadas, reconhecia uma melhoria mais significativa nos países desenvolvidos. Também se distanciou da tese da deterioração mais generalizada postulada pelo teórico do sistema-mundo.

Discordâncias sobre o socialismo

No período que elaborou sua concepção, Wallerstein incluiu a antiga União Soviética, China e o denominado “bloco socialista” dentro do sistema mundial. Entendeu que essas regiões estavam integradas a esse circuito e enfrentariam o mesmo declínio. Considerou que a economia-mundo era uma totalidade dominante no planeta.

O estudioso estadunidense também argumentou que o projeto socialista teve um impulso revolucionário inicial e foi posteriormente diluído nas redes do capitalismo mundial. Não pôde escapar da dinâmica e destino desse regime.

Por esse motivo, Wallerstein não atribuiu importância à implosão da URSS e situou esse colapso na crise geral da era atual. Ele se contrapôs à definição de Hobsbawm do “breve século XX” – marcado pelo início e queda da URSS – com um “longo século XX”, determinado por outras circunstâncias, como a ascensão e decadência dos Estados Unidos (Wallerstein, 1992).

Mas, ao incluir o antigo bloco socialista no sistema mundial, também presumiu que esse segmento funcionava com os mesmos princípios de rentabilidade, concorrência e propriedade que as economias capitalistas.

Nessa caracterização, ele omitiu a análise interna desses países. Deduziu sua semelhança com o resto do mundo a partir de uma simples conexão externa com as potências ocidentais. Aplicou o mesmo

raciocínio que utilizou para inscrever no sistema-mundo todas as regiões que, ao longo de 500 anos, foram absorvidas por esse circuito.

Mas nunca explicou essa analogia entre a antiga URSS, a China e o Leste Europeu e o que ocorreu vários séculos antes com a Índia ou o Império Otomano (Chen, 2010). Ele não demonstrou como, quando e de que maneira se produziu uma permanência invariável ou uma saída e reintrodução imediata desses países ao capitalismo. Só foi possível constatar esse reingresso após o colapso do bloco socialista.

Nesse terreno, são verificadas as consequências de supervalorizar as totalidades, em detrimento da dinâmica específica de cada componente do sistema mundial. Wallerstein forçou a classificação da URSS e da China dentro do mesmo bloco que os Estados Unidos hegemonizaram desde o pós-guerra.

Essa assimilação foi outra área de divergência com o dependentismo. Os marxistas latino-americanos não tratavam a URSS como um subsistema do capitalismo e estavam atentos ao papel desse país na batalha contra o imperialismo.

Santos, Marini e Bambirra discordavam da visão elogiosa do bloco socialista que os partidos comunistas propagavam, mas destacavam o conflito entre esse setor e as potências ocidentais. Apostavam em uma renovação socialista nesses países no calor dessa disputa.

Todo o argumento dos dependentistas estava guiado por uma expectativa no projeto socialista. Wallerstein só concebia esse processo como um salto imediatamente global ao ressaltar a existência de uma única totalidade mundial. O grupo latino-americano não pressupunha resultados vitoriosos, mas se colocava em um campo de batalha pelo socialismo. A tese sistêmica desconsiderou essa perspectiva porque entendia que o capitalismo entraria em colapso por conta própria em uma data previsível.

Anti-imperialismo e tradições nacionais

A teoria marxista da dependência concebia vitórias anticolonialistas como um resultado de rebeliões populares na periferia

que se projetariam ao centro. Essa esperança foi modelada pela Revolução Cubana que não ocupou espaços significativos na conceituação de Wallerstein.

Seu enfoque se nutriu de outras experiências políticas a partir de sua formação na esquerda estadunidense junto a movimentos radicais, libertários e antiestalinistas. Depois, trabalhou na África no contato com as correntes protagonistas da luta anti-colonial e ficou muito impactado pelo pensamento de Fanon (Wallerstein, 2012b).

Nesse amadurecimento, processou de outra maneira a crítica à visão evolutiva promovida pelos partidos comunistas. Assimilou, especialmente, as consequências historiográficas desse questionamento e extraiu conclusões para elaborar seu modelo de mutações sistêmicas.

O dependentismo, por sua vez, concentrou seus dardos no plano político e se opôs às propostas de capitalismo nacional previstas pelos partidos comunistas (Chilcote, 2009). A crítica dependentista teve uma finalidade imediata que não estava presente na visão de Wallerstein.

Essa concepção diferenciada se estendeu ao sentido da luta nacional na periferia. A visão sistêmica rejeitou essa ação e, em lugar de estratégias anti-imperialistas, promoveu políticas críticas à opressão com tendências cosmopolitas. Identificou qualquer reivindicação da dimensão nacional com o projeto desenvolvimentista.

O enfoque de Wallerstein também não compartilha as mediações entre a ação anti-imperialista na periferia e a dinâmica anticapitalista em escala global, proposta por Amin em seu modelo de desconexão (Goldfrank, 2000). Acredita que o colapso do sistema-mundo desvelará um cenário pós-capitalista global, sem necessidade dessas vinculações.

Por isso, o pensador estadunidense prevê transformações sociais diretas na arena mundial a partir de ações antissistêmicas. Não inclui a convergência do socialismo com o nacionalismo revolucionário propugnado pelo dependentismo.

Essa rejeição se inspira em sua caracterização da nação como uma entidade derivada da forma em que cada Estado se inseriu na divisão internacional do trabalho

Mas omite que essa adaptação foi um processo muito convulsivo que incluiu projetos progressistas e democráticos condicionados pela mobilização popular. O dependentismo resgatou, justamente, esse legado nacional e buscou fundi-lo com a perspectiva socialista.

Estas duas visões podem ser vistas na avaliação da guerra que levou à independência da América Latina. Wallerstein não atribui relevância revolucionária a essa ruptura e ressalta o temor dos *criollos* aos escravizados e aos índios. Considera o que ocorreu naquele período como um exemplo de adaptação passiva e subordinada de uma região à economia-mundo (Wallerstein, 1999).

O dependentismo, ao contrário, sempre considerou essa façanha como um precedente do anti-imperialismo contemporâneo. Essa perspectiva levou a pensar o socialismo a partir das tradições latino-americanas. Essas divergências sobre o passado são projetadas para as estratégias de emancipação futura.

Só é possível agora?

No processo de colapso objetivo do sistema-mundo, Wallerstein atribui um papel de liderança aos movimentos antissistêmicos forjados durante a descolonização e rebeliões de 1968. Ele considera que essas revoltas inauguraram a rejeição revolucionária à hegemonia estadunidense e às culturas de opressão.

Considera também que esses levantes começaram a substituição da velha esquerda por novos movimentos sociais que ampliam a democratização, desafiam o eurocentrismo e introduzem o multiculturalismo.

Wallerstein afirma que, pela primeira vez na história, emerge um cenário de emancipação real. Ele considera que nos últimos cinco séculos o sistema não pôde ser modificado e os revolucionários acabaram se adaptando à ordem mundial. Eles enfrentavam

dilemas insolúveis ao tentar modificar estruturas que não podiam ser removidas (Wallerstein, 1999b).

Partindo desse pressuposto, avalia que um grande pesadelo afetou as experiências socialistas, a social-democracia e os movimentos nacionalistas que, sem sucesso, lutaram entre 1870 e 1968 por outra trajetória de evolução social (Wallerstein, 1989).

Essa mesma tese de inviabilidade das transformações no passado e viabilidade no presente tem sido muito comum em outros historiadores. Muitos postularam que a impotência sofrida pelos escravos insurgentes na Antiguidade, pelos camponeses sublevados na Idade Média ou pelos operários esmagados na Comuna de Paris obedeceu ao rígido marco dessas épocas. Consideraram que a imaturidade das forças produtivas impossibilitou em todos os casos a concretização de alternativas.

Mas essa visão pressupõe que apenas na etapa atual são possíveis as transformações reais. Wallerstein expõe essa abordagem com duas considerações. Por um lado, critica a adaptação ao *status quo* de todos os movimentos rebeldes do passado. Por outro, afirma que outra evolução é possível desde 1968, frente ao surgimento de uma nova subjetividade sem precedentes (Wallerstein, 2004).

Essa tese de situações sem saída no passado introduz um elemento trágico na análise da história. Pressupõe que, no passado, os revolucionários estavam condenados ao fracasso, ao sacrifício ou à capitulação, e que somente na atualidade estão abertas as opções para a vitória.

Essa abordagem explica a atitude de Wallerstein em relação às guerras da independência hispano-americana. Ressalta que esse enfrentamento resultou na formação de Estados opressores sob a tutela britânica como consequência do lugar que a região deveria ocupar no sistema mundial (Wallerstein, 1999a).

Mas toma esse resultado final como um evento inalterável, ignorando as potencialidades de um confronto revolucionário. Também não registra o legado de experiências e tradições que essa luta legou para as classes oprimidas.

É muito arbitrário supor que a história conceda as chaves do futuro apenas aos sujeitos vivos em um determinado momento, supondo que eles tenham o duvidoso privilégio de atuar em um cenário terminal do capitalismo.

O marxismo historicista entende o problema em outros termos. Ressalta o papel dos sujeitos populares, salientando que projetos progressistas têm sido possíveis em todas as épocas. Por esse motivo, não enaltece os contemporâneos em detrimento de seus precursores, sabendo que essa hierarquização pode ser desmentida no futuro ou utilizada para descartar a importância do que está acontecendo atualmente.

Em Wallerstein, o papel dos sujeitos é um enigma. Entende que as ações populares foram irrelevantes até hoje por sua incapacidade de alterar a dinâmica do sistema mundial. Mas considera que terão um papel central na construção da sociedade que emergirá em meados do século XXI.

Alguns analistas atribuem essas oscilações a um extremo determinismo na conceituação dos sistemas mundiais. Afirmam que essa visão os impede de registrar a multiplicidade de caminhos que levou à gestação da modernidade. Esse desfecho foi um resultado de várias rebeliões que se seguiram à Revolução Francesa e não um corolário da economia-mundo (Therborn, 2000).

Estratégias políticas

Wallerstein atribui os fracassos populares do passado à predominância de projetos políticos vinculados à captura do poder. Ele considera que essa política permitiu a realização de algumas reformas no século XX, mas não serviu para modificar o *status quo*. Afirmar que dificilmente poderia ter sido alcançado mais do que o obtido e destaca as consequências negativas de muitas experiências que terminaram por generalizar a decepção entre os setores populares (Wallerstein, 1989; 1992).

Com base nessa caracterização, ele argumenta que a emancipação agora será possível sob o impulso de movimentos antissis-

têmicos que não buscam tomar o poder. Comemora o abandono desse objetivo, salientando que governar dentro do sistema-mundo equivale a renunciar aos objetivos de justiça e igualdade. Destaca a existência de novos caminhos políticos que introduzem formas de ação não hierarquizadas com maior horizontalidade e descentralização (Wallerstein, 2002).

Esta tese é muito semelhante à estratégia autonomista de evitar a gestão do Estado para preparar a emancipação nos poros da sociedade. Coincide com a teoria de “mudar o mundo sem tomar o poder”, que durante a última década foi intensamente debatida na América Latina. O que aconteceu nesse período indica que essa abordagem não ofereceu alternativas viáveis para a construção do poder popular.

Wallerstein propõe uma estratégia em três etapas. Defende que, a longo prazo, deve-se apostar na utopia de um mundo democrático e igualitário sem postular formas institucionais pré-definidas desse futuro. No médio prazo, propõe trabalhar por alternativas libertárias que deixem de lado a gestão do Estado e, no curto prazo, sugere optar pelo “mal menor”, tanto nas eleições quanto na ação direta (Wallerstein, 2008).

Seu primeiro objetivo é semelhante ao ideal comunista, mas omite a necessidade de transições socialistas que permitam construir esse futuro por meio de um Estado controlado por maiorias populares.

Wallerstein descarta esse instrumento e não oferece sugestões sobre como alcançar suas propostas no médio prazo. Na ausência de um projeto de Estado alternativo, sua visão de curto prazo é mais problemática. Deixe as portas abertas para caminhar por trilhas de todos os tipos.

Nesse terreno, as diferenças com a tradição dependentistas são mais significativas. Essa abordagem sempre hierarquizou o objetivo socialista e propiciou diferentes caminhos para chegar ao governo, administrar o Estado e transformar a sociedade.

A visão do sistema mundial compartilha com a teoria marxista da dependência muitas caracterizações da relação centro-periferia.

Contribui também com frutíferas ideias para adaptar o dependentismo às transformações registradas sob o capitalismo atual. Mas ambas as concepções se distanciam em outras áreas-chave da Economia, da Política e da historiografia.

7. TRÊS ETAPAS DA VISÃO METRÓPOLE-SATÉLITE

Andre Gunder Frank foi um conhecido intelectual que nos anos 1960 participou na criação da teoria marxista da dependência. Buscou elucidar as peculiaridades da relação centro-periferia analisando as origens e as características do capitalismo.

Frank adotou sucessivas visões centradas no atraso latino-americano, na dinâmica do sistema mundial e no protagonismo internacional da Ásia. Em cada abordagem suscitou intensas polémicas por sua tendência a radicalizar a discussão contradizendo suas postulações anteriores. Sua evolução foi muito ilustrativa dos diversos perfis que o debate sobre o subdesenvolvimento assumiu.

Variedade de enfoques

O primeiro Frank, nos anos 1960, afirmou que a América Latina padecia de uma grave apropriação de excedentes devido a sua inserção subordinada no mercado mundial. Destacou que esses confiscos perpetuavam a estagnação da região.

Remontou a origem dessa submissão à era colonial e lembrou que a América Latina se integrou de maneira dependente ao capitalismo mundial. Por isso, ficou encadeada a um circuito que favoreceu, primeiro, os centros metropolitanos (Espanha, Portugal) e, depois, a potência dominante (Grã-Bretanha). Com esse pressuposto de capitalismo de longa data, Frank postulou que o subdesenvolvimento era inerente a um sistema que operou de forma polarizada desde seu nascimento. Ressaltou que o capitalismo era sinônimo de atraso para o passado, presente e futuro da América Latina (Frank, 1970).

No início dos anos 1970, Frank reformulou sua concepção em sintonia com a teoria do sistema mundial que acabava de emergir como uma concepção de peso nas Ciências Sociais. Afirmou que a visão de Wallerstein hierarquizava a problemática global e superava os estudos parciais do subdesenvolvimento.

Com essa nova abordagem, ele considerou que, por si mesma, a teoria da dependência já não oferecia alternativas viáveis. Destacou a onipresença da economia mundial e enfatizou a obsolescência do desenvolvimento nacional autônomo (Frank, 1970; 1991).

Nesse segundo período, o pensador alemão reafirmou a preeminência do capitalismo na América desde a colonização, mas numa perspectiva de economia-mundo. Por isso, delimitou sua investigação da relação metrópole-satélite no contexto mais geral dos ciclos seculares do capitalismo. Essa virada o induziu a reconsiderar todas as conexões entre a submissão da periferia e o funcionamento do sistema (Frank, 1979).

No início dos anos 1990, o escritor alemão expressou uma nova insatisfação com suas teses e propôs uma terceira concepção centrada na ascensão do continente asiático. Questionou a escassa relevância atribuída a essa região e resgatou a antiga supremacia global do Oriente (Frank, 2009).

Com essa nova perspectiva, polemizou com as concepções que enfatizavam a centralidade europeia na gestação do capitalismo. Afirmou que o Ocidente apenas usurpou temporariamente uma primazia da China que emergiu novamente no final do século XX.

A partir dessa caracterização, também deduziu a existência de uma temporalidade milenar do capitalismo. Reinterpretou esse sistema como um regime com fundamentos mercantis, continuidades cíclicas, pilares asiáticos e origens imemoriais (Frank, 2009).

Nesse último modelo introduziu mudanças nos protagonistas do esquema metrópole-satélite. China ficou localizada no topo; Índia, em um papel intermediário; e a Europa, em um papel subordinado. Nas três etapas de sua evolução, Frank manteve

preocupações semelhantes, mas a variação de suas definições gerou fortes questionamentos.

Controvérsias sobre a colonização

Frank fundamentou sua teoria inicial do subdesenvolvimento no caráter capitalista da América Latina desde a colonização. Considerou que uma conquista liderada pelo setor comercial da península Ibérica gerou, desde o século XVI, produções reguladas pelo mercado e orientadas para a exportação (Frank, 1970). Retomou a visão dos historiadores (Bagu, 1977) que ressaltavam a precocidade da acumulação em uma economia aberta.

Também polemizou com os teóricos da colonização feudal e subscreveu as visões dos autores que argumentavam a carência de autossuficiência rural, a primazia do desenvolvimento urbano e a prioridade exportadora na utilização do trabalho forçado (Peña, 2012). Por isso, corroborou as descrições do *encomendero*, do latifundiário e dono da *plantation* como artífices do capitalismo comercial.

Frank questionou a apresentação do sistema colonial como uma economia de subsistência. Rejeitou as teses dos pensadores que contrapunham a introdução inglesa de germens de capitalismo com a transmissão espanhola de formas medievais (Mariátegui, 1984).

Também discordou dos historiadores que postulavam a preeminência de formas de exploração servis ou escravistas como evidências de feudalismo (Puiggros, 1965). Discordou frontalmente dos estudos que apontam indícios desse sistema no peso do latifúndio ou na importância da renda (Fernández e Ocampo, 1974). Sua visão enfatizava de forma categórica a supremacia do mercado e do investimento desde a chegada de Cristóvão Colombo (Frank, 1965).

Esse enfoque coincidiu com a visão de Sweezy em uma controvérsia análoga sobre a passagem do feudalismo ao capitalismo na Europa. Nesse caso, eram discutidas as forças motrizes do novo

sistema e não os protagonistas da colonização de ultramar. Mas o conteúdo do debate era semelhante.

Sweezy considerava que o comércio a distância e o auge urbano determinaram o declínio do feudalismo no Velho Continente ao obrigar a nobreza a compensar suas perdas com maior exploração dos camponeses (Sweezy, 1974). Essa pressão gerou escassez de mão de obra rural, acentuou a fuga dos servos para as cidades e transformou a renda de produtos em dinheiro. Os mesmos mercados que para Sweezy enfraqueceram a nobreza foram determinantes para Frank na configuração inicial da América Latina.

Essa caracterização foi rejeitada por Maurice Dobb, que atribuiu a transição da Europa ao capitalismo à erosão das estruturas agrárias confrontadas pelas rebeliões camponesas. Considerou que o feudalismo foi internamente corroído por esse conflito (Dobb, 1974).

Outros autores questionaram a apresentação desse sistema como um modo de produção estável e divorciado da vida urbana. Destacaram a incidência das crises endógenas que forçaram o aumento dos tributos e acentuaram a competição entre os nobres. Ilustraram como esse processo destacou uma camada de camponeses ricos que empregou trabalho assalariado e inaugurou a agricultura capitalista (Hilton, 1974).

Nos debates europeus e latino-americanos foram investigados dois polos do mesmo processo que gerou desenvolvimento em uma região e atraso em outra. As controvérsias buscavam esclarecer por que razão o capitalismo despontou na Inglaterra e levou à estagnação dependente da América Latina.

Respostas mais elaboradas

O aperfeiçoamento da análise historiográfica modificou os termos da discussão em finais dos anos 1970. Vários estudiosos incorporaram o conceito de “formação econômico-social” para investigar amálgamas de modos de produção com diferentes graus de preponderância de um sistema sobre outro (Anderson, 1985).

Essa noção substituiu as interpretações puramente econômicas por avaliações mais abrangentes dos processos sociais (Aricó, 2012). Foi esclarecida a forma específica assumida pelo feudalismo e pelo capitalismo em cada época e região, observando-se as formas mistas dos sistemas dominante e secundário.

Com essa abordagem, foi priorizado o estudo do abrupto corte que introduziu a colonização nos regimes pré-colombianos (Cardoso, 1973). A destruição dessas civilizações resultou em um sistema colonial baseado em trabalho servil fornecido pelas estruturas sobreviventes do universo indígena. As comunidades mais desenvolvidas foram submetidas a essa obrigação e as mais atrasadas foram exterminadas (Vitale, 1984).

A Coroa, a Igreja e os conquistadores associaram a aristocracia indígena à arrecadação de impostos, à gestão rotativa do trabalho e à transferência em massa da população. Essa simbiose foi tão estranha ao feudalismo hispânico quanto ao capitalismo mercantil. Não gerou o cenário homogêneo concebido pelos defensores de ambas as variantes da colonização.

O trabalho forçado nas *haciendas* foi muito diferente da servidão feudal e impediu a criação da pequena propriedade agrocapitalista. As mesmas singularidades prevaleceram em outros modelos econômicos da era colonial (Cardoso, Pérez Brignoli, 1979).

Nas zonas de *plantation*, a escravidão foi generalizada para cultivar açúcar, cacau ou algodão. Essa combinação de modalidades de trabalho coercitivo para satisfazer a demanda mercantil europeia foi outra peculiaridade do hemisfério.

No terceiro esquema, de economia de fronteira, prevaleceu o usufruto das rendas da pecuária. Essa variante também não se amoldou à tosca classificação de feudalismo *versus* capitalismo.

A análise dessas *haciendas*, *plantations* e latifúndios levou em conta o mercado mundial hierarquizado por Frank, mas de outra perspectiva. Em vez de meras extrações externas, propiciou a investigação de relações de propriedade e formas de exploração do trabalho (Cardoso e Pérez Brignoli, 1979). Essa visão ilustrou

como a América Latina se integrou ao comércio internacional com uma ampla variedade de relações pré-capitalistas. Não prevaleceu a escravidão usual (pela entrega de terras para garantir a autoalimentação), nem o servo feudal (pela persistência de comunidades indígenas) e, menos ainda, o minoritário ou excepcional trabalho assalariado.

A visão “pancapitalista” de Frank ignorou essas combinações. Afirmou, corretamente, que a América Latina ficou enlaçada ao capitalismo nascente, mas ignorou que essa conexão se realizou por meio de estruturas escravistas, servis e oligárquicas.

Essas formações, por sua vez, ficaram articuladas com tipos de produção secundários (camponeses ou patriarcais) em esferas pré-monetárias e agriculturas pré-capitalistas. Dessa variedade emergiu o subdesenvolvimento desigual que caracterizou o capitalismo dependente do século XIX (Cueva, 1982).

Capitalismo mercantil

Nesse primeiro período de sua evolução intelectual, Frank não ofereceu respostas satisfatórias às críticas suscitadas por sua teoria do capitalismo mercantil. Supôs que na América Latina já vigorava um sistema econômico que recém despontava na Europa. Definiu o modo de produção pelo grau de extensão da troca, esquecendo a centralidade do trabalho que, na América Latina, envolvia diferentes modalidades laborais coercitivas.

Os teóricos da colonização feudal destacaram esses problemas, mas supuseram uma simples transferência para a América Latina dos sistemas produtivos europeus. Ignoraram que essas formações não eram simplesmente exportáveis. Sua instauração dependia de condições locais muito diferentes daquelas imperantes no Velho Mundo.

Na América, prevaleceu o vice-reinado e não as soberanias fragmentadas do feudalismo. Não ocorreu o senhorio, a fidelidade em troca de proteção, a reconfiguração territorial a partir de alianças parentais ou os típicos conflitos entre nobres e servos. Os

erros de Frank não podem ser corrigidos forçando a apresentação da conquista como um empreendimento feudal.

Os autores que estudaram as formações socioeconômicas evitaram esses equívocos. Investigaram a origem do capitalismo e da colonização na esfera produtiva, destacaram as contradições internas dos modos de produção e atribuíram uma supremacia definitiva à luta de classes. Essa visão confirmou que a presença do capital mercantil era compatível com vários sistemas sociais e não singularizava o capitalismo (Laclau, 1973).

Frank evitou esses problemas e hierarquizou a esfera da circulação em detrimento da produção. Por isso, seu modelo registrou apenas expropriações de excedentes por meio de circuitos comerciais e movimentos monetários.

O esquema metrópole-satélite concebia também uma relação mecânica do futuro latino-americano com os processos externos. Prestava pouca atenção ao que ocorreu nas estruturas internas e nos intercâmbios locais da economia colonial (Assadourian, 1973).

Esse universo agrário tinha alta incidência em uma região com abundância de terras e carência de melhoramentos produtivos. As transformações rurais – que na Europa anteciparam o surgimento do capitalismo – não foram registradas em nenhum ponto da Ibero-américa.

Com uma visão de meras continuidades capitalistas, Frank não percebeu esse contraste. Também não observou a importância das grandes mudanças políticas geradas pelas guerras de independência.

A tendência de sua abordagem era ressaltar sequências de um mesmo subdesenvolvimento sem registrar a diferença entre a formação e o amadurecimento do capitalismo. Enquanto o debate sobre a colonização correspondia ao primeiro período, as modalidades contemporâneas da dependência deviam ser conceituadas a partir do século XIX.

Para Frank, a conquista da América foi um momento decisivo da constituição do mercado mundial, mas identificou esse

acontecimento com a vigência plena do capitalismo. Omitiu o longo processo de transição que envolveu a desacumulação originária padecida pela América com a acumulação de capital protagonizada pela Europa (Vitale, 1992). Em seu modelo de metrópoles-satélites, essa diversidade de etapas ficou dissolvida em totalidades indistintas.

Essa abordagem foi consequência da primazia concedida aos componentes exógenos-comerciais sobre os elementos endógenos-agrírios. Frank formulou todas as suas explicações sobre o subdesenvolvimento em termos de exação colonial. Ele ressaltou o grande impacto da pilhagem que, certamente, devastou o Novo Mundo para nutrir as reservas da acumulação europeia.

Mas, observando apenas esse lado, ele esqueceu que a trajetória contraposta de ambas as regiões ficou definida por processos mais estruturais de prosperidade e estagnação agrícola. Esse efeito de longo prazo teve um enorme impacto na consolidação das estruturas rurais pré-capitalistas (Cardoso e Pérez Brignoli, 1979).

A falta de *farmers* ou arrendatários foi determinante do subdesenvolvimento latino-americano. Essa adversidade foi recriada no século XIX, com a dissolução das *plantations* escravistas que foram sucedidas por latifúndios rodeados de economias camponesas com baixa produtividade.

O mesmo processo foi verificado na concentração de propriedades e na supressão de comunidades que acompanharam a remodelação das *haciendas*. Nas zonas de fronteira, a monopolição de territórios por oligarquias parasitárias foi mais acelerada.

O modelo do capitalismo mercantil de cinco séculos não permitia perceber como esse atraso agrário afetou o surgimento subsequente da industrialização.

Simplificações políticas

Frank enfatizou a natureza capitalista da gestação latino-americana para demonstrar o esgotamento de um sistema com cinco séculos de história. Enfatizou esse amadurecimento com

a intenção de frisar a necessidade imediata do socialismo. Por isso, rejeitou a tese da colonização feudal e contestou as demoras na ação revolucionária que eram justificadas pela persistência de traços pré-capitalistas.

A teoria da colonização capitalista foi exposta para criticar a estratégia do socialismo por etapas. Essa motivação induziu a demonstrar a antiga raiz capitalista do subdesenvolvimento dependente. Com esse diagnóstico se postulou também a inconveniência de alianças com a burguesia nacional.

Esses argumentos apoiavam as críticas à proposta de transitar pela prolongada etapa democrático-burguesa defendida pelos partidos comunistas. Esse mesmo objetivo era perseguido pelo grande número de estudos sobre *plantations*, *haciendas* e latifúndios que floresceu durante essa época.

O primeiro Frank se situou no espaço da esquerda revolucionária. Mas esse posicionamento não exigia argumentos remontados à era colonial. A temporalidade de uma transição socialista contemporânea não dependia do caráter assumido pela colonização. Esse processo era o mesmo com raízes feudais ou capitalistas da conquista hispano-portuguesa. O pensador alemão buscou respostas aos problemas do século XX naquilo que aconteceu quatro séculos atrás.

Com essa visão, ignorou a diferença qualitativa entre questionamentos políticos e historiográficos. O debate sobre as possibilidades socialistas abertas pela Revolução Cubana diferia da controvérsia sobre o que ocorreu com a chegada de Colombo. Também não era necessário avaliar o que ocorreu no século XVI para a constatação do comportamento conservador das burguesias nacionais.

Frank superdimensionou a polêmica estabelecendo uma familiaridade direta entre feudelistas históricos e etapistas políticos. Não levou em conta que vários teóricos comunistas (como o chileno Teitelbaum ou o brasileiro Caio Prado) defendiam a tese da colonização capitalista, respaldando as estratégias políticas de suas organizações.

Esse esquematismo não foi compartilhado pelos teóricos marxistas da dependência que recusaram a equiparação da situação colonial com o contexto posterior (Marini, 1973). Questionaram a exageração do papel do comércio e a apresentação de uma economia capitalista desde o nascimento latino-americano (Santos, 1978).

Na plenitude dessas controvérsias, Frank declarou que abandonava o debate historiográfico e a própria teoria da dependência. Com essa declaração encerrou a primeira etapa de seu pensamento.

A guinada à economia-mundo

O teórico alemão iniciou seu novo período considerando que o dependentismo fraquejava por falta de horizontes mundiais. Proclamou o esgotamento dessa concepção e a conseguinte necessidade de superá-la com uma visão mais abrangente do âmbito global. Encontrou essa visão na teoria do sistema mundial que, em certa medida, ampliava e radicalizava seu enfoque anterior.

Existiam várias áreas de afinidade entre Wallerstein e Frank. A visão da economia-mundo apresenta uma caracterização do capitalismo histórico muito semelhante ao capitalismo mercantil. Considera que esse sistema foi forjado ao mercantilizar a atividade produtiva com mecanismos globais de concorrência, expansão de mercados e falência de empresas ineficientes.

Wallerstein concordou explicitamente com o diagnóstico de colonização capitalista da América Latina exposta por Frank (Wallerstein, 1984). Postulou que, depois que emergiu na Europa, esse regime já operava em escala global quando Colombo chegou ao Novo Mundo. A incorporação desse hemisfério consolidou o sistema mundial e antecipou sua absorção de outras áreas do planeta (Wallerstein, 1988).

Os dois pensadores convergiram, além disso, em considerar que a trajetória seguida pelas periferias sempre esteve determinada pelo mercado mundial. Descreveram desenvolvimentos históricos centrados no impacto das forças mundiais. Afirmaram que, em

cada etapa do sistema, essas tendências externas definiram o *status* das potências vencedoras e das economias subdesenvolvidas (Katz, 2016).

Os parentescos se estenderam a outras esferas, mas a coincidência historiográfica foi chave para a confluência do modelo metrópole-satélite com o sistema mundial. Wallerstein apresentou novos argumentos à teoria do capitalismo mercantil e situou o debate sobre a colonização em um terreno mais conceitual.

Essa abordagem suscitou novas polêmicas sobre a origem do capitalismo em três terrenos pouco explorados na controvérsia anterior: o significado do trabalho assalariado, a duração das transições e o papel dos sujeitos. Nesses terrenos, Wallerstein desenvolveu as mesmas pistas analíticas sugeridas por Frank.

Debates sobre o proletariado

Assim como Frank, Wallerstein tomou partido em favor de Sweezy contra Dobb na hierarquização do comércio sobre a agricultura como principal força motriz do capitalismo. Mas, diferentemente de Sweezy, questionou a relevância do trabalho assalariado nesse processo.

O teórico do sistema mundial discordou da preeminência dessa modalidade de trabalho ao afirmar que essa característica não era determinante de uma economia-mundo articulada de forma comercial e regida pela maximização do lucro (Wallerstein, 1984; 2005).

Ao apresentar o capitalismo como um regime de coordenação de mercados, Wallerstein entendeu que as *plantations* escravistas e as *haciendas* de servidão não desmentiam a vigência desse sistema.

Robert Brenner discordou dessa caracterização ao lembrar que o capitalismo surgiu de uma acumulação originária que trouxe à luz uma classe exploradora baseada na extração da mais-valia. Retomou os argumentos de Dobb e afirmou que, apenas em algumas condições e países, o comércio contribuiu para dissolver as velhas relações sociais. Quando o poder dos nobres foi consolidado

(Europa Oriental), assegurou as estruturas pré-capitalistas e gerou uma segunda servidão (Brenner, 1977; 1988).

Ao contrário de Sweezy – que via o comércio como a força originadora de um regime capitalista baseado na extração da mais-valia –, Wallerstein negou a relevância do proletariado como parte constitutiva desse sistema. Afirmou que os “marxistas ortodoxos” superdimensionam esse fator, transformando a estrutura fabril em um único determinante do despontar capitalista.

Atribuiu essa postura a argumentos atados ao âmbito nacional e afirmou que o capitalismo extrai mais-valia de uma ampla variedade de explorados, sem discriminar seu *status* de operários, servos ou escravos. Destacou que a economia-mundo funciona por meio do controle que os capitalistas dessa sujeição exercem (Wallerstein, 2005; 2011).

Mas esse enfoque não esclareceu quais são as diferenças que separam o capitalismo dos modos de produção que o antecederam. Essa diferença surge da existência de uma mais-valia gerada especificamente pelos trabalhadores assalariados. Apenas o reinvestimento desse excedente apropriado pela burguesia alimenta a acumulação.

A importância do trabalho assalariado radica em que somente o capitalismo introduz uma forma de coerção econômica que não se fundamenta em explícitas coações forçadas. O trabalho livre dos assalariados é o que tipifica a sujeição contemporânea à tirania do mercado.

Essa peculiaridade é inclusive ressaltada pelos autores que concordam com Wallerstein na conveniência de estender a caracterização do capitalismo, além do *status* dos explorados e da modalidade assumida pelo trabalho excedente (Amin, 2008).

Longas transições

Frank considerava que o capitalismo vigente no século XVI definiu o tipo de colonização predominante na América Latina. Wallerstein ampliou essa visão ao destacar que esse sistema devia ser concebido como uma totalidade mundial desde seu início.

Afirmou que não existem razões para supor que foi gestado em longos períodos de amadurecimento (Wallerstein, 1984), mas não forneceu justificativas desse postulado de abruptos saltos de um regime a outro.

Seus críticos argumentaram que confundiu – como Frank – a origem com a formação do capitalismo. Colocou em um mesmo saco dois estágios diferentes ao não diferenciar o nascimento no campo do desenvolvimento na indústria. Wood destacou que, na primeira etapa (séculos XVI e XVII), prevaleceu a atividade primária e, na segunda (desde o século XVIII), os processos fabris.

Essa distinção destaca também que a fase inicial não envolveu a generalização do trabalho assalariado, mas apenas a preeminência de novas regras de coerção mercantil. Essas normas implicaram pressão concorrencial, maximização do lucro e a compulsão a reinvestir os excedentes para melhorar a produtividade.

Dessa forma, foram geradas condições para uma fundação do capitalismo que não envolvia a plena utilização dos operários assalariados. A massificação dessa modalidade de trabalho foi resultado e não um avanço do capitalismo (Wood, 2002).

Essa abordagem contribui para a superar as discussões sobre a colonização da América focada apenas em dirimir a primazia do trabalho assalariado ou servil. O fator determinante na gestação do capitalismo na agricultura foi a generalização das normas de concorrência e lucro e não a massificação da exploração operária.

Essa distinção entre o surgimento e a consolidação do sistema facilita o registro do longo processo de transição omitido pela abordagem de Frank-Wallerstein. Como Mandel afirmou, na Europa essa passagem incluiu fases de acumulação primitiva e corrente com incidências diferenciadas da expropriação camponesa e da pilhagem colonial (Mandel, 1969; 1971).

Essa prolongada transição implicou a articulação do mercado mundial em torno de diversos processos nacionais que combinaram formas capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas. O intercâmbio global ordenou essa variedade de relações híbridas.

É verdade que a dimensão internacional do capitalismo foi destacada, mas apenas como referência para diferentes processos nacionais de acumulação (Mandel, 1977; 1978). Não substituiu esse protagonismo nem eliminou a presença de formações econômico-sociais com componentes pré-capitalistas.

Essa visão permite outra perspectiva da relação centro-periferia; ela parte da economia mundial sem forçar a existência de um sistema global desde o século XVI. Define etapas em oposição ao simples contínuo de Wallerstein e destaca as diferenças entre as periferias contra o invariante esquema de metrópole-satélite de Frank.

Em vez de uma simples primazia do capitalismo na geração de subdesenvolvimento, descreve as amálgamas de formas atrasadas e avançadas ao aplicar a lógica do desenvolvimento desigual e combinado (Wolf, 1983; Trimberger, 1979).

Mandel reconheceu a incidência do colonialismo sem lhe conceder uma determinação absoluta no surgimento do capitalismo. Ressaltou que este último teve uma origem nacional condicionada pelos ditames do mercado mundial, mas só alcançou uma completa conformação internacional na era contemporânea.

O sujeito omitido

Frank nunca explicou a ausência de sujeitos sociais em sua apresentação da história latino-americana. Wallerstein introduziu parcialmente esses atores, mas afirmou que no passado os setores populares não podiam distorcer o rumo da economia-mundo. Com diferentes fundamentos, ambos os enfoques prescindiram da luta de classes.

Em vez disso, outros historiadores buscaram conceituar o impacto desses enfrentamentos sociais sobre o surgimento do capitalismo. Brenner, especialmente, descreveu como influenciaram os conflitos entre camponeses e novos nobres. Não descreveu um processo linear de maior dissolução do feudalismo diante das batalhas sociais mais intensas (ou vitoriosas) dos oprimidos, mas um curso pleno de corolários inesperados (ou indesejados).

Esse enfoque considerou que o capitalismo despontou na Inglaterra pela peculiar combinação de colapso da servidão, consolidação da grande propriedade e extensão do arrendamento. Essa mescla deu origem a uma estrutura de nobres, contratistas burgueses e assalariados que impulsionou a produtividade agrária e o começo da industrialização.

Um Estado menos sólido que aquele que imperava na Espanha ou França, porém mais unificado e com maior capacidade para eliminar as soberanias dos nobres, propiciou uma ampla rede de caminhos e mercados. No entanto, o determinante foi a resistência camponesa.

Essas rebeliões não impediram a consolidação da grande propriedade, mas obrigaram os senhores a recorrer ao arrendamento e à cobrança de rendas monetárias. Ambos os processos facilitaram o aparecimento de um próspero capitalismo rural (Wood, 2002).

Brenner comparou esse modelo agrário com a França, onde a resistência dos camponeses obrigou a uma grande divisão da propriedade. Essa fragmentação consolidou um modelo de subsistência e baixa produtividade. A aliança do Estado absolutista com os agricultores para limitar o poder dos nobres reforçou, adicionalmente, o atraso do capitalismo e incubou a maior revolução da época. A luta de classes obstruiu na França o processo de acumulação incentivado na Inglaterra (Brenner, 1988).

Esses conflitos também determinaram a descapitalização da Europa Oriental, com o ressurgimento da servidão para exportar alimentos para o Ocidente. A nobreza reforçou a cobrança de rendas dos camponeses, que não contaram com o legado de vitórias obtidas por seus pares da Prússia Ocidental durante as grandes guerras dos séculos XV-XVI.

A mesma preponderância da luta social foi corroborada no Novo Mundo. A resistência da população a qualquer forma de coerção extraeconômica favoreceu, inicialmente, nas treze colônias dos Estados Unidos, a introdução de uma produção alheia às regras do mercado.

Os colonos aproveitavam a facilidade para obter as terras que expropriavam das tribos indígenas. Quando as empresas comerciais, os bancos e as elites forçaram a compra de terras e o endividamento para o plantio, foi imposta a passagem para a agricultura capitalista (Post, 2011). O resultado da luta social também definiu aqui a modalidade de formação do capitalismo.

Em todos os casos, essa batalha determinou capacidades diferenciadas da aristocracia para se adaptar à nova época. Não houve aceleração automática do capitalismo baseada na pujança ou passividade dos oprimidos, mas sim uma ampla variedade de cenários com resultados contingentes.

Os efeitos complexos do confronto social sobre a intensidade da acumulação, que Brenner investigou para a origem do capitalismo, também foram considerados por Mandel em sua teoria das ondas longas. Relacionou diferentes processos de prosperidade e estagnação com o resultado da luta de classes. Mesmo em Cueva, algumas conexões do mesmo tipo podem ser encontradas em sua explicação sobre as especificidades do capitalismo latino-americano durante o século XIX.

Nos três casos, a introdução dos sujeitos na história não teve como objetivo apenas esclarecer as singularidades do desenvolvimento capitalista. Também buscou avaliar a incidência dessa ação nas tradições da emancipação popular. A abordagem Wallerstein-Frank oferece pouco espaço para essa problemática.

Controvérsias sobre o Oriente

Nos anos 1990, Frank ficou chocado com um novo acontecimento: o crescimento do sudeste Asiático e a vigorosa expansão da China. Ao estudar essa decolagem, encontrou causas históricas que colidiam com a primazia atribuída à Europa pela teoria do sistema mundial. Ele considerou que essa centralidade sempre correspondeu ao Oriente e que a liderança internacional do Velho Continente apareceu apenas no século XIX, durante uma estagnação transitória da China.

Frank afirmou que nos séculos anteriores, as famosas especiarias refletiam a maior produtividade da Ásia. Considerou que a Europa só pôde tomar vantagem intermediando o ouro e a prata obtidos na América, mas não conseguiu reverter o caráter subordinado de seu processo de acumulação. Ressaltou que os pequenos países do Ocidente (Portugal, Holanda, Inglaterra) nunca chegaram a exercer dominação mundial.

O pensador alemão polemizou com os mitos da excepcionalidade europeia, destacando o caráter fictício de seus pilares no Renascimento e na tradição grega. Ele também considerou que essas falácias tendiam a se diluir no final do século XX em face do ressurgimento asiático e do esgotamento da usurpação ocidental (Frank, 2009).

Essa guinada intelectual desagradou seus colegas, que levantaram várias objeções à primazia do Oriente no surgimento do sistema-mundo. Wallerstein enfatizou a incongruência de postular uma superioridade estrutural da Ásia por longos e imprecisos lapsos de tempo, enquanto aceitava o êxito da Europa sobre sua rival no século XIX. Ele alegou que todo a argumentação de Frank se diluía na hora de explicar como o Velho Continente conseguiu alcançar essa repentina vantagem (Wallerstein, 2006; 2007).

Giovanni Arrighi recorreu a uma refutação semelhante. Ele ressaltou que Frank não esclarecia como um atrasado continente europeu pôde, em 1800, deslocar a China da liderança econômica mundial (Arrighi, 2006).

Amin foi mais categórico. Ele questionou a revisão da história proposta por Frank, ressaltando a total inexistência de indícios da hegemonia chinesa. Ressaltou que um período milenar pré-capitalista das sociedades tributárias centrais e periféricas foi sucedido – durante a ascensão do capitalismo – por uma relativa paridade entre a Europa e a China que se estabeleceu a favor do primeiro contendente.

Essa vantagem se devia à existência singular de um sistema feudal administrado por nobres que extraíam diretamente sua

renda dos camponeses, em contraposição ao modelo de grandes burocracias estatais predominantes no Oriente.

A flexibilidade de um regime privatizado de nobreza facilitou uma acumulação originária que se manteve bloqueada na Ásia. A China preservou um atraso duradouro frente a Europa e seu desenvolvimento anterior permitiu-lhe somente escapar do *status* colonial que atingiu o restante da periferia durante o auge da expansão ocidental (Amin, 2006).

Em contraposição à substancial preponderância da China imaginada por Frank, Amin postulou o nascimento precoce do capitalismo na Europa. Afirmou que esse começo foi consequência da fragilidade periférica dessa região frente às sociedades mais avançadas da Índia, China ou do Império Otomano. As prerrogativas políticas dos nobres e a descentralização gerada pelo primitivismo dessa formação aceleraram os processos de acumulação no Velho Continente (Amin, 2008).

Problemas do “Asiacentrismo”

Frank justificou sua tese da primazia oriental ao alegar que a China manteve durante a maior parte de sua história uma balança comercial superavitária e um fluxo positivo do movimento de dinheiro. Lembrou que o país se transformou no desaguadouro final da prata circulante em outras economias e apresentou essa captação de dinheiro como uma prova incontestável da supremacia oriental (Frank, 2009).

Wallerstein contestou empiricamente esse argumento afirmando que o acervo de prata *per capita* sempre foi superior na Europa. Questionou também o uso desse indicador como parâmetro de superioridade econômica. Lembrou que os dependentistas sempre enfatizaram que o *deficit* comercial da Inglaterra com o restante do mundo não contradizia sua primazia colonial (Wallerstein, 2006; 2007).

Ressaltou, além disso, que um posicionamento hegemônico não é verificado apenas em índices comerciais ou financeiros.

Lembrou, especialmente, que o velho consenso sobre o papel dominante do Ocidente expressava contundentes evidências e não simples mistificações.

Mas observou também que Frank não apresentava nenhum dado da superioridade chinesa no terreno da produtividade industrial. Apenas avaliava o destino dos recursos monetários circulantes em longos períodos da história.

Nessa caracterização de uma liderança baseada exclusivamente na absorção de excedentes monetários ou *superavits* comerciais, é corroborado o defeito “circulacionista” que, reiteradamente, os críticos do primeiro e do segundo Frank destacaram.

A escassa relevância que o teórico alemão atribuiu às dimensões produtivas se estende a um registro de vantagens chinesas baseada apenas em fluxos de intercâmbio e movimentos de capitais. Frank adotou uma nova ótica “sino-centrista”, mas continuou privilegiando a esfera do comércio ou das finanças para avaliar as hegemonias mundiais.

A mesma continuidade de problemas é verificada no “externalismo” de uma lógica que privilegia as transferências de recursos sem considerar processos endógenos. No livro *Reorient* do teórico alemão, há uma total omissão da esfera geopolítica e militar. Não analisa a concorrência que a China enfrentou nesse terreno com as potências europeias. A omissão dos sujeitos também indica que o terceiro Frank manteve o determinismo estruturalista de seus primeiros trabalhos.

Capitalismo ignorado

Frank respondeu duramente aos questionamentos de seus correligionários. Argumentou que eles não percebiam a primazia histórica da China por estarem presos a velhas noções de capitalismo. Considerou que a busca de singularidades desse sistema era uma obsessão herdada de Marx. Propôs revisar esse legado, destacando que o capitalismo sempre existiu mesclado com outras modalidades produtivas (Frank, 2005b).

Mas, além dessa generalidade, não apresentou pistas para esclarecer como devia ser encarada a reformulação do capitalismo. Referiu-se apenas à sua vigência desde tempos longínquos e a sua identificação com o mercado.

Wallerstein observou nessa reconsideração um retorno às velhas ingenuidades do economista liberal. Amin interpretou essa virada como uma recaída em vulgaridades neoclássicas da eternidade capitalista. Certamente, Frank perdeu a bússola ao buscar uma centralidade duradoura da China no sistema mundial. Esqueceu os princípios básicos de caracterização do capitalismo.

Também aqui exacerbou sua rejeição anterior em definir esse modo de produção em função da exploração do trabalho assalariado. Nunca aceitou que o capitalismo é um regime de competição por lucros derivados da extração de mais-valia. As equivocadas definições anteriores centradas no comércio se transformaram em uma negação da transitoriedade histórica desse sistema.

Esse equívoco se consumou estendendo a espacialidade do capitalismo. O terceiro Frank já não concebia um sistema-mundo iluminado pela Europa, que sucede e destrona os impérios-mundo de outras regiões. Postulou a vigência milenar de uma única estrutura global encabeçada pela China.

Como se torna difícil corroborar essa liderança, o teórico alemão dissolveu a própria existência do capitalismo ao apresentar esse sistema como um simples dado duradouro e subjacente.

A errônea dimensão planetária que Frank atribuiu ao capitalismo desde uma origem indecifrável também pôs em relevo os inconvenientes de refletir esse nascimento em termos mundiais.

Arrighi recorreu a um qualificativo irônico (“globo-lógico”) para discordar da exagerada utilização de critérios internacionais. Mas destacou um problema que se estende à própria teoria do sistema mundial. No super-holismo de Frank aparecem muitas dificuldades da “tirania da totalidade” imperante nessa abordagem.

A dissolução do capitalismo que apareceu no último Frank complementa a primazia supratemporal da China. Mas, ao remontar o

nascimento desse sistema a uma data indefinida, suas singularidades são diluídas. Nesse retrato milenar do capitalismo, não se podem encontrar os mecanismos de gestação do trabalho assalariado.

Os problemas de um sistema mundial surgido em 1500 no norte da Europa (Wallerstein) ou em 1200 nas cidades italianas (Arrighi), se transformaram com a primazia chinesa em um dilema sem solução. Esse inconveniente é outra consequência de refletir os processos nacionais de acumulação com padrões comerciais e mundiais.

Frank projeta para o passado todas as características contemporâneas do capitalismo. Por isso recai em suposições de eternidade do sistema. Supõe que, em inícios do milênio passado, já se registravam as características atuais do regime. Com essa abordagem não há forma de entender as especificidades e mutações do capitalismo.

Influências contemporâneas

O terceiro Frank manteve a veemência polêmica de seus trabalhos anteriores. Rejeitou a teoria do sistema mundial que havia absorvido contra o dependentismo ao questionar a “ vaidade eurocentrista ” dessa visão e seu empenho em postular a primazia do Velho Continente desde 1500 (Frank, 2009).

Seus críticos debocharam do uso desse qualificativo lembrando que o próprio Frank atribuiu a Europa um inexplicável poder para dominar subitamente a China no século XIX. Na realidade, não foi muito sensato acusar Wallerstein de eurocentrista, que foi um acérrimo contestador da identificação liberal do Velho Continente com o progresso ou com a civilização (Wallerstein, 2004).

Mais descabido ainda foi colocar Amin nesse compartimento. O economista egípcio polemizou reiteradamente com todas as crenças de supremacia ocidental. Demonstrou que são inspiradas em falsas suposições de vantagens milenares da Europa esquecendo que o capitalismo surgiu naquela região pelo atraso (e não pela iluminação) de uma formação tributária (Amin, 2008).

Resumindo, se poderia afirmar que o discurso eurocentrista aparece no resgate do modelo comercial smithiano que atribui ao Velho Continente excepcionais habilidades para a troca e a consequente criação do capitalismo (Wood, 2002)

Mas um questionamento desse tipo afetaria o próprio Frank, que sempre privilegiou a esfera da circulação. Na realidade, o eurocentrismo é um ingrediente do pensamento liberal tão alheio ao marxismo quanto à visão sistêmica.

Frank fez críticas ao eurocentrismo para ressaltar o protagonismo asiático, sem perceber seu simétrico deslizamento em direção à exaltação do mundo oriental.

Sua interpretação da importância milenar da China também teve uma grande influência. Arrighi, especialmente, reformulou essa tese como uma contraposição de caminhos do desenvolvimento. Comparou o modelo econômico defensivo do Oriente com a estratégia imperialista expansiva do Ocidente e retomou as ideias de Frank para explicar as vantagens do esquema mercantil-cooperativo da China (Arrighi, 2007).

O teórico alemão inaugurou na esquerda a sequência de visões favoráveis ao rumo seguido pelo gigante asiático, mas esse enfoque exige assumir também as suposições de eternidade ou continuidade cíclica do capitalismo adotada pelo terceiro Frank.

Sem resposta à dependência

O economista alemão interpretou a ascensão econômica do Oriente como um acontecimento de grande relevância. Essa conclusão coroou a revisão da problemática do subdesenvolvimento iniciada com a revalorização da expansão Sudeste Asiático. Primeiro, considerou que esse crescimento afetava seriamente a teoria da dependência e, posteriormente, corroborou essa impressão com suas caracterizações da China.

Nessa exploração conceitual, Frank não conseguiu encontrar uma reformulação satisfatória da dinâmica centro-periferia. Transitou por sinuosos caminhos de vacilações e perguntas sem

respostas. O equívoco inicial desse percurso foi seu distanciamento do dependentismo, questionando a ligação dessa concepção aos argumentos em termos nacionais.

Ao se contrapor à “quimera” de um crescimento autônomo dentro do sistema capitalista mundial, o teórico alemão se enredou em inconsistentes objeções (Frank, 1973; 1991). Esqueceu que a teoria marxista da dependência nunca concebeu nem propôs um desenvolvimento do capitalismo na periferia. Também não identificou a denominada “desconexão” com esse projeto. Essa estratégia era o objetivo de outras correntes como a Cepal ou os partidos comunistas.

O esquema metrópole-satélite do primeiro Frank continha várias unilateralidades, mas definia relações de dependência. O segundo Frank dissolveu essas conexões no mundialismo extremo e o terceiro Frank diluiu esse emaranhado no “asiacentrismo”. Esse percurso acompanhou suas caracterizações sucessivas do capitalismo em termos comerciais, mundiais e seculares.

Dessas abordagens, surgiram variáveis observações da relação centro-periferia. Frank ratificou a persistência da dependência à luz da degradação sofrida pela economia latino-americana nas décadas de 1980 e 1990. Mas ele também enfatizou a ausência de propostas para resolver o problema. Com certa amargura, se limitou a afirmar que “não pudemos acabar com a dependência” (Frank, 2005a).

Seus escritos atraíram muitos leitores, cativados pelo tom irreverente de suas exposições (Ouriques, 2005) e pelo mutante itinerário de sua trajetória (Martins, 2009). Apesar desse acúmulo de contradições, Frank contribuiu com ideias significativas aos debates sobre o subdesenvolvimento.

8. ARGUMENTOS ANTIDEPENDENTISTAS

As teorias da dependência enfrentaram numerosas críticas de teóricos marxistas que contrapuseram essa concepção ao pensamento socialista.

O autor inglês que iniciou essas objeções nos anos 1970 alegou que o capitalismo tendia a eliminar o subdesenvolvimento por meio da industrialização da periferia. Ressaltou que o dependentismo ignorava esse processo dinamizado pelo capital estrangeiro (Warren, 1980). Na década de 1980, outro pensador britânico considerou que a ascensão do Sudeste Asiático refutava a principal caracterização da teoria da dependência (Harris, 1987). Posteriormente, vários intelectuais latino-americanos expuseram ideias semelhantes.

Alguns revisaram seus escritos anteriores para realçar a expansão da periferia sob o leme das empresas transnacionais (Cardoso, 2012). Outros substituíram velhos questionamentos à insuficiência marxista da teoria da dependência por novas críticas à cegueira frente ao ímpeto do capitalismo (Castañeda y Morales, 2010; Sebreli, 1992).

Todos aderiram ao neoliberalismo e se distanciaram da esquerda. Mas suas ideias influenciaram a nova geração antidependentista.

Reapresentação do mesmo enfoque

Alguns críticos mais recentes consideram que dependência é um termo apropriado para designar situações de predomínio tecnológico, comercial ou financeiro nos países mais desenvolvidos. Mas consideram que a concepção em debate omitiu o caráter contraditório da acumulação, negligenciou a industrialização

parcial do Terceiro Mundo e expôs errôneas caracterizações estagnacionistas (Astarita, 2010a).

A partir dessas objeções, deduzem a inconveniência de investigar as leis da dependência com hipóteses de capitalismo diferenciado para o centro e para a periferia. Eles consideram mais apropriado aprofundar o estudo da lei do valor do que elaborar uma teoria específica das economias atrasadas (Astarita, 2010a; 2010b).

Outros autores contestam o abandono de Marx por Marini. Entendem que atribuiu uma arbitrária capacidade ao capital monopolista para lidar com variáveis econômicas e obstruir o desenvolvimento latino-americano (Kornblihtt, 2012). Além disso, alguns consideram que o dependentismo ignorou a primazia do capitalismo mundial sobre os processos nacionais (Íñigo Carrera, 2008).

Esses questionamentos têm aparecido em um marco político muito diferente ao que prevalecia nos anos 1970, 1980. Os dardos já não estão voltados aos defensores da Revolução Cubana, mas aos simpatizantes da trajetória radical liderada pelo chavismo. Nesse contexto, reaparece o debate sobre o *status* internacional dos países latino-americanos. Especialmente, a Argentina é vista por vários antidependentistas como uma economia desenvolvida.

Os críticos também retomam velhas discordâncias à substituição dos antagonismos de classes por teses sobre exploração entre países. Acusam o dependentismo de promover modalidades de capitalismo benigno para a periferia (Dore e Weeks, 1979), impulsionar processos locais de acumulação (Harman, 2003) e favorecer alianças com a burguesia nacional (Íñigo Carrera, 2008).

Alguns destacam que essa orientação conduz a um nacionalismo radicalizado que recria falsas expectativas na libertação nacional. Propõem a adoção de postulados internacionalistas enfocados na contradição entre o capital e o trabalho (Astarita, 2010a).

Essas visões consideram que o dependentismo abandonou o papel proeminente do proletariado em favor de outros agentes

populares (Harris, 1987). Contestam a negação ou desconsideração da função histórica da classe operária (Íñigo Carrera, 2009). Consideram que o caráter internacional do projeto anticapitalista é diluído ao se retomar argumentos autárquicos de construção do socialismo em um só país (Astarita, 2010b).

Esses balanços negativos da teoria da dependência contrastam com as visões convergentes expostas por diversos autores endogenistas e sistêmicos. Os argumentos antidependentistas são contundentes, mas têm consistência, validade e coerência?

Interdependência?

As críticas iniciais procuraram minimizar os efeitos do subdesenvolvimento denunciado pelos dependentistas. Afirmavam que o capital estrangeiro remetia excedentes depois de gerar uma grande expansão e consideravam que a drenagem de recursos sofrida pela periferia não era tão grave (Warren, 1980).

Mas evitavam questionar por que razão esse lucro era consideravelmente superior ao que vigorava nas economias centrais. A teoria da dependência nunca negou a existência de processos de acumulação. Apenas ressaltou as obstruções introduzidas pelos investimentos estrangeiros aos processos integrados de industrialização.

Seus adversários destacaram que as desigualdades sociais eram o custo necessário para mobilizar a iniciativa empresarial no início do desenvolvimento. Consideravam que essa desigualdade tendia a ser corrigida com a expansão das classes médias (Warren, 1980).

Mas essa visão de capitais desembarcando na periferia para favorecer a toda população não condizia com os fatos. O esperado derrame nunca ultrapassou o imaginário dos manuais neoclássicos.

O crítico inglês, além disso, ressaltou o incentivo oferecido pela diferenciação social à alavancagem do setor primário, omitindo a dramática espoliação camponesa imposta pelo agronegócio. Justificou inclusive a informalidade laboral repetindo absurdos elogios às “potencialidades empresariais” dos desamparados (Warren, 1980).

Essas afirmações coincidiam com as teorias liberais que teciam loas a um futuro de bem-estar como resultado da convergência entre economias atrasadas e avançadas. Com essa idealização do capitalismo repetiram todos os argumentos do *mainstream* contra o dependentismo.

Destacaram especialmente que essa corrente desconhecia a influência mútua gerada pelas novas relações de interdependência entre o centro e a periferia (Warren, 1980). Mas não apresentaram nenhum dado de maior equidade nessas conexões. Era evidente que a influência exercida pelo Haiti sobre os Estados Unidos não é equivalente à que possa ser praticada por aquela potência dominante sobre o pequeno país dependente.

Uma apresentação recente do mesmo argumento afirma que a teoria da dependência registra apenas o *status* subordinado dos exportadores de insumos básicos sem considerar as junções simétricas que os produtores de mercadorias elaboradas padecem (Iñigo Carrera, 2008).

Mas um exportador de bananas joga na mesma divisão que sua contraparte especializada em computadores? A obsessão em realçar apenas as desigualdades que imperam entre o capital e o trabalho leva a imaginar que em qualquer outro âmbito prevalecem relações de reciprocidade.

Comparações simplificadas

Os críticos da teoria da dependência afirmaram que a vigorosa expansão das economias subdesenvolvidas do Sudeste Asiático desmentia os pilares dessa concepção.

Mas Marini, Santos ou Bambirra nunca afirmaram que era impossível o acelerado crescimento de certos países atrasados. Apenas destacaram que esse processo introduzia maiores desequilíbrios do que aqueles enfrentados pelas economias avançadas.

Com esse enfoque, analisaram os primórdios da industrialização da Argentina, o subsequente despontar do Brasil e a implantação posterior de *maquilas* no México.

Nesses três casos, foram enfatizadas as contradições do desenvolvimento fabril na periferia. Longe de descartar qualquer expansão, investigaram os prognósticos latino-americanos do que ocorreria posteriormente no Oriente. O desenvolvimento asiático não refutou os diagnósticos do dependentismo.

Em abordagens mais detalhadas, os críticos consideraram que Coreia, Taiwan e Singapura demonstraram a inviabilidade de modelos protecionistas que geram desperdício e encarecimento de custos (Harris, 1987). Mas esse último resultado também não afetou a teoria marxista da dependência. Ao contrário, confirmou suas objeções ao desenvolvimentismo do pós-guerra e ao modelo da Cepal.

Esses questionamentos foram expostos enfatizando objeções de maior envergadura ao liberalismo, que vários antidependentistas omitem. Os partidários dessa última vertente aplaudem as ondas de liberalização, elogiando seu impacto na Ásia e questionando seu desaproveitamento por parte das economias mais fechadas (Harris, 1987).

Esquecem que as possibilidades de maior industrialização nunca estiveram abertas a todos os países nem seguiram padrões de abertura comercial. O dependentismo intuiu esse cenário ao observar como a globalização afetava as nações periféricas com os mercados internos de certa envergadura (América Latina) e apoiava as localidades com força de trabalho abundante e mais barata (Ásia).

Enquanto a visão dependentista explicou as mudanças das correntes de investimento pela lógica objetiva da acumulação, os críticos destacaram a abertura comercial com mensagens muito semelhantes ao neoliberalismo.

A mesma argumentação foi utilizada para exaltar a prosperidade de certas economias tradicionalmente assentadas na agromineração. Afirmaram que Austrália e Canadá demonstravam como os exportadores de produtos primários podiam se situar em espaços mais próximos do centro do que da periferia (Warren, 1980).

Mas nunca esclareceram se esses países constituíam a regra ou a exceção das economias especializadas em insumos básicos. A teoria marxista da dependência não tentou encaixar a grande variedade de situações internacionais em uma simplificada embalagem de centro-periferia. Ofereceu um esquema para explicar a durabilidade do subdesenvolvimento em grande parte da superfície mundial frente a enfoques pró-liberais que negavam essa diferença.

Reconhecendo-se essa desigualdade, torna-se possível avançar na análise mais específica das estruturas semiperiféricas e dos processos políticos subimperialistas que explicam o lugar do Canadá ou da Austrália na ordem global.

Uma visão dependentista atualizada permitiria esclarecer esses posicionamentos, explicitando os diferentes planos de análise do capitalismo global. Esse sistema inclui desníveis econômicos (desenvolvimento-subdesenvolvimento), hierarquias mundiais (centro-periferia) e polaridades políticas (dominação-dependência). Com essa perspectiva, pode-se compreender o lugar ocupado pelos países localizados em cinturões complementares do centro.

Diferentemente de críticos muito alinhados ao pensamento neoclássico, os teóricos marxistas da dependência enfatizaram que o capitalismo mundial recria as desigualdades. Não postularam o caráter invariável dessas assimetrias nem conceberam um esquema de simples atores polarizados. Sugeriram a existência de um complexo espectro de situações intermediárias. Com essa visão, evitaram apresentar qualquer exemplo de desenvolvimento como uma trajetória imitável com receitas de livre mercado.

Estagnacionismo?

Alguns críticos mais recentes concordam com seus antecessores em considerar que a expansão do Sudeste Asiático infligiu um importante golpe ao dependentismo (Astarita, 2010a). Mas esquecem que esse desenvolvimento não afetou essa corrente mais do que a qualquer outra teoria da época. O crescimento da Coreia

e de Taiwan gerou a mesma surpresa que a implosão subsequente da URSS ou a recente irrupção da China.

Os opositores também não avaliam se a industrialização das economias orientais inaugurou um processo que poderia ser copiado pelo restante da periferia. Reafirmam apenas que esse despotar oriental demonstrou o descumprimento dos prognósticos dependentistas de estagnação (Astarita, 2010b). Retomam uma afirmação que tem sido frequentemente exposta como explicação do declínio dessa abordagem (Blomstrom y Hettne, 1990).

Mas a falha em alguma previsão não desqualifica um postulado. No máximo, indica insuficiências na avaliação de um contexto. Marx, Engels, Lenin, Trotsky ou Luxemburgo formularam muitos prognósticos falhos.

O marxismo oferece métodos de análises, e não receitas para desvelar o futuro. Permite diagnosticar cenários com maior consistência que outras concepções, mas não ilumina os acontecimentos do porvir. Os prognósticos permitem corrigir observações à luz do que ocorreu e devem ser valorizados em função da consistência geral de um enfoque. Constituem apenas um elemento de avaliação de determinada teoria.

O estagnacionismo atribuído ao dependentismo é um defeito de outro tipo. Implica caracterizações que desconhecem a dinâmica competitiva de um sistema governado por ciclos de expansão e contração. Um congelamento estrutural das forças produtivas é incompatível com as regras do capitalismo.

Essa lógica foi ignorada por vários teóricos da heterodoxia (Furtado) e por alguns pensadores influenciados pelas teses do capital monopolista (o primeiro Gunder Frank). Ambas vertentes defenderam a existência de um bloqueio permanente ao crescimento.

Ao contrário, o marxismo dependentista estudou os limites e as contradições da periferia em comparação com o centro, sem identificar o subdesenvolvimento com a paralisia da economia.

Afirmou que tanto o Brasil como a Argentina sofriam desajustes diferentes e superiores aos que vigoravam na França ou nos Estados Unidos.

A falsa acusação de estagnacionismo contra Marini foi inicialmente difundida por Cardoso. Destacou a familiaridade de seu oponente com os economistas que Lenin criticava por negar a possibilidade de um desenvolvimento capitalista da Rússia (*narodniks*).

Mas o próprio objeto de estudo de Marini desmentia essa acusação, uma vez que investigava desequilíbrios gerados pela industrialização do Brasil. Não avaliava recessões permanentes, mas tensões derivadas de um significativo processo de crescimento.

A desacertada crítica ao estagnacionismo é, às vezes, abrangida com objeções à omissão do caráter contraditório da acumulação. Nesse caso, questiona-se o desconhecimento de mercados ampliados ou produtividades ascendentes (Astarita, 2010a).

Mas, se Marini houvesse ignorado essa dinâmica, não seria capaz de estudar os desajustes peculiares das economias subdesenvolvidas. Sua contribuição radicou justamente em substituir genéricas avaliações do capitalismo por investigações específicas dos desequilíbrios nessas regiões. Analisou em detalhes o universo que seus críticos desqualificam.

Monopólios e lei do valor

A caracterização dos monopólios é vista pelos críticos como outro equívoco do dependentismo. Consideram que exagerou a capacidade das grandes empresas para afetar as economias periféricas, manipulando a formação dos preços (Kornblihtt, 2012).

Mas Marini se manteve muito distanciado das influentes teorias do capital monopolista dos anos 1960 e 1970. Assim como Santos, investigou com maior atenção desequilíbrios da esfera produtiva do que os desajustes no âmbito financeiro. Suas investigações estiveram mais centradas nas contradições

da acumulação do que no manejo dos preços por parte das grandes empresas.

Certamente levou em conta como essas empresas se apropriam do superlucro em escala global. Mas adotou um enfoque similar com autores marxistas distanciados das teses monopolistas (como Mandel). Diferentemente de muitos keynesianos de sua época, não atribuiu às grandes empresas um poder discricionário para fixar os preços.

Marini manteve grande distanciamento das visões rudimentares do monopólio e discordou também da mistificação oposta da concorrência. Essa fascinação salta à vista em Warren ou Harris, que consideraram os méritos da concorrência com caracterizações muito próximas da abordagem neoclássica. Com essa idealização do capitalismo competitivo ignoraram a relevância da estratificação centro-periferia.

Outros críticos consideram que Marini se distanciou de Marx ao perder de vista a centralidade da lei do valor. Propõem a retomada desse conceito para esclarecer as relações de dependência (Astarita, 2010b).

Mas a problemática do subdesenvolvimento não se esclarece com esse tipo de pesquisas. Vários autores afirmam que os estudos em tal nível de abstração não facilitam a compreensão da assimetria global (Johnson, 1981).

São necessárias mediações adicionais àquelas utilizadas n'*O capital*. Nessa obra é analisada a exploração (livro I), a reprodução (livro II) ou a crise do sistema (livro III). Marx esperava abordar a estrutura internacional (e, provavelmente, as desigualdades no desenvolvimento) em um trabalho que não chegou a elaborar (Chinchilla y Dietz, 1981).

Certamente esse estudo teria ampliado o conhecimento dos desníveis mundiais no período de formação do capitalismo. Mas convém igualmente lembrar que a dinâmica centro-periferia apresentava no século XIX características muito diferentes das que predominaram em finais do século XX.

Mais do que o “retorno a Marx” postulado por alguns analistas (Radice, 2009), o esclarecimento desse problema exige a retomada das reflexões dos teóricos marxistas do século passado (Katz, 2016b; 2016c).

A lei do valor fornece um princípio geral de explicação dos preços e uma teoria genérica do funcionamento e da crise do capitalismo. Nenhuma dessas dimensões é suficiente para esclarecer a dinâmica do subdesenvolvimento. Essa compreensão exige raciocinar em níveis mais concretos (e, por sua vez, consistentes) com aqueles utilizados para capturar a lógica do valor.

O subdesenvolvimento como simples dado

Alguns autores questionam as explicações do atraso baseadas na subordinação da periferia. Argumentam que vigora uma causalidade inversa de situações de dependência derivadas do subdesenvolvimento dessas economias (Figuroa, 1986).

Essa interpretação apresenta semelhanças com a argumentação endogenista que atribuía as desigualdades internacionais a contradições internas de cada país. Esse enfoque discordava da primazia das causas externas na explicação do atraso econômico ressaltando o maior impacto dos remanescentes oligárquicos ou semifeudais. Entendia que as espoliações geradas pela dominação imperial eram menos determinantes que a persistência de impedimentos pré-capitalistas.

A argumentação antidependentista é diferente. Rejeita a subsistência dessas características e enfatiza a vigência de cenários totalmente capitalistas. Por isso discordam tanto dos teóricos da dependência como do endogenismo tradicional.

Com essa visão, um expoente dessa crítica ressalta os determinantes capitalistas internos do perfil que cada país apresenta. Afirma também que a inserção internacional de qualquer nação é um resultado da forma como acessou o mercado mundial (Astarita, 2010a).

Mas como esse enfoque explica o descompasso entre economias avançadas e atrasadas? Por que razão essa desigualdade tem persistido nos últimos dois séculos?

Uma das respostas é que, na divisão internacional do trabalho, as modalidades mais produtivas estão concentradas nas economias centrais e as mais rudimentares na periferia (Figueroa, 1986).

Outra maneira de expor o mesmo diagnóstico é a conhecida descrição de especializações diferenciadas na provisão de alimentos ou manufaturas por ambos os tipos de países (Íñigo Carrera, 2008).

Mas a constatação desse contraponto não esclarece o problema. Enquanto a interpretação dependentista atribui o subdesenvolvimento à transferência de recursos e o endogenismo à subsistência de estruturas pré-capitalistas, a interpretação dos críticos brilha por sua ausência.

Essa visão parece aceitar que a desigualdade inicial foi causada por diversas peculiaridades históricas (feudalismo europeu, peculiaridades da agricultura inglesa, transformações manufatureiras europeias, atributos do Estado absolutista, precocidade de certas revoluções burguesas), mas não explica a persistência contemporânea do atraso. O que ocorreu nos séculos XVI a XIX não é suficiente para esclarecer a realidade atual.

O antidependentismo carece inclusive das respostas básicas propostas pelas abordagens neoclássicas (obstrução aos empreendedores) ou heterodoxas (imperícia dos Estados). Limita-se apenas a registrar que a diferença entre as economias avançadas e atrasadas é seu grau de desenvolvimento.

Essa obviedade não esclarece as desigualdades qualitativas que vigoram na ordem mundial. O contraste entre os Estados Unidos e o Japão não se equipara ao abismo que separa os dois países de Honduras. O subdesenvolvimento distingue as duas situações.

Os críticos rejeitam o papel desempenhado pelo valor drenado da periferia para o centro na reprodução desse atraso. Mas, sem reconhecer as variadas modalidades e intensidades dessas transferências, não há como explicar a estabilidade das polarizações, bifurcações e hierarquias mundiais. A negação desses fluxos torna impossível qualquer interpretação.

Classificações e exemplos

A maioria dos críticos apresenta o dependentismo como um bloco indiferenciado, omitindo as enormes diferenças que separam as vertentes marxistas e convencionais desse enfoque.

Enquanto Fernando Henrique Cardoso via o subdesenvolvimento como uma anomalia do capitalismo, Marini, Santos e Bamberger o definiram como uma característica desse sistema.

Alguns opositores reconhecem essas divergências e registram a inexistência de uma escola comum. Mas, depois de apontar essas diferenças, eles unificam os distintos autores como se fossem um grupo de representantes mais ou menos radicais da mesma tese (Astarita, 2010a).

A maior confusão é introduzida na avaliação de Cardoso e Marini. O ex-presidente é apresentado como um teórico mais aberto do que o autor de *Dialética da dependência*. Reflete-se sobre sua metodologia questionando apenas os pilares weberianos dessa abordagem ou a hierarquização das relações políticas em detrimento da análise econômica (Astarita, 2010a).

Mas não se esclarece qual foi a contribuição de Cardoso antes de sua virada neoliberal. Também não se reconhece a contribuição de Marini ao entendimento da relação centro-periferia. Especialmente, se esquece que a hostilidade e a afinidade de ambos os pensadores em relação ao socialismo revolucionário não foram alheias a esses resultados contrapostos. O desconhecimento desses contrastes por parte dos críticos compromete a avaliação dos dois teóricos.

Marini contribuiu com conceitos (como o ciclo dependente) para entender a reprodução contínua das desigualdades mundiais. Essa conquista foi percebida corretamente, nos anos 1980, por um importante analista, Edelstein (1981), que destacou o mérito de captar os motivos que impediram a América Latina de repetir o desenvolvimento da Europa ou dos Estados Unidos, além de ressaltar que a lógica da dependência oferece uma resposta coerente a essa limitação.

Esse enfoque também forneceu um grande suporte a numerosos estudos nacionais e regionais de subdesenvolvimento. A desvalorização dessa contribuição leva a muitas falhas de caracterização pelos críticos.

Ao indagar, por exemplo, o recorrente fracasso das tentativas de industrialização das economias petrolíferas (Arábia Saudita, Irã, Argélia, Venezuela), um autor antidependentista reitera a preponderância nociva do rentismo. Destaca também a consolidação de burocracias ineficientes, incapacidade para utilizar produtivamente as divisas e a repetição de padrão histórico de dilapidação (Astarita, 2013).

Mas nenhuma dessas explicações endógenas é suficiente para compreender a continuidade do subdesenvolvimento. A tese dependente destaca outro aspecto importante: a fragilidade estrutural das economias atrasadas por sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. Essa submissão gera saídas de capitais superiores à renda obtida com a exportação de matéria-prima bruta.

As economias petrolíferas têm sofrido trocas comerciais deficitárias, descapitalizações financeiras e transferências de recursos devido à remessa de lucros ou ao pagamento de patentes. A fuga de capital e o endividamento exacerbaram esses desequilíbrios próprios da dependência. No entanto, o que é evidente em qualquer estudo desses países não é registrado pelos opositores de Marini.

Argentina, país desenvolvido?

Um importante corolário do antidependentismo é a apresentação de vários países latino-americanos como nações desenvolvidas. Essa interpretação vale particularmente para o caso da Argentina.

Um expoente dessa visão questiona duramente aqueles que “se aferram dogmáticamente à ideologia de um país atrasado” (Íñigo Carrera, 2008, p. 32) para não reconhecer que esse país alcançou o nível de acumulação requerido pelo capitalismo mundial.

Mas o problema a ser resolvido é o significado dessa expansão e essa posição internacional. É uma obviedade lembrar que a Ar-

gentina é uma grande exportadora de alimentos. O que é preciso esclarecer são as implicações dessa função.

Os críticos afirmam que a elevada dimensão da renda da pecuária, cerealista ou da soja determinou a incorporação do país ao capitalismo mundial com *status* de economia avançada.

Mas a magnitude de uma renda não é sinônimo de desenvolvimento. Pode indicar situações opostas de obstrução ao crescimento sustentado. O desenvolvimento não é medido pela quantidade de um excedente exportável, mas pelo grau de industrialização ou dos parâmetros de desenvolvimento humano. Nenhum desses números coloca a Argentina no primeiro estamento da hierarquia global.

A renda não define essa classificação. É um ingrediente econômico essencial do Canadá, Argentina e Bolívia que valida o nível desenvolvido do primeiro, o intermediário do segundo e o atraso do terceiro.

Ao longo da história da Argentina, houve intensas ofertas pela distribuição da renda entre seus receptores do agronegócio e seus captadores da indústria. Esse recurso funcionou como suporte indireto às atividades industriais, que nunca atingiram níveis de competitividade internacional ou produtividade autossustentável.

Esse resultado ilustra o funcionamento de uma economia atrasada, dependente e afetada por crises periódicas de grande alcance. É por isso que os capitalistas evitam o investimento, salvaguardam seus fundos no exterior e facilitam a apropriação financeira da renda em detrimento de sua canalização produtiva. Esse mecanismo retrata o caráter subdesenvolvido da Argentina.

Os críticos olham para esse problema de forma invertida. Priorizam a análise do setor mais rentável e declaram que a competitividade da agricultura é comparável à média vigente na Europa ou nos Estados Unidos. Com essa avaliação, eles concluem colocando a Argentina no esquadrão das economias desenvolvidas.

Mas o grau de desenvolvimento de um país não é definido por seu ramo mais rentável. Usando esse critério, a Arábia Saudita e o Chile seriam colocados no topo do *ranking* mundial por seus

estoques de petróleo e cobre. O elevado lucro de um setor primário é geralmente um indicador de atraso produtivo.

O *status* rebaixado da Argentina é verificado no próprio segmento agrário. Além da controvérsia sobre a continuidade ou reversão de modelos extensivos com limitada utilização de capital por hectare, é evidente a total dependência desse esquema de insumos importados.

Esses componentes são fornecidos por empresas estrangeiras que reforçam a predominância de um cultivo potencializado com sementeira direta, transgênicos e agrotóxicos. Esse vínculo é uma clara indicação de subdesenvolvimento (Anino e Mercatante, 2010).

Alguns autores afirmam que a economia argentina absorve a maior parte de sua renda e gera entradas de recursos do centro para a periferia, desmentindo a teoria da dependência (Kornblihtt, 2012).

Essa caracterização recria as visões que surgiram na década de 1970 com o surgimento da Opep. A captura de renda do petróleo pelas economias que geraram esse excedente levou ao diagnóstico da extinção da velha subordinação dos exportadores primários ao centro.

Mas a experiência demonstrou a natureza temporária dessa situação. Por meio de créditos financeiros e *superavits* comerciais, as economias avançadas recuperaram esses rendimentos.

A Argentina também passou por períodos transitórios de grande absorção de sua renda agropecuária. No entanto, o *status* político dependente acentuou a dissipação dessa captura. Um país com períodos mais longos de submissão do que autonomia em sua ação internacional tem pouca capacidade para gerenciar seus excedentes.

A Argentina se situa muito longe da imagem antidependentista. Não é uma economia desenvolvida, não ocupa um lugar central na divisão do trabalho e não desenvolve estratégias de potência dominante.

Questionamentos políticos

Os críticos questionam o alinhamento anti-imperialista dos teóricos da dependência, identificando esse posicionamento com o abandono de posturas anticapitalistas (Kornblihtt, 2012).

Mas não indicam quando e como ocorreu essa deserção. Nenhum expoente marxista dessa tradição separou a resistência aos avassalamentos imperialistas de seus fundamentos capitalistas. Sempre juntaram os dois pilares.

O dependentismo é acusado de substituir a análise de classe por abordagens centradas na nação (Dore e Weeks, 1979). Essa atitude é associada com errôneos postulados de exploração entre países (Iñigo Carrera, 2009).

Porém, nenhum debate pode se desenvolver nesses termos. A exploração é exercida pelas classes dominantes sobre os assalariados de qualquer nação. Essa relação não se estende aos lucros obtidos por um país às custas de outro no mercado mundial. Como os teóricos marxistas da dependência nunca confundiram ambas as dimensões, a objeção carece de sentido.

É verdade que, na propaganda política anti-imperialista, os que aderiram a essa corrente utilizaram (às vezes) termos confusos para denunciar pilhagens de recursos naturais ou sangrias financeiras. Nesses casos, recorreram a denominações incorretas para formular denúncias pertinentes. Mas o antidependentismo padece de um inconveniente maior. Seus desacertos se situam no plano dos conceitos, e não na terminologia.

Marini, Santos e Bambirra sempre identificaram os capitalistas como responsáveis por todas as modalidades de dominação. Nunca defenderam que as classes oprimidas da periferia eram exploradas por seus pares do centro.

Essa caracterização só foi sugerida por autores próximos ao terceiro-mundismo (como Emmanuel), que retomaram velhas interpretações sobre o comportamento complacente da aristocracia operária frente às ações imperiais.

Os críticos também apontam que o dependentismo promoveu o capitalismo nacional na periferia para apoiar o capital privado nacional frente às empresas estrangeiras (Harris, 1987). Afirmam que consideravam a burguesia nacional como um aliado natural na batalha pelo desenvolvimento (Iñigo Carrera, 2008).

Mas essas metas eram propostas pelo nacionalismo conservador ou pelos promotores do desenvolvimentismo, e não pelo dependentismo. Sob o impacto da Revolução Cubana, essa corrente adotou uma postura clara de compromisso com o projeto socialista.

A única certeza é que os teóricos marxistas da dependência reconheciam a diferença entre as classes dominantes da periferia e seus equivalentes do centro. Rechaçavam a identidade entre ambos os segmentos que um crítico dessa concepção postulou (Figueroa, 1986).

Marini, Santos e Bambirra recordavam o lugar subordinado que a burguesia local ocupa na divisão internacional do trabalho ao assinalar a existência decorrente de contradições e desequilíbrios mais acentuados. Dessa caracterização se deduziam a vigência de problemas nacionais não resolvidos na América Latina e a presença de conflitos significativos com o imperialismo decorrentes disso.

O dependentismo formulou críticas à burguesia nacional a partir de posturas de esquerda contrapostas à proposição de Cardoso ou Warren. Nesses expoentes liberais do antidependentismo, a verborragia contra o capitalismo nacional sempre teve uma conotação reacionária.

Os críticos vociferam contra qualquer demanda de libertação nacional ignorando o que aconteceu nos últimos cem anos. Todas as revoluções socialistas estiveram vinculadas, na periferia, a reivindicações de soberania. A partir dessa exigência se processou uma dialética de radicalização que desembocou nos processos anticapitalistas adotadas pelas revoluções da Iugoslávia, China ou Vietnã. O triunfo socialista em Cuba também emergiu da resistência contra um ditador fantoche dos Estados Unidos.

Os contestadores esquecem que essas experiências seguiram uma rota muito diferente da prevista pelo marxismo clássico. No lugar de assimilar os ensinamentos dessa mutação, proclamam seu desgosto com o que aconteceu e apagam essas epopeias de seu diagnóstico do mundo.

É possível pensar que a restauração do capitalismo na URSS (ou a maior internacionalização da economia) alterou a estreita ligação entre luta nacional e social que predominou no século XX. Os antidependentistas não esclareceram esse eventual embasamento de suas opiniões.

Porém, inclusive nesse caso, era evidente que o Pentágono e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) seguem como guardiões da ordem opressora mundial. Basta observar a demolição de vários Estados do Oriente Médio ou a desintegração da África para notar a centralidade da ação imperialista. Nenhum processo socialista pode ser concebido desconhecendo a prioridade desse inimigo.

Em lugar de reconhecer essa ameaça, os críticos acusam o dependentismo de substituir a análise econômica materialista por argumentos superficiais, inspirados em conceitos imperialistas de dominação (Iñigo Carrera, 2008).

Desmerecem o registro da realidade para enaltecer a reflexão abstrata ao esquecer que a reprodução do capitalismo se sustenta no uso da força. A simples acumulação de capital não é suficiente para assegurar a continuada reprodução do sistema. É necessário o suporte adicional de uma estrutura imperialista.

A recusa em reconhecer a dimensão nacional da luta por transformações socialistas na periferia conduz ao desconhecimento das demandas populares. O exemplo mais recente dessa cegueira é a impugnação das mobilizações contra a dívida externa.

Um opositor do dependentismo recusa essa bandeira, denunciando a participação das classes dominantes locais na conformação dessa hipoteca. Destaca que as campanhas contra o endividamento diluem a centralidade do antagonismo entre o capital e o trabalho (Astarita, 2010a).

Mas não explicam qual é a contraposição entre ambos os planos. O pagamento da dívida afeta os trabalhadores, que suportam cortes em seus salários para saldar esses passivos. Como se demonstrou na Argentina, na Venezuela, na Bolívia e no Equador em 2000-2005, a resistência a esse abuso desafia o próprio sistema capitalista.

É certo que as burguesias locais têm sido cúmplices do endividamento, mas as crises desencadeadas por essa carga financeira corroem o funcionamento do Estado e abalam o exercício de sua dominação. Nesse contexto, a dívida irrompe como um eixo da resistência anti-imperialista.

O que aconteceu na Grécia, em 2015, exemplifica esse conflito. Os credores forçaram sacrifícios brutais para cumprir com o pagamento de um passivo que explicitou as relações de dependência com a União Europeia. Os críticos ignoram os efeitos explosivos dessa subordinação.

Marx, Lenin, Luxemburgo

Para as vertentes liberais do antidependentismo, o retorno à Marx pressupõe reivindicar um cultivador do individualismo e da dissolução forçada das sociedades não ocidentais. O autor d'*O capital* é apresentado como um defensor do imperialismo que exortou a contribuição inglesa à superação do atraso na África e na Índia (Warren, 1980).

Mas Marx sempre se posicionou em um campo oposto de denúncia à espoliação colonial. Ele intuía o enorme contraste entre o subtraído e o aportado pelos ocupantes dos países subdesenvolvidos. A sangria gerada pela escravidão na África ou o massacre demográfico sofrido pelos povos originários da América trazia provas contundentes dessa conta.

Em sua análise madura sobre a Irlanda, o teórico alemão retratou a obstrução britânica à industrialização da periferia e reivindicou a resistência popular contra a coroa (Katz, 2006a).

Essa postura é desconhecida por aqueles que afirmam que Marx enalteceu o desenvolvimento introduzido pela ferrovia

inglesa na Índia (Astarita, 2010a). Eles esquecem que esses investimentos garantiram a subordinação primarizada do país e suscitaram um movimento anticolonial que foi apoiado pelo revolucionário alemão.

A crítica antidependentista a qualquer tipo de luta contra essa opressão inclui severos questionamentos à ligação entre as lutas pela emancipação nacional e emancipação social previstas por Lenin (Warren, 1980).

O dirigente bolchevique trazia essa junção em polêmica com Luxemburgo, que rechaçava toda forma de separatismo nacional ao argumentar que isso afetava o internacionalismo proletário e a primazia das reivindicações de classe (Luxemburgo, 1977).

Lenin respondia demonstrando como o direito à autodeterminação reduzia as tensões entre os grupos oprimidos de distintas nacionalidades. Levava em conta a fraternidade conquistada entre os trabalhadores da Suécia e da Noruega, logo após a separação pacífica deste último país.

O impulsionador dos soviets defendia esses direitos sem aprovar necessariamente a secessão dos distintos países. O aval a cada proposta dependia do caráter genuíno, majoritário ou progressivo dessa reivindicação (Lenin, 1974b).

É a mesma distinção que atualmente pode ser estabelecida entre as reivindicações fictícias (*kelpers* das Malvinas), as balcanizações pró-imperialistas (ex-Iugoslávia) ou os divórcios territoriais elitistas (norte da Itália, Flandres) com as exigências nacionais legítimas (kurdos, palestinos, bascos).

O antidependentismo repete os erros de Luxemburgo ao contrapor demandas nacionais e sociais como se fossem desejos antagônicos. Somente registra a centralidade da exploração dos assalariados, sem notar, que existem inumeráveis formas de opressão racial, religiosa, sexual ou étnica. Todas induzem a resistências que Lenin buscava ligar com a luta proletária.

Alguns autores afirmam que o dirigente russo promoveu a autodeterminação apenas no plano político, sem estendê-la à esfera

econômica. Reivindicam essa aplicação limitada do conceito e rechaçam qualquer parentesco com a luta pela segunda independência da América Latina. Consideram que essa proposta contém reivindicações econômicas inapropriadas e nacionalistas (Astarita, 2010a).

Mas Lenin nunca aceitou esse tipo de distinções abstratas. Por isso, contestava qualquer argumento da autodeterminação centrado em sua viabilidade econômica. Em lugar de especular em torno desse grau de factibilidade, convocava a avaliar quem e como levava adiante a reivindicação de soberania para distinguir exigências válidas de usos pró-imperialistas dos sentimentos nacionais (Lenin, 1974a, 1974b).

A luta pela segunda independência está de acordo com essa postura do líder bolchevique. Retoma um objetivo regional de emancipação plena que se frustrou no século XIX com a balcanização da América Latina.

Ao registrar somente o antagonismo entre capital e trabalho, o antidependentismo navega em um oceano de internacionalismo abstrato. Por essa razão não consegue perceber as diferenças básicas que se opõem entre o nacionalismo progressista e o regressivo.

Aquilo que no passado contrapunha Benito Mussolini a Theodor Roosevelt, Sandino ou Lumumba, atualmente separa a direita do Ocidente (Donald Trump, Marine Le Pen, Nigel Farage) do anti-imperialismo latino-americano (Hugo Chávez/Nicolás Maduro, Evo Morales). Lenin ressaltava essa distinção para delinear estratégias políticas que são ignoradas pelos críticos da teoria da dependência.

Proletariado mítico

A principal acusação política do antidependentismo contra seus adversários era o desconhecimento do papel de liderança da classe operária. Atribuía essa omissão às influências do terceiro-mundismo ou do *lumpenproletariado* (Sender, 1980).

Mas essa caracterização não teve como objetivo especificar os sujeitos dirigentes de um processo revolucionário, mas definir cami-

nhos de modernização do capitalismo. A proximidade do socialismo era vislumbrada em estrita relação com o crescente peso da classe trabalhadora sob o sistema atual. Por isso, destacavam a preeminência do proletariado sobre outros atores populares (Harris, 1987).

Com esse argumento, supunham que a emancipação dos trabalhadores emergiria de um processo oposto de consolidação da opressão burguesa. Como os explorados podiam ser libertados de um sistema que consolida sua sujeição era um mistério não resolvido.

Esta tese destacava também o protagonismo das economias desenvolvidas – com maiores contingentes de assalariados – na gestação do socialismo. Dessa maneira, ignoraram que, no século XX, as revoluções se localizaram nas regiões afetadas pelos desequilíbrios capitalistas mais agudos.

Nesse enfoque antidependentista, a liderança proletária não implicava promover mudanças radicais. Ao contrário, tentava sustentar um modelo de socialismo humanitário configurado por meio de ação parlamentar. Argumentavam que, dessa maneira, o Ocidente voltaria a ilustrar para o resto do mundo o caminho da civilização (Warren, 1980).

Essa visão repetia a mitologia eurocêntrica forjada pela social-democracia alemã e pelos fabianos ingleses. Esquecia até que ponto essa utopia foi desmentida pelas virulentas guerras e depressões do século XX. Com alusões ao comando do proletariado, anteciparam o roteiro socioliberal de Felipe González e Tony Blair.

A proeminência da classe operária foi particularmente enaltecida como um antídoto para qualquer contaminação do anti-imperialismo. Com esse fanatismo antinacionalista, Warren se opôs à luta dos irlandeses do Norte (católicos) contra a ocupação inglesa. Rejeitou a unificação nacional da ilha e aprovou a posição das correntes protestantes leais à monarquia britânica (Proyekt, 2008; Ferguson, 1999; Munck, 1981).

Essa atitude pró-imperialista coroou um imaginário de pureza proletária que deu aos trabalhadores localizados nas principais

economias do Ocidente um papel de tutor do socialismo internacional.

As teses do invariável protagonismo operário apresentaram, nos anos 1970, um aspecto diferente na América Latina. Foram promovidos por pensadores identificados nos ambientes militantes com a denominação de socialistas puros. Eles se opunham a qualquer estratégia que incluísse programas ou organizações anti-imperialistas e promoviam processos revolucionários com dinâmica exclusivamente socialista.

Essa abordagem lutava pela recriação exata do bolchevismo em polêmica com a estratégia por etapas do comunismo oficial e a extensão do modelo cubano promovida pelo marxismo dependente.

O socialismo puro reivindicava um esquema de sovietes operários contra as “deformações” introduzidas pelas revoluções com a preponderância dos camponeses (China, Vietnã) ou classes médias radicalizadas (Cuba). Considerava que essa substituição da liderança proletária gerava os principais equívocos contemporâneos do projeto socialista.

Essa abordagem combinava dogmatismo, miopia política e grande irritação com o curso da história. Em vez de registrar o papel revolucionário desempenhado por uma ampla variedade de sujeitos oprimidos, desqualificava as grandes transformações anticapitalistas por seu desvio de uma suposta trajetória sociológico-classista.

Supunha que uma revolução carecia de atributos socialistas se o lugar do proletariado fosse ocupado por outro segmento popular. Essa visão polemizava com os defensores da Revolução Cubana nas táticas e estratégias a serem seguidas nos diferentes países.

Essas caracterizações do proletariado latino-americano – concebidas para aprimorar os caminhos da tomada do poder – desapareceram do debate atual. Persistem as críticas às teorias que “rebaixam” o papel do proletariado (Iñigo Carrera, 2009), mas são apresentadas em termos abstratos e sem nenhum parentesco com experiências reais.

Já não se referem a acontecimentos políticos próximos. Navegam em universos fantasmagóricos carentes de ancoragem na ação dos trabalhadores. Expõem ideias mais afinadas com a dedução filosófica do que com o raciocínio político.

As críticas atuais estão desligadas dos fundamentos postulados pelo socialismo puro. Não indicam demonstrar a superioridade do proletariado sobre outros setores oprimidos.

Destacados desse pilar, os questionamentos carecem de relevância para qualquer batalha pelo socialismo. Essa perda de orientação esvazia os argumentos de sua antiga pretensão de sustentar as correntes revolucionárias na disputa com o reformismo.

Um processo análogo de evaporação do sentido da crítica é verificado nas discussões da economia marxista entre os intérpretes da tendência decrescente da taxa de lucro e os teóricos do subconsumo. Na década de 1970, essa controvérsia despertava paixões entre aqueles que percebiam o debate como uma expressão da batalha entre revolucionários e reformistas. Supunha-se que a primeira tese conceitualizava a incapacidade do capitalismo de conceder melhorias, e a segunda tese fornecia fundamentos para essa possibilidade.

Atualmente, ambas as teses fornecem elementos para entender a crise, mas não expressam os contrastes políticos do passado. Qualquer revisão dessa polêmica deve ser colocada no novo contexto.

O mesmo ocorre com as críticas às omissões de classe pela teoria marxista da dependência. Essas objeções não são mais formuladas em função dos velhos debates sobre o papel dirigente do proletariado na revolução socialista. É por isso que muitas controvérsias flutuam no vazio sem nenhuma direção.

Socialismo globalista

A valorização das tentativas de socialismo do século XX é outro terreno de questionamento ao dependentismo marxista. Alguns pensam que esse projeto esteve condenado ao fracasso desde seu

nascimento. Não situam a falha no totalitarismo burocrático da URSS, mas na mera existência de um modelo que tentou pular etapas de amadurecimento capitalista (Warren, 1980).

Outros pensadores atribuem o mesmo resultado à preeminência de objetivos de libertação nacional em detrimento dos objetivos socialistas. Consideram que essas carências serão superadas em um futuro socialista precedido pela expansão global do capitalismo. Observam a globalização neoliberal como um promissor avanço desse futuro e enaltecem o entrelaçamento internacional das classes dominantes (Harris, 1987).

Essa visão identifica a situação atual com processos crescentemente homogêneos. Acreditam que as hierarquias globais serão dissolvidas, facilitando a introdução internacional direta do socialismo.

Esse diagnóstico explica a hostilidade em relação à teoria marxista da dependência, que enfatiza a importância de tendências opostas à polarização mundial do capitalismo.

A apresentação da globalização como um prólogo do socialismo universal assombra por seu grau de fantasia. É evidente que a mundialização neoliberal é a tentativa mais reacionária de preservação do capitalismo das últimas décadas. É ridículo supor que as desigualdades tenderão a desaparecer sob um modelo que gera monumentais desigualdades sociais em escala mundial.

Warren e Harris inverteram o sentido básico do marxismo. Transformaram uma concepção crítica do capitalismo em seu oposto. Propuseram moderação nas denúncias do capitalismo, esquecendo que esse questionamento é o fundamento de qualquer projeto socialista.

Seu insólito modelo de socialismo globalista desapareceu do mapa político. Mas os princípios de seus postulados persistem no antidependentismo atual. Ao descartar o componente nacional da luta na periferia, ignorar a progressividade das conquistas soberanas e desconhecer as mediações anti-imperialistas, essa vertente imagina trajetórias anticapitalistas equivalentes em todos os países.

Enquanto o marxismo dependentista concebia diferentes elos para a estratégia socialista, seus críticos oferecem apenas esperanças de eclosão repentina desse sistema em escala mundial.

Essa hipótese de mágica simultaneidade está implícita na ausência de programas específicos para uma transição ao socialismo na América Latina. Descartam esses caminhos considerando que a desconexão do mercado mundial recria ilusórias variantes do socialismo em um só país (Astarita, 2010b).

Não percebem que essa estratégia foi elaborada para promover uma sequência combinada de superação do subdesenvolvimento e avanços em direção à igualdade social.

Essa expectativa, por várias décadas, foi baseada em experiências reais. Não fantasiou com mágicas irrupções do socialismo em todos os países por meio de contágios imediatos ou aparições simultâneas. Também não esperava o patrocínio ocidental, ou que os conflitos planetários fossem resolvidos em uma única rodada.

É verdade que o socialismo não pode ser construído em um só país. Mas essa limitação não implica renunciar a começar esse processo no âmbito imperante em cada circunstância. Desconhecendo-se esse embasamento nacional e concebendo o socialismo como um ultimato (em todas as partes e agora ou nunca), não há espaço para desenvolver estratégias políticas viáveis.

Os exóticos modelos de socialismo global se inspiraram também em vertentes objetivistas do marxismo. Refletiam em termos positivistas, idolatrando um padrão de evolução identificado com o avanço das forças produtivas. Esse critério induziu aos críticos iniciais do dependentismo a reivindicar a expansão do capitalismo e a discordar de qualquer freio a essa pujança.

Imaginavam um processo ascendente de amadurecimento sob a liderança de segmentos civilizados da classe operária. Com esse raciocínio, atualizavam o positivismo gradualista de Kautsky-Plekhanov em uma nova variante do menchevismo global.

Os socialistas puros também conceberam um esquema de cursos progressivos, em função da incidência de cada processo

sobre o desenvolvimento das forças produtivas. Aprovaram o que defendia e criticaram o que obstruía esse desenvolvimento, hierarquizando a esfera abstrata da economia em detrimento da luta popular.

Os continuadores dessa visão não conseguem formular reflexões construtivas sobre o projeto socialista. Limitam-se a expor críticas sem apresentar respostas positivas aos problemas em debate. Por isso, evitam qualquer sugestão de alternativas às teorias questionadas. Com essa sucessão de rejeições, obstruem a continuidade dos frutíferos caminhos abertos pelo dependentismo dos anos 1970.

PARTE III

9. SUBIMPERIALISMO (I): REVISÃO DE UM CONCEITO

As características do subimperialismo foram estudadas por Marini em sua exposição da teoria da dependência. Esse conceito suscitou controvérsias na década de 1970 e tem sido reconsiderado nos últimos anos. Ele ainda tem relevância e utilidade?

Fundamentos e objeções

Marini atribuiu ao subimperialismo uma dimensão econômica, outra geopolítica-militar, e aplicou ambos os significados ao caso brasileiro.

No primeiro aspecto, observou que os investimentos estrangeiros haviam aumentado a capacidade de produção, gerando excedentes não comercializáveis no mercado interno. Destacou que as empresas multinacionais promoviam a colocação desses excedentes nos países vizinhos e utilizou o novo termo para descrever essa ação compensatória (Marini, 2008).

O subimperialismo retratava a conversão de uma economia latino-americana dependente em uma economia exportadora de mercadorias e capitais. As empresas compensavam as limitações do mercado local com vendas na circunvizinhança. Essa incurção externa ultrapassava a esfera industrial e incluía as finanças (Marini, 2007).

Marini reformulou uma tese apresentada por Luxemburgo em inícios do século XX. Essa abordagem ilustrava como as principais economias europeias enfrentaram a adversidade de seus restritos mercados internos. Afirmava que as potências compensavam essa limitação com políticas imperialistas de expansão para as colônias (Luxemburgo, 1968).

O teórico da dependência retomou essa ideia de uma saída externa para os desequilíbrios de subconsumo. Mas ele situou o fenômeno em economias de menor porte e lhe atribuiu uma escala mais limitada (Marini, 1973).

Marini vinculou o segundo sentido de subimperialismo ao papel geopolítico protagonista do Brasil. Afirmou que o principal país da América do Sul atuava fora de suas fronteiras com métodos prussianos para cumprir um duplo papel de gendarme anticomunista e potência regional autônoma.

Apresentou esse papel como uma característica complementar e funcional da expansão econômica. Ressaltou que os governos brasileiros atuavam em sintonia com o Pentágono, seguindo as regras da Guerra Fria.

O subimperialismo implicava um perfil repressivo, mas não simplesmente subordinado aos ditames do Norte. As classes dominantes buscavam sua própria preeminência para garantir os interesses das empresas instaladas no país (Marini, 2007).

Marini destacou essa combinação de dependência, coordenação e autonomia do Brasil no período de convulsões aberto pela Revolução Cubana. Apresentou o subimperialismo como um instrumento dos opressores para sufocar a ameaça revolucionária. Ressaltou que operava em uma época marcada pelo dilema entre dois modelos antagônicos: o socialismo e o fascismo.

Outro expoente da mesma teoria ratificou essa caracterização, enfatizando que o principal objetivo da ação subimperialista era impedir a criação de um cenário pós-capitalista em escala regional (Bambirra, 1986).

Mas o conceito foi contestado dentro do campo marxista. Os pensadores próximos à ortodoxia comunista questionaram a revisão das teses leninistas e o desconhecimento do papel dominante das finanças.

Rejeitaram a existência de um poder subimperialista no Brasil, destacando sua incompatibilidade com a submissão do país às potências do Primeiro Mundo (Fernández e Ocampo, 1974). Os

críticos perceberam que Marini se afastava dos velhos diagnósticos sobre o imperialismo e desqualificaram essa reconsideração sem avaliar seus fundamentos.

Cardoso também discordou do novo conceito. Questionou a consistência do subimperialismo e argumentou que Marini supervalorizava as crises de realização (Martins, 2011).

Outro tipo de observações foi apresentado por um importante teórico marxista que convergiu com o dependentismo. Ele não invalidou o subimperialismo, mas sim sua aplicação ao Brasil. Considerou que, devido à sua elevada subordinação aos Estados Unidos, o país sul-americano não alcançava esse *status* (Cueva, 2012).

O principal colega de Marini também manteve reservas diante da nova categorização. Ressaltou que propunha um desenvolvimento possível, mas duvidou de sua concretude. Considerou que um *status* subimperialista geraria conflitos indesejados das classes dominantes com o poder estadunidense (Santos, 1978).

Avaliação de um conceito

Marini reconsiderou a teoria clássica do imperialismo, assimilando distintas atualizações. Uma reavaliação destacava a nova hegemonia militar dos Estados Unidos (Sweezy-Magdoff) e outra sublinhava a atenuação dos confrontos bélicos com o agravamento das disputas econômicas (Mandel).

O teórico brasileiro incorporou essas ideias com a caracterização de um imperialismo coletivo patrocinado pelo Pentágono para administrar o crescente entrelaçamento internacional do capital (Amin) (Katz, 2011).

Ele não se limitou a mesclar vários elementos dessas visões (Munck, 1981). Também retomou a tese de outro pensador que destacava a nova ação conjunta das potências, em detrimento de velhas contradições interimperialistas (Thalheimer, 1946).

Sob essas influências, Marini falou de uma nova “cooperação hegemônica” entre os centros. Acrescentou a esse esquema o papel

dos países intermediários e descreveu a conexão das potências subimperialistas com os dominadores do planeta.

Seu enfoque ressaltou o papel dos novos centros intermediários de acumulação na pirâmide imperialista do pós-guerra. A análise desses países foi seu principal objeto de estudo.

Denominou subimperialismo às semiperiferias estudadas pela teoria do sistema mundial (Santos, 2009). Investigou a legalidade específica dessas formações na dinâmica global (Marini, 2013).

O pensador brasileiro optou pelo termo subimperialismo em polêmica com outra denominação (satélite privilegiado), que supervalorizava a incidência geopolítica do fenômeno em detrimento de seu impacto econômico. Formulou a mesma objeção contra outra classificação (potência média) que omitia o papel de empresas multinacionais (Marini, 1991).

Com maior ênfase, rejeitou a apresentação do Brasil como uma potência imperialista. Também descartou o enquadramento do país entre os imperialismos menores do pós-guerra (Suíça, Bélgica ou Holanda).

Marini incluiu no *status* subimperialista as economias dependentes intermediárias que mantinham relações singulares com imperialismo central. Diante da identificação incorreta do prefixo “sub” com a subordinação a comandos estrangeiros, apontou que essa conexão implicava uma combinação de submissão com associação e autonomia.

Argumentou que o subimperialismo envolvia economias em processo de industrialização, sujeitas aos efeitos turbulentos do ciclo dependente. Esse modelo foi posteriormente teorizado como um padrão de reprodução de certos países subdesenvolvidos (Osorio, 2012).

No campo geopolítico, ele considerou que a ação subimperialista implicava processos expansionistas, adaptados à hegemonia mundial dos Estados Unidos. Enfatizou o papel das lideranças regionais associadas à supremacia do imperialismo estadunidense.

Marini também vinculou a vigência do subimperialismo ao tipo de predomínio vigente no topo das classes dominantes. Ele

destacou a preeminência alcançada no Brasil por empresas industriais e seus sócios financeiros. Ressaltou que esse setor comandava a expansão para a vizinhança (Bueno, 2010).

Com essa observação, sugeriu importantes margens de variabilidade do subimperialismo em função do setor capitalista predominante. Destacou a vigência de fases variáveis desse *status* e afirmou que esta modalidade carecia da estabilidade que impera nas potências imperialistas.

Marini também avaliou o acesso seletivo à condição subimperialista. Afirmou que apenas algumas economias intermediárias reuniam os requisitos necessários para atingir esse nível. Colocou o Brasil, mas não a Argentina, nesse lugar.

Para o teórico dependentista, um posicionamento subimperialista requer uma grande coesão política da burguesia ao redor do seu Estado. Entendia que a ausência dessa homogeneidade impedia tanto a Argentina como o México de competir pela posição alcançada pelo Brasil. No primeiro caso, ele atribuía essa limitação à prolongada crise do sistema político e, no segundo, à grande dependência dos Estados Unidos (Luce, 2015).

Marini constatou que, em contextos econômicos semelhantes, o tipo de Estado era determinante da ação subimperialista. Com esse argumento, reduziu para poucos casos os países com esse tipo de atitudes. Ele colocou nesse campo o Brasil, Israel, Irã e África do Sul (Luce, 2011).

A teoria de Marini teve certos precedentes nas caracterizações de impérios subsidiários (Espanha) ou atrasados (Rússia), mas foi concebida como uma característica exclusiva do capitalismo de pós-guerra. Não retrocederia a vigência do subimperialismo brasileiro ao século XIX. Seu conceito contribuiu para superar anacronismos e incentivou um frutífero programa de pesquisa.

Outro cenário

Uma análise atual do subimperialismo deveria registrar a diferença radical que separa o capitalismo do século XXI com o vigente

na época de Marini. Desde os anos 1980, o modelo keynesiano do pós-guerra foi substituído por um esquema neoliberal de agressão permanente aos trabalhadores. A precarização deteriora o salário e o deslocamento da indústria para o Oriente barateia a força de trabalho. O desemprego intensifica a marginalidade urbana e os capitalistas utilizam a informatização para aumentar a rentabilidade, destruindo empregos e aumentando as desigualdades.

Esse contexto difere daquele estudado por Marini. Economias intermediárias que se especializaram continuam cumprindo um papel-chave, mas operam em um novo marco de empresas transnacionais, acordos de livre comércio e finanças mundializadas.

Comparado aos anos 1970, os mercados internos dos países intermediários perderam relevância para a atividade de exportação. A cadeia global de produção aumenta, além disso, as variedades dessas formações (Domingues, 2012).

Atualmente, se verificam três modalidades de economias equivalentes às investigadas por Marini. Algumas semiperiferias com maior desenvolvimento anterior mantêm sua velha especialização em exportações básicas e uma reduzida incidência global (Argentina). Outros se inseriram em processos mundiais de fabricação sem expandir sua influência regional (Coreia do Sul). Um terceiro tipo exibe enorme peso em sua zona contígua com baixa porcentagem do PIB *per capita* (Índia).

Essas economias continuam distanciadas dos países claramente periféricos (Moçambique, Angola, Bolívia) e das potências centrais (Estados Unidos, Alemanha, Japão). Estão situadas no lugar investigado por Marini. No entanto, diferentemente da etapa anterior, uma acentuada diferenciação eclodiu dentro desse segmento, dependendo da conexão que cada país estabeleceu com a mundialização neoliberal.

Da mesma forma, se aprofundou a distância entre estruturas econômicas semiperiféricas e papéis subimperialistas. O que determina a passagem do primeiro *status* para o segundo não é a incidência na cadeia de valor. Os países mais vinculados à inter-

nacionalização produtiva (Coreia) ou pouco integrados a essa rede (Argentina) não modificaram suas deficiências subimperialistas. O potencial divórcio entre as duas situações sugeridas por Marini assumiu novas formas.

Interpretações econômicas

A distinção entre economias intermediárias e potências subimperialistas é um dado fundamental do cenário atual. Essa diferença foi omitida nas caracterizações que estenderam o papel atribuído por Marini ao Brasil para o México ou para a Argentina. Supôs-se que o desempenho subimperialista correspondia a nações latino-americanas com certo desenvolvimento industrial e consequente distanciamento dos países puramente agromineros (Bambirra, 1986).

Um grande estudioso da teoria da dependência mantém esse critério, destacando a envergadura alcançada pelas empresas multilatinas (Techint, Slim, Cemex) (Osorio, 2009). Considera que os blocos regionais e as uniões alfandegárias impulsionaram a vocação subimperialista de todos os Estados que abrigam esse tipo de empresa (Osorio, 2007). Mesmo assim, o peso dessas empresas não coloca necessariamente no mesmo escaninho subimperialista países com perfis geopolíticos, militares e estatais muito diferentes.

Nos últimos anos, esse problema ultrapassou a esfera latino-americana. O surgimento do bloco integrado pelos Brics abriu o debate sobre a validade da categoria subimperialista para esse conglomerado. Autores que valorizam o enfoque de Marini retomaram suas objeções à simples caracterização dos integrantes desse grupo como potências médias. Lembram as insuficiências de um mote divulgado pela ciência política convencional (Bond, 2015).

No entanto, uma classificação dos Brics no universo subimperialista omitiria a heterogeneidade desse bloco. Um dos participantes dessa sociedade – China – já ultrapassou o *status* intermediário e ingressou no núcleo das economias centrais. Esse dado impede de colocar a todo o alinhamento no estamento estudado por Marini.

Esta aplicação também enfrenta outro inconveniente: os Brics estabeleceram uma aliança econômica sem uma clara projeção geopolítica. Seus membros mantêm relações muito diferentes com as potências centrais.

Basta comparar a relação da Índia com os Estados Unidos com aquela estabelecida pela China ou pela Rússia para notar esse abismo. Cada componente do conglomerado atua de acordo com suas prioridades regionais e a busca dessa superioridade mantém em aberto os potenciais conflitos entre China, Índia e Rússia.

Ao contrário do imperialismo coletivo da tríade, os Brics não surgiram em cenários pós-guerra para garantir os objetivos estratégicos comuns, mas surgiram para conformar um espaço de negociação dentro da globalização neoliberal. É uma aliança no interior dessa estrutura.

Por esta razão, todas as cúpulas dos Brics giram em torno de iniciativas econômicas (bancos, investimentos, uso de moedas) e recriam debates empresariais relacionados com o fórum de Davos (García, 2015). Esta trajetória confirmou que o conceito de subimperialista não se estende a um bloco. Só é relevante para potências regionais que disputam influência regional.

Revisão de um status

As formas subimperialistas mudaram em um cenário geopolítico marcado pela extinção da Guerra Fria. Desapareceu o objetivo anticomunista primordial que condicionava todas as relações dos Estados Unidos com seus sócios. Os conflitos entre as classes dominantes se processam agora em um âmbito de negócios globalizados e de fronteiras redesenhadas que contrastam com o congelado mapa do pós-guerra.

O velho contexto de bipolaridade, ainda em vigor no início do neoliberalismo (1985-1989), foi seguido por uma fase de supremacia unipolar (1989-2008) e outra de multipolaridade (2008-2017). Contudo, em períodos de tanta mudança, persistiu um dado ordenador da abordagem de Marini: a preponderância

militar estadunidense. A primeira potência mantém a liderança da gestão imperialista pactuada que, na metade do século XX, substituiu os velhos enfrentamentos interimperialistas.

Esse predomínio persiste junto com a perda da primazia econômica estadunidense. O garantidor da ordem capitalista mantém sua função protetora das classes dominantes do planeta. Já não tem capacidade de ação unilateral, mas preserva um grande poder de intervenção. Os Estados Unidos fixam, por exemplo, as pautas do clube nuclear, que penaliza quem tenta alcançar esses recursos de forma autônoma. Também dirige as coalizões do Ocidente que perpetraram ocupações ou derrubam governos contestatórios. As agressões que Bush realizava com pretextos banais foram continuadas por Obama com modalidades disfarçadas. A lógica do subimperialismo se adapta ao apadrinhamento do Pentágono, mas adota um conteúdo adaptado aos crescentes conflitos pela primazia regional dentro da mundialização neoliberal.

Essas tensões não têm a envergadura mundial que caracterizou a primeira metade do século XX (Panitch, 2015). Apresentam uma escala limitada que não repete o que aconteceu no passado nem preparam a Terceira Guerra Mundial que, erroneamente, alguns autores anteciparam (Sousa, 2014). Os subimpérios agem para reforçar sua primazia sem envolver as grandes potências em conflagrações gerais.

Outro dado do período é a ausência de proporcionalidade entre supremacia econômica e hegemonia político-militar. Japão e Alemanha se consolidaram como dominantes no primeiro terreno e órfãos no segundo, enquanto a França e a Inglaterra protagonizaram um caminho inverso.

Como na época de Marini, os subimpérios atuais são potências regionais, tanto no plano econômico quanto no político-militar e estatal – devem reunir essas duas condições e não apenas uma delas. A presença de empresas transnacionais não é suficiente (Coreia, México, Chile), ações belicistas sistemáticas (Colômbia) ou incursões esporádicas de guerra (Argentina durante as Mal-

vinas); somente quem concentra todos os componentes do perfil subimperialista assume esse papel.

Tal como Marini apontou, a denominação comum desses países – potências intermediárias – é insuficiente para caracterizá-los, mas são nações situadas nesse estrato. Nenhuma é um país típico do Terceiro Mundo.

Atualmente, o aspecto geopolítico-militar é determinante do *status* subimperialista. Essa condição requer um grau de autonomia suficiente para remover obstáculos em favor das principais classes dominantes de cada região. A condição subimperialista, no entanto, também exige estar em sintonia com a principal potência. Esses dois traços destacados por Marini (a associação com os Estados Unidos e seu próprio poder) persistiram.

A própria denominação de subimpério indica uma elevada incidência da ação militar. Economias poderosas com exércitos reduzidos ficam excluídas dessa categoria. Por isso, os subimpérios correspondem, em geral, a países que já se desempenharam, no passado, um papel militar significativo fora de suas fronteiras. O exercício efetivo desse poder é incerto devido ao lugar vulnerável desses países na hierarquia global. Os gendarmes regionais estão corroídos por desequilíbrios agudos que contrastam com a estabilidade alcançada pelos impérios centrais. Essa fragilidade determina a transitoriedade dos subimpérios. Poucos candidatos do possível espectro conseguem materializar efetivamente essa condição (Moyo, 2015).

Extensões controversas

Em nossa reformulação, apenas alguns países – como a Turquia ou Índia – cumprem atualmente os requisitos do subimpério. São economias semiperiféricas com grande desenvolvimento intermediário, que mantêm uma estreita relação com os Estados Unidos e procuram aumentar seu domínio regional. O componente geopolítico-militar define um *status* que se encaixa em vários enunciados da teoria marxista da dependência.

Outra interpretação propõe uma visão ampliada do subimperialismo como um novo determinante de conflitos de grande porte. Essa abordagem rejeita o sentido que Marini atribuiu ao conceito e considera que o crescimento de pós-guerra reduziu a desigualdade centro-periferia e facilitou um grande desenvolvimento dos capitalismo nativos. Afirma que essa expansão gera enfrentamentos subimperialistas que recriam os clássicos confrontos interimperialistas do passado (Callinicos, 2001).

Com essa abordagem, na década passada foi postulada uma lista mais extensa de subimpérios. No Oriente Médio, Iraque, Egito e a Síria foram adicionados à Turquia e ao Irã. Na Ásia, a Índia foi acompanhada pelo Paquistão e Vietnã e, no continente negro, a Nigéria se juntou à África do Sul. Na América Latina, o Brasil foi complementado pela Argentina. Nesta interpretação, todo país com projeção regional e processos significativos de acumulação participa do universo subimperialista. Esta ampliação de conceito exacerba o impacto local do fenômeno, ressalta sua incidência regional e relativiza as conexões com a estrutura global do imperialismo.

Marini propôs um número inferior de subimpérios pela dupla marca atribuída ao fenômeno. Definiu essa condição pelas relações de associação e autonomia com as potências centrais e por ações de gendarme regional. Por isso, sua listagem excluía o Iraque, Egito, Síria, Vietnã, Nigéria ou Argentina. Seu enfoque não ampliava a presença dos subimpérios e evitava desvinculá-los da ordem mundial.

Nesse ponto de vista, havia uma implícita distinção entre subimperialistas potenciais e efetivos. Paquistão e Argentina podiam conter pretensões desse *status*, mas não conseguiam alcançá-lo. Sob governos ditatoriais, ambos os países mantinham sua estreita subordinação ao Pentágono sem desenvolver estratégias autônomas.

Em contrapartida, Marini evitava confundir aspirações subimperialistas com ações anti-imperialistas. Embora o Vietnã enfrentasse sérios conflitos com seus vizinhos, esteve envolvido na

principal guerra do continente asiático contra os Estados Unidos. Por outro lado, Egito e Síria confrontavam principalmente com Israel, que era o principal expoente dos interesses estadunidenses no Oriente Médio.

A visão ampliada do subimperialismo omite essas caracterizações indispensáveis para situar adequadamente a categoria em cada circunstância. Além disso, concebe guerras entre essas formações como uma característica da era atual. Atribui esse alcance aos conflitos armados enfrentados pela Grécia com Turquia, a Índia com Paquistão e Iraque com Irã. Supõe que essas sangrias substituem as conflagrações entre as potências centrais da era do imperialismo clássico.

No entanto, essa comparação é inadequada não apenas pela diferença de magnitude de ambos os conflitos, mas porque omite a relação que apresentam os choques regionais e o papel diretor de Washington. Embora o Iraque tenha começado a guerra contra o Irã com seus próprios objetivos, essa aventura foi favorecida pelos Estados Unidos para derrotar o regime dos aiatolás. Os subimperialistas não repetem as velhas rivalidades interimperialistas, mas se desenvolvem em um período de extinção dessas conflagrações. Os Estados Unidos não lutam mais contra o Japão pelo controle do Pacífico ou com a Alemanha pela supremacia na Europa. Eles coordenam uma gestão imperialista conjunta e, às vezes vinculada, com a ação de subimpérios regionais.

A tese ampliada exagera o poder das configurações intermediárias já que, por um lado, esquece que esses países agem indistintamente por um imperialismo coletivo liderado pelos Estados Unidos e, por outro lado, não registram que conflitos bélicos entre subimpérios tendem a ficar restritos aos limites fixados pelas potências globais.

Uma caracterização superdimensionada dos subimpérios conduz, além disso, a avaliações políticas errôneas. Por atribuir à Argentina um *status* subimperialista, a Guerra das Malvinas foi interpretada como um confronto interimperialista entre potências

de diferentes envergaduras (Callinicos, 2001). Essa visão omitiu que o pano de fundo desse conflito era a usurpação colonial de uma parte do território argentino. Nas Malvinas, não houve colisão entre um império maduro com outro em gestação. O colonialismo britânico reafirmou sua afronta à soberania do país sul-americano. A legitimidade de uma demanda nacional Argentina fica diluída na caracterização subimperialista desse país.

Incompreensão de uma categoria

Um autor crítico do subimperialismo contesta a substituição de análise classista de exploração por interpretações centradas na sujeição de países. Por um lado, questiona especialmente a existência de uma regra tripartite de opressão nacional, considerando que é falso imaginar uma exploração em cadeia da Bolívia pelo Brasil e do Brasil pelos Estados Unidos. Por outro lado, afirma que, para analisar a tensão entre burguesias para a repartição da mais-valia, não há necessidade alguma de recorrer às categorias do imperialismo (Astarita, 2010).

No entanto, essa visão atribui a Marini uma tese que ele nunca postulou. Ele jamais supôs que o subimperialismo implicava mecanismos de exploração entre países, mas sempre especificou que as empresas multinacionais lucravam com a extração da mais-valia dos trabalhadores de nações vizinhas ao Brasil. Também explicou como esse processo obedecia às contradições do capitalismo. Nesse sentido, afirmou que o processo da acumulação colidia com limites à realização do valor – limites que induziam os capitalistas a compensar desequilíbrios ultrapassando as fronteiras.

Marini também não reformulou o esquema tripartite de metrópoles-satélites postulado por Gunder Frank. Ele desenvolveu uma tese marxista singular, que tem sido mal interpretada pelas leituras antidependentistas (Katz, 2017).

No entanto, o principal problema dessa crítica ao subimperialismo é o desconhecimento do sentido geopolítico-militar do conceito, uma vez que não capta seu papel relevante na hierarquia

global prevalecente sob o capitalismo contemporâneo. Opositor supõe que basta apontar a dinâmica agressivo-concorrencial deste sistema para entender seu funcionamento, mas ignora que a caracterização é apenas o ponto de partida do problema. O capitalismo opera em escala mundial e depende de uma ordem coercitiva que requer dispositivos imperialistas. Ao omitir esses dados, desconhece como a análise do subimperialismo contribui para esclarecer as múltiplas formas atuais de opressão mundial, que constituem dispositivos indispensáveis para a reprodução do capitalismo.

O subimperialismo é uma categoria dessa ordem mundial e sua validade provém da existência de guerras e conflitos regionais. Ao esquecer essa estrutura (ou supor que não cabe ao economista avaliar esse tema), o crítico empobrece a análise aberta por Marini. Mais do que analisar cadeias de exação do excedente entre grandes, médias e pequenas economias, o subimperialismo alude ao papel geopolítico das potências regionais. Trata-se de um conceito esclarecedor da estrutura piramidal de dominadores, sócios e vassalos que sustenta o capitalismo.

Contraposição com semicolônia

Alguns autores consideram que o subimperialismo contradiz a tradicional contraposição entre o centro e a periferia. Por um lado, destacam especialmente o atraso do Brasil e lembram sua distância com as potências centrais. Por outro, consideram que o país continua submetido a uma condição semicolonial compartilhada com Argentina e México (Matos, 2009); visão que destaca, de fato, a persistência do cenário descrito pelos marxistas clássicos no início do século XX.

Ainda assim, essa abordagem desconhece a obsolescência do velho retrato de um punhado de potências sufocando indistintas periferias. Esse tipo de dominação imperialista foi substituído há muito tempo por outras submissões. Nesse sentido, as três formas típicas de subordinação do século anterior (colônias, semicolô-

nias e capitalismo dependentes) deram lugar a variedades mais complexas de estratificação que foram analisadas por um teórico marxista nos anos 1970 (Mandel, 1986).

O atraso produtivo, o rentismo agrário ou a estreiteza dos mercados não definem atualmente o *status* semicolonial de um país. Apenas indicam desigualdades de desenvolvimentos ou modalidades de inserção internacional. Essa categoria não esclarece se um país é agromineiro ou industrial mediano, também não esclarece se alcançou certo desenvolvimento do mercado interno ou se depende das exportações.

A noção semicolonial designa um *status* político e ilustra o grau de autonomia com as principais potências. Nas colônias, as autoridades são designadas pelas metrópoles e, nas semicolônias, são designadas de forma encoberta pelos centros. Atualmente, as colônias são marginais e as semicolônias persistem apenas naqueles países que sofrem subordinação total ao Departamento de Estado. Honduras é um exemplo desse tipo e o mesmo ocorre com o Haiti, mas esse *status* não vigora para o Brasil, que também é um ocupante dessa ilha. Não é lógico colocá-los no mesmo plano, esquecendo que o principal país sul-americano é membro do G20.

Devido à margem de autonomia de seus Estados, tanto Brasil e México como Argentina estão situados fora do escaninho semicolonial. Essa condição foi extinta no século passado e não reapareceu com a preeminência de governos relacionados a Washington. O Estado é administrado pelas classes dominantes locais e não por emissários da embaixada estadunidense.

É verdade que a economia brasileira depende de recursos naturais e sofre um alto grau de apropriação externa, mas essas características não definem por si mesmas o posicionamento do país na ordem global. Existem potências imperialistas com grandes reservas naturais, como os Estados Unidos, e outras com significativa estrangeirização de sua economia, como a Holanda.

Não se trata de as crises econômicas recorrentes determinarem a situação internacional de cada país. Ao contrário, muitas nações

da periferia inferior definham sem grandes turbulências periódicas e outras no centro enfrentam alto grau de instabilidade econômica.

Quem situa o Brasil no universo semicolonial destaca a diferença de produtividade ou PIB *per capita* que separa o país das economias avançadas, mas uma desigualdade semelhante se verifica com as nações empobrecidas da periferia inferior. Nesse sentido, a distância com a Nicarágua ou Moçambique é tão significativa como a existente com França ou Japão.

Marini, justamente, investigou o universo do subimperialismo para superar o simplificado lugar do Brasil na periferia do planeta. Em uma conceituação atualizada de diferentes localizações geopolíticas, corresponderia distinguir as potências dominantes dos países que apresentam graus muito diferenciados de dependência. Dessa forma, a subordinação de Honduras contrasta com a autonomia do Brasil.

Inconsistências dogmáticas

A reivindicação do conceito de semicolônia em oposição à noção de subimperialismo pressupõe a total atualidade do diagnóstico exposto por Lenin sobre o imperialismo. Essa visão se assemelha àquela adotada pela ortodoxia comunista frente a Marini nos anos 1970. Ambas desconsideram as mudanças registradas na dinâmica imperialista desde a metade do século XX.

Em nosso livro sobre imperialismo (Katz, 2011), expomos uma atualização com abordagens semelhantes a Marini. Registramos as mesmas mudanças que o pensador brasileiro intuiu no período pós-guerra em três planos: a existência de uma maior integração mundial dos capitais, ausência de guerras interimperialistas e o papel dominante dos Estados Unidos. Nesse sentido, ressaltamos a importância do mesmo processo de “cooperação hegemônica” entre as potências imperialistas. Nossa revalorização do subimperialismo se apoia nessa coincidente visão.

Alguns críticos se opõem à nossa abordagem com os mesmos argumentos que questionam a tese subimperialista. Aceitam a vi-

gência de fortes tendências à convergência entre capitais de origem nacional diferente, mas enfatizam a dinâmica contraditória desse processo. Destacam que não foram criadas classes dominantes transnacionais descoladas dos velhos Estados e consideram que esse marco gera tendências explosivas que havíamos ignorado. Não esclarecem, no entanto, qual foi a nossa omissão (Cri e Marcos, 2014).

Desde o momento em que a burguesia não forjou classes e Estados mundializados, esses desequilíbrios saltam à vista. Os opositores se limitam a expor as mesmas tensões que registramos e que coletamos de outros autores. No entanto, seu retrato desse processo é chamativo. Por um lado, aceitam a predominância de empresas multinacionais e, por outro, postulam sua irrelevância. Ressaltam a associação internacional de capitais e, ao mesmo tempo, destacam a continuidade da rivalidade. Com essa dualidade, não especificam qual é a tendência predominante.

Os opositores entendem que ambos os processos coexistem com a mesma força do passado, mas nesse caso prevaleceria uma continuidade do cenário leninista que foi alterado pela maior integração dos capitais. Exemplificam a persistência das antigas rivalidades nas disputas que atualmente opõem a Alemanha aos Estados Unidos pela gestão das crises monetárias. Afirmam que omitimos essas contradições.

Nossa abordagem, no entanto, não ignora esses choques. Simplesmente contextualiza-os num cenário de ausência de guerras entre potências. Nesse sentido, postulamos que as conflagrações que inspiraram as teses de Lenin não se verificam na atualidade, por isso ninguém imagina que possa ocorrer a repetição de conflitos armados entre Estados Unidos, França, Alemanha, Japão ou Inglaterra.

Não está claro se os críticos opinam o contrário e preveem o reaparecimento de confrontos entre os exércitos que compõem a Otan. Em vez de especificar esse diagnóstico, eles retratam as divergências suscitadas pelas cotações do euro e do dólar. Ainda assim,

é evidente que essas discrepâncias financeiras não se equiparam aos conflitos que levaram à Primeira ou Segunda Guerra Mundial.

Não basta apresentar generalidades sobre tensões interimperialistas, há que medir sua envergadura e potencial desfecho. Por isso, afirmamos que as hipóteses de reiteração do que ocorreu no início do século XX carecem de comprovação.

A tríade exerce, atualmente, uma chantagem nuclear contra terceiros que não se estende aos seus membros. Os conflitos econômicos no seio dessa aliança não se projetam à esfera militar. Ninguém quer desarmar o sistema de proteção capitalista controlado pelo Pentágono, e um eventual confronto com a Rússia ou a China tampouco repetiria conflitos interimperialistas do passado.

Em vez de abordar esses problemas, os críticos se limitam a constatar a existência de tendências opostas. Registram a maior integração mundial de capitais e, ao mesmo tempo, se opõem à dissipação das guerras interimperialistas. No entanto, com essa exposição de diversos caminhos, não avaliam as consequências de suas próprias formulações. Se há maior entrelaçamento burguês mundial e idênticas possibilidades de guerras, não se compreende a lógica da indagação.

Essa inconsistência deriva de pensar que o capitalismo contemporâneo é um decalque do que estava em vigor no século passado. Para preservar a lealdade à teoria clássica do imperialismo – com dados que modificam esse cenário – criam um nevoeiro de obscuridade. Esse ecletismo se estende à avaliação do papel estadunidense. Os críticos reconhecem o abismo de forças militares que separa a potência principal de qualquer outro concorrente, mas não deduzem nenhum corolário dessa singularidade. Destacam o esgotamento da liderança estadunidense sem compartilhar os prognósticos de substituição dessa supremacia, optam pela ambiguidade e rejeitam as teorias do declínio, bem como a tese de continuidade da primazia estadunidense.

Com esse posicionamento, eles repetem o óbvio (que os Estados Unidos não contam com a força do pós-guerra), sem explicar

por que o dólar permanece como refúgio diante das crises, as empresas ianques lideram o desenvolvimento da tecnologia informática e o Pentágono persiste como um pilar da Otan.

Para sublinhar analogias com o cenário leninista, os críticos referem-se a “vestígios kautskianos” em nossa abordagem, apontando afinidades com o “modelo ultraimperialista”. Consideram que essa visão pressupõe imaginar um “império sem desafios” na “gestão de um capitalismo estável e forte” (Chingo, 2012).

Nosso texto está cheio de dados e avaliações dos desequilíbrios gerados pelo imperialismo atual. Uma simples leitura dessas caracterizações desmente qualquer impressão de estabilidade do sistema. Nesse contexto, ordenamos essas contradições na lógica de um sistema econômico mais internacionalizado e administrado de maneira coletiva sob o comando estadunidense.

Ao contrário das abordagens dogmáticas, Lenin situava cada problema na especificidade de seu tempo. Por isso, ressaltava a peculiaridade bélica dos conflitos frente às expectativas pacifistas de Kautsky. Essa contraposição poderia ser atualizada comparando as visões anti-imperialistas com as ilusões social-democratas no intervencionismo imperialista “humanitário”.

Em vez de tentar essa aplicação, os críticos traçam uma divisória entre intérpretes da crise (eles) e teóricos da estabilidade (nós). Essa classificação carece de sentido.

Para compreender o imperialismo atual, é preciso assumir riscos analíticos, reconhecer descobertas e abandonar teses obsoletas. Nossos críticos evitam esses compromissos e são afetados pelo mal de que nos atribuem: navegar na ambiguidade. Ao reconhecer uma coisa e seu oposto, eles não fornecem sugestões sobre a dinâmica atual da opressão imperialista e seus complementos subimperialistas.

Marini delineou várias ideias para compreender esses processos. Mas como elas operam atualmente?

10. SUBIMPERIALISMO (II): APLICAÇÃO ATUAL

Os debates teóricos sobre o subimperialismo despertam interesse, mas o conceito é relevante se esclarece a realidade contemporânea. Como seria aplicado no contexto atual?

A categoria é especialmente válida para uma região com cenários prolongados de guerra, como o mundo árabe. Esses conflitos envolvem potências centrais (Estados Unidos, França, Inglaterra) e em recomposição (Rússia), junto a vários atores locais (Turquia, Arábia Saudita, Israel, Irã).

Esse conglomerado interveio em confrontos que desembocaram em uma tragédia sem limites. Nesse sentido, a responsabilidade dos Estados Unidos é óbvia: deseja a apropriação de petróleo e o controle de áreas estratégicas do comércio internacional. Seus presidentes comandaram a destruição do Afeganistão (Reagan-Carter), Iraque (Bush), Líbia e Síria (Obama). Essa devastação incluiu massacres aterrorizantes, que envolveram 220 mil mortos no primeiro país, 650 mil no segundo e 250 mil no quarto.

Nos últimos seis anos, o principal objetivo político dessa manobra foi o esmagamento da Primavera Árabe. As revoltas foram sufocadas por meio de ditaduras (Egito, Síria), retorno ao antigo regime (Tunísia), invasões (Líbia) e massacres jihadistas (Síria).

É evidente o protagonismo imperialista nessa demolição, mas os Estados Unidos não agem sozinhos, mantêm uma estreita conexão com três potências da região (Turquia, Arábia Saudita e Israel) e oscilam entre a ameaça e a negociação com outro adversário decisivo (Irã). Esses países operam como forças subimperialistas?

O protótipo principal

O conceito se encaixa perfeitamente com a Turquia, que interveio na recente guerra na Síria, seguindo todas as regras do subimperialismo. O governo de Erdogan procurou derrubar seu antigo rival Assad para assumir uma liderança regional em aliança com a Irmandade Muçulmana.

Diante da derrubada de seu sócio no Egito e do perigo de criação de um Estado curdo, o presidente turco realizou uma guinada espetacular. Ele se juntou ao bloco de russos e iranianos que apoiam o regime sírio. Como não conseguiu a primazia no afastamento do seu adversário, optou por sustentá-lo. Essa guinada ilustra como a Turquia implementa sua estratégia de hegemonia regional. Seus governantes acumulam grande experiência nesse tipo de manobras e combinam a associação com o distanciamento dos Estados Unidos.

A Turquia é membro da Otan e mantém uma fluida conexão com o Pentágono. Abriga uma base militar com ogivas nucleares apontadas para a Rússia e enviou tropas para operações no Afeganistão, Iraque e Somália.

No entanto, os governantes do país nunca agem como simples polícia regional, mas sustentam apetites expansivos de longa data. Por isso, eles invadiram e ocuparam o Chipre. A estratégia de ressurgimento neo-otomano não é uma fábula nostálgica. Inspira um projeto de hegemonia regional.

Essa pretensão é baseada em tradições despótico-estatistas recriadas pela tutela militar. Ao contrário da América Latina ou do sul da Europa, na Turquia o fim da ditadura não diminuiu o peso dominante do Exército na estrutura política. Essa incidência é um componente decisivo da pressão subimperialista.

Com esse belicismo, se busca manter a taxa de crescimento que consolidou o perfil econômico intermediário do país. As corporações de origem turca operam desde os anos 1980 em vários países por meio de acordos de livre comércio.

Essas características tornam apropriada a qualificação de subimperialista que um autor utiliza para retratar o perfil do país

(Çağlı, 2009). A política expansionista parece endurecer mais com a fração política islâmica da burguesia (Rabiismo) do que com o velho segmento atlantista (Kemalismo). O primeiro setor não perdoa o segundo pela submissão ao Ocidente em detrimento da identidade sunita. Por isso, eles tentam comandar agora um projeto de islamização regional (Savran, 2016). O perfil subimperialista da Turquia inclui a opressão histórica de várias minorias nacionais. Especialmente, os curdos são vítimas de uma ordem autoritária que exige supremacia total de uma única língua, raça e idioma.

O mesmo aconteceu com o genocídio armênio perpetrado no final da Primeira Guerra Mundial para construir um Estado homogêneo. A negação desse massacre faz parte da nacionalidade imaginada na constituição da Turquia. É uma base para o projeto de restauração neo-otomana (Batou, 2015).

O caráter subimperialista da Turquia também é verificado em uma disputa persistente com o Irã, que recria antigas rivalidades com o império persa. Essa competição orienta a política externa do país e tem sido determinante da intervenção na Síria. No entanto, a esse tradicional conflito se somou outro inesperado concorrente com aspirações hegemônicas.

Um ensaio aventureiro

As pretensões subimperialistas da Arábia Saudita têm sido muito visíveis na guerra da Síria. A monarquia liderou o apoio aos jihadistas para derrubar Assad, e seu regime criminoso é a principal referência dos fundamentalistas. O reino disputa hegemonia com o Irã recorrendo a uma antiga oposição entre sunitas e xiitas, que resultou em 1 milhão de mortes na guerra entre o Iraque e o Irã. Não tolera a posição relevante conseguida por seus adversários nos governos que sucederam a Saddam Hussein e exige, também, a submissão de todos os habitantes xiitas da península arábica que lideraram os protestos da Primavera Árabe (Jahanpour, 2014).

Para se constituir como uma força subimperialista, os sauditas têm atuado com grande autonomia militar, primeiro em Barhein

e depois no Iêmen. Eles comandam uma escalada terrível de massacres nesse enclave estratégico e, embora aproveitem a importante colaboração da Inglaterra e da França, desenvolveram a maior parte das operações de guerra por conta própria.

Seguindo um princípio básico do subimperialismo, a Arábia Saudita mantém uma estreita relação com o Pentágono. É um grande cliente na compra de armas, e seu poder financeiro sustenta o dólar como moeda mundial. No entanto, após muitos anos administrando uma renda colossal, os monarcas construíram um poder próprio que gera vários conflitos com Washington: o petróleo é uma área de controvérsia. Os Estados Unidos aumentaram seu abastecimento interno, reduziram a dependência de fornecedores, usaram o preço baixo do combustível como um instrumento de pressão sobre a Rússia e o Irã e afetaram os negócios sauditas.

Os monarcas têm respondido com certa ambivalência. Por um lado, garantiram a queda de preço para obstruir a vulnerável rentabilidade da produção estadunidense (extração com xisto). Por outro, priorizaram a convergência com os Estados Unidos para disciplinar a Opep e enfraquecer Teerã. As novas aspirações subimperialistas se nutrem dessa gestão dos recursos petroleiros.

O principal marco saudita na consolidação de uma força própria tem sido o apadrinhamento dos jihadistas. Os monarcas protegem e financiam uma variedade de grupos terroristas que desestabilizam o Ocidente. Essas organizações aperfeiçoaram o terrorismo talibã que os Estados Unidos promoveram há várias décadas para expulsar a União Soviética do Afeganistão. Formam redes que as potências ocidentais usam para destruir os regimes adversários do mundo árabe. Essa demolição tem servido para sepultar os vestígios de laicismo e da modernização cultural que despontavam nessas sociedades.

No entanto, os fundamentalistas acabaram forjando uma força transfronteiriça que se alimenta do ódio gerado pelas destruições imperialistas. Eles prometem uma regeneração social fundamentada em normas estritas de autenticidade religiosa, cujos princípios in-

cluem alcançar o paraíso por meio da imolação suicida. Seguindo as diretrizes de Bin Laden, os diferentes grupos tendem a desenvolver ações autônomas que escapam ao controle de seus criadores.

A Arábia Saudita preserva essas organizações para sustentar suas metas de hegemonia, mas o futuro do reino é muito incerto. Vários estrategistas do Departamento de Estado avaliam a conveniência de acabar com o fundamentalismo neutralizando a própria monarquia, inclusive promovem a balcanização da Arábia Saudita para transformar esse país em uma coleção de impotentes mini Estados (Katz, 2017).

Os xeiques garantiram a pulverização dos adversários seculares do Ocidente, mas seu regime retrógrado deteriora as alianças com as vertentes liberal-conservadoras, mais subordinadas aos Estados Unidos. Esse conflito retrata a tensão potencial gerada pela evolução subimperialista dos sauditas (Petras, 2014).

Uma reconstituição incerta

O Irã confirma o *status* mutável do subimperialismo. Marini incluiu esse país em sua classificação quando Xá Pahlevi atuava como potência regional, em sociedade com o Pentágono contra a URSS. O regime teocrático que substituiu a monarquia não apenas deixou de exercer ambas as funções, como também entrou em choque com os Estados Unidos de forma muito aguda. Sua intervenção recente na Síria ratificou essa confrontação, bem como ilustrou o modo como os aiatolás sustentam o regime de Assad para reforçar sua hegemonia no Iraque e combater o assédio saudita no Iêmen. Eles participam nesses conflitos com armas, assessores e alguma mobilização de forças regulares. Sua ambição regional se verifica no recrutamento de xiitas para disputar a liderança com seus adversários sunitas em todo mundo árabe (Behrouz, 2017).

O Irã negocia diretamente com as grandes potências. Permitiu à Rússia incursionar a partir de seu território contra os jihadistas, mas mantém abertas as negociações nucleares iniciadas com Obama. Após várias décadas de isolamento econômico, o regime aceita

o desarmamento parcial em troca de investimentos ocidentais e faz gestões por um lugar protagônico nos gasodutos projetados pelas empresas petrolíferas (Armanian, 2016).

Os parceiros privilegiados do capitalismo iraniano serão definidos na intensa batalha interna travada pela ala pró-ocidental (Rohani) com a vertente tradicionalista (Jamenei). Todos buscam desativar um descontentamento reformista que ameaça a supremacia dos teólogos e militares na administração do governo.

Os Estados Unidos tentaram destruir o Irã por meio de guerras, sabotagens e embargos. Obama tentou uma rodada de negociações, mas o encaminhamento dessas tratativas é incerto. Todos conhecem a capacidade potencial do Irã de reconstituir sua incidência como um grande jogador subimperialista.

A rivalidade nesses termos mantida pela Turquia, Arábia Saudita e Irã não se estende a outros países como o Egito, cujas ambições foram diluídas pelo acúmulo de derrotas sofridas contra Israel. Essas frustrações levaram à submissão total ao Departamento de Estado.

O Oriente Médio é uma área de tensões subimperialistas pela continuada predominância de sociedades instáveis. Todos os países carregam as frustrações geradas pelo fracasso de modernização secular. Persistem os poderes militares autocráticos associados ao mundo dos negócios, que usam a religião para legitimar sua dominação (Amin, 2011).

Nesse cenário, os subimpérios tradicionais (Turquia), novos (Sauditas) e em recomposição (Irã) disputam supremacia. Os Estados Unidos se aproveitam desses conflitos sustentando, periodicamente, uma subpotência contra a outra. Busca desgastar a todos para manter um equilíbrio de poder. Nessa ação maquiavélica, o imperialismo central remodela seu próprio controle sobre aliados e oponentes.

Apêndices coimperiais

Entre os sócios dos Estados Unidos que desenvolvem interesses próprios, Israel foi catalogado por Marini como um subimpério.

Certamente apresenta muitas características desse tipo, mas tem mais semelhanças com os países organicamente integrados ao imperialismo coletivo. Este último grupo opera como uma prolongação direta dos centros e seria apropriado atribuir-lhe outra denominação: mais que sócios, eles são apêndices dessa estrutura.

A afinidade desses países com seus irmãos maiores induz à identificação como “províncias externas” dos Estados Unidos (Amin, 2013), “imperialismos secundários” (Bond, 2015, p. 15-16) ou “mini impérios” (Petras, 2014). Esse desempenho assemelha-se a Israel com o Canadá e a Austrália. Nos três casos, prevalece uma adaptação contemporânea à gestão imperialista. Não são velhas potências subordinadas de maneira silenciosa (Inglaterra) ou conflitante (França) com o líder estadunidense. Nem passaram por experiências anteriores de ambição global (Alemanha, Japão) ou preponderância colonialista (Espanha, Portugal, Holanda).

Israel, Canadá e Austrália ocupam um lugar central na custódia da ordem global. Por sua total amálgama com o Pentágono e a Otan, não participam do conglomerado subimperialista. Tanto na coordenação econômica como na ação política e na coerção militar, os três países atuam mais como prolongamentos do que como associados dos Estados Unidos. Compõem Estados que nunca demonstraram grande autonomia nem se envolveram em conflitos que caracterizam os subimpérios. Remodelam suas ações em consonância com seu tutor e garantem, em escala regional, os mesmos interesses que os Estados Unidos asseguram em escala global.

Essa articulação com o poder estadunidense tem uma base histórica no legado comum de sociedades gestadas por colonos de pele branca. Compartilham a mesma herança de racismo, extermínio de povos originários, ocupação de terras alheias e preconceitos ideológicos eurocentristas.

Essa afinidade de Israel, Canadá e Austrália facilita um domínio de políticas explicitamente pró-ocidentais, que não são se verifica na Turquia, Arábia Saudita ou Irã.

Por essas razões, Israel não cumpre no Oriente Médio funções equivalentes aos seus concorrentes. Atua como um expoente de um *lobby* sionista, diretamente ligado ao aparato estatal estadunidense. Essa diferença qualitativa o separa de outros sócios da América do Norte na região.

Embora a Turquia tenha bases da Otan, o Egito seja o grande receptor de armamentos ianques e a Arábia Saudita seja um apoio financeiro do dólar, Israel conta com privilégios que a principal potência não estende a nenhum outro aliado. A origem dessa preferência é a afinidade dos Estados Unidos com o colonialismo tardio de Israel. Esse país recria todos os mecanismos da opressão ocidental. Promove a anexação territorial, a democracia de exclusão, a expulsão da população autóctone e a criação de uma massa de refugiados. Em nome da reparação histórica do holocausto, exerce o terrorismo de Estado nos territórios ocupados (Katz, 2007).

A integração israelense ao poder estadunidense se fortaleceu após várias guerras com vizinhos árabes. Mantém igualmente conflitos recorrentes com o Departamento de Estado. O belicismo sionista garante o controle imperialista da região, mas obstrui a flexibilidade da política externa ianque. Destroi mercados e possíveis aliados, impõe guerras adicionais e gera problemas na questão do petróleo.

Essas tensões alcançaram um ponto crítico na última fase do governo Obama. Em aliança com os republicanos, Netanyahu contestou, em termos inéditos, o acordo com o Irã. Israel agora tenta a captura completa da Cisjordânia para liquidar a farsa dos dois Estados. Com esse objetivo, incentivou a destruição de um adversário sírio que abrigou os palestinos. O governo israelense não aceita perder o monopólio atômico regional frente às instalações construídas pelos aiatolás e boicota o acordo assinado para dismantelar essas estruturas.

O *status* de Israel será modificado por essas tensões? Substituirá o seu papel de apêndice estadunidense para um papel semelhante

aos subimpérios? É uma possibilidade derivada do caráter variável dessas configurações. O Irã é um exemplo dessas mudanças, mas a trajetória de Israel induz o país a uma permanência em sua condição de prolongamento imperialista.

Contraponto de situações

A Austrália é outro caso de uma junção total com as potências centrais. Alguns estudos usam o termo “coimperialista” para definir esse posicionamento (Democratic, 2001). Ela desenvolveu essa função, desde os serviços que prestou à Grã-Bretanha para bloquear a entrada de rivais (Alemanha, Japão e França) a uma área remota do Pacífico.

Posteriormente, a Austrália recriou todas as formas de imperialismo tradicional e consolidou a primazia da ação militar, do chauvinismo e da ideologia racista. Esse acervo opressivo permitiu-lhe integrar-se à política militar estadunidense para desempenhar um papel contrarrevolucionário na Coreia, China, Vietnã e Indonésia. Nos últimos anos, assumiu um papel policial no Timor e facilitou as iniciativas promovidas pelos Estados Unidos em detrimento de Portugal.

Nesse papel de custódia imperialista, a Austrália também garantiu a presença de suas empresas. Exportou capital e se transformou em um grande artífice do capitalismo no Pacífico. Na última década, protagonizou outra reconversão e retomou sua especialização na exportação dos minerais necessários à industrialização asiática. Essa sucessão de mudanças foi conseguida remodelando seu *status* coimperialista.

O Canadá é um caso semelhante de alta participação em incursões militares externas. As empresas do país consolidaram, além disso, uma forte integração com os Estados Unidos. A contrapartida desses negócios tem sido um vínculo maior com as demandas dos Pentágono.

Israel, Austrália e Canadá, portanto, não se ajustam ao significado que Marini atribuiu ao subimperialismo.

A aplicação desse conceito poderia, em vez disso, se estender à Índia, que desempenha um papel semelhante à Turquia em sua zona de influência e mantém uma relação análoga de associação, autonomia e dependência com os Estados Unidos. A localização da Índia no escaninho subimperialista é congruente com a onipresença regional de seu Exército, que intervém ativamente na convulsão do Sri Lanka, nas tensões em Bangladesh e nos conflitos com o Nepal. Suas Forças Armadas continuam a agir na Caxemira ao longo de quatro guerras com o Paquistão, presença que se verifica em disputas fronteiriças com a China. Após o choque militar de 1962, persiste a indefinição do futuro do Tibete. O Exército também cumpre um papel central frente à onda de terror talibã em um contexto de grande opressão das minorias muçulmanas.

O perfil subimperialista da Índia se percebe nas reviravoltas de suas classes dominantes, que adotaram o credo neoliberal após o colapso da URSS e aproveitaram a cumplicidade do Exército paquistanês com o Talibã para reforçar sua confluência com os Estados Unidos.

Esse enorme protagonismo geopolítico da Índia diferencia o país de outras economias semiperiféricas. Suas reivindicações regionais expansivas se corroboram no plano da ideologia e religião (Morales, 2013). Tanto a Índia como a Turquia ilustram modelos de subimperialismo que não se aplicam a Israel, Canadá ou Austrália.

Peculiaridades de outra potência

É intuitivamente evidente que a Rússia difere dos subimpérios. Não é colocada nesse escaninho por aqueles que destacam essa característica nos Brics, já que todos percebem que é uma configuração de outra espécie. Não exerce o papel de gendarme complementar que caracteriza os subimpérios, mas é uma potência militar em conflito contínuo com os Estados Unidos. Durante a maior parte do século XX, também abrigou um sistema não capitalista conflitivo com qualquer forma de imperialismo contemporâneo.

A Rússia enfrenta uma inserção econômica internacional vulnerável (Dzarazov, 2015), que se baseia no extrativismo e exploração extensiva dos recursos naturais e que ainda não superou a crise demográfica e a estagnação industrial que sucedeu ao colapso da URSS. Exporta matérias-primas e preserva uma indústria pouco competitiva. Os oligarcas que se apoderaram das propriedades estatais investem pouco, especulam nos mercados financeiros e protegem grande parte de suas fortunas no exterior.

Após a experiência devastadora do neoliberalismo extremo liderada por Boris Yeltsin, a restauração capitalista foi remodelada com uma gestão autoritária. Putin reintroduziu o controle estatal, limitou o saque e recuperou a importância militar do país. Essa reconstituição incluiu a reivindicação do patriotismo russo e um retorno à proteção nas áreas de fronteira (Presumey, 2014).

O colapso da União Soviética precipitou a separação de 14 repúblicas não russas e o ressurgimento de conflitos com outras 21 nações que ocupam 30% do território. A permanência dessa vizinhança sob a égide de Moscou é a prioridade geopolítica do Kremlin. Esse controle se reavivou sob forte pressão do Ocidente. Com a Segunda Guerra Chechena (2000), a resposta militar na Geórgia (2008) e a reintegração da Crimeia (2014), Putin pôs um freio à pretensão estadunidense de converter a Rússia em um vassalo.

Essa atitude defensiva frente ao imperialismo – junto a uma conduta ofensiva para com os vizinhos – explica o peculiar posicionamento externo da Rússia, que se assemelha aos subimpérios na busca da supremacia regional, mas sofre um assédio estadunidense que o distancia dessa condição. A Rússia combina a proteção de suas fronteiras com ambição de forjar uma estrutura própria de dominação.

Essa contradição difere dos dilemas enfrentados pela Turquia, Arábia Saudita ou Índia. Ao contrário desses, a Rússia não mantém uma relação de associação e autonomia com os Estados Unidos, mas uma tensão estrutural de grande alcance.

Por isso, a categoria subimperialista não se encaixa. As classes dominantes aspiram a um *status* mais significativo apesar do caráter embrionário desse desejo.

Império em formação

A fórmula que melhor se ajusta ao perfil atual da Rússia é a de império em formação, pois implica a preeminência de um processo muito incompleto e provisório. Poderia também se utilizar outras denominações como semi-império, pré-império ou protoimpério. Este último conceito refere-se a uma formação já contida na estrutura atual. É semelhante à protoindustrialização (fabricação doméstica) que antecipou a manufatura nos inícios do capitalismo.

Alguns analistas consideram que a Rússia é um império consumado que desenvolve comportamentos de grande potência em enfrentamentos com seus rivais (Pozo-Martin, 2015), mas omitem registrar que não se trata de um confronto entre pares. Há um abismo de poder entre a Rússia e seus rivais do Ocidente.

A descrição do país como um império já estabelecido destaca um histórico de colonização interna, tanto no período feudal como na era soviética e na atualidade (Kowalewki, 2014). Ainda assim, é questionável afirmar que a Rússia é um império, porque já o era anteriormente. Nesse sentido, se esquecem das enormes mutações registradas ao longo de tantos séculos.

É particularmente problemático supor que, por 70 anos de regime não capitalista, perdeu esse fio de continuidade imperialista. Com esse critério, se dilui a definição desse *status* em relação aos regimes sociais em vigor em cada momento. Não se entende com que interpretação de imperialismo são traçadas equivalências entre o império tsarista, soviético e contemporâneo.

No lado oposto dessa caracterização, se encontra a apresentação da Rússia como um farol anti-imperialista contemporâneo (Escobar, 2014), uma abordagem que geralmente inclui elogios a Putin como um condutor lúcido da resistência aos Estados Unidos. Essa descrição repete o raciocínio da velha ortodoxia comunista,

esquecendo que a URSS desapareceu. A Rússia está governada atualmente por capitalistas que priorizam seu próprio bem-estar e enfrentam tensões com os Estados Unidos da perspectiva de uma potência opressiva emergente.

A inimizade do Ocidente não faz o governo russo defensor dos despossuídos. É totalmente válido focar os canhões no inimigo principal, mas é ingênuo embelezar um império nascente. Equiparar a Rússia aos Estados Unidos é tão errado quanto contrapô-los, imaginando antagonismos definitivos entre formações capitalistas. Um império em gestação e outro dominante não são a mesma coisa, mas também não se posicionam em polos opostos.

O *status* da Rússia é esclarecido por meio da análise de sua relação com as potências centrais e sua vizinhança. Os critérios expostos por Lenin no início do século XX não resolvem esse problema e sua aplicação esquemática leva a raciocínios abstratos. Alguns autores afirmam, por exemplo, que a Rússia não é imperialista devido ao papel reduzido dos bancos internacionais e das exportações de capital (Annis, 2014). Outros entendem que sim, é imperialista devido à influência de monopólios e investimentos externos (Slee, 2014). No entanto, o líder bolchevique usava esses parâmetros para definir as peculiaridades de uma etapa do capitalismo. Ele não pretendia classificar os países. Com ordenamentos atados a essas características, uma potência do século passado, tão aguerrida como o Japão, ficaria excluída do clube imperialista.

A Rússia atua como um império em construção. Seu comportamento no recente conflito na Ucrânia confirma esse perfil. Os Estados Unidos aproveitaram a onda de protestos contra o governo autocrático daquele país para favorecer o ataque direitista de uma revolta e induzir um golpe de Estado. Desse modo, pretendeu transformar a Ucrânia em um satélite da Otan para consolidar o cerco de mísseis que estabeleceu na Polônia, Estônia, Letônia e Lituânia (Rozhin, 2015). Putin respondeu com a assimilação da Crimeia e consolidou a resistência no Leste ucraniano (Donetsk)

contra o governo reacionário de Kiev, mas bloqueou as ações autônomas e radicais daqueles rebeldes (Kagarlisky, 2015).

O que aconteceu mostrou como Obama tentou enfraquecer a Rússia para quebrar qualquer aliança autônoma com a Europa. Também mostrou que Putin resiste a esse ataque para reconstruir a hegemonia regional do país. O Departamento de Estado usou seus agentes em Kiev e o Kremlin respondeu com jogadas de força na Crimeia e na Síria. O imperialismo central e seu rival em formação ratificaram sua natureza nessas batalhas.

Outra variante em gestação

Da mesma forma, a China poderia ser caracterizada como um império em construção. Esse aspecto é verificado observando-se como a passagem de um regime burocrático a outro capitalista modificou a política externa do país. Já é uma potência embarcada em projetos de alcance global (Rousset, 2014).

Esse caráter mundial – e não apenas regional – da estratégia seguida pelo gigante asiático induz acertadamente rejeitar sua classificação dentro do conglomerado subimperialista (Luce, 2015). A aplicação do conceito é inadequada, nesse caso, devido à tensão estrutural que o país mantém com os Estados Unidos. Nesse plano, assemelha-se à Rússia e difere da Turquia ou Índia. A potência oriental não integra a Otan, e, sim, é hostilizada pelo Pentágono. Não faz parte da ordem imperialista atual, mas rivaliza com essa estrutura. Por essa razão, se perfila como um império em gestação e não como outro elo do circuito subimperialista.

Apesar de sua avassaladora presença econômica, do peso de suas exportações e da magnitude de seus investimentos estrangeiros, a China ainda não é uma potência imperialista. Em algumas regiões – como África –, se apropria de recursos naturais e endivida as economias insolventes. Ainda assim, não age como um império.

Alguns pensadores acreditam que repetirá a trajetória do Japão e Alemanha, que no passado buscaram saídas externas para suas dificuldades de crescimento interno (Dockés, 2013).

No entanto, essa visão não registra o rumo inverso que a China tomou, aprofundando sua expansão global a partir de uma integração pré-mundialização. Esse modelo não se aplicava no início do século XX, quando o Japão e a Alemanha competiam com os Estados Unidos ou a Inglaterra sem compartilhar associações econômicas com seus rivais.

A China é protagonista da mundialização, mas tem pouco desenvolvido o elemento geopolítico-militar do imperialismo que a Rússia desenvolveu. Administra o segundo produto bruto do planeta, é o primeiro fabricante de produtos industriais e recebe o maior volume de recursos do mundo. Contudo, essa importância econômica não tem correlação militar. O gigante oriental traz deficiências na modernização de suas forças armadas, não participa de alianças bélicas e carece de bases no exterior. O passado colonial ainda pesa na separação de Taiwan e na reintegração parcial de Hong Kong (Loong Yu, 2015).

Até agora, o emergente asiático implementa estratégias defensivas, especialmente em seu principal canal de abastecimento (Mar da China). Ao contrário da Rússia, ela não ensaia respostas militares – tipo Geórgia ou Síria – frente à hostilidade estadunidense, mas mantém um perfil discreto e evita confrontos. Essa autorrestrição da China corresponde ao perfil cultural de um gigante que chegou tarde ao mercado mundial. Com uma língua de uso puramente interno, limita-se a copiar a gestão transnacional das empresas. No entanto, sua política externa não tem nenhum parentesco com a imagem angelical de uma potência empenhada em forjar relações internacionais equitativas (Escobar, 2015). Essa visão omite que o país age com parâmetros capitalistas que excluem a equidade e a cooperação.

A China não inventa capitalismo benevolente nem pretende recuperar sua antiga primazia durante o primeiro milênio. Expande-se com regras de opressão capitalista que não existiam naquele longínquo antecedente.

A combinação da relevância econômica e estreiteza geopolítica que a China enfrenta gera diferentes prognósticos. Alguns pensam

que continuará uma trajetória ascendente, fortalecendo sua aliança com a Rússia para tirar proveito do declínio ocidental (Zibechi, 2014). Outros consideram que o país já está muito integrado à economia global e continuará a acumular dólares ou títulos do tesouro para manter o modelo exportador (Hung, 2015). No entanto, como potência não substitutiva dos Estados Unidos, deverá lidar com as tensões de uma integração econômica minada por rivalidades políticas.

As vacilações do *establishment* estadunidense frente a China ilustram o desconcerto que provoca essa indefinição de rumos. O *status* imperialista do país é uma incógnita do mesmo tipo.

Brasil subimperialista atualmente?

O Brasil foi o principal modelo de Marini para caracterizar os subimpérios. Esse conceito se encaixa na realidade atual? Não há dúvida de que o país mantém seu *status* de economia intermediária. Esse posicionamento persiste devido ao tamanho e importância de seus mercados. Em 2005, retirou o México do topo regional e, em termos absolutos, seu PIB chegou a ocupar o sexto lugar no mundo.

Essa incidência também se verifica no papel das multinacionais. Existem 11 empresas de origem brasileira entre as 100 principais empresas globais e os investimentos no exterior passaram de 0,1% (1970) para 2,3% (2006) do total global. As grandes empresas se especializaram em recursos naturais (Gerdau, Vale, Petrobras, Votorantim), construção (Odebrecht, Andrade Gutiérrez) e engenharia (Marcopolo, Sabó, Embraer, WEG, Tigre), contam com o apoio de um grande banco estatal (BNDES) e tiveram desempenho superior ao seus pares da Argentina ou do México (Bueno e Seabra, 2010).

No entanto, a economia brasileira difere do perfil apresentado nos anos 1960 e 1970. Nas últimas décadas, reapareceu a especialização em exportações básicas junto a um retrocesso significativo na indústria. Essa regressão coexistia com o crescente endividamento

do Estado. Os bancos e o agronegócio recuperaram a primazia sobre os industriais no bloco das classes dominantes.

O Brasil perdeu a aura de uma economia industrial ascendente. Os países asiáticos, transformados em oficinas do mundo, monopolizaram essa função. O declínio fabril brasileiro é muito relevante para um diagnóstico subimperialista nos termos de Marini. O pensador marxista atribuiu essa condição a incursões externas derivadas do crescimento industrial. Se essa esfera declina, o *status* do país é recolocado na perspectiva da dependência.

Em nossa atualização, a dimensão econômica não é tão relevante como o papel geopolítico na caracterização de um subimpério. O Brasil consolidou, nesse sentido, sua relevância internacional. Faz parte dos Brics, atua como principal diplomacia diante de qualquer crise regional, é o interlocutor prioritário do Departamento de Estado e aspirava a um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

No entanto, também se confirmou a ambivalência de seus governos para liderar processos de integração econômica e formação de blocos regionais. Nas últimas décadas, todos os presidentes vacilaram entre duas estratégias sem definir nenhuma. Não avançaram em sua inserção multilateral própria nem em liderar uma presença sul-americana autônoma.

As dúvidas no primeiro campo levaram a interromper a promoção de uma moeda comum na região, bloquear a implementação do Banco del Sur e frustrar a gestão coordenada de reservas acumuladas pela região. O Mercosul foi formalmente propiciado sem qualquer acompanhamento prático. Nesse sentido, houve muitas declarações, mas poucas iniciativas eficazes.

Como a expansão da agroexportação do Brasil foi consumada, em grande medida, fora da vizinhança, o interesse pelo resto do mundo prevaleceu em detrimento da América do Sul. Desse modo, o banco dos Brics despertou mais atenção do que o Banco del Sur e a participação na carteira do Fundo Monetário Internacional (FMI) foi ampliada às custas da articulação financeira

latino-americana. Este divórcio entre interesses globais e regionais diluíram o perfil geopolítico do país.

Comparado à época de Marini, o Brasil fortaleceu sua autonomia frente aos Estados Unidos, uma vez que participa de organizações distanciado da submissão tradicional à Organização dos Estados Americanos (OEA) – como União das Nações Sul-Americanas (Unasul) ou Comunidades de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) –, mas essa expansão da própria ação não se traduziu em ações subimperialistas.

A ambiguidade do Brasil também é verificada no âmbito militar. Os governos optaram pelo rearmamento para proteger os recursos naturais. Modernizaram navios, aviões e sistemas de detecção para resguardar as fronteiras e proteger a Amazônia, mas implantaram uma única incursão externa, com a ocupação do Haiti. Coordenaram essa operação com os Estados Unidos para cumprir as mesmas funções policiais que anteriormente eram exercidas pelos *marines*. Longe de fornecer ajuda humanitária, contiveram revoltas e asseguraram a ordem semicolonial. O caráter reacionário dessa invasão salta à vista, mas seu carimbo subimperialista é controverso. O Brasil liderou um pelotão latino-americano composto por países como o Uruguai, que ninguém poderia situar nesse *status*. O subimperialismo não é definido pela simples participação em operações internacionais de custódia da ordem capitalista. Certamente, o Brasil lidera a legião que intervém no Haiti, mas Marini não caracterizou o subimperialismo pela presença bélica em ações orquestradas pelo Pentágono, é por isso que ele não aplicou o termo à intervenção brasileira na Segunda Guerra Mundial. Sua tese teve como objetivo destacar ações específicas da classe dominante para reforçar o lucro das multinacionais, o qual se aplica muito parcialmente ao caso do Haiti.

O espaço do Brasil para implementar políticas subimperialistas na conjuntura atual é estreito. A retirada da Dilma foi consumada por um tripé de parlamentares corruptos, juízes e a mídia, substituindo os militares na instrumentação de levantes reacionários.

Estenderam ao Brasil o novo tipo de “golpes brandos” que o *establishment* efetivou anteriormente em Honduras e Paraguai. Essas ações para-institucionais comprometem a estabilidade exigida para implementar estratégias subimperialistas. A restauração conservadora marcada pelo alinhamento total com o Departamento de Estado é apenas um presságio de um período prolongado de crise.

Comparações com outros casos

Se compararmos o nível de intervenção militar externa da Turquia com o Brasil, é óbvio o abismo de ingerência verificado nos dois casos. Como o primeiro país oferece um modelo de intervenção subimperialista atual, se torna forçado estender essa caracterização à nação sul-americana. O mesmo contraponto poderia ser estabelecido com a Índia.

Vale lembrar que o Brasil não possui tradições centenárias de opressão nem desenvolveu ações bélicas sistemáticas fora de suas fronteiras. Manteve uma subordinação conservadora frente às potências mundiais sem incursionar, por exemplo, no tipo de aventuras perpetradas pelos militares argentinos nas Malvinas.

Nas últimas décadas, o gendarme mais ativo da América do Sul tem sido a Colômbia. Sob o pretexto de combater o narcotráfico, o Pentágono instalou seis bases e treinou uma força armada que protege paramilitares, ameaça a Venezuela e espia todos os vizinhos. Esse Exército – liderado por *marines* e incorporado à Otan – é o principal repressor da região, mas não constitui um pelotão subimperialista. Carece de autonomia necessária para atuar nesse sentido e responde a uma classe dominante sem projetos de supremacia regional. A Colômbia se encontra muito mais distante que o Brasil em qualquer classificação subimperialista.

A recente evolução do Brasil apresenta semelhanças com a África do Sul. A principal economia do continente negro desenvolveu, durante a maior parte do século XX, uma intervenção ativa em seus arredores para expandir os negócios das empresas localizadas em Johannesburg e combater as rebeliões anticoloniais. O termo

subimperialismo foi apropriadamente utilizado para qualificar essa estratégia do *apartheid*. O sistema racista de opressão interna operou de forma nítida como uma força contrarrevolucionária externa e, também, apresentou muitas semelhanças ao prussianismo militar descrito por Marini (Bond, 2005).

No entanto, assim como no Brasil, o problema aparece no momento de atualizar essa caracterização. A tese subimperialista poderia ser mantida se for priorizada a expansão das empresas sul-africanas sob o neoliberalismo pós-*apartheid*.

Os governos desse período têm sido abençoados pelo FMI. Eles cooptaram as novas elites negras para implementar políticas conservadoras que aumentam a desigualdade social, o endividamento e o saque dos recursos naturais da vizinhança da África do Sul. O domínio financeiro e a predominância de empresas de mineração de Johannesburgo são muito visíveis no Congo e Angola (Bond, 2016). Nesse caso, se verifica uma analogia com as transnacionais brasileiras.

No entanto, com a extinção do *apartheid*, desapareceu a intervenção militar externa explícita das tropas desse regime. Da mesma forma, não perduraram ataques laterais como os implementados pelo Pentágono. A descarada intervenção do imperialismo francês em suas antigas colônias não tem um correlato na África Austral.

A herança legada pelo regime racista impede governos sul-africanos de utilizar a força militar explícita fora de suas fronteiras. Esse recorte de margem da ação bélica externa torna o termo subimperialista pouco aplicável à principal economia do continente negro. Como o Brasil, a África do Sul persiste como um subimpério apenas em potencial. Confirmando o perfil variável dessa categoria, não cumpre esse papel atualmente.

Controvérsias na aplicação

A influência contínua das empresas transnacionais que operam a partir de São Paulo é destacada na caracterização subimperialista atual do Brasil (Luce, 2015). Esse ponto de vista lembra que,

durante a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), grandes empresas novamente buscaram compensações externas às limitações do poder de compra local. O aumento do consumo doméstico não diluiu a necessidade de mercados estrangeiros.

As multinacionais se aventuraram em negócios lucrativos na América do Sul, geraram conflitos no Paraguai e no Equador, e compraram ativos na Argentina. Lula e Dilma agiram como lobistas dessas empresas, aperfeiçoando a mediação diplomática do Itamaraty. No entanto, esse expansionismo não determinou um perfil subimperialista. Nenhum governo do novo século recorreu a uma supremacia militar ou à pressão geopolítica explícita para sustentar essas empresas. Apelaram à mediação nos conflitos que essas empresas tiveram com os governos radicais da Bolívia e Venezuela. Essa atitude contrasta com as posturas dos governos militares da época de Marini (Martins, 2011).

Outro contraponto entre os dois períodos se destaca na solvência dessas empresas. A expansão do passado tem sido sucedida pela deterioração que veio à tona com a crise da Odebrecht. Lula atuava como advogado dessa empresa em seus desarranjos externos e Temer enfrentou um mega escândalo de corrupção. Odebrecht usou um colapsado sistema internacional de suborno para ganhar licitações. Vários concorrentes estrangeiros querem se apoderar agora dos negócios da empresa-emblema brasileira. As limitações para sustentar o flanco geopolítico do subimperialismo começam a se estender para a órbita econômica.

Alguns autores consideram que a diferença estrutural entre os dois planos marcou a história do país. Eles ressaltam que o Brasil sempre manteve uma presença no mercado mundial superior à sua importância geopolítica e que esse desequilíbrio fortaleceu uma formação híbrida que combina características de semicolônia privilegiada com perfis de submetrópole dependente (Arcary, 2016). Essa caracterização é uma variante do *status* intermediário destacado por numerosos pesquisadores. Ainda assim, essa definição deveria considerar, além disso, as novas desigualdades entre a

esfera econômica e o âmbito político-militar. Países com atributos no primeiro plano foram potencializados sem correspondência no segundo (Coreia do Sul) e situações exatamente inversas (Rússia).

Não é fácil especificar a peculiaridade intermediária do Brasil que Marini explorou, mas esse *status* está muito longe da ascensão do país ao posto de “nova potência global” que ocupa o vazio deixado pelo declínio estadunidense (Zibechi, 2015).

Não existe nenhum segmento da economia brasileira comparável aos seus equivalentes nos Estados Unidos, Europa ou Japão. No plano geopolítico ou militar, o país não é equiparado a qualquer um dos impérios em gestação. Eles não implementam ações externas análogas ao destacamento bélico da Rússia, na Geórgia ou Síria, e não se vê o menor sinal de equivalência com a presença da China na África ou no sul da Ásia (Sotelo, 2015). Situar o Brasil em um *status* de potência central também não se alinha com nenhuma teoria do imperialismo. O único fundamento conceitual seria a visão pós-desenvolvimentista que associa a irrupção de novos poderes com a dinâmica predatória do capitalismo extrativista. No entanto, nesse caso, a conceituação do império novamente assume conotações vagas e desvinculadas da lógica da acumulação.

Revisão e utilidade

Qual é a utilidade do conceito de subimperialismo hoje? Antes de tudo, contribui para a compreensão da estrutura hierárquica do capitalismo contemporâneo. Confirma que no topo desse sistema estão as potências centrais – que têm atuado, até agora, sob o comando estadunidense – e que, na base, se localiza o grande conglomerado de países dominados. No meio dos dois polos, se desenvolvem as diferentes formações, operando como apêndices, rivais ou associados autônomos dos poderes dominantes. Todas essas subpotências procuram fortalecer sua hegemonia regional com posicionamentos distintos.

Os apêndices do imperialismo expandem esse poder em total sintonia com as estratégias de Washington, os impérios em for-

mação colidem com esse centro e os subimpérios desencadeiam ações autônomas em coordenação ou conflito com as metrópoles.

A categoria subimpério é particularmente apropriada para entender o estado de guerra permanente que impera em certas zonas para dirimir a supremacia regional. As subpotências recorrem à ação bélica para fazer valer o seu predomínio. Nesse sentido, o Oriente Médio é o principal exemplo desses cenários. As rivalidades entre Turquia, Arábia Saudita e Irã são processadas nesses termos.

Essa competição desestabiliza a ordem mundial, tal como fica provado no descontrole das forças jihadistas, já que gera convulsões que se projetam dentro dos Estados Unidos e Europa. O terrorismo tem se transbordado como consequência da ação autônoma dos subimpérios. Esse descontrole não se verifica nunca nos países incorporados à estrutura do Pentágono ou da Otan. É o caso de Israel, Canadá ou Austrália que não atuam como subimpérios mas como prolongações do imperialismo.

Dessa forma, a categoria também não se aplica às principais potências em conflito estrutural com os Estados Unidos. Rússia e China constituem impérios em formação que atuam em âmbito global e não apenas regional. Os vínculos que mantêm com Washington são de hostilidade, e não de associação. Nesses casos, não vale o conceito de subimpério, uma vez que a categoria serve para ilustrar – por contraposição – qual é o *status* dos principais adversários do imperialismo ocidental.

Os subimpérios registram intensas mutações por sua vulnerável inserção na divisão internacional do trabalho e na ordem geopolítica global. Essas ascensões e declínios modificam seu perfil. Junto aos subimpérios em ação (Turquia), recomposição (Irã) ou surgimento (Arábia Saudita), outros não exercem esse papel na atualidade (África do Sul e Brasil). A ausência de manobra militar de envergadura fora de suas fronteiras determina essa passagem de subimpérios efetivos a potenciais. O fim do *apartheid* no primeiro caso e o desarmamento atômico no segundo foram determinantes da transição de uma posição a outra.

O subimpério oferece um conceito proveitoso para compreender a realidade contemporânea. Contudo, é necessária uma reinterpretação da noção distanciada de sua aplicação original. Essa revisão valoriza o significado geopolítico do conceito em função das grandes mudanças mundiais registradas nos últimos 40 anos.

11. ACERTOS E PROBLEMAS DO CONCEITO DE “SUPEREXPLORAÇÃO”

A superexploração foi uma tese central da teoria da dependência postulada por Marini. Ele argumentou que as classes dominantes da periferia compensam seu lugar subordinado no mercado mundial, remunerando a força de trabalho abaixo do seu valor.

Por meio dessa extração adicional de mais-valia, os capitalistas preservam seus lucros e impõem salários inferiores por jornadas de trabalho mais prolongadas e mais intensas. Com esses mecanismos, compensam a deterioração dos termos de troca gerado pelo fornecimento de matérias-primas e a aquisição de bens elaborados.

Uma vez que as classes dominantes priorizam os negócios de exportação, submetem amplas camadas da população à baixa renda e, com isso, contraem o mercado interno.

Marini atribuiu a consolidação desse modelo à superpopulação histórica da América Latina. Afirmou que o grande volume de mão de obra indígena – reforçado com os fluxos imigratórios – forneceu os excedentes demográficos necessários para sustentar a superexploração (Marini, 1973).

O teórico brasileiro apresentou essa interpretação do subdesenvolvimento em contraposição aos liberais, que explicavam o atraso regional pelo desperdício das vantagens comparativas e pelo desestímulo aos investimentos estrangeiros. Desse modo, contrapôs seu enfoque com os keynesianos, que consideravam que a promoção estatal da industrialização era reduzida (Marini, 2005). A superexploração foi concebida, portanto, como uma característica determinante da configuração socioeconômica da região.

Lógica e interpretações

Na época, os principais adversários de Marini contestaram a noção, argumentando que era uma característica acidental e carente de significação teórica. Consideravam que expressava formas primitivas de mais-valia absoluta e que contradizia os investimentos determinantes da industrialização brasileira dos anos 1960 (Cardoso e Serra, 1978). O teórico marxista respondeu esclarecendo que a superexploração incluía aumentos da produtividade, e não significava um simples arrocho da força de trabalho (Marini, 1973; 1978). Enfatizou que a superexploração constituía uma modalidade da mais-valia relativa nas economias intermediárias e que a modernização industrial se realizava nessas regiões com menor investimento de ponta e com maior dano físico dos operários.

Marini destacou a preponderância dessa combinação durante a industrialização por substituição de importações. Ele investigou as especificidades do trabalho assalariado sem estender seu novo conceito ao século XX. Portanto, é discutível a aplicação dessa noção a estruturas semicapitalistas como o *apartheid*, que violavam os princípios da livre circulação dos operários.

O pensador brasileiro também enfatizou que sua teoria não implicava estagnacionismo. Como Marx, ele limitava o impacto da pauperização absoluta a setores específicos (Marini, 1973). O autor de *O capital* situava esse infortúnio principalmente entre os desempregados da industrialização inglesa no século XIX, e Marini, nos segmentos mais desfavorecidos da periferia contemporânea.

A principal intérprete de Marini daqueles anos especificou que a superexploração não aludia a uma deterioração geral das condições de vida dos operários. Buscava apenas esclarecer as peculiaridades da força de trabalho na periferia industrializada (Bambirra, 1978).

Marini distinguiu sua tese de diferentes enunciados sobre o agravamento da opressão do trabalho. Ele não caracterizou a superexploração como um abuso adicional. Embora tenha

compartilhado a indignação moral frente a essas agressões, ele pretendia esclarecer uma característica das economias dependentes. Por esse motivo, ele não associou sua noção à degradação taylorista denunciada pelos pesquisadores do controle patronal. Essa abordagem questionava como a gerência separa a concepção da realização das tarefas para reduzir o domínio que os operários mantêm de sua própria atividade.

Marini apontou em outra direção, e procurou explicar o sofrimento dos assalariados na periferia, em estreita conexão com a lógica do subdesenvolvimento predominante nessas regiões.

Objecções compatíveis

Alguns pensadores compartilharam sua teoria da dependência sem aceitar o conceito de superexploração. Apontaram a incompatibilidade do capitalismo com a remuneração generalizada da força de trabalho abaixo de seu valor (Cueva, 2012). Lembraram que Marx demonstrou como a lógica objetiva desse sistema garante a reprodução normal dos assalariados por meio de salários estabelecidos pelo mercado de trabalho. Com esses salários, perpetua-se a extração de trabalho excedente que nutre a mais-valia.

Cueva enfatizou que o capitalismo não precisa de mecanismos adicionais para se desenvolver e afirmou que a sub-remuneração dos funcionários violava os princípios da acumulação. Essas normas implicam a reprodução da força de trabalho por meio de preços de acordo com o valor dessa mercadoria. A violação desses critérios ameaçaria a própria sobrevivência dos trabalhadores. Se eles não receberem os recursos necessários para sobreviver, eles tenderão a sofrer uma deterioração que prejudicaria o nutriente humano do sistema. O sociólogo equatoriano estudou um antecedente desse tipo em sua investigação sobre o massacre demográfico sofrido pela América Latina durante a desacumulação originária do século XVI (Cueva, 1973).

Pode-se considerar que a superexploração rege, por outras vias, através da apropriação capitalista dos anos futuros da vida

do trabalhador. Esse confisco seria processado por meio do esgotamento prematuro das capacidades de trabalho dos assalariados (Bueno, 2016). No entanto, essa pressão coexiste de fato com o aumento da média de vida dos trabalhadores. O sistema impede uma redução substancial da jornada de trabalho de acordo com o aumento da produtividade, mas não impede a reprodução normal dos operários. O capitalismo se recria com formas brutais sem devastar sua base principal.

É verdade que um grande exército de reserva fornece braços para compensar o desgaste dos assalariados, mas essa substituição não opera com simples reposições de contingentes de trabalhadores, tal como ocorria com a *mita* ou a escravidão na era colonial.

A superexploração é também definida por uma deterioração do componente histórico-social da força de trabalho que não afeta necessariamente o pilar biológico desse recurso (Bueno, 2016). No entanto, se o primeiro elemento de melhorias socioculturais enfrenta uma degradação permanente e sistemática, os trabalhadores não poderiam agir como a força dirigente de um processo de emancipação. Constituiriam uma multidão desamparada e distanciada das potencialidades transformadoras dos oprimidos que Marini vislumbrara.

Cueva criticou o conceito de Marini, mas compartilhando seus diagnósticos da dramática situação enfrentada pelos assalariados latino-americanos e destacou que deveria ser usado algum termo que aludisse a esses pesadelos. Por esse motivo, afirmou que os erros teóricos da superexploração não invalidavam a presença prática de situação semelhante à categoria utilizada (Cueva, 2012). Sua divergência com o conceito e coincidência com a teoria marxista da dependência abriram um caminho de importantes reflexões.

Baixo valor da força de trabalho

Como a intuição de Marini poderia ser reformulada sem os problemas conceituais da superexploração? Existe algum

enunciado que torne as objeções de Cueva compatíveis com as características da força de trabalho nas economias dependentes?

A solução mais simples é postular que nessas regiões predomina um baixo valor da força de trabalho. Essa tese é coerente com a visão de Marx sobre o salário como remuneração proporcional ao custo de reprodução dos assalariados. Além disso, reconhece o tamanho do exército de reserva e a vigência de salários substancialmente mais baixos na periferia industrializada.

Vários autores apontaram que essa divergência de remuneração tem uma base histórica nas diferenças de produtividade (Figuroa, 1986). A luta de classes modifica as médias nacionais dos salários dentro desse condicionamento, que separa estruturalmente uma região subdesenvolvida de uma região avançada. Por isso, os valores da força de trabalho (e as cestas básicas correspondentes) são substancialmente diferentes.

Essas divergências de salários são estabilizadas em função de dois processos: do lugar que cada país ocupa na estratificação global (centro, semiperiferia e periferia) e de seu nível interno de desenvolvimento (economias avançadas, médias ou atrasadas). As duas dimensões estão intimamente relacionadas, mas têm alguma autonomia entre si.

Os salários nacionais não constituem magnitudes fixas e imutáveis. Eles aumentam ou diminuem junto com as mudanças registradas na divisão internacional do trabalho.

Os baixos valores da força de trabalho na periferia são verificados na magnitude da pobreza, que afeta tanto o setor precarizado como o setor formal dos assalariados.

Nas economias desenvolvidas, o alto valor desse recurso restringe o drama do empobrecimento apenas aos excluídos (Portes, 2004). Nos dois casos, os preços da força de trabalho são estabelecidos pelas normas capitalistas de exploração. Também em ambas as situações, a tendência do salário é determinada a longo prazo por tendências objetivas (produtividades e base demográfica) e na conjuntura pelo tom do ciclo (prosperidade ou recessão). A

ação dos trabalhadores (intensidade da luta de classes) define o resultado final.

Esse registro de valores variáveis e estratificados da força de trabalho (alto no centro, baixo na periferia e médio na semiperiferia) requer o uso de conceitos marxistas clássicos, distanciados do princípio da superexploração.

Irresolução estatística

As controvérsias conceituais sobre o valor da força de trabalho não são resolvidas por cálculos de diferentes magnitudes nacionais. O mesmo vale para a teoria da superexploração. Este não é um dado a ser corroborado com exemplos de maior sofrimento dos assalariados da periferia.

Alguns autores apresentam o encurtamento da vida ativa ou a escala do exército de reserva como indícios do pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor (Ruiz Acosta, 2013). No entanto, os mesmos dados podem ser exibidos como evidência de um baixo valor da mão de obra, cujos parâmetros ilustram os padrões de vida, e não os tipos de remuneração.

Marx nunca equiparou salários com a manutenção dos trabalhadores em níveis de pura subsistência. Nesse terreno, diferia substancialmente dos economistas clássicos e identificava o montante da renda dos assalariados com o tempo socialmente necessário para sua reprodução; magnitude que inclui componentes fisiológicos e sociais. O primeiro elemento poderia ser medido com registros de alimentação, roupas ou moradia, mas o segundo abrange os direitos conquistados juntamente com o avanço da produtividade, cuja quantificação é mais complexa. Não existe um número estrito dos salários que indique o que é necessário para atender os dois componentes. Tudo depende da forma como são avaliadas as necessidades que configuram o valor da força de trabalho. Nesse sentido, que itens são privilegiados e quais são descartados? Esses requisitos incluem o automóvel, as férias e serviços de saúde?

Com um critério muito exigente – que incorpore, por exemplo, a educação gratuita em todos os níveis –, pode-se dizer que vigora a superexploração nos Estados Unidos. O mesmo ocorreria com o Japão, se os padrões ocidentais de bem-estar fossem tomados como referência.

Se, por outro lado, for utilizado um critério flexível, pode-se afirmar que a opressão da superexploração não chega a Bangladesh. Lá, a reprodução elementar da força de trabalho é verificada por meio de uma cesta básica mínima.

A grande diversidade de parâmetros nacionais existentes atualmente para definir padrões de pobreza ilustra essa complexidade estatística. As estimativas na Argentina colocam esse percentual (32,2% da população) no mesmo plano que a Bolívia (32,7%) e acima da média latino-americana (28,2%). A inconsistência dessas comparações mostra até que ponto a simples medição não resolve o problema.

Outro exemplo da mesma limitação é verificado no recente debate sobre a continuidade, eliminação ou agravamento da superexploração sob o governo de Lula (Bueno, 2016). Durante essa administração, o desemprego e a pobreza diminuíram junto ao aumento do salário mínimo. Mesmo assim, a precarização e a rotatividade do trabalho também se expandiram. Dependendo da relevância atribuída a cada um desses fatores, são obtidas conclusões opostas.

A superexploração, portanto, carece de expressões matemáticas diretas. As necessidades fisiológicas e sociais não são definidas por modelos ou estatísticas de referência. Em vez disso, parâmetros comparativos servem para avaliar valores altos, baixos ou médios da força de trabalho. Esse contraste de magnitudes nacionais indica posicionamentos relativos em uma faixa de pagamentos equivalentes ao que é exigido para a reprodução dos trabalhadores.

Centralidade das transferências

O registro de valores variáveis da força de trabalho é coerente com as interpretações do subdesenvolvimento, centradas nas trans-

ferências de mais-valia da periferia para o centro. Essa abordagem não coloca a causa do atraso socioeconômico de certos países na superexploração.

Enrique Dussel expôs essa visão em divergência com Marini. Retomou a visão dos economistas marxistas (Bauer, Grossman, Rosdolsky, Mandel), que explicaram como ocorre a transferência da mais-valia das economias atrasadas para as avançadas.

Essa drenagem é realizada por meio dos preços vigentes no mercado mundial. A concentração de atividades que exigem trabalho complexo, tecnologias desenvolvidas e investimentos significativos nas economias mais avançadas determina que os preços de seus produtos sejam superiores a seus valores. Por exemplo, eles equivalem a um dia de trabalho em países desenvolvidos por três de suas contrapartes em economias subdesenvolvidas.

Essas transferências internacionais são qualitativamente diferentes da apropriação de valor dentro de cada nação. Nesse sentido, os capitais mais concentrados aumentam seus lucros às custas dos mais rudimentares, sob o imperativo de padrões nacionais de preços, moedas e taxas de câmbio. Ao contrário, em escala global, aplicam-se regras que estabilizam as relações de dependência.

As transferências de mais-valia entre diferentes burguesias não implicam nenhum tipo de exploração. Eles consagram modalidades de dominação reguladas pela coerção para competir em condições adversas para a periferia.

A dinâmica da lei do valor em escala internacional induz essa redistribuição da mais-valia em favor das economias mais avançadas. Os capitalistas das principais potências trocam suas mercadorias por mais trabalho do que aquele incorporado aos produtos vendidos.

Marini aceitava a relevância desse mecanismo, mas não estudou seu funcionamento. Em seu texto clássico, ele destacou a centralidade da troca desigual como determinante da superexploração. Mas, ao desenvolver sua tese, ele acabou atribuindo mais impacto a esse segundo processo do que ao primeiro condicionante (Marini, 1973).

Dussel questiona essa mudança analítica que faz da superexploração a principal causa dos desequilíbrios internacionais. Ele afirma que as atuais condições de trabalho na periferia constituem um efeito e não a raiz do subdesenvolvimento. Ele considera que Marini confundiu causas com consequências (Dussel, 1988).

Essa argumentação é compatível com a teoria marxista da dependência. Como já ocorreu com Cueva, a correção de erros nos permite aperfeiçoar essa concepção.

Ao destacar o papel das transferências de mais-valia, encontra-se a lógica da dependência na dinâmica mundial da acumulação. Nesse cenário, são definidas as inserções centrais e periféricas e os diferentes graus de desenvolvimento. Os diferentes valores da força de trabalho são coerentes com o lugar ocupado por cada concorrente no cenário global.

Marini enfatizava o peso da estratificação mundial e deduziu dessa pirâmide o comportamento das burguesias latino-americanas, que compensavam lugares adversos com superexploração. Não percebeu que essa contrapartida seria, no máximo, um efeito secundário e não o epicentro da dependência.

A correção introduzida por Dussel permite superar o superdimensionamento da superexploração. Contribui também para a introdução de substituições do pagamento abaixo do valor da força de trabalho por remunerações proporcionais ao baixo valor desse recurso. Com essa revisão, é possível avançar na atualização da teoria da dependência.

Dependência sem superexploração

A conveniência de formular uma abordagem de dependência sem recorrer ao conceito de superexploração é corroborada pela visão de Amin. Essa visão destaca a natureza intrínseca da polarização mundial e dos mecanismos de apropriação de mais-valia utilizados pelos capitalistas metropolitanos.

Atribui essa captura à convergência de diferentes formações socioeconômicas no mesmo mercado mundial. Enfatiza que nesse

âmbito operam as estruturas dominantes e subordinadas que reproduzem a desigualdade global. Essa assimetria potencializa os modelos autocentrados em vigor nos países avançados e os processos desarticulados predominantes na periferia (Amin, 2003; 2008).

Essa caracterização destaca que as relações de dependência estão determinadas pelas estruturas polarizadas do mercado mundial, que reforçam as particularidades da força de trabalho dos países subdesenvolvidos.

Amin explica os extraordinários lucros gerados pela exploração dos assalariados na periferia pela relativa imobilidade do trabalho, em comparação com o deslocamento vertiginoso dos capitais e das mercadorias.

Ao contrário de Marini, o economista egípcio estuda essas singularidades da força de trabalho em economias subdesenvolvidas sem utilizar o conceito de superexploração. Com exceção de algumas passagens referentes à troca desigual, ele não menciona esse termo.

Tampouco investiga remunerações da força de trabalho abaixo de seu valor. Avalia apenas situações geradas por diferenças de salários superiores às diferenças de produtividade, resultantes da maior imobilidade da força de trabalho da periferia. Considera que os fluxos migratórios não se equiparam aos movimentos mais intensos do dinheiro e das mercadorias (Amin, 1973).

Explicando os benefícios extraordinários derivados dessa desproporção entre salários e produtividades, Amin estabelece uma relação comparativa entre os dois polos da economia mundial. Observa parâmetros mutáveis de dependência que não são característicos da América Latina ou de qualquer outra região. Esclarece esse *status* sem considerar remunerações da força de trabalho abaixo de seu valor.

Variedade de usos

Outros pensadores muito próximos de Marini construíram exposições detalhadas da teoria da dependência sem levar em conta o conceito de superexploração. Eles apenas aludiram tangencial-

mente a essa categoria para ilustrar como as classes dominantes locais dividem o excedente com seus sócios externos (Santos, 1978).

O caráter dispensável dessa categoria também é corroborado pela existência de autores que questionam ou aceitam o termo, a partir de contundentes visões antidependentistas.

No primeiro caso, a noção é contestada, considerando que tenta definir o valor da força de trabalho de maneira a-histórica, sem considerar a trajetória da luta de classes (Castañeda e Hett, 1991).

Essa objeção desconhece que toda a trajetória de Marini esteve marcada por seu compromisso com a luta revolucionária. Apresenta uma inimaginável separação do raciocínio do pensador brasileiro com as batalhas sociais. Esquece que Marini elaborou sua categoria em estreito contato com as resistências dos operários de seu país.

Os problemas teóricos da superexploração não afetaram a estratégia socialista que o teórico da dependência promoveu em sintonia explícita com a Revolução Cubana. Paradoxalmente, Castañeda – que questionou sua omissão da luta de classes – acabou confrontando abertamente esse princípio. Como chanceler de um governo de direita, o crítico mexicano retrocedeu da ortodoxia marxista a uma defesa fanática do neoliberalismo.

Mas a recepção da superexploração foi, de fato, muito variada em teorias contrárias ao dependentismo. Algumas visões não apenas aprovaram, mas ampliaram essa ideia. Numa análise do caso argentino, o conceito é aplicado, por exemplo, para explicar como o confisco acentuado dos trabalhadores beneficia de maneira exclusiva os capitalistas locais.

Postula-se que esse setor absorve a maior parte do excedente, por meio de captações contrapostas ao fluxo para o exterior descrito por Marini. Em vez de drenagens, há afluições de mais-valia do centro para a periferia (Íñigo Carrera, 2008).

Os inconvenientes dessa visão foram abordados pelo pensador brasileiro em sua pesquisa sobre o ciclo dependente. O que é corroborado aqui é como uma versão da superexploração pode ser

incorporada às abordagens localizadas nos antípodas de Marini. Esse conceito não é a chave mestra da teoria marxista da dependência.

Superexploração com e sem Marx

Em certas interpretações, o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor é atribuído ao próprio Marx. Esta aplicação é destacada nas análises sobre a exploração sofrida pelos *coolies* e escravizados das colônias (Higginbottom, 2012).

Mas essas referências aludem a modalidades não assalariadas e, portanto, alheias aos princípios do capitalismo. Marx investigou a função dessas variantes na acumulação primitiva e na constituição do mercado mundial. Mas concentrou seus estudos no caso inglês para revelar a lógica trabalhista predominante na era contemporânea. Nessa investigação, ele não deixou nenhuma dúvida sobre a remuneração da força de trabalho por seu valor.

Em vez de explorar as peculiaridades de uma mais-valia adicional, o pensador alemão procurou resolver o mistério de uma mercadoria que gera mais valor do que o necessário para sua reprodução.

É equivocado supor que a superexploração esteja presente em Marx como uma lei imanente do capitalismo (Nascimento, 2013). Essa leitura não dilui apenas a lógica da mais-valia. Também contradiz o próprio enfoque de Marini, que considerava a remuneração abaixo do valor como uma especificidade da periferia. Na reinterpretação do fenômeno, ele é apresentado como uma característica indistinta do capitalismo.

Essas visões tendem a identificar a superexploração com a dilapidação da força de trabalho. Sugerem que o capitalismo depreda a capacidade laboral do operário ao ponto de exaustão, esquecendo que o assalariado não é um escravo separado do mercado. De fato, essas visões retomam a interpretação proudhoniana da exploração, como um roubo desconectado da lógica objetiva da acumulação.

Outras teses remontam a superexploração a Marx com interpretações mais moderadas. Descrevem apenas sua abordagem

dessa modalidade em estudos das forças que se contrapõem à tendência decrescente da taxa de lucro (Smith, 2010). Mas, nesse caso, se refere a um problema muito específico e não comparável com a lógica geral da mais-valia.

Os autores que destacam a total ausência de critérios de superexploração n’*O capital* oferecem avaliações mais precisas (Carcanholo, 2013). As razões para esta omissão são óbvias. Marx procurou esclarecer a natureza do sistema econômico contemporâneo, comparando o lucro decorrente da mais-valia com as formas anteriores de lucro.

Esses lucros pré-capitalistas geralmente resultavam da violação da troca entre mercadorias equivalentes por meio de fraudes comerciais. No sistema atual, esse tipo de desigualdades é secundário.

Alguns pensadores aceitam a primazia dessa abordagem em Marx. Eles enfatizam que o central não é o que foi dito ou omitido pelo autor d’*O capital*, mas a coerência dessas modalidades com o funcionamento do capitalismo. Mas também lembram que o pensador alemão sugeriu a existência de formas de “exploração redobrada” (Osorio, 2013).

Reconhecem que a superexploração viola os princípios nos quais o sistema se baseia (lei do valor), mas entendem que essa negação não contradiz a lógica do desenvolvimento capitalista. Consideram que a dialética do desenvolvimento inclui esse tipo de transgressões.

Lembram também que os raciocínios abstratos do livro I d’*O capital* assumem outras modalidades nas formas concretas do livro III. O pagamento da força de trabalho pelo seu valor na proposta inicial derivaria de uma remuneração abaixo desse piso, na realidade verificável dos salários na periferia (Osorio, 2013).

Mas, se essa violação é vista como uma norma, qual é o significado da teoria do valor como fundamento ordenador da lógica do capitalismo? Uma transgressão deveria ser vista, no máximo, como uma exceção. Não é sensato supor que a construção teórica d’*O capital* opere de maneira inversa.

A dependência não se baseia na violação, mas no cumprimento da lei do valor. Esse critério é decisivo na caracterização da força de trabalho e, também, fornece um guia para resolver velhos enigmas da teoria marxista, como a transformação de valores em preços.

Ausência de fordismo

A superexploração às vezes é explicada pela estreiteza dos mercados da periferia. Ressalta-se seu impacto sobre a fragilidade do consumo – em comparação com o centro – por dois motivos: os trabalhadores contam mais como produtores do que como adquirentes de produtos e as burguesias exportadoras de produtos primários realizam seus lucros no exterior. Por esse motivo, evitam a formação do circuito maciço de consumo, que alguns teóricos heterodoxos chamam de fordismo.

Certos autores acreditam que a principal característica da superexploração é precisamente o uso do mínimo de necessidades como base da acumulação (Osorio, 2013). A falta de significância dos salários na realização da mais-valia recicla a falta de aquisições relevantes. O trabalhador compra uma televisão, mas gasta menos em saúde ou comida e, por isso, aumenta sua pobreza relativa. A insuficiência do salário obstrui a reprodução normal da força de trabalho (Osorio, 2009; 2017).

Essa caracterização parte de um diagnóstico correto de severa limitação do poder de compra em economias subdesenvolvidas. Um abismo real separa os Estados Unidos do Brasil no atual volume de compras da população.

Marini notou essa diferença e descreveu como o capitalismo incentiva o consumo sem permitir seu desfrute. O próprio sistema incentiva a expansão das vendas e obstrui sua concretização, reduzindo os custos salariais.

Essas tensões entre produção e consumo – que em última instância derivam da estratificação de classe da sociedade – levam a crises periódicas. Essas convulsões – que impedem a venda de

mercadorias a preços compatíveis com o lucro esperado – são mais acentuadas na periferia devido à estreiteza dos mercados.

Os críticos da teoria da dependência se opõem a essa visão. Eles apontam que a baixa renda popular não atrapalha a acumulação se os capitalistas continuam investindo. Em contraposição a Marini, afirmam que a expansão dos negócios transforma produtos de luxo em compras habituais e bens necessários para os trabalhadores (Astarita, 2010).

Com outro raciocínio – oposto enfaticamente a qualquer teoria de subconsumo – estima-se que os problemas de realização são equivalentes em países avançados e subdesenvolvidos (Valenzuela Feijoo, 1997). No entanto, Marini nunca identificou as limitações do poder de compra com o subconsumo, nem com a estagnação da economia. Postulava um enfoque multicausal da crise, que combinava os desequilíbrios de realização com a tendência decrescente da taxa de lucro.

Em nossa leitura dessa mesma tese, destacamos como o primeiro aspecto opera mais fortemente nas economias subdesenvolvidas e o segundo, nas economias avançadas (Katz, 2009).

O reconhecimento da obstrução ao fordismo na periferia é essencial para explicar a maior intensidade da crise nos países subdesenvolvidos. Precisamente nessas regiões que ocorre o que o antidependentismo exclui: a estreiteza do mercado induz os capitalistas a investir menos em produtos de consumo.

Marini registrou, com razão, essa duradoura contradição das economias periféricas. Mas exacerbou sua análise sem registrar que esse desequilíbrio não se baseia na superexploração. A retração do consumo se deve à simples existência de salários reduzidos. Não implica pagamentos abaixo do valor da força de trabalho. Se as remunerações fossem tão insignificantes, os frágeis circuitos de compra não poderiam sequer emergir.

O que predomina nessas regiões é a perpetuação de renda escassa, que contrai o mercado e periodicamente sufoca o desenvolvimento autossustentável.

Onde a exploração é maior?

A superexploração também provoca debates sobre a sujeição diferenciada sofrida por trabalhadores assalariados do centro e da periferia. Alguns autores afirmam que a teoria da dependência omite que o trabalho é mais produtivo no primeiro segmento e perde relevância no segundo (Callinicos, 2001).

Outros pensadores argumentam que esse enfoque ignora a vigência de taxas de mais-valia superiores nas economias desenvolvidas (Valenzuela Feijoo, 1997). Com a mesma fundamentação, afirma-se que o crescimento dos Estados Unidos, Japão ou Alemanha se deve à maior produtividade dessas economias, e não à apropriação da mais-valia gerada nos países atrasados (Astarita, 2010).

Marini sempre reconheceu que a taxa de mais-valia é superior no centro. Aí estão concentrados os investimentos mais significativos e é gerado o maior volume de trabalho excedente. Esse diagnóstico também é aceito pelos defensores contemporâneos do conceito de superexploração (Osorio, 2009).

O problema a ser esclarecido é mais complexo, por outro motivo. A maior taxa de mais-valia no centro não equivale a porcentagens de lucro também superiores. Ao contrário, na periferia industrializada, a taxa de lucro é maior, porque a composição orgânica do capital é inferior (técnicas de trabalho intensivas) e, com o mesmo investimento, são alcançados retornos mais significativos. Amin complementa esse fato, destacando a existência de diferenças salariais superiores às diferenças de produtividade.

Quando se afirma que a taxa de exploração é maior no centro, este último conceito é identificado com a extração da mais-valia. Mas se o confisco do trabalho excedente estiver associado ao nível de esforço exigido do assalariado, essa obrigação é mais onerosa na periferia.

A exploração apresenta, portanto, duas acepções que são usadas para validar uma ou outra caracterização. Se é identificada com a magnitude do trabalho confiscado, é claramente superior nas economias mais produtivas do centro. Se, ao contrário, está

associado com o sofrimento dos assalariados, a escala dessa opressão é maior nos países subdesenvolvidos.

Os antedependentistas utilizam o primeiro parâmetro e, o segundo, é utilizado por alguns defensores da superexploração. Neste último caso, sugere-se que a maior parte da mais-valia circulante no planeta é gerada na periferia (Smith, 2010).

Mas, já nos debates dos anos 1960, foi demonstrado o equívoco dessa tese (Bettelheim, 1971). Esse mesmo erro é, acertadamente, questionado atualmente (Mercatante, 2016). De fato, os dois fenômenos coexistem. Há maior produtividade nas economias metropolitanas e, também, maiores lucros derivados da brutalidade do trabalho predominante na periferia. Ambos os processos confirmam os postulados da teoria marxista da dependência.

Aplicações atuais

Os debates sobre superexploração são muito úteis para avaliar a diferença de salários vigente no estágio atual da mundialização neoliberal. Essa análise requer a introdução das duas correções que propusemos. Por um lado, substituir o conceito de pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor por baixa remuneração desse recurso. Por outro, priorizar as transferências internacionais de mais-valia na explicação da dependência.

Esses dois enunciados facilitam a interpretação do que aconteceu nas últimas três décadas de ofensiva do capital contra os trabalhadores. O cenário keynesiano do pós-guerra que Marini estudou ficou totalmente modificado por essa enxurrada internacional de precarização do trabalho.

As formas de emprego foram diversificadas, com maior dispersão das remunerações e eliminação das regras salariais definidas. A individualização da renda é fortalecida, com exigências de validação permanente de qualificações e uma premeditada desarticulação da solidariedade operária.

Essa agressão segmenta o trabalho em setores formais e informais. Na primeira faixa, são mantidos os níveis de estabilidade

necessários para a continuidade da acumulação e, na segunda, prevalece a precarização sem limites.

As antigas caracterizações centradas no contraste de universos estáveis de operários (do centro e da periferia) devem ser revisadas. O novo cenário está marcado pela deterioração e pela desigualdade laboral em ambos os polos. Que implicações têm essas mudanças para o valor da força de trabalho?

A questão não pode ser resolvida observando apenas o que aconteceu com os assalariados. Outra mutação da mesma magnitude foi consumada na divisão internacional do trabalho. Nesse terreno, verifica-se a nova preponderância de empresas transnacionais que atuam na cadeia global de valor por meio da transferência da indústria para o Oriente. Essas mudanças alteraram radicalmente a fabricação e a localização da produção, em função do baixo custo do trabalho.

Para maximizar essa vantagem, as empresas transnacionais fraturam geograficamente os processos de fabricação. As mercadorias produzidas em uma determinada região são adquiridas em outras partes do planeta. Esse processo inclui a terceirização de trabalhos para empresas que assumem parte do risco (e do custo) da globalização produtiva.

O principal efeito dessas transformações é o aumento da desigualdade mundial. A assimetria entre as nações cresceu mais rápido que a diferença no interior dos países. A força de trabalho das economias subdesenvolvidas recupera importância como reserva da exploração.

Nesse contexto, vários argumentos de Marini para explicar o investimento estrangeiro na periferia recuperam atualidade. Aproveitar a força de trabalho mais barata desperta, atualmente, mais apetite pelo lucro do que no passado. Uma fábrica em Bangladesh promete mais lucro do que seu equivalente no Brasil, 40 anos atrás.

A nova segmentação internacional da produção gera as mesmas transferências de mais-valia estudada pelos teóricos da dependência. Alguns pesquisadores afirmam que a magnitude dessas formas

não é contabilizada pelos sistemas estatísticos atuais, elaborados com critérios de agregação nacional (Smith, 2010).

A nova cadeia global de valor também introduz estratificações mais complexas. A polarização centro-periferia é complementada pela introdução de novas categorias intermediárias. Como esse cenário poderia ser conceitualizado na tradição da teoria marxista da dependência?

Um esquema provisório

A contraposição entre países com altos valores da força de trabalho (Estados Unidos, Alemanha) e baixos (Filipinas, Bangladesh) é atualmente mediada por economias intermediárias (Coreia do Sul, Brasil). Essa diferenciação – que despontava na época de Marini – tornou-se mais visível.

O simples contraste entre economias com parâmetros de exploração e superexploração não registra essa diversidade. Nem nos permite notar a passagem de um *status* para outro.

A segmentação entre o setor formal e informal dos assalariados é uma característica compartilhada por todas as economias. Uma grande diferença de renda separa dois setores igualmente explorados dentro de cada país. Esses grupos, por sua vez, mantêm diferenças estruturais com seus equivalentes de outros lugares. No centro, na semiperiferia e na periferia prevalecem diferentes modalidades de extração da mais-valia.

Nos três tipos de países, há também um setor de trabalhadores empobrecido ou semidesempregado. O conceito de superexploração poderia ser aplicado a esse segmento, considerando que, em certa medida, é remunerado abaixo de seu valor. Essa situação é verificada entre os imigrantes no centro, os recém-chegados do campo na semiperiferia e os marginalizados urbanos da periferia.

O valor alto, médio ou baixo da força de trabalho está determinado pelo grau de desenvolvimento interno e pela modalidade de inserção no mercado mundial dos três tipos de países. Mas o que tende a estabilizar esse lugar na etapa atual da mundialização

neoliberal é o papel de cada economia na cadeia global de valor. Esse papel depende do peso das empresas transnacionais e do impacto da nova industrialização asiática.

Como as transferências de mais-valia estão determinadas pelo lugar final de cada economia, se o país é o destinatário desses fluxos, ele manterá ou alcançará uma posição central. Se, em contrapartida, for o emissor desses recursos, apoiará ou fortalecerá um *status* periférico. No meio, estão as economias com emissão ou recepção limitadas desses movimentos.

Essas transferências consolidam ou modificam a preeminência de valores, altos, baixos ou médios na força de trabalho, de acordo com a magnitude e o tipo de investimento predominante em cada país. O que define uma situação nacional frente a outra é a relação comparativa dos salários com a produtividade.

A tabela a seguir apresenta, com dados imaginários, diferentes posições dessa variedade de *status*. O valor da força de trabalho dos explorados formais (E1), informais (E2) e superexplorados (E3) dos países representativos de cada grupo é ordenado de acordo com o local que ocupa na cadeia global de valor (CGV).

Lugar na Cadeia de Valor Global	Valor da força de trabalho		
	E1	E2	E3
Centro avançado	100	70	30
Novo Centro	40	20	10
Semiperiferia ascendente	60	40	20
Semiperiferia descendente	50	30	15
Periferia	20	10	5

As economias centrais avançadas (como Estados Unidos, Alemanha ou Japão) mantêm essa condição devido à sua primazia na internacionalização produtiva. Concentram as tarefas mais complexas de concepção das diferentes atividades. Por exemplo, ali se localizam grandes empresas da nova tecnologia da informação que requerem trabalho altamente qualificado. Os valores da força de trabalho são maiores nos três segmentos considerados.

A China registrou uma ascensão no *status* de grande potência por seu crescente protagonismo no processo produtivo global. Embora o valor de sua força de trabalho seja inferior a países mais atrasados da pirâmide mundial, o gigante asiático subiu degraus, com maior absorção de mais-valia do que a transferida para fora de suas fronteiras.

Nas semiperiferias predominam valores médios da força de trabalho. Mas as economias em ascensão nessa área (como a Coreia do Sul) deram um salto de lugares básicos para especializações mais significativas. Nesta trajetória, eles valorizavam sua força de trabalho.

Ao contrário, as economias descendentes da mesma linha (como o Brasil) sofreram um retrocesso industrial e um retorno ao perfil agroexportador. Por isso, decresceram no *ranking* da globalização produtiva e no conseqüente valor comparativo de sua força de trabalho.

Esse contraste entre duas semiperiferias está em sintonia com a alteração do modelo de substituição de importações por esquemas de industrialização orientados para a exportação. O primeiro caso favorecia – na era keynesiana – as economias intermediárias com um certo peso nos mercados internos (Brasil). O segundo promoveu – na mundialização neoliberal – nações mais atrasadas e com reservas de trabalhadores mais numerosas ou disciplinadas (Coreia).

Finalmente, os países da periferia inferior (como Bangladesh ou Filipinas), com baixíssimos valores da força de trabalho, foram incorporados ao padrão da cadeia global de valor. Essa inserção foi viabilizada por um grau de internacionalização do transporte, das comunicações e do comércio inimaginável na época de Marini.

Diferentemente do modelo exposto pelo teórico brasileiro, esse esquema concebe a superexploração como uma categoria muito limitada, mas presente em todas as economias. As desigualdades internacionais persistem e se ampliam em todos os segmentos. O abismo que separa um desamparado estadunidense de seu par em

Bangladesh é tão significativo quanto a diferença que distingue os explorados dos dois países. Essa mesma divergência é verificada nas outras situações da tabela.

Controvérsias sobre a extensão

Uma interpretação que combine os diferentes valores da força de trabalho com a dinâmica das transferências internacionais de mais-valia é esclarecedora dos determinantes atuais do subdesenvolvimento. Fornece mais pistas para reflexão do que as várias teses genéricas sobre globalização ou neoliberalismo.

As vertentes mais radicais dessas últimas abordagens tendem a destacar corretamente os propósitos capitalistas da etapa atual. Enfatizam a intenção de elevar a taxa de exploração, por meio da dualização do trabalho e da massificação do desemprego. Mas essas observações não esclarecem como o modelo atual reconfigura as relações de dependência e as diferenças entre economias avançadas e atrasadas.

O conceito de superexploração é utilizado por outros analistas para esclarecer esse tema. Mas o princípio de remunerar a força de trabalho abaixo de seu valor cria problemas insolúveis. Essa abordagem não registra a existência de mercados de trabalho segmentados internamente, internacionalmente diferenciados e igualmente marcados pela presença dos desamparados.

Essas dificuldades são verificadas no debate sobre a extensão mundial da superexploração. Essa ampliação foi sugerida pelo próprio Marini em seus últimos escritos.

Vários autores retomam esse apontamento para destacar como a superexploração se generalizou nos centros desde os anos 1990. Consideram que o desenvolvimento de empresas globais criou espaços comuns de acumulação que permitem que essa sub-remuneração dos salários seja usada como um novo instrumento de concorrência. A universalização da pobreza, a informalidade do trabalho e a estagnação dos salários corroborariam essa mudança (Martins, 2011a; 2011b).

Essa visão entende que a superexploração foi estendida aos países desenvolvidos, por meio de empresas que aumentam a precarização do trabalho, por meio da diversificação de seus investimentos (Sader, 2009; 2012).

Mas se a superexploração se espalhou em escala universal, não é mais um mecanismo próprio do capitalismo dependente. Perdeu a especificidade que Marini lhe atribuiu.

Essa contradição se torna muito visível quando se afirma que os mesmos mecanismos de compensação de perdas utilizados pela burguesia latino-americana agora são implementados por seus pares do centro.

Supõe-se que, em ambos os polos, os assalariados sejam explorados igualmente para compensar atrasos tecnológicos ou adversidades de produtividade (Bueno, 2016). Nesta versão ou em abordagens semelhantes (Santana, 2012), a separação com as teses de Marini é maior. A teoria da dependência é semelhante a uma concepção das novas formas de exploração do século XXI.

Alguns seguidores do pensador brasileiro percebem esse problema, mas também consideram que a superexploração se espalhou, depois de perder sua localização exclusiva nas economias dependentes (Sotelo, 2013).

Afirmam que esse traço constituinte das sociedades latino-americanas se tornou um dado operacional da economia internacional (Sotelo, 2012). Enfatizam que esse processo surge apenas como uma tendência, sem notar que a atenuação do diagnóstico não reduz a contradição com as teses de Marini.

Para preservar essa abordagem, também é afirmado que a extensão da superexploração coexiste com as diferenças de poder aquisitivo entre o centro e a periferia (Sotelo, 2013).

Mas em que se baseia essa diferença se os assalariados de ambas as regiões recebem a mesma sub-remuneração salarial? O fundamento inicial dessa dissociação é diluído ao assumir que a renda dos assalariados, em ambos os casos, não cobre a reprodução normal da força de trabalho.

A extensão da superexploração afeta todas as críticas do dependentismo ao enfoque transnacionalista, que postula o desaparecimento total das desigualdades entre o centro e a periferia.

Essa última visão exacerba a tese da “terceiromundização” do planeta. Equipara uma *maquila* mexicana com um escritório precário em Los Angeles, omitindo que os salários de ambos os países continuam girando em torno de diferentes cestas básicas nacionais. Não considera a persistência da desigualdade de renda entre Estados Unidos e México, que se reflete em sofrimentos de diferentes escalas entre os pauperizados de ambas as nações.

Os críticos da extensão do conceito de superexploração ressaltam essas contradições. Lembram que é uma categoria das economias dependentes e afirmam que a ampliação de sua incidência debilita a teoria marxista da dependência (Carcanholo, 2013). Argumentam que são colocados em risco os pilares dessa concepção (Massa, 2013).

Mas basta apenas enfatizar essa contradição? A mundialização neoliberal não modificou a estrutura internacional do mercado de trabalho? Como interpretar a crescente precarização e segmentação do trabalho em todo planeta?

Essas perguntas – que a tese extensiva não consegue responder – são evitadas pela visão oposta. Esse último enfoque destaca a inconsistência de sua contrapartida sem oferecer alternativas. Supõe que a tese inicial de Marini rege com plenitude, evitando registrar até que ponto ficou questionada pela mundialização neoliberal.

Um caminho promissor

A teoria marxista da dependência forneceu o principal esquema analítico para desvelar as peculiaridades do capitalismo latino-americano. Mas incorreu em alguns equívocos conceituais que tenderam a se corrigir com observações de pensadores convergentes com essa concepção.

A superexploração é uma das noções corrigidas com esse amadurecimento do dependentismo. A modificação substituiu a

ideia de pagamento abaixo do valor da força de trabalho por uma remuneração baixa desse recurso.

Essa revisão permite não apenas resolver velhos questionamentos do caso latino-americano. Também introduz um critério para interpretar a diversidade contemporânea dos salários. Essa variedade decorre do lugar ocupado por cada economia na cadeia global de valor, no novo cenário de empresas transnacionais e de industrialização asiática. Essa análise oferece resposta aos enigmas do desenvolvimento da Coreia e da China. A revisão do conceito de superexploração é coerente com a primazia atribuída às transferências internacionais de mais-valia como principal determinante do subdesenvolvimento.

12. SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS COM A ÉPOCA DE MARINI

Nos últimos trabalhos de sua intensa trajetória, o principal teórico da dependência pesquisou a dinâmica da mundialização. Observou o início de um novo período baseado no funcionamento internacionalizado do capitalismo (Marini, 1996). Alguns estudiosos consideram que essa pesquisa coroou sua obra anterior e inaugurou o estudo da economia política da globalização (Martins, 2013).

Esse deslocamento analítico confirmou a enorme capacidade de Marini para abordar os processos mais relevantes de cada conjuntura. Seus comentários anteciparam várias características da etapa que se seguiu à sua morte. Avaliar essas observações à luz do que aconteceu é uma boa maneira de atualizar sua teoria.

Globalização produtiva

Em finais dos anos 1980, Marini constatou que o capital se internacionalizava para aumentar a mais-valia extraída dos trabalhadores. Analisou, com esse fundamento, o barateamento do transporte, o surgimento de novas tecnologias e a concentração das empresas (Marini, 1993). Avaliou especialmente o novo modelo industrial-exportador da periferia, administrado pelas empresas multinacionais.

Essas empresas garantiam espaços comuns entre suas matrizes e sucursais para desenvolver o processo de fabricação. Separavam as atividades qualificadas do trabalho em série e lucravam com as diferenças nacionais de produtividades e salários. Marini compreendeu que essa operação em escala global era um movimento estrutural, e não cíclico, da acumulação.

Esse escopo é óbvio hoje. A globalização introduz uma mudança qualitativa no funcionamento do capitalismo. Promove a liberalização do comércio e a adaptação das finanças à instantaneidade da informação. O pensador brasileiro colocou corretamente o epicentro dessa mudança na manufatura globalizada. Registrou a estreita conexão da internacionalização com o padrão de produção flexível que substituiu o fordismo.

As empresas transnacionais são protagonistas visíveis do cenário econômico atual. Eles fragmentam sua produção em um tecido de insumos intermediários e bens finais destinados à exportação. Essa estrutura opera com princípios de alta concorrência, barateamento de custos e mão de obra mais barata. A consequente deslocalização (*offshoring*) transformou várias economias asiáticas na nova oficina do planeta.

As companhias transnacionais complementam seus investimentos diretos com modalidades de subcontratação e terceirização de mão de obra. Descarregam em seus fornecedores o controle dos trabalhadores e a gestão da demanda incerta. Dessa maneira, distribuem riscos e aumentam os lucros.

Marini vivenciou apenas o começo desse processo e destacou suas contradições em termos muito genéricos. Ele não chegou a perceber os desequilíbrios comerciais, bolhas financeiras e os excedentes de mercadorias que eclodiram com a crise de 2008.

Esse choque desestabilizou o sistema sem reverter a globalização produtiva. Temporariamente, colocou em dúvida a desregulamentação financeira, que foi preservada sem nenhuma alteração relevante. O recente questionamento da liberalização do comércio (Trump, Brexit) ilustra a reação das potências que estão perdendo terreno. Tentam recuperar espaços restaurando um certo unilateralismo, mas não favorecem o retorno aos velhos blocos protecionistas. A Economia Política da globalização – que Marini vislumbrou – persiste como uma abordagem bem-sucedida do capitalismo contemporâneo.

Exploração e remodelação industrial

A importância que o teórico brasileiro atribuiu ao aumento das taxas de mais-valia ficou confirmada nas últimas décadas. A ofensiva patronal dispersou as remunerações, eliminou as regras salariais definidas e segmentou o trabalho. Essa reorganização mantém a estabilidade necessária para a continuidade da acumulação no setor formal e generaliza a precarização no universo informal.

O principal fundamento da globalização é a redução dos custos de trabalho. Por isso as rendas populares se estagnam na prosperidade e decaem nas crises. As empresas transnacionais enriquecem com os baixos salários da periferia e com o barateamento dos bens consumidos pelos trabalhadores das metrópoles. Utilizam a deslocalização para debilitar os sindicatos e achatam os salários de todas as regiões.

As empresas lucram especialmente com as diferenças de salários resultantes dos desníveis estruturais de superpopulação. Essas desigualdades são estabilizadas pela ausência de mobilidade internacional dos trabalhadores. Enquanto no período inicial da globalização (1980-1998) o investimento estrangeiro se triplicou, o total de migrantes quase não mudou (Smith, 2010). A força de trabalho é marginalizada de todos os movimentos que abalam o tabuleiro da mundialização.

Marini registrou a primeira transferência da indústria para o Oriente. Foi testemunha da eclosão dos chamados “tigres asiáticos” (Taiwan, Hong Kong, Coreia do Sul e Singapura). Mas não viu a mutação posterior que modificou por completo o mapa industrial.

A China é o epicentro atual de uma crescente instalação de filiais na Ásia. Ali é gerada grande parte da produção mundializada. Os salários oscilam entre 10% e 25% da remuneração nas metrópoles por trabalhos equivalentes.

A magnitude da mudança é verificada no consumo estadunidense de bens manufaturados. Atualmente, um terço desse

total é fabricado no exterior, o que duplica a média vigente em 1980 (Smith, 2010). É evidente que a mundialização neoliberal está baseada na exploração dos trabalhadores. Os investimentos são dirigidos àqueles países que oferecem força de trabalho mais barata, disciplinada e com maior produtividade.

Marini também percebeu como o modelo de substituição de importações (que inspirou sua análise da dependência) era substituído por um novo padrão de exportação manufatureira. Mas chegou apenas a perceber as características genéricas de um esquema que tem sido reconfigurado pelas cadeias globais de valor.

Com essa modalidade, todo o processo de fabricação fica fragmentado, em função da rentabilidade comparada que cada atividade oferece. Essa divisão inclui escalonamentos dirigidos pelo fabricante (empresas aeronáuticas, automotivas e de informática) ou comandados pelo comprador (empórios comercializadores do tipo Nike, Rebook ou Gap) (Gereffi, 2001). As empresas que lideram essas estruturas não apenas controlam os recursos mais rentáveis (marcas, designs, tecnologias). Também dominam 80% do comércio mundial desses circuitos.

Esse modelo difere radicalmente do predominante nas décadas de 1960 e 1970. Em vez de processos integrados, predomina a subdivisão de partes e a fabricação nacional é substituída por uma montagem de componentes importados. A proximidade e o tamanho dos mercados perdem relevância em relação às vantagens comparativas do custo laboral. Uma nova divisão global do trabalho (DGT) substitui seu antecessor internacional (DIT) (Martínez Peinado, 2012).

Na atividade de empresas transnacionais, a incidência de bens intermediários é multiplicada por meio de concatenação e de mecanismos de especialização industrial vertical (Milberg, 2014). Essas modalidades introduzem formas de gerenciamento de exportação que eram desconhecidas no final do século passado.

A crise do capitalismo

Marini analisou a economia da globalização, estimando que o capitalismo havia entrado em um longo ciclo de crescimento. Nesse contexto, ele colocou as especializações produtivas e o surgimento dos países asiáticos de industrialização recente (NICs). Considerou que os processos de integração regional ressurgiam para ampliar a escala dos mercados (Marini, 1993). Seu colega dependentista compartilhou esse raciocínio, investigando a incidência das novas tecnologias sobre as ondas longas (Santos, 2011).

O desenrolar posterior da globalização não confirmou nem desmentiu a presença desse ciclo ascendente de longo prazo. As controvérsias entre os que defendem e os que discordam da vigência desses movimentos não levou a conclusões nítidas. Por isso temos enfatizado a conveniência de esclarecer as transformações qualitativas dessa etapa, sem forçar o amoldamento desse período a uma onda longa (Katz, 2016).

Marini inscreveu sua avaliação em caracterizações marxistas que destacavam o caráter disruptivo da acumulação. Destacou as traumáticas crises potenciais incubadas pela globalização e destacou a ocorrência de tensões simultâneas na esfera da demanda (retração do consumo) e valorização (insuficiência de rentabilidade). Destacou os dois desequilíbrios com mais observações sobre o primeiro tipo de contradição.

Nas últimas décadas, esses tremores vieram à tona. Houve também uma retração explosiva do emprego, impulsionada pela relativa imobilidade da força de trabalho diante do vertiginoso deslocamento das mercadorias e dos capitais.

Essa contradição distingue a mundialização atual da antiga industrialização europeia. Entre 1850 e 1920, mais de 70 milhões de emigrantes deixaram o Velho Continente. Essa transferência maciça desafogou a população sobrando em um polo e criou novos centros de acumulação nas regiões que receberam os trabalhadores. Um movimento demográfico equivalente significaria atualmente a entrada de 800 milhões de imigrantes aos países centrais (Smith, 2010).

Mas, atualmente, esse deslocamento está vedado aos desempregados. As economias desenvolvidas constroem fortalezas contra os despossuídos da periferia e absorvem apenas contingentes irrelevantes de mão de obra qualificada. A válvula de escape que no passado gerava o próprio processo de acumulação foi diluída.

Os países que concluem de forma acelerada seus processos de acumulação primitiva não podem descarregar sua população excedente sobre outras localidades.

Essa restrição aumenta outras tensões do capitalismo, como a destruição de empregos devido à expansão do universo digital. Os parâmetros de rentabilidade – que orientam a introdução de novas tecnologias – impõem uma dramática eliminação de postos de trabalho. O desemprego se agiganta com a mundialização.

Nesta fase, há menos trabalho para todos do que nas etapas anteriores. Há contração do emprego disponível e sua qualidade é decrescente nas regiões subdesenvolvidas. É por isso que a economia informal (sem regulamentações estatais) abrange 50% da atividade laboral na América Latina, 48% no norte da África e 65% na Ásia (Smith, 2010).

A acelerada automatização – e a expulsão da população rural devido à tecnificação do campo – reduzem drasticamente as oportunidades de emprego. O capitalismo baseado na exploração – que Marini estudou tanto – não pode sequer implementar esse sofrimento entre toda a população oprimida.

Reconsiderações sobre o imperialismo

O teórico brasileiro destacou a supremacia do imperialismo. Ele apontou a função inevitável desse sistema de dominação militar para a preservação do capitalismo. Mas ele elaborou seus textos em uma época muito distante do cenário de Lenin. Compreendeu que a Guerra Fria era qualitativamente diferente dos velhos confrontos entre potências e registrou a supremacia militar sem precedentes dos Estados Unidos. Notou a capacidade desse império de forjar alianças subalternas, subordinando seus rivais sem destruí-los.

Marini evitou paralelos com o imperialismo clássico. Entendeu a novidade de um período marcado pela diminuição do protecionismo, a recuperação de pós-guerra do protagonismo industrial e a reorientação do investimento externo em direção às economias desenvolvidas. Ele sintetizou essas transformações com uma noção (cooperação hegemônica) que ele usou para definir as relações predominantes entre as potências centrais (Marini, 1991).

O contexto atual apresenta várias continuidades com essa caracterização. A estrutura criada em torno da Tríade (Estados Unidos, Europa e Japão) persiste para garantir a custódia militar da ordem neoliberal. Essa aliança bélica já causou a devastação de várias regiões da África e do Oriente Médio. Também persiste a primazia do Pentágono na direção das principais ações militares. Mas a hegemonia estadunidense perdeu a força que exibia nas décadas de 1980 e 1990, nos inícios da globalização.

Os Estados Unidos tiveram um papel econômico essencial na decolagem desse processo. Forneceu o vínculo estatal necessário para criar acumulação em escala mundial. As instituições de Washington internacionalizaram os instrumentos financeiros e sustentaram a globalização produtiva. Desenvolveram essa ação com mais intensidade no final das crises das últimas décadas.

A regulamentação bancária do Federal Reserve, a operação do dólar como moeda mundial, a reorganização dos orçamentos estatais sob a auditoria do FMI e as regras do mercado de ações de Wall Street fortaleceram a mundialização. Essa preponderância foi notada novamente no resultado da convulsão de 2008.

Mas a perda da supremacia estadunidense é atualmente corroborada pelo *deficit* comercial e pelo endividamento externo do país. Os Estados Unidos mantêm a administração dos principais bancos e corporações transnacionais; também lidera a introdução de novas tecnologias digitais. No entanto, renunciou a posições-chave na produção e no comércio. Sua busca pela mundialização neoliberal acabou favorecendo a China, que se tornou um inesperado concorrente global.

A chegada de Donald Trump ilustra esse retrocesso. O magnata tenta recuperar as posições estadunidenses reorganizando os acordos de livre comércio. Mas enfrenta enormes dificuldades para recompor essa liderança econômica.

No plano militar, os Estados Unidos continuam prevalecendo e carecem de substitutos para a custódia da ordem capitalista, mas fracassam nas operações realizadas para manter sua hegemonia. Essa ineficácia é óbvia no fracasso de todas as suas guerras recentes (Afeganistão, Iraque, Síria).

Por essas razões, as relações da primeira potência com seus sócios mudaram. A total subordinação que Marini testemunhou mudou e se transformou em emaranhados mais complexos. As potências europeias (Alemanha) e asiáticas (Japão) já não aceitam com a mesma submissão as ordens de Washington. Desenvolvem suas próprias estratégias e explicitam seus conflitos com o gigante estadunidense (Smith, 2014).

Nenhum sócio questiona a supremacia do Pentágono, nem pretende desenvolver um poder bélico em contraposição. Mas a vassalagem da segunda metade do século XX foi diluída. Essa virada é consistente com a incapacidade estadunidense para preservar o patrocínio que foi implantado no período pós-guerra nas demais economias capitalistas (Carroll, 2012).

Resta ver se, no futuro, a liderança ianque desaparece, ressurge ou se dissolve gradualmente. Essa incerteza é um fato que estava ausente quando a *Dialética da Dependência* (1973) foi publicada.

Derrocada da URSS, ascensão da China

A implosão da União Soviética e a conversão da China em potência central distinguem o período atual da era de Marini. Com o colapso da URSS, a ofensiva neoliberal se consolidou. As classes dominantes recuperaram a confiança – e, na ausência de contrapesos internacionais – retomaram as típicas violências do capitalismo desenfreado.

O teórico brasileiro era um marxista crítico da burocracia do Kremlin e apostava na renovação socialista, não no colapso da União Soviética. O retrocesso da Rússia a um regime capitalista – em um contexto de imobilidade, despolitização e apatia popular – alterou o cenário previsto pelo lutador latino-americano.

A segunda reviravolta foi igualmente chocante. Marini nem podia imaginar que a decolagem de Taiwan e da Coreia do Sul antecipasse a mutação liderada pela China. O PIB *per capita* desse país se multiplicou 22 vezes entre 1980 e 2011, e seu volume comercial duplicou a cada quatro anos.

A China não apenas manteve altíssimas taxas de crescimento em conjunturas de crise internacional: a ajuda prestada ao dólar (e ao euro) impediu a conversão da recessão de 2009 em uma depressão global. A escala da mudança histórica em andamento é comparável à revolução do vapor na Inglaterra, à industrialização dos Estados Unidos e ao desenvolvimento inicial da União Soviética. A prosperidade de nenhum Brics é igualada a essa conversão da China em uma potência central.

Basta observar seu papel dominante como investidor, exportador, importador ou credor dos principais países da África ou da América Latina para medir a abismal brecha que separa o gigante asiático de seus antigos pares do Terceiro Mundo.

A nova potência não compartilha simples relações de cooperação com suas contrapartes do Sul. Exerce uma supremacia clara que se estende aos seus vizinhos do Oriente. Nenhuma outra economia transformou tão radicalmente sua posição na ordem global.

A China atua como um império em formação que enfrenta a hostilidade estratégica do Pentágono. Está forjando seu próprio modelo capitalista por meio de uma nova junção com a globalização. Não passa pelos velhos estágios de decolagem inicial baseados no mercado interno: desenvolve um processo de acumulação diretamente conectado com a mundialização.

Para elucidar a especificidade de seu capitalismo, é necessário recorrer a caracterizações ausentes na época de Marini. As fórmulas clássicas da teoria da dependência não resolvem essa questão.

Polaridades e neutralizações

O pensador da dependência destacou a preeminência da polarização em escala global. Ele considerou que esse divórcio era inerente ao capitalismo, de acordo com as divisões internacionais observadas pelos marxistas clássicos do início do século XX (Luxemburgo, 1968). Os teóricos do sistema-mundo também interpretaram essas desigualdades como características intrínsecas do regime social vigente.

Numerosos estudos empíricos têm corroborado essa divisão no surgimento do capitalismo. A revolução industrial produziu o maior abismo da história entre um polo ascendente e outro degradado. Essa “grande divergência” acompanhou a decolagem do Ocidente. Os países desenvolvidos convergiram em médias de expansão radicalmente distanciadas das economias subdesenvolvidas (Pritchett, 1997).

A estreita distância inicial foi transformada em uma brecha monumental. Entre 1750 e 1913, o salto no PIB *per capita* foi tão espetacular na Inglaterra (de 10 para 115) e nos Estados Unidos (de 4 para 126), como a regressão sofrida pela China (de 8 para 3) e Índia (de 7 para 2). As distâncias entre as nações se expandiram a uma taxa muito maior do que suas equivalentes nos países (Rodrik, 2013).

Marini partiu de evidências desse tipo para teorizar as distâncias entre economias avançadas e subdesenvolvidas, com um raciocínio inspirado na troca desigual. Mas ele também percebeu as mudanças nessa tendência introduzidas pelo capitalismo tardio do pós-guerra. Nesse modelo, os processos de acumulação na periferia industrializada contrabalançavam as polarizações anteriores (Mandel, 1978).

O estudioso da dependência também observou como a presença do chamado bloco socialista compensava as desigualdades

internacionais espontâneas da acumulação. A existência da URSS e seus aliados determinava esse efeito neutralizador.

O resultado dessas múltiplas tendências foi uma certa estabilização da desigualdade entre os países. A desigualdade puramente ascendente do século XIX tomou um rumo mais variável e tendeu a se equilibrar entre 1950 e 1990 (Bourguignon e Morrisson, 2002).

Nesse período, as polaridades nos países decaíram devido às melhorias concedidas pela classe capitalista, diante do medo generalizado de um contágio socialista. Esse pânico determinou a presença de modelos keynesianos, em um contexto de descolonização e ascensão do anti-imperialismo.

Marini registrou as desigualdades nacionais e sociais geradas pelo capitalismo como as forças que limitam essas polaridades. Essa combinação de processos ficou significativamente alterada nas últimas décadas do século XX pela dinâmica subsequente da mundialização neoliberal.

Desigualdades variadas

Numerosos estudos coincidem em destacar o alargamento atual das desigualdades sociais em todos os pontos do planeta. Uma conhecida análise dessa polarização em 30 países mostra que 1% da minoria mais rica controla de 25% a 35% do patrimônio total na Europa e nos Estados Unidos (2010). Nas duas regiões, 10% dos habitantes administram de 60% a 70% da riqueza. Níveis semelhantes de desigualdade são verificados em outras regiões centrais, emergentes ou periféricas (Piketty, 2013).

Mas o percurso seguido pela desigualdade entre países é mais controvertido. Este indicador é avaliado comparando os diferentes PIB *per capita* com ponderações populacionais (Milanovic, 2014). Dessa forma, mede-se a incidência de taxas de crescimento sobre a desigualdade global, levando em consideração a população envolvida. Um aumento substancial do PIB na Índia tem efeitos muito diferentes do mesmo aumento na Nova Zelândia (Goda, 2013).

Nas últimas décadas, a crescente desigualdade social foi acompanhada por novas polaridades entre os países, mas, incluindo o fator populacional, o resultado final é variado. O crescimento de nações com grande peso demográfico reduziu as brechas nacionais totais. O curso das desigualdades fora e dentro das fronteiras – geralmente sintetizado pelo coeficiente Theil – diminuiu 24% desde 1990. O aumento de 14% da desigualdade nessas nações foi compensado por uma redução de 35% da desigualdade entre países (Bourguignon e Châteauneuf-Malclès, 2016).

Devido ao seu grande número de habitantes, a China alterou o indicador mundial. Enquanto a economia global se estagnava em torno de 2,7% ao ano (2000-2014), o gigante asiático cresceu em 9,7%. Embora essa trajetória tenha semelhanças com os antecedentes do Japão e da Coreia do Sul, seu efeito sobre a polaridade entre os países é muito diferente.

Em plena explosão das desigualdades sociais, a continuidade da redução da desigualdade global é muito duvidosa. A ascensão da China se dá às custas de seus rivais ocidentais e reconfigura a estrutura das potências dominantes, mas o espectro restante da hierarquia mundial continua sendo segmentado em compartimentos tradicionais. Existem poucas mudanças na pirâmide mundial. Uma reversão da “grande divergência” desenvolvida durante o século XIX deveria debilitar essa hierarquia.

Em estudos anteriores à recente ascensão da China, os teóricos do sistema-mundo forneceram muitos exemplos do caráter duradouro dessa estrutura. Ilustraram a reduzida mobilidade internacional dos países a longo prazo, exemplificando essa permanência em 88 dos 93 casos considerados (Arrighi, 1990).

Outra avaliação feita nos inícios da mundialização (1960-1998) observou o paradoxo de uma participação crescente das novas economias na globalização produtiva, com pouco efeito no nível relativo do PIB *per capita*.

Esse trabalho observou que a produção industrial nesses países (como uma porcentagem comparada do PIB do Primeiro

Mundo) aumentou significativamente (de 74,6% para 118%), em comparação com um PIB *per capita* (como uma porcentagem do seu equivalente nos países avançados) que permaneceu quase inalterado (de 4,5% para 4,6%). A convergência industrial não se traduziu em melhorias equivalentes nos padrões de vida (Arrighi, Silver e Brewer, 2003). Além disso, a subsequente decolagem da China foi consumada, preservando grandes distâncias com o PIB *per capita* de seus pares do Ocidente.

O rumo da desigualdade global é um determinante das relações centro-periferia que Marini investigou com tanta atenção, mas sobre as diferentes trajetórias abertas operam forças muito diferentes das que prevaleceram nos anos de esplendor do dependentismo.

Internacionalização sem contrapartida política

A atual expansão das desigualdades sociais acima das desigualdades nacionais se desdobra em um cenário muito singular: a internacionalização da economia não tem correlação equivalente nas classes dominantes e nos Estados. Essa contradição apenas se insinuava na década de 1960. A coexistência da globalização produtiva com as estruturas estatal-nacionais é um conflito do século XXI.

O peso dos organismos econômicos (FMI, BM, OMC) e geopolíticos (ONU, G20) de caráter global não reduz a escala perturbadora dessa separação. A configuração dos Estados forjados nos inícios do capitalismo continua a desempenhar um papel central. Garantem a gestão localizada da força de trabalho em um contexto de grande deslocamento mundial de produtos e capitais.

Esse fortalecimento das regulamentações trabalhistas em escala nacional repercute, por sua vez, sobre as identidades específicas das diferentes classes dominantes. Embora eles mundializem seus negócios, esses grupos mantêm comportamentos políticos e culturais conflitantes. As empresas se internacionalizam, mas sua gestão não fica desvinculada dos Estados de origem. Pelas

mesmas razões, a concorrência internacional para atrair capital se desenvolve sempre recompensando os investidores mais próximos.

A ordem neoliberal expande uma mundialização gerenciada por estruturas nacionais. Os mesmos Estados que os marxistas clássicos e do pós-guerra analisavam, agora operam em uma nova estrutura de globalização produtiva.

Nesse quadro de associação econômica mundial, os confrontos geopolíticos se desenvolvem recriando vínculos de dependência. As principais potências renovam essa sujeição em suas áreas de influência, enquanto disputam a supremacia nas áreas mais coibiçadas do planeta.

Os Estados Unidos tentam recuperar sua hegemonia começando pelas regiões que tradicionalmente estiveram sob seu controle (América Latina). A vigência de uma moeda comum – entre economias com enormes diferenças de produtividade – reforça a supremacia da Alemanha na Europa. A China amplia as distâncias com seus vizinhos asiáticos. A dependência que Marini estudou assume novas formas e intensidades.

Problemas do transnacionalismo

O estágio atual da globalização produtiva – sem correspondência direta nas classes dominantes e nos Estados – contradiz a tese da transnacionalização total. Essa visão pressupõe que os principais sujeitos e instituições do sistema tenham se divorciado de seus pilares nacionais (Robinson, 2014). Considera que a velha ancoragem das empresas no mapa do país foi dissolvida.

Essa abordagem transforma as prolongadas transições da história em transformações instantâneas. Ela observa, com razão, que a internacionalização da economia gera dinâmicas do mesmo tipo em outras esferas, mas desconhece o enorme fosso temporal que separa os dois processos. O fato de uma empresa assumir perfis transnacionais em poucos anos não implica a globalização equivalente de seus proprietários. Nem implica processos desse tipo nos grupos sociais ou Estados que abrigam a empresa.

O capitalismo não se desenvolve com ajustes automáticos. Articula o desenvolvimento das forças produtivas com a ação de classes dominantes adaptadas a diferentes cenários estatais. As diferentes esferas desse tripé mantêm níveis de conexão tão intensos quanto autônomos.

Já na época de Marini, alguns teóricos marxistas (como Poulantzas) perceberam que a internacionalização produtiva não envolvia sequências idênticas na superestrutura estatal ou classista. Essa tese inspirou a posterior caracterização da globalização como um processo baseado nas instituições do Estado mais poderoso do planeta (Panitch e Gindin, 2014).

A abordagem transnacionalista ignora a mediação de Washington na gestação da nova etapa. Por isso, também ignora o papel atual de Beijing. A associação entre ambas as potências coexiste com uma intensa rivalidade entre estruturas estatais muito diferenciadas. Os vínculos entre empresas chinesas e estadunidenses não implicam nenhum tipo de dissolução transnacional.

Basta lembrar a complexa trajetória da gestação do capitalismo em torno de classes e Estados pré-existentes, para constatar quão variados têm sido os padrões de mudança dessas entidades. A tese transnacionalista está em concordância com as correntes historiográficas que postulam a constituição abrupta de um sistema capitalista mundial integrado, esquecendo a complexa transição de múltiplas trajetórias nacionais (Wallerstein, 1984). Da mesma maneira que concebe essa intempestiva aparição há 500 anos, supõe que a globalização de hoje ilumina com grande rapidez classes e Estados mundiais.

A tradição oposta – que investiga os diferentes caminhos que cada capitalismo nacional seguiu – registra, em vez disso, como os sujeitos e as estruturas locais condicionam a globalização atual (Wood, 2002). Questiona a existência de uma irrupção sincronizada do capitalismo global e demonstra a preeminência de transições incertas guiadas por intermediação estatal. Um curso

genericamente comum de internacionalização se desenrola com a mais alta diversidade de ritmos e conflitos.

As relações de dependência persistem justamente pela inexistência de um súbito processo de completa mundialização. O entrelaçamento do centro e da periferia está sendo remodelado sem desaparecer, em um contexto de industrialização globalizada e redistribuições de valor entre classes e Estados concorrentes. Esse diagnóstico – congruente com a tradição de Marini – se contrapõe à visão transnacionalista.

Rearranjo semiperiférico

O teórico brasileiro estudou transferências internacionais de valor para analisar a reprodução dependente da América Latina. Considerou que a região recriava seu *status* subordinado pela drenagem sistemática de recursos para os países centrais. Desvantagens comerciais, remessa de lucros e pagamento de juros da dívida perpetuavam essa submissão.

Mas o pensador brasileiro não se limitou a retratar a desigualdade bipolar (entre o centro e a periferia) gerada por essas hemorragias. Ele investigou a nova complexidade introduzida pela existência de formações intermediárias. Investigou especialmente como a industrialização colocava certos países em um segmento semiperiférico. Ele observou essa transformação no Brasil, que se mantinha distanciado dos centros imperialistas sem compartilhar o extremo atraso da periferia (Marini, 2013).

Essa caracterização foi compartilhada por sua colega do dependentismo, que distinguiu as economias latino-americanas por seu desenvolvimento interno e pelo tipo de produtos exportados (Bambirra, 1986). A mesma abordagem foi utilizada pelo principal expoente do marxismo endogenista ao avaliar como o subdesenvolvimento desigual separava os países agrários mais atrasados das economias embarcadas em uma determinada decolagem industrial (Cueva, 2007).

Essas distinções são muito úteis para analisar o contexto atual. Para entender a mundialização, a simples polaridade centro-

-periferia é mais insuficiente do que no passado. As cadeias de valor aumentaram a relevância das semiperiferias.

As empresas multinacionais não priorizam mais a ocupação dos mercados nacionais para aproveitar os subsídios e as barreiras alfandegárias. Hierarquizam outros tipos de investimentos externos. Em certos casos, é garantida a captura dos recursos naturais determinados pela geologia e clima de cada local. Em outras situações, aproveitam a existência de grandes contingentes de força de trabalho barata e disciplinada.

Essas duas variantes – apropriação da riqueza natural e exploração dos assalariados – definem as estratégias das empresas transnacionais e a posição de cada economia na ordem global.

Tanto as periferias quanto as semiperiferias continuam integradas ao conglomerado dos países dependentes. A função subordinada que Marini atribuía às duas categorias não foi alterada. Estão inseridas na cadeia de valor, sem participar nas áreas mais lucrativas dessa estrutura. Nem exercem controle dessa estrutura. Atuam na produção globalizada sob o comando de empresas transnacionais.

Essa posição rebaixada é corroborada inclusive naquelas economias que conseguiram forjar suas próprias empresas multinacionais (Índia, Brasil, Coreia do Sul). Entraram em um campo que estava monopolizado pelo centro, sem modificar seu *status* secundário na produção globalizada (Milelli, 2013).

Outro indicador dessa posição rebaixada é a reduzida participação desses países na direção das instituições globalizadas. Essa ausência é coerente com a baixa representação dessas regiões nos corpos diretivos das empresas transnacionalizadas (Carroll e Carson, 2003).

Mas duas mudanças significativas são observadas em comparação com a época de Marini. O papel de cada semiperiferia na cadeia de valor introduz um elemento de peso altamente definidor de sua posição na pirâmide mundial. Diferentemente do passado, não basta registrar o nível do PIB *per capita* ou a magnitude do mercado interno.

Por outro lado, dentro do segmento semiperiférico é muito evidente o avanço das economias asiáticas (Coreia do Sul) e o declínio de seus pares latino-americanos (Argentina, Brasil). Como o mesmo rearranjo é observado em outras regiões, alguns autores sugerem a introdução de novas classificações para conceituar a mudança (semiperiferias fortes-fracas, altas-baixas, superiores-inferiores) (Morales Ruvalcaba e Efrén, 2013). Marini não chegou a presenciar essas transformações.

Incidência do subimperialismo

O pensador brasileiro analisou o papel das economias intermediárias nos mesmos anos em que os teóricos do Sistema Mundial estudaram o duplo papel das semiperiferias. Eles acreditavam que esses países atenuam as tensões globais e definem as mutações da hierarquia global. Destacaram como amenizam as desigualdades entre o centro e a periferia e de que maneira protagonizam as mobilidades ascendentes e descendentes que remodelam a divisão internacional do trabalho.

Os pensadores sistêmicos atribuíram esse papel ao caráter intermediário dos Estados semiperiféricos, que não detêm o poder do centro e não sofrem as debilidades extremas dos Estados atrasados. Descreveram casos de ascensão (Suécia, Prússia, Estados Unidos) e estagnação (Itália, Flandres) e retrocesso (Espanha, Portugal) desse segmento nos últimos cinco séculos. Eles postularam que seu lugar equidistante lhes permite liderar grandes transformações, enquanto equilibram a pirâmide mundial (Wallerstein, 1984; 1999; 2004).

Marini convergiu parcialmente com essa tese em sua avaliação de países intermediários. Ele usou essa perspectiva para diferenciar o Brasil da França e da Bolívia. Mas também introduziu um novo conceito de subimperialismo para caracterizar uma faixa de potências regionais com políticas externas associadas e, ao mesmo tempo, autônomas do imperialismo dos EUA.

Com essa noção, ele enfatizou o papel perturbador desses atores. Em vez de encará-los como amortecedores de tensões globais,

ele analisou sua função convulsiva. A alta conflitividade dessas regiões foi posteriormente atribuída à explosiva coexistência de universos de bem-estar e desamparo – tipo “Belíndia” [Bélgica e Índia] – (Chase-Dunn, 1999).

A abordagem de Marini foi semelhante à usada por um excepcional marxista do século XX para explicar, com argumentações de desenvolvimento desigual e combinado, a vulnerabilidade dos países intermediários (Trotsky, 1975). Como essas nações foram incorporadas à corrida da acumulação com grande atraso, elas enfrentam desequilíbrios superiores ao centro que são desconhecidos por seus imediatos seguidores da periferia. Por esse motivo, concentram posições potenciais de uma transição socialista. Assim como outros pensadores de sua época, Marini colocou a dinâmica dessas formações em um horizonte de confronto entre capitalismo e socialismo (Worsley, 1980).

Mas sua concepção do subimperialismo requer uma revisão significativa na era da mundialização neoliberal. O teórico da dependência atribuiu a essa categoria uma dimensão econômica de expansão externa e outra dimensão geopolítico-militar de protagonismo regional. Atualmente, não se verifica essa simultaneidade.

O subimperialismo contemporâneo não tem a conotação econômica que Marini observava. É característico de países que cumprem um duplo papel de gendarmes associados e autônomos dos Estados Unidos. A Turquia e a Índia desempenham esse papel no Oriente Médio e no sul da Ásia. Mas o Brasil não desempenha um papel equivalente na América Latina e a África do Sul também não cumpre esse papel em seu continente (Katz, 2017b).

O aspecto geopolítico do subimperialismo e a natureza econômica das semiperiferias são mais visíveis hoje do que no passado. O primeiro aspecto está determinado por ações militares destinadas a aumentar a influência das potências regionais. A segunda característica deriva do lugar ocupado por cada país na cadeia de valor. Marini não chegou a perceber essa diferença.

“Sul global”?

A nova combinação de crescente internacionalização do capital e a continuada configuração estatal-nacional das classes e dos Estados nos obriga a revisar outros aspectos do dependentismo tradicional. A mundialização produtiva é habitualmente investigada por expoentes dessa tradição, mas a reconfiguração geopolítica imperialista é frequentemente ignorada. Essa omissão é verificada no uso generalizado do termo “Sul Global”.

Postula-se esse conceito para destacar a persistência das clássicas diferenças entre os países desenvolvidos (“Norte”) e subdesenvolvidos (“Sul”). A mudança de produção para o Oriente e a captação do novo valor gerado pelo Ocidente são apresentadas como evidência dessa avassaladora polaridade (Smith, 2010).

Essas caracterizações enfrentam, com razão, o futuro afortunado das convergências entre economias avançadas e atrasadas que são disseminadas pelos neoliberais (e frequentemente validada pelos heterodoxos). Também demonstram que o modelo atual se baseia na exploração e na transferência de mais-valia para um punhado de empresas transnacionais. Explicam em detalhes as vantagens que os países mais poderosos mantêm para capturar a maior parte dos lucros.

No entanto, essas observações valiosas não esclarecem os problemas do período. O simples diagnóstico de um contraponto entre o Sul e o Norte colide com a dificuldade de classificar a China. Em qual dos dois campos se situa essa nação?

Às vezes, o país é excluído da divisão, com o mesmo argumento usado há 20 anos para destacar a singularidade da Coreia do Sul ou de Taiwan. Mas o que era plausível para dois pequenos países não pode se estender à segunda economia do planeta, que abriga um quinto da população mundial. Se a transformação protagonizada pelo gigante asiático for ignorada, torna-se impossível caracterizar o capitalismo atual.

De fato, excelentes trabalhos de pesquisa colocam equivocadamente a China no bloco de países subdesenvolvidos. Consideram que

a mais-valia extraída de seu enorme proletariado é transferida para o Ocidente (Smith, 2010). Mas não é prudente colocar neste universo uma potência que socorre os bancos do Ocidente, sustenta o dólar na crise, acumula um grande *superavit* comercial com os Estados Unidos e lidera os investimentos estrangeiros na África e na América Latina.

Também não é lógico interpretar que a massa de mais-valia gerada na China é totalmente transferida para o Ocidente e apropriada pela sede das empresas mundializadas. Tal drenagem tornaria impossíveis as altíssimas taxas de acumulação que caracterizam o país.

É evidente que grande parte do lucro obtido na China é capturado pelos capitalistas-burocratas locais. Esse lucro monumental é erroneamente interpretado como uma simples “fatia” do que é apropriado pelas empresas ocidentais (Foster, 2015).

Mas a China é um adversário e não um fantoche dos Estados Unidos. Seus grupos dominantes posicionam-se longe de qualquer burguesia dependente, com pequenas participações no bolo da globalização. Os novos dominadores asiáticos não têm parentesco com as velhas burguesias nacionais do pós-guerra.

A emergente potência oriental tem demonstrado capacidade para limitar a drenagem da mais-valia, enquanto aumenta sua apropriação do valor gerado na periferia. Nenhuma dessas ações está em concordância com sua classificação no “Sul Global”.

Renovar o dependentismo

Em suas análises da Economia Política da globalização, Marini lançou as bases para a compreensão do período atual. Destacou três focos de estudo: a exploração do trabalho, transferências de valor e reestruturação imperialista. Ele deixou pistas importantes, mas não respostas. A atualização de sua teoria requer investigações mais complexas do que a simples confirmação de conceitos enunciados meio século atrás.

O pilar dessa reavaliação é a caracterização da globalização produtiva na nova geopolítica imperialista. Este estudo requer

observar como a transferência de mais-valia redesenha o mapa de drenagem, retenção e captura de fluxos de valor. Também é essencial analisar as novas relações de submissão, subordinação e autonomia que emergem no mosaico internacional. Marini nos deixou um monumental trabalho de pesquisa a ser feito.

13. O CICLO DEPENDENTE, 40 ANOS DEPOIS

Nos anos 1980, Marini estudou o ciclo dependente das economias latino-americanas, avaliou a crise da industrialização e os desequilíbrios comerciais, financeiros e produtivos da região (Marini, 2012).

Depois de 40 anos, as mesmas contradições reaparecem em um novo cenário de declínio industrial, exploração retrógrada dos recursos naturais e fragilidade financeira.

Nesse contexto, a contraposição com o Sudeste Asiático substitui as velhas comparações com o capitalismo metropolitano. Também cobram relevância os estudos de países que administram a renda de suas exportações primárias. O papel da China desperta mais atenção que a dominação estadunidense e o futuro do Brasil já não suscita tanto interesse.

Além disso, dissiparam-se as expectativas desenvolvimentistas nas burguesias latino-americanas e despontaram novas caracterizações da burocracia estatal. Essas mudanças alteram significativamente a temática tradicional da teoria marxista da dependência e induzem a discutir modificações ou ampliações dessa concepção.

Tensões e crises

O pensador brasileiro associou os desequilíbrios da industrialização latino-americana com a troca desigual e a especialização no fornecimento de matérias-primas. Considerou que o desenvolvimento industrial do Brasil, México e Argentina não erradicava a drenagem de recursos. Ao contrário, reproduzia essa adversidade dentro da atividade manufatureira (Marini, 1973).

Com essa visão, postulou a existência de um ciclo dependente que impedia a repetição do desenvolvimento protagonizado pelas economias centrais. Descreveu essa obstrução nas diferentes fases da acumulação, utilizando um modelo inspirado nos esquemas expostos n'*O capital*, para ilustrar a sequência temporal da acumulação (Marx, 1973).

O teórico da dependência demonstrou como os recursos financeiros (capital-dinheiro) se transformavam em insumos para a indústria (capital-mercadoria), que facilitavam a superexploração dos trabalhadores (capital produtivo). Analisou detalhadamente as tensões suscitadas por esse processo (Marini, 2012).

Constatou que a preeminência do capital estrangeiro incentivava a transferência de valor ao exterior (*royalties*, patentes, lucros), limitando o alcance da acumulação. Afirmou que as empresas multinacionais complementavam essa absorção com a obtenção de enormes lucros derivados dos subsídios, das isenções impostas e do fornecimento de maquinário obsoleto. Considerou que a aquisição de insumos e equipamentos no exterior aumentava a perda de divisas.

No entanto, seu principal foco de estudo se situou na fase produtiva. Pesquisou como as grandes empresas obtinham lucros extraordinários, remunerando os trabalhadores abaixo da média paga nas economias centrais. Ele ressaltou que esse achatamento dos salários foi garantido pelo uso de tecnologias capital-intensivas, que criavam pouco emprego e perpetuavam o exército de desempregados. Acrescentou que os capitalistas locais reforçavam a extração da mais-valia para compensar sua debilidade em relação aos concorrentes externos (Barreto, 2013).

Dessas peculiaridades do ciclo dependente, Marini deduziu a existência de duas crises específicas da periferia industrializada. Por um lado, destacou que a sangria de divisas provocava uma ruptura do equilíbrio entre os componentes que sustentavam a acumulação (desproporcionalidades) (Marini, 1994). Reformulou nesses termos marxistas a leitura heterodoxa dos desequilí-

brios da balança de pagamentos. Como a indústria não gera os dólares necessários para importar seus insumos e equipamentos, o periódico estrangulamento do setor externo sufoca o nível de atividade.

O pensador dependentista localizou um segundo tipo de crise na esfera do consumo. Afirmou que os baixos salários limitavam o poder aquisitivo, bloqueando a realização do valor das mercadorias. Entendeu que esse impedimento limitava a criação de uma norma de consumo de massa semelhante à existente nas metrópoles. Estudou a segmentação de compras entre as elites e os setores populares, destacando as diferenças com a cesta básica vigente nas economias avançadas. Entendeu que um bem-salário no centro era equivalente a um bem-suntuário na periferia.

Sua descrição dessas crises combinadas de acumulação e retração do poder aquisitivo esclareceu muitas tensões das economias latino-americanas (Marini, 2013). Considerava que as crises de valorização (tendência decrescente da taxa de lucro) afetavam em cheio as metrópoles e que as modalidades de realização (diferença entre a produção e o consumo) atingiam com maior severidade os países subdesenvolvidos. Com essas observações sintetizou sua avaliação do capitalismo dependente.

Retração industrial, obstrução ao consumo

O economista brasileiro introduziu uma noção (“padrão de reprodução”) que foi muito utilizada posteriormente para caracterizar o retrocesso da indústria regional (Marini, 1982). Essa retração é um dado duradouro das últimas décadas e modifica alguns efeitos de seus diagnósticos.

O peso do setor industrial no produto latino-americano baixou de 12,7% (1970-1974) a 6,4% (2002-2006). A densidade industrial por habitante – que mede o valor agregado por essa atividade no PIB *per capita* – decaiu de forma igualmente significativa (Salama, 2017a). A indústria regional ficou confinada aos patamares básicos da cadeia global de valor. Sua participação na elaboração

ou desenho de novos bens é insignificante e se limita a reproduzir as mercadorias já padronizadas.

No Brasil, o aparato industrial perdeu a dimensão alcançada nos anos 1980. A produtividade estagna, o *deficit* externo se expande e os custos aumentam com a deterioração da infraestrutura de energia e transporte. Por isso, o país enfrenta um visível retrocesso nas exportações de alta e média tecnologia (Salama, 2017b).

Um declínio maior afeta a indústria argentina. A recuperação da última década não reverteu o declínio sistemático desde os anos 1980. Persiste a alta concentração em poucos setores, o predomínio estrangeiro, o aumento das importações e a baixa integração de componentes locais. Além disso, o *deficit* comercial aumenta ao compasso de crescentes aquisições externas de insumos e equipamentos (Katz, 2016).

México aparenta outro *status* pela expansão sustentável de suas *maquilas*. Mas esses empreendimentos apenas montam peças, em função das necessidades econômicas estadunidenses. Desenvolvem atividades básicas com pouco efeito multiplicador sobre o restante da economia e essa debilidade explica o baixo crescimento do PIB asteca (Schorr, 2017).

Seja na variante brasileira ou argentina de explícita queda ou na modalidade mais enganosa do México, o retrocesso industrial latino-americano suscita generalizados diagnósticos de “desindustrialização”.

Esse retrocesso difere da deslocalização imperante nas economias avançadas por seu caráter precoce. Reflete o declínio de um setor antes de ter alcançado seu amadurecimento (Salama, 2017b). Na medida em que o setor industrial não desaparece, a “desindustrialização” poderia ser um termo controvertido. Mas enfatiza o indubitável encurtamento dessa atividade e sua especialização em processos muito elementares. Qualquer que seja a denominação utilizada, a indústria latino-americana sofre uma cirurgia mais dramática do que as tensões descritas por Marini.

O empobrecimento que acompanha esse retrocesso industrial também potencializou a contração do poder de compra. A perda de postos de trabalho na indústria não é compensada pelo crescimento de serviços que multiplicam a informalidade.

O declínio da indústria dilui as tradicionais melhorias do consumo que geravam os aumentos da produtividade fabril. O esquema fordista de massificação das compras foi estabelecido no passado e perde possibilidades de aparição no cenário atual de assistencialismo, desamparo e precarização do emprego.

Já nos anos 1960, a escala restrita da classe média limitava a expansão do consumo. Esse setor reunia mais os pequenos comerciantes e trabalhadores por conta própria do que profissionais ou técnicos qualificados. Na última década, ressurgiu uma expectativa da irrupção desse segmento social, mas sua presença efetiva foi superdimensionada, esquecendo-se que a enorme desigualdade predominante na América Latina impede essa decolagem.

A expansão da classe média envolve a incorporação de novos bens de educação, saúde ou habitação nos gastos cotidianos. Não é equivalente ao aumento no crédito ou do endividamento. Por isso é equivocado apresentar o Brasil como uma nação de classe média. A grande aquisição de celulares ou computadores não modifica a 84ª posição que esse país ocupa no índice mundial de desenvolvimento humano.

Não é fixando o número de beneficiários de determinada renda que se define a magnitude da classe média, mas sim avaliando a dimensão desse setor em relação aos grupos sociais mais enriquecidos ou empobrecidos (Adamovsky, 2012). Sua estreita escala mantém o padrão dualizado de consumo que Marini atribuiu ao ciclo dependente.

Efeitos do extrativismo

A tecnificação e capitalização da agricultura introduziram mudanças importantes na economia latino-americana. O agrone-

gócio reforçou a importância de culturas orientadas pela demanda externa em detrimento do abastecimento local.

A mesma especialização é encontrada na mineração e nas explorações a céu aberto promovidas por empresas transnacionais. Elas obtêm grandes lucros, pagam impostos baixos e generalizam calamidades ambientais.

Esse modelo de extrativismo de exportação reforça a preeminência das atividades primárias, em detrimento da produção industrial voltada para o mercado interno. A renda derivada da propriedade dos recursos naturais é mais relevante do que os lucros derivados do investimento fabril.

As grandes empresas priorizam a apropriação de um excedente que é remetido ao exterior, recriando a tônica do ciclo dependente. Essa drenagem, combinada com a crescente abertura comercial, multiplica as tensões que os teóricos da dependência previram.

O modelo atual acentua a ligação de todas as economias à flutuação internacional dos preços das matérias-primas e torna o nível de atividade mais volátil. O PIB da Argentina, por exemplo, contraiu e expandiu significativamente em 12 oportunidades nos últimos 35 anos. A mesma oscilação apresentou no Brasil uma intensidade menor. Essas oscilações obstruíram a continuidade da acumulação nos dois países, gerando poucos investimentos, elevados custos financeiros e crises frequentes (Arriazu, 2015).

Nos períodos de valorização exportadora, as divisas afluem, as moedas tendem a subir de preço e o gasto se expande. Nas fases opostas, os capitais migram, decresce o consumo e as contas fiscais se deterioram. No auge dessa adversidade, eclodem as desvalorizações e os ajustes. A renovada importância das atividades primário-exportadoras potencializa os efeitos desse ciclo comercial.

As flutuações também aumentam o endividamento. Nas fases das vacas gordas, os capitais entram para lucrar com operações financeiras de alto rendimento. Nos períodos opostos, irrompe o risco de convulsões iminentes e a fuga de fundos se generaliza. O refinanciamento compulsório, moratórias e cessação de pagamen-

tos legados pelo endividamento levam a crises mais profundas do que as registradas por Marini.

Essas turbulências potencializam o *deficit* estrutural de divisas que afeta a indústria. A mesma sequência observada nos anos 1960 assume outra magnitude. A atividade industrial depende de um setor rentista mais relutante em fornecer os dólares que o setor manufatureiro precisa para enfrentar suas importações. A concorrência de produtos estrangeiros acentua essa vulnerabilidade.

Os dois tipos de crise que Marini conceituou ressurgem com maior virulência. A falta de moeda estrangeira aumenta as desproporcionalidades e a retração do poder de compra agrava a asfixia do consumo.

Essas tensões frequentemente são compensadas com o endividamento, política fiscal e manejos monetários. Mas a recessão industrial e o extrativismo reduzem as margens dessa intervenção estatal. O diagnóstico dependentista é corroborado em um cenário mais tormentoso.

Ciclo e crises

Marini avaliou o que aconteceu durante a substituição de importações (1935-1970), quando a indústria chegou a se expandir para o setor de produção pesada sem resolver seu periódico estrangulamento externo.

Esse modelo entrou em colapso nos anos 1980, sob o impacto de uma “década perdida” de endividamento e hiperinflação. O ajuste fiscal para conter essa desordem levou a uma estagnação prolongada e o PIB regional recuperou seu nível de 1980 apenas em 1994. O mesmo aconteceu com as médias da pobreza (Sallama, 2017a). O pagamento da dívida absorveu entre 2% e 7% do produto, recriando a grave desacumulação cíclica sofrida pelo capitalismo dependente.

O neoliberalismo estreou na década de 1990 com políticas econômicas de conversibilidade, dolarização e altas taxas de juros. Posteriormente, foram realizadas a privatização, reestruturação

produtiva e estrangeirização dos setores estratégicos da economia. Essas medidas aprofundaram a vulnerabilidade descrita pelo teórico da dependência.

A livre circulação de capitais abriu as comportas para uma escala sem precedentes de especulação financeira e a redução de tarifas exacerbou o *deficit* comercial da indústria. A desigualdade social e o empobrecimento coroaram esse retrocesso, acentuando a periódica contração do consumo. Essas experiências neoliberais foram encerradas com a queda de vários governos e o início do chamado “ciclo progressista” na América do Sul.

O neodesenvolvimentismo reapareceu no início do novo século, com estratégias para superar o atraso econômico baseadas em auxílios estatais, baixas taxas de juros e taxas de câmbio competitivas. Diferentemente do passado, essa política não tentou erradicar o esquema agromineiro de exportação. Buscou alianças com os protagonistas desse modelo, rejeitou parcialmente o protecionismo e fortaleceu os laços com empresas transnacionais. Com esse perfil conservador, priorizou a política macroeconômica e omitiu as transformações estruturais (Katz, 2016).

No entanto, esse ensaio voltou a depender da conjuntura internacional e houve bonança apenas enquanto prevaleceu a valorização das matérias-primas. Na fase favorável, o endividamento foi reduzido, um certo *superavit* comercial emergiu e a indústria se recuperou parcialmente. O crescimento foi sustentado pela afluência de dólares.

Como os fundamentos do subdesenvolvimento permaneceram intactos, o fim das vacas gordas recriou a crise. No principal experimento neodesenvolvimentista (Argentina), o incentivo estatal ao consumo deixou de funcionar quando a inflação alta e o *deficit* fiscal reapareceram. O mesmo declínio foi observado no Brasil.

A reprodução dependente vinculada a entradas e saídas de divisas bloqueou novamente o crescimento sustentado, mas com margens inferiores para a tentativa de reindustrialização. O retrocesso fabril, o extrativismo e o predomínio de setores rentistas

estreitaram esse espaço. As mesmas limitações afetaram a capacidade dos Estados de reverter a exclusão social.

Atualmente, a restauração conservadora na Argentina e no Brasil e o continuísmo neoliberal no México renovam completamente o ciclo dependente. Os mesmos desequilíbrios da balança de pagamentos e a asfixia do consumo ressurgem em maior escala. As teses de Marini são verificadas com o mesmo drama do passado. No entanto, essa constatação é apenas o ponto de partida para reavaliar seu enfoque.

Contraste com a Coreia

Demonstrar que a teoria marxista da dependência é corroborada na América Latina é relativamente simples. Mesmo assim, estender essa verificação para outras latitudes é mais complexo. A mundialização neoliberal não recria simplesmente as antigas desigualdades entre o centro e a periferia. Ela introduz novas bifurcações nos dois polos.

Esse tipo de desigualdade separa especialmente a América Latina do Sudeste Asiático. Duas regiões que compartilhavam o mesmo *status* atrasado têm seguido trajetórias opostas. A estagnação da primeira região contrasta com o crescimento da segunda.

A contraposição com a Coreia do Sul particularmente chama a atenção, tanto na produtividade como na densidade industrial (peso do setor manufatureiro no PIB). Nos dois planos, esse país tem registrado um enorme distanciamento do Brasil e da Argentina.

O contraste com as *maquilas* também é evidente no valor agregado aos produtos. Essa diferença demonstra a reduzida competitividade do modelo mexicano, que combina excedentes formais com os Estados Unidos com enormes desequilíbrios nas transações com o Oriente (Salama, 2012b).

A exploração diferenciada da força de trabalho é a principal explicação da desigualdade que distanciou o Sudeste Asiático da América Latina. As primeiras caracterizações marxistas enfatiza-

vam esse dado. Contrastavam o inferno fabril coreano dos anos 1960 e 1970 com as conquistas obtidas pelos trabalhadores latino-americanos (Tissier, 1981). Essa combatividade explica a persistência da desconfiança das transnacionais em investir, quando na década seguinte a média salarial se equiparou nas duas regiões.

A preferência dos capitalistas pela Coreia do Sul teve, além disso, uma raiz geopolítica no papel das ditaduras desse país na contenção da revolução chinesa. O grande financiamento estadunidense foi garantido, também, durante a guerra do Vietnã. A resposta imperialista à Revolução Cubana foi muito diferente na América Latina.

No novo século, as diferenças dos custos salariais se modificaram. Ao cabo de um prolongado processo de acumulação, as diferenças de produtividade da Coreia com seus pares latino-americanos são mais significativas que as discrepâncias de salários.

Essa mudança ilustra a desigualdade de desenvolvimento. Enquanto o investimento real por trabalhador no Brasil (2010) está ligeiramente abaixo do nível de 1980, seu equivalente na Coreia se multiplicou por 3,6 vezes (Salama, 2012a). O mesmo contraste se verifica nos coeficientes que medem a participação de cada economia nas cadeias globais de valor. No entanto, atualmente já não conseguem as comparações anteriores. Coreia ficou integrada ao elo superior de uma vasta estrutura asiática de globalização produtiva. Esse conglomerado se recicla em bloco, recriando a vantagem comparativa de uma força de trabalho barata. Sucessivas ondas de expansão fabril têm diversificado esse incentivo aos capitalistas por meio da ampliação de formas brutais de sujeição dos trabalhadores a novos países (Tailândia, Filipinas, Bangladesh etc.).

A exploração desse contingente de operários inclui modalidades crescentes de flexibilização, uma vez que as empresas asiáticas superaram especialmente seus pares da América Latina na subcontratação. Combinam tecnologias digitais, transporte mais barato e comunicações ampliadas com precarização, segmentação e terceirização da atividade de trabalho.

A América Latina era funcional ao velho modelo de substituição de importações e o Sudeste Asiático otimiza a atual internacionalização da produção. A pré-existência de um determinado mercado interno era vantajosa para a industrialização do pós-guerra, mas é inconveniente para um modelo fabril orientado para a exportação. A escassez de consumo local tornou-se um ativo desses esquemas.

O papel dos Estados Unidos também mudou. No passado, seu predomínio industrial complementava o desenvolvimento manufatureiro na América Latina e, atualmente, ao contrário, as empresas transnacionais compensam o declínio industrial da metrópole com a instalação de fábricas na Ásia. Nesse novo contexto, a redução conjuntural dos salários latino-americanos não é mais suficiente para reiniciar o investimento. A receita aplicada pelo Brasil não funciona.

Como o modelo anterior continua gravitando na América do Sul, o protecionismo supera as médias asiáticas. Não obstante, a eliminação dessas proteções demoliria completamente a estrutura fabril. O capitalismo neoliberal impõe esse dramático dilema na Argentina e no Brasil.

A América Latina não pode se incorporar ao tipo de economia integrado pela Coreia. Esse grupo inclui cerca de 20 países, dos quais oito nações reúnem a maioria dos assalariados. Desde os anos 1980, esse novo mapa do proletariado dobrou a força de trabalho conectada à economia global (Smith, 2010), e Argentina, Brasil e México não têm lugar nesse circuito.

A diferença é ainda mais acentuada pela retenção asiática de partes significativas da mais-valia. Na América Latina, ao contrário, a drenagem de valor para as metrópoles é fortalecida. A expansão limitada do consumo interno coreano também contrasta com a acentuada deterioração do poder de compra no Novo Mundo. Em suma, a plena continuidade do ciclo dependente não se estende, nos termos estritos de Marini, ao universo da Ásia-Pacífico.

Outras interpretações

Nossa caracterização do modelo dependentista rivaliza vantajosamente com outras explicações do contraponto entre a América Latina e o Sudeste. A visão neoliberal atribui essa bifurcação à abertura comercial realizada pelo Oriente e que a América Latina evitou. Ela acredita que essa mudança permitiu às economias asiáticas melhorar sua alocação de recursos e aproveitar suas vantagens comparativas.

No entanto, nos dois casos houve redução nas tarifas. A diferença estava nos bens importados em cada caso. A enxurrada de produtos de consumo sofrida pela América Latina contrastou com a aquisição de equipamentos pela Coreia. A existência de condições de exploração do trabalho mais favoráveis ao capital sustentou esse caminho produtivo.

Os ortodoxos enaltecem essa assimetria reivindicando a “arbitragem global de salários”, que recompensa as regiões com custos trabalhistas mais baixos para realizar tarefas semelhantes. Mesmo assim, essas atividades não se materializam com objetos inanimados. A “arbitragem” seleciona diferentes graus de submissão dos assalariados.

Economistas heterodoxos contestam a interpretação neoliberal do crescimento oriental. Demonstram a falácia da abertura comercial, ilustrando o acúmulo de tarifas, regulamentações financeiras e subsídios à exportação em vigor na Coreia (Gereffi, 1989). No entanto, exaltam esse modelo, contrastando-o com a adaptação passiva da América Latina ao mercado mundial. Consideram que esse amoldamento impede de aproveitar as oportunidades da globalização (Bresser Pereira, 2010).

Com esse argumento, eles situam todos os obstáculos ao desenvolvimento latino-americano no plano interno. Esquecem que a divisão internacional do trabalho impede a livre escolha de um destino. Se os países pudessem definir seu próprio futuro, todos optariam pela Suíça e nenhum por Moçambique.

O capitalismo não é um campo aberto à prosperidade dos mais astutos. É uma ordem estratificada que inibe o bem estar

coletivo. Como não há lugar para todos, o desenvolvimento de determinada economia se realiza à custa de outra.

Em cada etapa do sistema há regiões favorecidas e penalizadas pela dinâmica da acumulação. Essa seleção não é um cardápio à disposição dos diversos países. Para o Sudeste Asiático não era viável imitar a América Latina nos anos 1960, e a mesma impossibilidade se reproduz atualmente de forma inversa.

O Novo Continente necessita de um suporte laboral semelhante ao Oriente e não se amolda às conveniências das empresas transnacionais. A Coreia foi inserida na mundialização sem carregar uma indústria obsoleta na mochila.

A heterodoxia supõe que o avanço de qualquer economia emergente depende da captura de atividades complexas na cadeia de valor (Milberg, 2014). Afirmar que a fabricação deve seguir a montagem até atingir a produção original (Gereffi, 2001). Reconhece que as empresas localizadas na liderança deste processo assumem a maior parte do excedente e defendem a alteração dessa distribuição.

No entanto, evita registrar que a crescente captura de valor exige maior extração da mais-valia. Essa omissão é verificada na equivalência traçada entre salários, produtividade e política cambial na determinação das estratégias de desenvolvimento. Desconhece que essas três dimensões não são comparáveis. A sujeição do trabalhador a um tipo de remuneração é um pressuposto de qualquer decisão de investimento. O marxismo dependentista enfatiza essa condição ignorada pela heterodoxia.

Outras comparações

A Coreia não teve que lidar com problemas de aumento da taxa de câmbio experimentado pelas economias exportadoras de recursos naturais. Moldou-se ao novo estágio do capitalismo sem enfrentar a velha adversidade dos países de médio porte da América Latina. Nesta, a preeminência de rendas da agroexportação desencoraja o investimento na indústria.

A partir de meados do século XX, Argentina, Brasil e México tentaram canalizar esse excedente para a atividade industrial. No entanto, os conflitos causados por essa estratégia impediram sua implementação.

Muitos debates dos anos 1960 e 1970 avaliavam o uso produtivo da renda. Os teóricos da dependência propunham capturar esse excedente com punições estatais pelos privilégios da oligarquia. Essas iniciativas eram detalhadas mais precisamente pelas correntes endogenistas do marxismo. Marini enfatizava a drenagem externa e não tanto a dilapidação interna dos recursos necessários para o desenvolvimento. Colocava mais atenção na mais-valia apropriada dos assalariados do que na renda administrada pelos latifundiários.

Naquele momento, surgiram as primeiras discussões sobre a internacionalização financeira da renda. O debate principal girou em torno do caráter da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). A sugestão de que os membros desse cartel pudessem sair da dependência (Semo, 1975) foi contestada por uma forte expoente da dependência (Bambirra, 1978). A evolução posterior das economias exportadoras de petróleo confirmou essa crítica. O subdesenvolvimento continuou a imperar nos países árabes, africanos e asiáticos que compunham esse organismo.

No entanto, esse resultado não esclareceu os enigmas criados pelas economias que aproveitaram a renda para seu desenvolvimento. Essa problemática despertou um interesse crescente nos últimos anos. Alguns estudos destacam o que aconteceu na Noruega ou na Austrália e contrastam sua evolução com a Argentina. Com algumas precauções, essa comparação poderia ser estendida ao Brasil ou México.

Uma nação do norte da Europa e outra da Oceania se especializaram na exportação de matérias-primas, enquanto expandiam certos serviços e indústrias intensivas (Schorr, 2017). Ao contrário dos governos latino-americanos liberais (que dilapidaram a renda) ou desenvolvimentistas (que não conseguiram transformá-la

em acumulação), eles canalizaram esse recurso para um certo desenvolvimento.

Uma combinação de condições objetivas e comportamentos das classes dominantes determinou esse curso. A Noruega e a Austrália concentram sua considerável riqueza em energia e minérios, e possuem uma dotação *per capita* desses ativos muito superior aos seus potenciais pares da América Latina.

A Noruega é um caso típico de altíssima renda com uma população pequena. Desfruta um padrão de renda semelhante ao prevalecente nos refúgios dos bancos (Suíça) ou em receptores de turistas (ilhotas do Caribe).

Com 5 milhões de habitantes, ocupa o primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento Humano. Também exibe uma história peculiar de poucos conflitos políticos e grande preeminência de gastos sociais. Nos anos 1960, quando começou a explorar o petróleo, já era um país produtivamente diferenciado, com um certo nível de industrialização.

Essa trajetória explica como foi capaz de enfrentar o aumento da renda pela elevação da taxa de câmbio das exportações, impondo uma apropriação estatal dessa renda. Conseguiu esse reinvestimento produtivo a partir de um *status* econômico já integrado nas principais metrópoles do Velho Continente.

A Austrália também tem singularidades marcantes. Possui uma densidade populacional menor que a Argentina e uma porcentagem mais alta de recursos naturais por habitante. Passou por um processo de substituição de importações, mas se especializou em exportações primárias e produtos com baixo conteúdo tecnológico.

A proximidade com o Sudeste Asiático foi determinante dessa reconversão. Além disso, sua economia sempre esteve distanciada da complementariedade agrícola (e a consequente rivalidade) que a Argentina manteve com os Estados Unidos (Schteingart, 2016).

No plano interno a Austrália tem preservado uma estrutura relativamente igualitária e nunca enfrentou as tensões sociais de qualquer país sul-americano. Contou com um grande financia-

mento externo por sua ativa participação na Guerra Fria. A relação privilegiada com a Inglaterra evoluiu a uma estreita associação imperialista com os Estados Unidos (DSP, 2001). Comparações do mesmo tipo poderiam se estender ao Canadá.

As diferenças desses países com a América Latina não invalidam o contraponto. Essa composição abre um importante campo de estudos para a teoria marxista da dependência. É decisivo avaliar qual é o impacto do manejo da renda sobre o desenvolvimento.

A relação com a China

O grande salto registrado no intercâmbio comercial com a China ilustra outra dimensão contemporânea da dependência. O total de transações ultrapassou de 10 bilhões (2000) a 240 bilhões de dólares (2015), sob uma marca de total assimetria. A região exporta matérias-primas simples em troca de manufaturas (Emmerich, 2015).

A China não apenas fornece produtos industriais, mas também arrebatada da América Latina os mercados desses produtos. A importância do fluxo comercial entre as duas regiões é totalmente desigual. Enquanto o México e o Brasil estão entre os 25 principais importadores de mercadorias chinesas, suas vendas representam apenas 1% das aquisições da nova potência (Salama, 2012b).

O novo colosso também expande seus investimentos a uma velocidade vertiginosa, sem nenhuma consideração inversa em relação às empresas multilatinas. Todos os seus empreendimentos estão focados na captura de recursos naturais. Fornece recursos para prospecção de petróleo, perfuração de mineração e projetos agrícolas. Melhorar portos e as rodovias para garantir o transporte dos bens primários. No entanto, sempre impõe cláusulas estritas de fornecimento de insumos e nunca contempla transferências de tecnologia.

A China também promove acordos de livre comércio para garantir seu predomínio. Tendo alcançado o *status* de “economia de mercado”, ela bloqueia qualquer proteção local contra a entrada

de seus produtos. Resguarda essa expansão com empréstimos, que já superam o montante concedido pelos dois tradicionais financiadores da economia latino-americana (FMI e BM). Somente a África é ainda mais subordinada ao novo mandante econômico.

Essa submissão consagra uma assombrosa disparidade de trajetórias verificada na comparação do Brasil com a China. A renda *per capita* dos dois países, em 1980, era de US\$ 4.809 e US\$ 306, respectivamente. Em 2015, os dados evoluíram de US\$ 15.614 e US\$ 14.107. Essa comparação impressionante ilustra o progresso irrisório do Brasil (3,25 vezes) frente o salto espetacular da China (46 vezes) (Salama 2017a).

A mesma desigualdade é observada no *ranking* mundial de exportações. Atualmente, o gigante asiático ocupa o primeiro lugar, depois de figurar na lista dos 50 participantes dessa atividade. Ao contrário, o Brasil regrediu para a 25ª posição depois de ter alcançado o 16º lugar (Salama 2012b). A disparidade é muito mais significativa na incidência de ambas as economias na cadeia global de valor.

Todos os dados confirmam o lugar econômico dominante da China na América Latina. Sua presença não é comparável a nenhum dos países contrastados com o Brasil, México ou Argentina. Está situado em um estrato muito diferente da Coreia do Sul, Austrália ou Noruega. Começou a desenvolver com a região uma relação mais parecida com a das velhas metrópoles europeias ou com a dos Estados Unidos.

Certamente sua presença desafia a dominação da primeira potência. Mas, até agora, é uma ameaça mais econômica do que geopolítica. Não projeta sua impressionante expansão comercial para o plano militar. A China avança cautelosamente no terreno diplomático. Emprega poder brando [*soft power*], com discursos de cooperação distanciados da mensagem hegemônica. Utiliza uma retórica de reciprocidade e benefício mútuo nas relações Sul-Sul.

Sua política é baseada na grande mutação gerada pela globalização produtiva. A antiga relação bipolar (centro-periferia) agora

adota certas características triangulares. Há concorrência entre as economias metropolitanas e as novas potências industrializadas pela subjugação da periferia. China e Estados Unidos concorrem nesse uso da primarização exportadora da América Latina (Sallama, 2012c).

O resultado do confronto entre as duas potências é incerto. Mas a subordinação da América Latina é um dado em qualquer resultado. Uma reversão drástica dessa submissão é a condição para estabelecer uma relação de associação com a China que contribua para a emancipação da dominação estadunidense (Katz, 2016).

Geopolítica, classes, governos

Os teóricos marxistas da dependência sempre destacaram a dimensão política dessa sujeição (Santos, 1998). Afirmaram que a subordinação dos governos latino-americanos ao imperialismo estava em sintonia com burguesias estreitamente associadas ao capital estrangeiro.

Esse argumento se inspirava em um cenário internacional marcado pelas tensões entre potências centrais, países periféricos e integrantes do denominado bloco socialista. Marini ressaltou, além disso, as distinções dentro da periferia e as diferenças entre países com perfil subimperialista ou puramente subordinado.

Esse mapa tem mudado, mas as observações sobre o sentido geopolítico da estratificação global são válidas. Essas anotações esclarecem as forças que complementam a inserção de cada economia na divisão internacional do trabalho. O poderio militar, a incidência diplomática e a influência cultural reforçam, moderam ou se contrapõem ao *status* dominante ou subordinado dos diversos países. A mundialização neoliberal repensa na atualidade essas ascensões e declínios na pirâmide mundial.

É evidente que o principal império capitalista (Estados Unidos) e seu rival em gestação (China) disputam posições no topo do sistema. Os recursos da América Latina, África e de grande parte da Ásia são os despojos dessa competição. No entanto, a tradição

inaugurada por Marini convoca a registrar também o papel das formações médias.

Nesse âmbito, o retrocesso no *status* subimperialista do Brasil é muito significativo. Esse retrocesso é coerente com o declínio industrial do país e sua mudança para as exportações primárias. Por sua vez, a Argentina e o México nunca alcançaram essa categoria e se afastaram ainda mais dessa posição. No primeiro caso, por sua fulminante perda de posições econômicas e, no segundo, por sua crescente subordinação aos Estados Unidos.

Por sua vez, os subimpérios de outras regiões têm reforçado seu intervencionismo bélico, com resultados incertos no desenvolvimento de suas economias. A Turquia consolidou uma indústria mais significativa em um barril de pólvora de conflito. A Índia conseguiu estabilizar um ciclo de crescimento continuado e acentuou sua especialização em certas faixas da subcontratação. No entanto, mantém uma estrutura industrial vulnerável e está longe do modelo chinês.

A estreita sociedade da Austrália com o imperialismo dos EUA ampliou suas margens de autonomia para garantir o reinvestimento da renda da mineração. Embora esse tratamento não tenha impedido seu retrocesso frente os concorrentes asiáticos. Na Coreia do Sul, a militarização sob o controle direto do Pentágono fornece garantias para o investimento, mas a submissão aos Estados Unidos obstrui projetos mais ambiciosos de eventual reunificação com o Norte do país.

As mudanças de *status* geopolítico têm efeitos muito contraditórios sobre o desenvolvimento dos países intermediários. A evidente retroalimentação que existe entre o poder imperialista e a supremacia econômica (ou entre a dependência política e o subdesenvolvimento) não se estende a parâmetros equivalentes na semiperiferia.

Todas as transformações em curso incidem, por sua vez, sobre o perfil das classes dominantes. No caso latino-americano tem se consolidado a transformação das velhas burguesias nacionais em

burguesias locais, que já não desejam desenvolvimentos autocentrados. Priorizam a exportação e preferem a redução de custos à ampliação do consumo.

Esse estreitamento de laços com o capital estrangeiro não implica o desaparecimento da burguesia latino-americana. Os países de origem persistem como base de operações, fonte de lucro e centro de suas decisões. Esse setor não se converteu em uma classe puramente transnacional. Também não se converteu em um satélite manipulado pelas metrópoles ou em uma “lumpenburguesia” dedicada à pilhagem.

Contudo, tem se reduzido a autonomia exibida pela nascente burguesia industrial do pós-guerra para promover a industrialização da região. Na atualidade, as empresas transnacionais definem suas estratégias com a cumplicidade de seus sócios locais. Essa subordinação reforça a influência dos financistas internacionais e dos capitalistas agromineradores sobre os Estados latino-americanos.

Por essa razão, a expectativa desenvolvimentista de superar o retrocesso econômico se deslocou para as burocracias estatais. A evidente falta de compreensão da burguesia em relação ao crescimento sustentado levou à exaltação do serviço público. É visto como um segmento lúcido, independente ou patriota, que tomará em suas mãos a empresa pendente de desenvolvimento.

Mesmo assim, a experiência da última década desmentiu essa crença. Confirmou o parentesco próximo da burguesia com seus representantes no Estado. Ambos os grupos foram formados nos mesmos âmbitos, compartilhando os mesmos comportamentos. Burguesias parasitárias geram burocracias inoperantes. Poucas exceções violam essa regra.

Finalmente, os diferentes governos costumam expressar essa sucessão de condicionamentos que determinam o nível de dependência de cada país. O fortalecimento do subdesenvolvimento e a subordinação política são a norma para os presidentes de direita e seus ministros neoliberais. Os mandatários progressistas e suas equipes neodesenvolvimentistas tentaram, sem sucesso, reverter os

dois flagelos. Todos eles agem dentro de uma estrutura que limita severamente sua ação. Na América Latina, as relações de dependência precedem e imobilizam a administração de qualquer governo.

Determinantes da dependência

Atualmente, uma variedade de processos define o *status* dos diversos países na hierarquia global. O lugar na divisão do trabalho é o principal condicionante histórico de uma posição estreitamente vinculada ao valor da força de trabalho, à dinâmica das transferências, ao destino da renda, à importância geopolítica militar e ao papel das classes dominantes, burocracias e governos.

Esses fatores determinam as distâncias que separam os centros avançados (Estados Unidos) e os novos centros (China) das semiperiferias ascendentes (Coreia, Noruega), estagnadas (Austrália) ou de evolução incerta (Índia). Os mesmos elementos afetam o *status* das semiperiferias em declínio (Brasil, México), as novas periferias integradas à globalização produtiva (Bangladesh) ou os exportadores de produtos básicos (Guatemala).

As mudanças registradas nessa estrutura estão atualmente muito influenciadas pelos investimentos das empresas transnacionais que deslocam seus capitais seguindo o barômetro da rentabilidade. Esse parâmetro leva em conta, especialmente, as modalidades de exploração e superexploração vigentes em cada economia e o predomínio de valores altos, médios ou baixos da força de trabalho (Katz, 2017). Com essa referência estratégica buscam baratear custos trabalhistas, adaptados à complexidade das diferentes atividades.

As transferências internacionais de valor incidem de forma decisiva nas mutações dessa hierarquia global. São os deslocamentos do capital que recriam polaridades e bifurcações, seguindo os movimentos da mais-valia que impõem a metamorfose do capital, em suas diversas fases financeiras, comerciais e produtivas.

As transferências podem ser absorvidas (+), drenadas (-) ou retidas (=) pelos países. A mais-valia mundial deslocada é absorvida

pelas economias centrais, retidas pelas semiperiferias ascendentes e drenadas pelas semiperiferias em declínio ou pelas periferias. Alguém ganha o que o outro perde, dentro de uma estrutura marcada pela relativa estabilidade da hierarquia mundial.

A renda é gerada apenas pelos países que contam com significativos recursos naturais. Pode ser capturada (+), reinvestida (=) ou perdida (-). É um excedente que se desloca internacionalmente como a mais-valia, mas a partir de outra origem. Como a renda é qualitativamente distinta da porção de mais-valia apropriada como lucro, deve ser tratada de forma diferenciada.

Algumas potências administram sua própria renda e a reciclam internamente (Estados Unidos) e outras necessitam desse excedente e dependem de sua captura (China). Algumas semiperiferias não contam com esse recurso (Coreia), outras o possuem e o retêm (Austrália, Noruega). Na situação oposta estão as nações que perdem a renda de forma parcial (Brasil) ou total (Guatemala).

O *status* geopolítico internacional determina outra hierarquia com certa autonomia do peso produtivo, comercial ou financeiro de cada país. Essa classificação define o lugar dos impérios estabelecidos (Estados Unidos) e de seus sócios ou apêndices (Austrália). Também situa os impérios em formação (China), os subimpérios (Índia) e os países que enfrentam diferentes graus de dependência. Os casos de maior autonomia (Brasil) diferem da subordinação (Coreia) ou da total submissão (Guatemala).

A capacidade dos Estados imperialistas para sustentar seu desenvolvimento à custa das formações dependentes é indiscutível. Contudo, no espectro restante há variações de diversas naturezas.

Finalmente o universo das classes dominantes, burocracias e governos gera uma enorme diversidade de impactos sobre o desenvolvimento. Sem dúvida, as classes dominantes metropolitanas com burocracias eficientes e governos estáveis têm um impacto favorável sobre a acumulação. O fenômeno inverso também é verificado em países com burguesias periféricas, funcionários parasitas e governos inconsistentes. Mas em um terreno tão con-

figurado pela ação de sujeitos sociais combinações de múltiplos tipos são observadas.

Propósitos de uma reconsideração

Nosso olhar sobre as polarizações e bifurcações mundiais predominantes no capitalismo neoliberal é inspirado na teoria marxista da dependência. Embora amplie, complemente e corrija várias premissas dessa concepção.

Consistente com o pilar marxista, destacamos a preeminência de um sistema econômico e social baseado na concorrência por lucros decorrentes da exploração. É por isso que colocamos o valor da força de trabalho na primeira linha de nossa interpretação. É o determinante central das mudanças registradas no capitalismo contemporâneo.

A tese da dependência acrescenta a esta avaliação um diagnóstico da estratificação mundial em torno dos segmentos central, periférico e semiperiférico. Os três estratos operam de maneira diferenciada, determinando uma grande variedade de situações de desenvolvimento e subdesenvolvimento. O principal mecanismo de mudança é a transferência internacional de mais-valia, que nos últimos dois séculos adotou diferentes direções, volumes e destinatários.

Os teóricos marxistas da dependência sempre enfatizaram essa distribuição desigual de valor. Explicaram como os excedentes criados na periferia eram capturados pelas economias centrais. Nossa abordagem inclui essa ideia, incorporando na análise os movimentos da renda omitidos (ou pouco tratados) por essa tradição.

Também retomamos a dimensão geopolítica enfatizada pelos pensadores dependentistas. No entanto, reformulamos as categorias dessa esfera para integrar as complexas variantes assumidas pelo imperialismo contemporâneo. Também enfatizamos que diferentes resultados da luta de classes definem o papel das classes dominantes e de seus funcionários ou governos.

Nossa síntese é baseada em uma interpretação crítica, e não meramente descritiva, do capitalismo. Destacamos como esse

sistema fortalece a desigualdade e os privilégios das minorias à custa do sofrimento popular. Destacamos também a relevância de crises periódicas que corroem a continuidade desse regime social.

Essa visão está localizada nos antípodas do neoliberalismo que idealizam o capitalismo e negam seus desequilíbrios intrínsecos. A ortodoxia afirma que a mundialização aproxima a sociedade a um estágio idílico de mercados perfeitos, distribuição ótima de recursos e convergência entre economias avançadas e atrasadas. O equívoco dessa visão é óbvio.

Nossa abordagem também se opõe à visão heterodoxa, que reconhece os conflitos do capitalismo e relativiza sua escala e intensidade. Minimiza a estratificação global, imagina amplas margens para modificar o *status* dos desfavorecidos e ignora a importância da dominação imperialista. Por isso postula estratégias desenvolvimentistas que supõem um funcionamento potencialmente amigável do capitalismo. Está empenhada em superar o atraso da periferia com políticas de acumulação guiadas pelo Estado.

Nossa visão recolhe vários argumentos dos teóricos sistêmicos que refutam os pressupostos da heterodoxia. Essas observações ilustram como o capitalismo mundial opera em torno de um princípio de soma zero, que consagra a expansão de certas economias à custa do retrocesso sofrido por outras. Os processos de acumulação nacional se desenvolvem em uma concorrência pelo mesmo nicho e os avanços conseguidos por alguns participantes não oferece diretrizes para o restante.

É importante registrar essa disputa em torno dos mesmos raios da pirâmide, para evitar a fantasia de “imitar o Sudeste Asiático”. Essas crenças esquecem que as opções de cada economia não são um caminho aberto para nenhum futuro. Estão condicionadas por seu lugar na divisão global do trabalho e não enfrentam caminhos abertos ou puramente dependentes da política econômica. Não existe receita que permita ao Haiti copiar o caminho dos Estados Unidos.

A caracterização que expomos retoma as tradições dos marxistas que precederam Marini e dos contemporâneos que convergiram com seu trabalho. Essa ampliação e reformulação do dependentismo nos permite enfrentar problemas que não podem ser resolvidos com fórmulas concebidas nos anos 1960 e 1970.

Por essa ótica, substituímos a acepção tradicional de superexploração por três escalas do valor da força de trabalho. Essa abordagem facilita a indagação da enorme variedade de situações geradas pela globalização produtiva. A análise dessas novas formas de mundializar a extração da mais-valia – junto à interpretação das transferências do valor e da renda – esclarecem o novo mapa da dependência.

Esses cenários são incompreensíveis com leituras meramente econômicas. A atualização do dependentismo é particularmente urgente no plano político. Essa escola conseguiu preservar um rico legado de estudos sobre o capitalismo. Mas não estendeu esse acervo à análise do imperialismo, dos sistemas de governo e das resistências populares.

Essas carências justificam a dificuldade para explicar processos que desafiam o esquema centro-periferia (Coreia do Sul). Também determinam a omissão de problemas decisivos (como o papel da China) ou a simplificação dos dilemas políticos latino-americanos (equiparação do neoliberalismo com o progressismo).

A renovação de dependentismo marxista exige uma abordagem conjunta da economia e da política. As releituras d'*O capital* e da *Dialética da Dependência* são frutíferas em estreita conexão com os dilemas atuais da estratégia socialista. Dessa síntese emergirá um novo florescimento do marxismo latino-americano.

14. DEPENDÊNCIA E TEORIA DO VALOR

A teoria marxista da dependência postulou uma explicação do subdesenvolvimento baseada na dinâmica do valor. Com esse fundamento explicou a troca desigual e os ciclos industriais da América Latina, em uma época anterior ao atual predomínio do extrativismo e das *maquilas*. Quais são os conceitos vigentes dessa caracterização? Como devem ser avaliadas suas omissões ou insuficiências?

As causas da troca desigual

Nos anos 1970, Marini estudou os desequilíbrios da indústria que impediam o Brasil, México e Argentina de repetir o desenvolvimento das economias centrais. Descreveu como a predominância do capital estrangeiro incentivava as transferências de valor para o exterior enquanto o abastecimento estrangeiro de maquinário obsoleto aumentava a perda de divisas. Destacou que as grandes empresas remuneravam os trabalhadores abaixo da média vigente nas metrópoles e destacou que seus pares locais compensavam suas debilidades concorrenciais com uma maior extração de mais-valia (Marini, 1973).

Esse diagnóstico apresentava numerosas similaridades com as teorias da troca desigual da época. Todos os autores argumentavam supondo cenários de transferência de valor das economias atrasadas para as avançadas. Essas assimetrias eram atribuídas à retribuição internacional diferenciada do trabalho incorporado nos bens elaborados em ambos os polos.

Essas visões estendiam ao contexto mundial o esquema apresentado por Marx para ilustrar de que forma os preços de produção alteram os valores das mercadorias em função da produtividade vigente nos distintos ramos da economia. Consideravam as tran-

sações entre produtos de diferente complexidade gerados em países com grandes desníveis de desenvolvimento.

O debate começou com as teses de Emmanuel que explicavam a desigualdade nas trocas pelas diferenças dos salários. Postulavam que a força de trabalho não acompanhava a globalização dos preços de produção e das taxas de lucro. Esse divórcio determinava a perpetuação das desigualdades entre ambos os tipos de economias (Emmanuel, 1972).

Como essa caracterização ressaltava a centralidade da exploração e antecipava descrições das *maquilas*, alguns analistas encontram coincidências com o modelo de Marini (Rodrigues, 2017). Mas, de fato, as afinidades do pensador brasileiro eram maiores com os críticos marxistas de Emmanuel. Estes atribuíam a troca desigual às diferenças de produtividade, e não de salários. Consideravam que as distâncias no desenvolvimento das forças produtivas explicavam as desigualdades nas remunerações e não o contrário (Bettelheim, 1972a).

Essa visão enfatizava que o salário é um resultado, e não um determinante da acumulação. Considerava que o nível dos salários em cada país depende da produtividade, do ciclo, do estoque de capital e da intensidade da luta de classes (Mandel, 1978, cap. 6). Essas objeções também alertaram contra a ampliação da diferença salarial internacional. Lembraram que a análise dessa desigualdade deve registrar a maior produtividade das atividades qualificadas predominantes nas economias centrais (Bettelheim, 1972b).

Nenhuma dessas caracterizações questionou a existência da troca desigual. No entanto, apontaram que essa assimetria no comércio era apenas uma causa do subdesenvolvimento, com efeitos diferentes em cada estágio do capitalismo mundial (Arrighi, 1990).

O debate também levou a outras argumentações que postularam a ocorrência da troca desigual quando as diferenças entre os salários são maiores que seus equivalentes nas produtividades (Amin, 1976). Esta visão destacou que o divórcio está baseado na

crescente mobilidade internacional dos capitais e das mercadorias, frente à inalterada imobilidade da força de trabalho (Amin, 2003).

A visão de Marini coincidia com esses enfoques corretivos. Em sua apresentação do ciclo dependente, ele apontou que as transferências de mais-valia para as economias avançadas eram consequência das grandes desigualdades existentes nos níveis de desenvolvimento. Reconheceu as importantes diferenças nos salários sem vê-las como determinantes do abismo existente entre o centro e a periferia.

Essa visão não coincidiu apenas com a síntese amadurecida pelos participantes do debate. Confirmou que, diferentemente de vários economistas heterodoxos, o teórico da dependência atribuía o subdesenvolvimento à dinâmica polarizadora do capitalismo mundial, e não ao atraso dos salários latino-americanos.

O alcance da mundialização

Nas controvérsias sobre a troca desigual, buscou-se esclarecer também qual era o nível de internacionalização alcançado pelo capitalismo. Todos lembraram que Marx apresentou seu modelo concebendo cenários nacionais. Essa referência estava presente nos diversos níveis de abstração de seu esquema. Incidia na formação dos valores individuais e sociais das mercadorias, nas técnicas modais definidoras da produtividade setorial, na formação do lucro médio e nos preços de produção, mercado ou monopólio.

Esses pilares analíticos foram radicalmente modificados pelo diagrama de variáveis internacionalizadas postuladas por Emmanuel. A referência britânica de Marx foi substituída por um equivalente global. Essa reconsideração era lógica um século depois da publicação d'*O capital*. Mas seria apropriado avaliar a troca desigual em uma estrutura de economias totalmente globalizadas?

Um destacado teórico se opôs a essa suposição, indicando a contínua relevância das variáveis nacionais. Ele observou que os preços de produção e os lucros médios continuavam sendo estabelecidos nessa escala, determinando uma variedade de situações

justapostas em âmbito mundial. Ele enfatizou que a ausência de instituições estatais mundiais determinava a continuidade de moedas, tarifas, taxas de câmbio e preços nacionalmente diferenciados (Mandel, 1978).

Essa visão deduzia a troca desigual das transações entre mercadorias, com quantidades diferentes de horas trabalhadas para sua produção. Entendia que as transferências de mais-valia eram consumadas pela maior remuneração internacional do trabalho mais industrializado

Era uma tese próxima ao marco keynesiano de pós-guerra e aos modelos de substituição de importações nas semiperiferias. Em ambos os polos, prevalecia a fabricação nacional integrada. O carimbo explicativo do local de produção expressava uma elaboração completa dentro de cada país.

No entanto, esse enfoque foi contestado por outra interpretação, que enfatizou a vigência de um novo marco de variáveis internacionalizadas. Explicou a centralidade da troca desigual pelo novo descompasso entre capitais circulantes por todo o planeta e forças de trabalho atadas à localização nacional.

Essa visão questionou a apresentação da economia mundial como um conglomerado de unidades justapostas e sublinhou a preponderância de um funcionamento internacionalizado. Afirmou que o “valor mundial” constituía um novo princípio ordenador de todas as categorias do capitalismo (Amin, 1973).

Outros autores aprofundaram essa conceituação, contrastando explicitamente o cenário de Marx com a nova era das empresas multinacionais. Eles apontaram que as empresas, ramos e processos de produção já operavam de maneira internacionalizada em escala intra e intersetorial (Carchedi, 1991).

Marini não definiu sua preferência por uma ou outra abordagem em sua obra dos anos 1960 e 1970. No entanto, posteriormente enfatizou a contundente primazia do processo globalizador (Marini, 2007). Esse rumo se aprofundou e requer outra conceituação.

Globalização produtiva

O avanço qualitativo registrado na mundialização modifica os termos do debate desenvolvido há várias décadas. Salta à vista o caráter globalizado de muitas atividades que não tinham esse perfil nos anos 1970. Essa modificação consolida a tendência de um grande segmento da economia a se desenvolver com preços e taxas médias de lucro internacionalizados.

A nova divisão global do trabalho que surgiu nos inícios do neoliberalismo tem se consolidado com a atual realocação das indústrias. O deslocamento de empresas transnacionais, que migram para a periferia para lucrar com o preço baixo, a disciplina ou a submissão dos trabalhadores, tornou-se generalizado. Essa mudança foi percebida até pelos autores que, na década de 1970, discordavam da vigência de um *status* avançado da mundialização. Na década seguinte, eles reconheceram a nova presença de setores de valorização regidos por barômetros internacionais (Mandel, 1996).

A supremacia atual desse segmento global é notória. Não foram apenas os tradicionais limites à mobilidade de capital e das mercadorias que foram rompidos pela mundialização financeira e pelos acordos de livre comércio. Também ficou debilitada a obstrução interposta pela multiplicidade de taxas de câmbio aos padrões internacionais de preços e lucros. Algumas economias convergiram em moedas comuns (Europa) e outras dolarizaram seus movimentos ou estabeleceram formas regionais de coordenação cambial.

A ausência de um sistema estatal planetário continua impedindo a vigência de variáveis totalmente mundializadas. No entanto, as empresas transnacionais operam nessa escala e as organizações que sustentam sua atividade (FMI, BM, OMC) administram modalidades de tendência dessa gestão.

Os mecanismos de maior internacionalização foram introduzidos particularmente nas cadeias de valor globais. Tais estruturas incluem formas altamente avançadas de localização

diversificada de processos de fabricação. As empresas aproveitam as diferenças de rentabilidade geradas por essa variedade de formas de exploração.

As cadeias garantem a captura de lucros extraordinários pelas empresas localizadas na parte superior da rede. Na indústria de vestuário, por exemplo, os superlucros permanecem nas mãos de grandes compradores (marcas), às custas de fabricantes de têxteis (fábricas automatizadas) e empresas intensivas em mão de obra (Starosta e Caligaris, 2017). O mesmo princípio de redistribuição da mais-valia opera no funcionamento territorial das empresas satélites e a subcontratação é o principal dispositivo de transferência de valor. A empresa administradora obtém lucros mais elevados, estabelecendo as condições para a aquisição dos insumos fornecidos por seus abastecedores.

Nas cadeias já opera um circuito unificado de preços e lucros médios internacionalizados. Marini apenas observou nas *maquilas* a antecipação de um mecanismo que remodela toda a dinâmica da troca desigual.

No estágio atual, a geração de mais-valia diverge significativamente de sua distribuição geográfica. O processo de transformação dos valores em preços é realizado em escala internacional, acompanhando a separação entre mercadorias produzidas em um país e consumidas em outro. A mais-valia gerada com baixos custos nas fábricas da Ásia é plasmada nos mercados dos Estados Unidos e da Europa, sob a administração de empresas transnacionais (Smith, 2010). Nesta nova sequência, as transferências internacionais de valor assumem uma escala sem precedentes.

O sentido do trabalho potenciado

Os deslocamentos mundiais de mais-valia subjacentes à dinâmica da troca desigual provocaram grandes controvérsias. Alguns autores contestam sua validade, apontando que as diferenças entre economias desenvolvidas e atrasadas derivam da existência de produtividades diferentes. Eles alegam que as horas de trabalho em

ambos os lugares não são simplesmente comparáveis. Consideram que é necessário considerar o nível de complexidade laboral no centro e os consequentes maiores gastos em formação da força de trabalho (Astarita, 2010).

Essa desigualdade é resumida na noção de trabalho potenciado, que Marx utilizou para caracterizar modalidades avançadas de trabalho. Como a periferia carece dessas qualificações, negocia a partir de um *status* diferente, sem gerar transferências no intercâmbio de mercadorias (Astarita, 2011). Os capitais do centro não subtraem valor das economias atrasadas. Eles apenas produzem mercadorias mais valorizadas com melhores técnicas e menos horas de trabalho (Astarita, 2013b).

Nos anos 1970, os debates sobre esse mesmo problema foram apresentados em outros termos. Bettelheim argumentou que era incorreto comparar os salários das distintas economias omitindo as diferenças de produtividade, mas introduziu essa observação apenas para revisar o alcance da troca desigual. Buscou corrigir essa tese sem invalidá-la, e conectou a relevância dos salários a suas diferentes produtividades. No entanto, em nenhum momento questionou as transferências internacionais de valor, na qual se baseia o funcionamento do capitalismo mundial.

Esta observação permite entender que o trabalho potenciado não desmente os deslocamentos internacionais de mais-valia. Ele simplesmente incorpora distintas complexidades do trabalho à uma estrutura de funcionamento global, modificando as grandezas em jogo.

O trabalho potenciado é um conceito relevante em relação ao tempo de trabalho socialmente necessário que rege em cada ramo da produção. A análise dessa categoria se localiza nesse plano determinando do valor das mercadorias.

Mesmo assim, os bens não se trocam por essas grandezas, mas sim em função dos preços de produção que adota cada produto ao fim de um processo de formação do lucro médio. Essa dinâmica envolve transferências de valor entre distintos ramos em uma

circulação intermediada pelo dinheiro. Por meio desse elo, as mercadorias produzidas com qualificações diferentes e produtividades diversas se convertem em unidades intercambiáveis.

Nesse segundo terreno de transferências de mais-valia se situa o estudo da troca desigual. Não existe nenhuma incompatibilidade com os parâmetros do trabalho potenciado que definem previamente o valor das mercadorias em cada setor para essa escala do mercado mundial e da totalidade das mercadorias.

Essa diferença de níveis analíticos tem sido enfatizada pelos pesquisadores que lembram por que razão a noção de trabalho potenciado foi introduzida no livro I d'*O capital*. Ali se indaga a formação do valor das mercadorias.

Nas observações sobre o mercado mundial, agrega outro conceito para ressaltar as diferenças existentes entre produtos gerados com níveis desiguais de acumulação. A essa desigualdade alude com o conceito de remuneração internacional diferenciada do trabalho mais produtivo (Machado, 2011). Esta segunda categoria – situada em um plano mais empírico concreto – foi o ponto de partida dos debates sobre a troca desigual.

Em um exemplo contemporâneo dessas distinções, se poderia destacar que o trabalho potenciado se verificou quando a Microsoft suplantou a IBM. Ali fixou um novo parâmetro de valor no universo da informática. A dinâmica de transferências de mais-valia foi observada, por sua vez, em outro plano e em outra escala, quando a mesma empresa absorveu valor – em conceito de renda tecnológica – de múltiplas empresas de distintos setores. A alta do índice Nasdaq em Wall Street ilustrou essa captação.

Nessa segunda dimensão e na órbita internacional se situa a problemática inicialmente estudada pela troca desigual. Começou a conceituar os fluxos internacionais de mais-valia provenientes das economias atrasadas. Esses países exportam bens elementares e participam em tarefas básicas da fabricação internacionalizada das mercadorias. O trabalho potenciado é um componente, e não uma negação, desse processo.

Monopólio e dualidade do valor

Os questionamentos às transferências internacionais de valor – postuladas pelo dependentismo – se baseiam também na relevância atribuída aos monopólios. Os críticos consideram que a importância outorgada por essa escola às grandes empresas na determinação dos preços separa essas cotizações da lógica objetiva da lei do valor (Astarita, 2014a).

No entanto, essa incidência dos monopólios só é concebida com durações transitórias em favor das empresas que detêm um relativo domínio do mercado. Como cedo ou tarde enfrentam a concorrência de outras empresas do mesmo porte, elas não podem eternizar seu controle. Reconhecer a capacidade dos monopólios para multiplicar lucros em segmentos diferenciados não significa qualquer desconhecimento da lei do valor. Apenas uma outra esfera de operação desse princípio é registrada.

Marini sempre esteve mais perto dos pensadores marxistas que destacavam essa dinâmica de concorrência diferenciada entre monopólios (como Mandel). Ele manteve mais distância dos teóricos que sublinharam a capacidade das grandes empresas de lidar com os preços de maneira descontrolada (como Sweezy).

Aqueles que, ao contrário, adotaram as críticas corretas de vários economistas à ampliação de monopólios (como Shaikh), agora estão no extremo oposto. Eles negam a evidente existência de empresas gigantescas que obtêm lucros extraordinários em certos mercados às custas de empresas menores.

Os monopólios obtêm lucros extraordinários por sua posição dominante. No entanto, a longo prazo, eles não podem fugir dos princípios que regem a formação de todos os preços, sob o impacto combinado da produtividade e das necessidades sociais. O primeiro fator incide nessa apreciação por meio do tipo de empresa predominante na oferta de cada setor. O segundo, influencia por meio do perfil assumido pela demanda (Rosdolsky, 1979).

Se, por exemplo, um ramo está ascendendo (calçados esportivos), haverá espaço para empresas com maior ou menor pro-

atividade, enquanto no caso inverso (chapéus), apenas os mais eficientes tendem a subsistir. O cruzamento de ambos os processos gera recompensas e punições do mercado para as empresas que economizam ou desperdiçam trabalho social (Katz, 2009).

As grandes empresas tendem a obter lucros acima da média por sua primazia na inovação (rendas tecnológicas) ou por seu controle da oferta de um bem escasso (renda natural). No entanto, só preservam esses superlucros durante o período que limitam a concorrência no setor hegemônico e aproveitam a vigência de necessidades sociais adaptadas à demanda de suas mercadorias. Ambos os determinantes condicionam os preços finais de todas as mercadorias (Mandel, 1985).

Essa caracterização da dupla dimensão do valor não apenas esclarece as singularidades e limites dos monopólios. Também ressalta a importância do mercado no reconhecimento *ex post* do trabalho incorporado às mercadorias. Esta última dimensão esclarece a existência de crises específicas de realização do valor.

Marini estudou esse tipo de problemas derivados da dupla faceta das mercadorias. Ele investigou a pirâmide de monopólios, os desequilíbrios da demanda e as crises geradas pela estreiteza do consumo na periferia (Marini, 1979). Inscreveu-se em uma tradição da economia marxista que discorda dos aspectos focados exclusivamente na análise do valor na esfera da produção. Essa abordagem quantifica essa variável apenas no âmbito inicial de geração de mais-valia, enfatiza insistentemente a importância atribuída por Marx à lógica da exploração e deduz todas as contradições do capitalismo ao que aconteceu naquela esfera. Com essa visão, desqualifica os desequilíbrios localizados no plano da demanda.

A crítica ao dependentismo está enraizada nessa velha interpretação “tecnológica” do valor, que alguns analistas contestaram recentemente (Solorza e Deytha, 2014). Com esse fundamento conceitual, é muito difícil captar as singularidades das economias periféricas que Marini investigou.

Incompreensão do subdesenvolvimento

As transferências de valor fornecem a sustentação teórica para avaliar como se canaliza a mais-valia entre as diferentes frações burguesas da periferia. Se essa dimensão é desconhecida, é impossível entender a forma que os conflitos de distribuição assumem nos países periodicamente afetados por essas lutas. Um exemplo desse tipo foi a disputa com os sojicultores da Argentina em 2008.

Afirma-se que essa investigação obscurece a contradição central entre o capital e o trabalho (Astarita, 2009b). Contudo, de fato, ocorre o contrário. Esclarece o cenário desse antagonismo social, colocando-o no quadro das tensões que atormentam os opressores. Nenhuma ação política dos assalariados é eficaz se os conflitos de cima forem ignorados.

Essa relevância dos confrontos entre dominadores é desconsiderada, como se fosse um desvio da atenção prioritária no proletariado. Essa deformação é considerada característica do “marxismo nacional e popular”, que postula formas de convergência do anti-imperialismo com o socialismo (Astarita, 2014a). A teoria marxista da dependência é vista como uma expressão suprema desse erro.

No entanto, essa atitude fecha todas as possibilidades de participação nas lutas populares da América Latina que promovem estratégias de radicalização para avançar em direção à consecução de objetivos anticapitalistas.

A rejeição desta intervenção política é o corolário das dificuldades teóricas para explicar o subdesenvolvimento. Ao se opor à existência de transferências de valor da periferia para o centro, fica obstruída a compreensão da estratificação global. A relativa estabilidade histórica dessa desigualdade se transforma em um enigma sem solução.

A simples constatação de maior produtividade nas economias avançadas não explica a reprodução dessa desigualdade em um sistema regido pela concorrência. As teses antidependentistas evitam esses dilemas. No máximo, avaliam a origem histórica

das assimetrias de desenvolvimento, apontando o lugar que cada país ocupa na divisão internacional do trabalho (Astarita, 2013c). Também lembram a herança legada pelos sistemas pré-capitalistas e o papel desempenhado pelas diferentes burguesias (Astarita, 2004). No entanto, essas observações limitam-se a descrever a polarização da acumulação em todo o mundo, sem esclarecer os mecanismos dessa diferença.

O problema não está no que aconteceu durante o surgimento do capitalismo, mas no que aconteceu depois. O processo contemporâneo de subdesenvolvimento e sua continuidade requerem alguma explicação. Diante do silêncio de seus críticos, a teoria marxista da dependência oferece uma interpretação baseada nas transferências de mais-valia.

Ciclos das matérias-primas

A pouca participação de Marini nos debates sobre a troca desigual provavelmente obedeceu a seu peculiar uso desse conceito. Utilizou-o como simples fundamento da adversidade estrutural padecida pela economia latino-americana. Identificou essa assimetria com a deterioração dos termos de troca (Marini, 1973).

Esse princípio era o fundamento indiscutível de muitos enfoques da época. A permanente desvalorização das exportações primárias era atribuída pela Cepal à estrutura socioeconômica da periferia. Afirmava que, nas metrópoles, os lucros e os salários cresciam acima da produtividade – mantendo elevados os preços industriais – enquanto na agricultura exportadora prevalecia um processo oposto (Prebisch, 1986).

Marini compartilhava essa conclusão, mas não a interpretação institucionalista. Explicava a depreciação dos bens primários pela dinâmica objetiva da acumulação em escala internacional. Descrevia como os investimentos externos facilitavam a apropriação dos recursos da periferia e atribuía essa exação à subordinação dos países atrasados. No entanto, este correto diagnóstico não esclarecia os mecanismos que desvalorizavam as matérias-primas.

Uma influente pista para resolver esse enigma foi fornecida pelos primeiros estudos de transferência da mais-valia entre regiões avançadas e atrasadas da Europa (Howard e King, 1992). Essa caracterização contrastava com a simples identificação desenvolvimentista das adversidades da troca com a implementação de políticas econômicas equivocadas.

Em pleno auge dessas visões, surgiu o primeiro questionamento ao princípio de inexorável depreciação das exportações primárias. O encarecimento do preço do petróleo que acompanhou o surgimento da Opep suscitou essa crítica, em meio a um grande entesouramento de divisas pelas economias atrasadas do Oriente Médio.

Esse episódio envolvia uma matéria-prima muito peculiar e enriquecia poucos países. Contudo, a objeção conceitual à deterioração dos termos de troca foi reforçada com questionamentos empíricos à tese de Prebisch. Os críticos exemplificaram a ausência de total automatismo entre a agroexportação e o subdesenvolvimento com o caso dos Estados Unidos (Bairoch, 1999).

Entre os marxistas, também começou uma reconsideração da especificidade dos produtos básicos. Dada a sua dependência da natureza, esses insumos diferem dos seus pares industriais devido à menor flexibilidade à inovação tecnológica e ao conseqüente aumento da produtividade. Por esse motivo, eles tendem a se tornar mais caros, provocando processos reativos de industrialização de matérias-primas (Grossman, 1979). Essas ondas de investimento geram substitutos, como aconteceu, por exemplo, com borracha sintética, quando a demanda automotiva encareceu a borracha natural.

Embora a deterioração dos preços seja verificada em grande número de produtos básicos, a dinâmica predominante no setor é ditada por um padrão cíclico de cotações. Essa flutuação molda a comercialização desses produtos ao duplo processo de pressões encarecedoras e reações de barateamento. Aplicando esse critério, alguns estudos retrataram os ciclos históricos das matérias-primas. A apreciação inicial (1820-1973) foi seguida por dois picos ascen-

dentes na primeira metade do século XX e um terceiro, determinado pelos choques do petróleo (1970-1980). Em todos os casos, foram registradas ondas de investimento na atividade primária para reverter esses aumentos (Mandel, 1978). Esse esclarecimento da especificidade dos insumos básicos levou à revisão de outra noção fundamental para as economias periféricas.

A reintrodução de renda

As modalidades de renda da agromineração despertaram pouca atenção no dependentismo. Em vez disso, foram estudadas pelo endogenismo marxista para entender o atraso latino-americano. A maior parte dessas análises apresentava esse excedente como um “resquício feudal”.

Marini rejeitou essa caracterização, contestando a subsistência de formas de exação pré-capitalistas. O pano de fundo da controvérsia era político. O pensador brasileiro propugnava um processo socialista ininterrupto, contraposto ao projeto de erradicar os “obstáculos do feudalismo” com alguma variante de “capitalismo progressista”.

Esses debates essenciais também obscureceram o enorme peso de uma renda totalmente capitalista. Essa categoria havia perdido o interesse na maior parte do planeta desde o início do século XX, devido ao seu peso decrescente nas economias avançadas. A participação da renda na receita nacional da Inglaterra caiu de 30% (1688) para 20% (1801) e depois 14% (1855), 12% (1900) e 6% (1963) (Baptista, 2010). Devido a essa influência reduzida, pressupunha-se não ter efeito significativo sobre os preços. A mecanização agrícola do pós-guerra consolidou essa impressão.

No entanto, a renda recuperou interesse a partir dos anos 1980. Esse ressurgimento confirmou que as atividades dependentes da natureza nunca se tornam setores industriais comuns. O gatilho para a virada foi o choque do petróleo e a subsequente alta de preço de certos metais. O recente “superciclo de matérias-primas”

reforçou a curiosidade pela renda. A demanda chinesa valorizou, nas últimas décadas, todos os produtos básicos e gerou um preço recorde dos insumos alimentícios, energéticos e minerais.

A discussão sobre as peculiaridades de uma remuneração da propriedade dos recursos naturais ressurgiu plenamente. Economistas clássicos haviam captado, no século XIX, os mecanismos dessa renda, sem entender seu conteúdo social. Marx esclareceu esses fundamentos com mais-valia, e destacou que o excedente não surge espontaneamente da natureza, mas nutre-se do trabalho não remunerado dos assalariados e é abocanhado pelos proprietários de terras, quando eles podem exercer seu monopólio territorial (Marx, 1973).

No entanto, a explicação da renda fundiária como parte da mais-valia constitui apenas um princípio genérico, que não define sua forma de apropriação na exploração dos trabalhadores. Algumas abordagens identificam essa forma com a mais-valia extraordinária gerada pelos assalariados da própria atividade primária. Outras visões colocam a origem desse lucro em partes da mais-valia extraídas de trabalhadores industriais e transferidas para os proprietários da terra.

As duas caracterizações coincidem em atualizar os critérios estabelecidos por Marx para avaliar o montante e a duração da renda. O preço dos bens agrícolas fica fixado por seu custo de produção mais o lucro médio do terreno (ou do investimento) de menor rendimento. Os donos dos imóveis restantes obtêm uma renda crescente e de acordo com a fertilidade ou localização de suas propriedades. A magnitude do lucro depende dos preços dos produtos primários, uma vez que sua elevação aumenta a vantagem dos donos de melhores terras.

A renda é definida por essas singularidades e flutua com o apetite ou desinteresse que envolve cada valor de uso. Algumas mercadorias têm uma demanda estável por longos períodos devido ao seu papel na alimentação (trigo) ou energia (urânio). Outras sofrem quedas bruscas devido ao aparecimento de

substitutos (açúcar). Certos produtos apresentam flutuações recorrentes (petróleo) e outros, um despontar surpreendente (lítio). As substituições geradas em laboratório se expandem rapidamente, mas nunca podem violar a peculiar conexão desses produtos com a natureza.

Como a maior parte dos economistas de sua época, o dependentismo não estudou essas peculiaridades de renda. A continuidade dessa omissão é muito problemática em um estágio do capitalismo neoliberal, centrado na exploração devastadora dos recursos naturais.

Renda imperialista

A prioridade que o usufruto da natureza tem para as grandes empresas é registrada pelo novo conceito de extrativismo. Este termo destaca a destruição do meio ambiente imposta pelas regras do capitalismo contemporâneo.

Essa virulência é impactante na atividade de mineração que dinamita montanhas, dissolve rochas com compostos químicos e desperdiça a água necessária para a agricultura. O efeito dessa calamidade é o desaparecimento das geleiras andinas, a savanização da bacia amazônica e a inundação das costas.

A altíssima rentabilidade das matérias-primas introduziu essa área no sofisticado universo de transações financeiras. Também se multiplicaram disputas intensas pela captura dos lucros em jogo. As vantagens que cada concorrente alcança não dependem exclusivamente de sua capacidade tecnológica ou astúcia comercial. O peso geopolítico das diferentes potências tem se tornado decisivo para exercer o controle efetivo dos territórios desejados.

No mapa de petróleo, metais, água e campos, tremulam as bandeiras das principais economias desenvolvidas. Alguns teóricos cunharam o acertado conceito de renda imperialista para ilustrar a forma que a apropriação dessas riquezas assume atualmente. Grandes empresas operam com a proteção estratégica de seus Estados (Amin, 2011).

A renda imperialista é um termo que polemiza com a difamação generalizada dos “estados rentistas” da periferia. Os neoliberais usam essa denominação para desqualificar os países subdesenvolvidos. Eles justificam a pilhagem praticada pelas empresas transnacionais, com críticas hipócritas à corrupção prevalente nessas regiões.

A escandalosa pilhagem que ocorre na África e na América Latina tem algumas semelhanças com os precedentes descritos por Lenin no início do século XX. A renda é ambicionada pelas classes dominantes do centro e da periferia, em um marco de lutas sociais que definem sua eventual captação pelos setores populares. A análise desse excedente, nesses termos, nos permite superar a estreiteza economicista, que geralmente ignora a dependência peculiar desses recursos da força política de seus capturadores.

Marx enfatizou essa especificidade em seu tratamento da renda agrária. Depois de expor suas várias modalidades econômicas, atribuiu o destino dessa renda ao resultado de conflitos políticos. Nesses termos, ele explicou os confrontos da burguesia com os proprietários de terras que, na Inglaterra, se estabeleceram com a importação de trigo. Com o mesmo raciocínio, ele analisou essa crise na França. Nos dois casos, ele colocou o eixo da explicação na arena da luta de classes (Amin, 2011).

Essa abordagem ilustra a importância da dimensão política em qualquer reflexão sobre a renda. Devido ao caráter estratégico dos recursos desejados, a batalha por sua apropriação inclui grandes confrontos. Pela mesma razão, os diferentes Estados podem desempenhar papéis de liderança como administradores, empresários ou proprietários dessa renda. Esses atributos permitem reter, drenar ou absorver a renda. A arbitragem de cada Estado pode definir quais são os setores sociais favorecidos por sua distribuição.

A renda imperialista não é apenas uma noção compatível com a teoria marxista da dependência. Destaca também a espe-

cificidade do conceito frente ao lucro, facilitando a separação das duas categorias. Sua incorporação ao pensamento dependentista contribui para a atualização desse paradigma.

Renda internacional

Uma interpretação particular da economia argentina postula que esse país tem sido um recebedor de uma renda diferencial em escala internacional. Essa noção surgiu na década de 1960, destacando que os preços dos grãos exportados eram estabelecidos mundialmente. Ressaltou que o lucro embolsado pelos fazendeiros constituía uma transferência de mais-valia gerada nos países importadores desses alimentos.

Essa visão ressaltou a especificidade de uma renda assentada em fertilidades excepcionais e não na exploração da mão de obra, como ocorria nas plantações tropicais (Flichman, 1977). O significado teórico desse novo conceito foi pouco desenvolvido por seus criadores e esteve desconectado da problemática da dependência. Foi utilizado apenas para esclarecer as causas da estagnação agrária na Argentina e inspirou interpretações da conduta conservadora dos latifundiários.

A mesma tese, posteriormente, foi aperfeiçoada para explicar as vultosas rendas recebidas pela Argentina desde finais do século XIX. Como a maior parte da produção agrária era exportada com custos inferiores ao restante do mundo, o país absorvia lucros extraordinários gerados fora de seu espaço nacional. A venda de alimentos que barateavam a reprodução da força de trabalho europeia gerava essa elevada renda dos fazendeiros (Íñigo Carrera, 2015).

No entanto, essa abordagem também indicou que a captação local desse excedente foi diluída pela sua recuperação nas mãos de empresas estrangeiras. A renda retornou aos frigoríficos, bancos e ferrovias ingleses que controlavam e financiavam a comercialização externa de trigo e carne (Íñigo Carrera, 2017). A mais-valia apropriada pela classe dominante argentina foi reapropriada por seus concorrentes britânicos. Mais tarde, esse mesmo circuito foi

recriado pelos capitalistas estadunidenses, que substituíram o declinante império britânico.

A mesma interpretação é aplicada ao contexto atual. Note-se que as enormes mudanças registradas desde os anos 1960 não alteraram a velha dinâmica das rendas internacionais que surgem e desaparecem com a mesma velocidade.

Estima-se que esse mecanismo sobreviveu à enorme mutação da agricultura. O *boom* da soja substituiu a estagnação da produção de carne e grãos, os latifundiários se tornaram empresários e os fazendeiros se tornaram contratistas. Toda a atividade foi capitalizada com modalidades sofisticadas de semeadura direta e sementes transgênicas.

No entanto, os teóricos da renda internacional afirmam que essa modernização não alterou o antigo mecanismo de neutralização do excedente. O saldo favorável da agroexportação é compensado pelo *deficit* comercial de uma indústria mais concentrada, estrangeirizada e subsidiada. O endividamento continua absorvendo a maior parte das divisas, em uma economia dolarizada pela inflação, pela frequência da crise e pela transferência ao exterior do patrimônio dos ricos.

Essa apresentação de sequências repetidas de entradas e saídas de rendas internacionais suscitou controvérsias sobre a consistência dessa tese com o pensamento de Marx (Astarita, 2009a; Mercatante, 2010). No entanto, da perspectiva dependentista, essa abordagem poderia ser interpretada como uma variante do ciclo estudado por Marini. Como a captação inicial de divisas pela agricultura se esfuma logo na indústria e nas finanças, a Argentina enfrenta uma perda estrutural de recursos. Sem deterioração inicial dos termos de troca, se verifica o *status* sublinhado pela teoria da dependência.

Os mentores da renda internacional discordam dessa eventual convergência e contrapõem explicitamente sua tese ao dependentismo. Eles questionam todos os termos usados por essa tradição para caracterizar o atraso do país. Contestam a presença de uma

“economia deformada”, da existência de uma “drenagem de recursos” e o uso das noções de “troca desigual” e “imperialismo” (Iñigo Carrera, 2015). Este contraponto é válido?

Incompatibilidades forçadas

Os defensores da renda internacional fecham os olhos diante da evidente familiaridade de suas descrições com o enfoque desqualificado. Ambas as teses ressaltam a centralidade dos deslocamentos mundiais de mais-valia e descrevem como esses movimentos obstruem o desenvolvimento das forças produtivas. É verdade que o dependentismo ignorou a renda nos anos 1970, mas nenhuma teoria começou sem lacunas. O importante é registrar se essa carência desmente Marini ou se coincide com sua concepção.

A compatibilidade entre os dois enfoques tem sido exposta em uma recente comparação (Lastra, 2018). Essa análise destaca a relevância atribuída pelas duas teorias às transferências de valor. O primeiro enfoque estuda os movimentos da mais-valia e o segundo, os deslocamentos da renda. Outros estudiosos da obra de Marini também têm incorporado variantes da renda à sua concepção (Carrizalez e Sauer, 2017).

Em vez disso, a forçada contraposição (Iñigo Carrera, 2017) questiona os autores (Laclau, 1973) que esboçaram visões dependentistas da renda internacional. Essas últimas abordagens sustentaram a síntese marxista posterior entre o endogenismo marxista e a teoria da dependência.

Em vez de aprofundar essa confluência, postula-se como oposição, que separa a renda de outras obstruções semelhantes ao desenvolvimento latino-americano. Não se sabe que as modalidades dessa asfixia são secundárias frente ao pano de fundo do problema que é o subdesenvolvimento. A teoria da renda internacional, por si só, contribui tão pouco quanto a simples descrição de um ciclo dependente ou de um fluxo de pagamentos financeiros.

O interesse desses processos reside no esclarecimento do atraso regional. Se eles não gerarem na Argentina, Colômbia ou Bolívia

um efeito diferente daquele gerado na Suíça, Estados Unidos ou Japão, esses processos devem ser vistos como simples características da economia. Se, ao contrário, promovem a perpetuação de distâncias com países avançados, é apropriado integrá-los a alguma teoria da dependência.

A recusa em registrar essa convergência leva a uma visão ambígua do efeito final da renda. Enfatiza-se que ela dificulta a acumulação sustentada de capital, mas sua incidência sobre o subdesenvolvimento é rejeitada. Descreve-se como ele entra e sai do país, mas contesta-se a existência de um sangramento estrutural de divisas. Esse tipo de imprecisão tem sido apontado por vários autores (Anino e Mercatante, 2009). É uma consequência da absolutização da renda em detrimento de outros processos que têm os mesmos efeitos na regressão estrutural da economia argentina.

Se for observado apenas o movimento da renda, a árvore cobre a floresta e a exceção obscurece o resultado final. Esquece-se que, na própria tese da renda internacional, a absorção inicial de valor pelos exportadores primários é neutralizada pela dinâmica subsequente do capitalismo dependente. Marini desconheceu a renda, mas seus críticos a desconectam das contradições esclarecidas pelo pensador brasileiro. Por isso separam o conceito de desigualdades entre o centro e a periferia.

A consequência desse raciocínio é uma posição política anti-dependentista. Os intérpretes da renda internacional contestam qualquer confluência do anti-imperialismo com o socialismo. Essa visão promove abordagens analíticas focadas na “unidade mundial do capitalismo”, que se opõem a todas as variantes do nacionalismo (Kornblihtt, 2017). Esse enfoque reivindica apenas afinidades com o internacionalismo proletário (Íñigo Carrera, 2008). Essa atitude desconhece todos os antecedentes de confluência das duas tradições na história latino-americana.

No entanto, em qualquer interpretação, é evidente que essas controvérsias só podem ser processadas por meio de ação política. É por isso que os teóricos marxistas da dependência,

muito cedo, conectaram sua concepção à estratégia socialista da Revolução Cubana. Seus críticos preferem optar por argumentos abstratos, reflexões puramente econômicas e avaliações filosóficas ancoradas na linguagem dialética. Com esse distanciamento da luta de classes, é impossível entender e agir na realidade latino-americana.

Contraste com a Venezuela

Atualmente, os estudos sobre a renda do petróleo (ou mineração) são muito importantes. É provável que sejam mais decisivos para atualizar a teoria da dependência do que aqueles centrados na agricultura. Ambas as perguntas diferem em vários níveis.

A renda do petróleo opera com uma quantidade de reservas limitadas e datas estimadas de esgotamento. É nutrido por um tipo de extração de grande incidência para o funcionamento do capitalismo. Também inclui obstáculos de rendas e custos operacionais muito mais altos que os prevalentes na agricultura. No universo da energia, o elemento diferencial está determinado pela qualidade, proximidade e condições de exploração de cada jazida.

A presença dominante do Estado também é muito superior. A propriedade privada não obstrui mais o investimento, como ocorria na agricultura. A renda absoluta – que recebiam dos latifundiários por seu monopólio territorial – não tem influência na extração de combustível.

Em todos os países latino-americanos, o petróleo ficou sob a gestão integral do Estado. No caso relevante da Venezuela, a renda que em inícios do século XX era disputada por empresas estrangeiras e proprietários de terras foi gradualmente estatizada, por meio de ações impositivas. A nacionalização de 1976 reforçou essa tendência, que incluiu a criação de uma empresa estatal (PDVSA) em todas as cadeias da atividade (Mommer, 1999).

A estimativa da renda do petróleo também não enfrenta as dificuldades do setor agrário. Os contratos estadunidenses – adotados como referência para transações mundiais – discriminam

esse conceito dos impostos e dos lucros. Essa codificação facilitou o cálculo do excedente quando as empresas dominantes (“sete irmãs”) perderam o controle do mercado. Ali começou a disputa pela renda entre o cartel produtor (Opep), seu adversário importador (AIEA) e as empresas intermediárias.

Como seus colegas argentinos, os marxistas venezuelanos discordaram na conceituação desse excedente. Os que o caracterizaram como renda internacional descreveram a magnitude das divisas recebidas e sua subsequente canalização para o pagamento das importações. Afirmaram que o intercâmbio favorável inicial foi totalmente neutralizado em um país sem produções próprias significativas (Mommer, 1998).

A dilapidação de divisas consolidou na Venezuela um modelo de capitalismo rentista mais vulnerável que o modelo argentino. O consumismo improdutivo e a ineficiência da administração pública obstruíram a formação da frágil indústria que surgiu no Cone Sul.

No entanto, diferentemente da Argentina, essa análise da renda internacional não foi contestada pelo dependentismo. Ao contrário, o capitalismo rentista foi concebido como uma variante do capitalismo dependente (Trompíz, 2013). Com esses fundamentos, foram analisados o endividamento e as crises periódicas (Mora Contrera, 1987).

Essa visão combinada de renda internacional e dependentismo teve sua tradução no plano político. Permitiu constituir uma vertente de confluência com o chavismo, sustentar a união do anti-imperialismo com o socialismo. Esse desfecho contrasta com o que aconteceu na Argentina e demonstra as possíveis ramificações de uma matriz dependentista.

Visões totalizantes

Marini postulou uma interpretação abrangente das causas do subdesenvolvimento, enriquecendo a tradição forjada por vários pensadores anticapitalistas. Ele também absorveu ideias inovadoras de outras correntes. Distanciou-se das teses convencionais que re-

trocederam adotando abordagens liberais e manteve controvérsias com vertentes semelhantes, que se estabeleceram em confluência.

Essa trajetória indica um caminho para a renovação das teses dependentistas. A renovação requer a compreensão da nova etapa neoliberal do capitalismo mundializado, modificando conceitos insuficientes e incorporando teses ausentes.

A teoria do valor é o princípio ordenador para esse repensar. Explica como a globalização produtiva baseada na exploração de trabalhadores reformula as desigualdades entre o centro e a periferia por meio de transferências de mais-valia. A omissão desse mecanismo impede que os críticos do dependentismo possam compreender a lógica do subdesenvolvimento.

Reintegrar a teoria do valor à explicação da dependência também é vital para desvendar o esqueleto oculto do capitalismo atual. Não existe uma mão invisível que guie os mercados, nem uma instituição estatal sábia que conduza a economia. A base do sistema é uma concorrência por lucros decorrentes da exploração, que multiplica o lucro das minorias e o sofrimento das majorias. A mesma indignação e rebeldia que no passado impulsionou o estudo do subdesenvolvimento orienta sua pesquisa atual.

EPÍLOGO

Nos últimos anos, começou a se verificar uma recuperação do pensamento dependentista. Essa reaparição acompanhou o ciclo progressista da última década e, sobretudo, o surgimento do chavismo. A teoria da dependência esteve muito presente no universo conceitual de Chávez e em vários argumentos de Evo Morales. Não foi a visão de Lula ou Cristina Kirchner, que são tolerantes, mas não afinados a essa visão. Chávez reivindicou o legado dependentista com a mesma ênfase que postulou o redescobrimento do comunismo e a atualidade do socialismo.

A renovada influência dessa visão faz-se notar também na sua implícita presença em várias propostas teóricas dos últimos anos. Há elementos do dependentismo no “socialismo do século XXI” e no “Bem Viver”. Pela mesma razão, as homenagens às principais figuras dessa tradição têm se multiplicado e há muitas iniciativas de reedição de livros.

Não há repetição do clima intelectual dos anos 1970, mas há indícios de ressurgimento desse pensamento. Isso pode ser observado nos núcleos de pesquisa que emergiram no Brasil. No México, continuam as elaborações de autores que foram discípulos de Marini e há empreendimentos do mesmo tipo em países com pouca tradição dependentista.

Também chama a atenção o contraponto atual entre os defensores da teoria e seus críticos frontais aglutinados em correntes antidependentistas, que retomam os questionamentos surgidos nos anos 1980 e que conseguiram, com alguma ressonância, instalar-se no mundo acadêmico da Argentina.

A ótica dependentista influencia atualmente no balanço do ciclo progressista, que foi frustrado por não encarar a superação do subdesenvolvimento. Essa caracterização vale não só para Argen-

tina ou Brasil, mas também para a Venezuela. A redistribuição parcial da renda foi insuficiente para transformar a renda agrária ou petroleira em uma fonte de desenvolvimento igualitário. Mesmo assim esses processos não estão encerrados e o balanço do que ocorreu é discutido no âmbito de disputas inconclusas.

A visão dependentista é muito útil para avaliar os limites da restauração conservadora, quando os governos de direita enfrentam limites semelhantes. No plano econômico, pretendem avalizar a primarização e o extrativismo em um contexto internacional adverso. Implementam uma adaptação passiva ao livre comércio, quando Trump e Macron revisam todas as tarifas. Além disso, têm ficado deslocados em escala internacional por seu primitivismo ideológico pró-estadunidense em um marco de preponderância chinesa na aquisição de matérias-primas.

No terreno político também decresce a legitimidade de governos que retiram garantias constitucionais e recorrem a crescentes atropelos repressivos para criar sistemas autoritários. A consistência desses regimes para implementar a reorganização neoliberal é muito duvidosa. Todos enfrentam uma grande resistência popular e em âmbito continental, a direita não têm podido remover os bastiões da Venezuela e Cuba.

A teoria da dependência renova, além disso, sua influência fora da região. Suas ideias são bem-vindas entre os militantes da periferia europeia que enfrentam problemas muito semelhantes aos da América Latina. Durante a crise da dívida foram generalizadas por exemplo, na Grécia, as comparações com o que ocorreu na Argentina. Essas visões adotaram uma perspectiva dependentista. As semelhanças são evidentes, embora o papel dos Estados Unidos seja ocupado pela Alemanha e a Comissão Europeia complemente as auditorias do FMI.

Alguns economistas do Velho Continente elaboraram interessantes trabalhos com fundamentação teórica dependentista para esclarecer a problemática do euro. Explicaram como a associação monetária de países europeus com salários diferentes gera transfe-

rências de valor da periferia ao centro. Esse mecanismo apresenta muitas semelhanças com as teses de Marini. O euro consagra desequilíbrios comerciais em favor da Alemanha que desembocam em endividamento e dependência.

No entanto, a vitalidade futura da teoria da dependência decorre de sua capacidade para compreender a etapa atual do capitalismo. Já existem trabalhos nessa direção que questionam a globalização produtiva, destacando especialmente a nova arbitragem global do trabalho. Analisam como o valor gerado em um ponto do planeta se realiza em outro.

Não há dúvida que o período neoliberal em curso é significativamente diferente do fim da época keynesiana, que envolveu o nascimento da teoria da dependência. Para implementar sua agressão contra os trabalhadores, o capitalismo do século XXI opera com pilares de outro tipo. Aponta um modelo assentado no predomínio das empresas transnacionais. Há 40 anos, o capitalismo já era mundial, mas não funcionava com cadeias de valor, mundialização financeira e compartilhamento comercial.

Nessa nova etapa, a diferença entre exploração do centro e superexploração na periferia não define linhas divisórias. Existem modalidades de ambos os tipos nos dois polos da economia mundial, com fortes diferenças no *status* do trabalho formal e informal.

A estrutura hierárquica mundial e as redes de transferência de valor também mudaram. Essas mutações explicam a inédita dinâmica contemporânea de corte do emprego. Não só são destruídos mais postos de trabalho do que os criados, mas essa demolição se realiza em uma velocidade inédita. Há quatro décadas a revolução digital era imaginada apenas na ficção científica.

As transformações geopolíticas têm o mesmo alcance. Desapareceu a União Soviética, surgiu a China e existe uma controvérsia não resolvida sobre o declínio dos Estados Unidos, em um contexto de grande remodelação dos dispositivos imperialistas.

As velhas configurações nacionais mudaram substancialmente, sem gerar a transnacionalização plena descrita por alguns pen-

sadores. Instalou-se uma modalidade híbrida de mundialização produtiva, que não tem correlato equivalente nas classes sociais e nos Estados.

Nesse cenário, as formações intermediárias ocupam um significativo lugar, que rompe o estricto paralelo entre potências subimperialistas e economias semiperiféricas. A importância geopolítica de alguns países difere da integração à globalização produtiva conseguida por outros. A teoria da dependência é muito útil para compreender essa variedade de situações. Explica a lógica do subdesenvolvimento e a marginalização da periferia, sem limitar sua análise às polaridades mundiais. Estuda as bifurcações e diferenças entre as próprias formações intermediárias.

É necessário enriquecer este tipo de abordagem para ampliar nossa compreensão da realidade contemporânea. Não obstante, a atualização da teoria da dependência continua transitando por um compromisso de resistência à agressividade imperialista e aos pesadelos gerados pelo capitalismo. As mesmas raízes que nutriram o dependentismo orientam a busca de novos caminhos para construir uma sociedade sem exploradores nem explorados.

REFERÊNCIAS

- ADAMOVSKY, Ezequiel “El mito del aumento de la classe media global”, *Clarín*, 26 de dezembro de 2012.
- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. “Immanuel Wallerstein y la perspectiva crítica del Análisis de los Sistemas-Mundo”, *Textos de Economía*, vol. 10, n. 2, julho-dezembro, Florianópolis, 2007.
- ALBO, Gregory. “Paul Sweezy and American Marxism”, Department of Political Science York University Toronto, Ontario, abril de 2004. Disponível em: <www.nodo50.org>.
- AMIN, Samir. ¿Cómo funciona el capitalismo? Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- _____. *Imperialismo y desarrollo desigual*. Barcelona: Fontanella, 1976.
- _____. *La desconexión*. Buenos Aires: Pensamiento Nacional, 1988.
- _____. *Capitalismo, imperialismo, mundialización, en Resistencias Mundiales*. Buenos Aires: CLACSO, 2001a.
- _____. *Crítica de nuestro tiempo*. Los ciento cincuenta años del Manifiesto comunista. México: Siglo XXI, 2001b.
- _____. *Más allá del capitalismo senil*. Buenos Aires: Paidós, 2003.
- _____. “Geopolítica del imperialismo colectivo”. In: Boron, Atilio (ed.). *Nueva Hegemonía Mundial: Alternativas de cambio y movimientos sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- _____. “He sido y sigo siendo un comunista”. In: Roffinelli, Gabriela. *La teoría del sistema capitalista mundial*. Una aproximación al pensamiento de Samir Amin. Panamá: Ruth Casa Editorial, 2005.
- _____. “La historia comprendida como ciclo eterno”, *Revista Mundo Siglo XXI*, n. 5, verão, México, 2006.
- _____. *Modernité, religion et démocratie*. Critique de l'eurocentrisme. Lyon: Parangon, 2008.
- _____. *La ley del valor mundializada*. Por un Marx sin fronteras, Madri: El Viejo Topo, 2011a.
- _____. *El mundo árabe: raíces y complejidades de la crisis*. La Habana: Ruth Ediciones, 2011b.
- _____. “El imperialismo colectivo: Desafíos para el Tercer Mundo”, 2013a. Disponível em: <<https://fisyp.org.ar/article/entrevista-a-samir-amin-el-imperialismo-colectivo-/>>.
- _____. “Transnational capitalism or collective imperialism?”, *Pambazuka News*, 2013b. Disponível em: <<https://www.pambazuka.org/global-south/transnational-capitalism-or-collective-imperialism->>.
- ANDERSON, Benedict . *Comunidades imaginadas*. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ANDERSON, Kevin B. *Marx at the margins*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.
- ANDERSON, Perry. Teoría, política e historia. Un debate con E. P. Thompson. Madri: Siglo XXI, 1985.
- _____. “Internacionalismo: un breviarío”, *New Left Review*, n. 14, maio-junho, 2002.
- _____. “A crise no Brasil”, *Pambazuka News*, 2016. Disponível em: <<http://www.pambazuka.org/pt/democracy-governance/crise-no-brasil-uma-n%C3%AAlise-profunda-de-perry-anderson>>.
- ANGOTTI, Thomas. “The political implications of Dependency Theory”, *Latin American Perspectives*, vol. 8, n. 3-4, janeiro, 1981.
- ANINO, Pablo e MERCATANTE, Esteban. “Informe sobre ciegos. Razón y Revolución y su ‘mirada’ del capitalismo argentino”. Disponível em: <www.ips.org.ar>.
- _____. “Renta diferencial y producción agraria en Argentina. Una respuesta a Rolando Astarita”, 2009. Disponível em: <www.ips.org.ar>.

- ANNIS, Roger. "The Russia as 'Imperialist' Thesis Is Wrong and a Barrier to Solidarity With the Ukrainian and Russian People", *Truthout*, 2014. Disponível em: <<https://truthout.org/articles/the-russia-as-imperialist-thesis-is-wrong-and-a-barrier-to-solidarity-with-the-ukrainian-and-russian-people/>>.
- ARCARY, Valerio. "Uma nota sobre o lugar do Brasil no mundo em perspectiva histórica", *Esquerda online*, 2016. Disponível em: <<http://blog.esquerdaonline.com/?p=7760>>.
- ARICO, José. *Nueve lecciones sobre economía y política en el marxismo*. México: El Colegio, 2012.
- ARMANIAN, Nazanin. "La rivalidad entre Rusia e Irán remodela el mercado del gas en Eurasia", 2016. Disponível em: <<http://blogs.publico.es/puntoyseguido/3144/la-rivalidad-entre-rusia-e-iran-remodela-el-mercado-del-gas-en-eurasia/>>.
- ARRIAZU, Ricardo. "Las razones de la nueva crisis de Brasil", *Clarín*, 19 de setembro de 2015.
- ARRIGHI, Giovanni. "The developmentalist ilusion: a reconceptualization of semiperiphery". In: W. G. Martin. *Semiperipheral states in the world economy*. Westport: Greenwood Press, 1990.
- _____. "Hegemony Unravelling", Part I, *New Left Review*, n. 32, março-abril, 2005.
- _____. "El mundo según Andre Gunder Frank", *Revista Mundo Siglo XXI*, n. 6, outono, 2006.
- _____. *Adam Smith en Pekín*. Madri: Akal, 2007.
- ARRIGHI, Giovanni; J. SILVER, Beverly e BREWER, Benjamin. "D. Industrial Convergence, Globalization, and the Persistence of the North-South Divide", *Studies in Comparative International Development*, vol. 38, n. 1, primavera de 2003.
- ASHMAN, Sam e CALLINICOS, Alex. "Capital Accumulation and the State System", *Historical Materialism*, vol. 14.4, 2006.
- ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *Modos de producción, capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- ASTARITA, Rolando. *Valor, mercado y globalización*. Buenos Aires: Ediciones cooperativas, 2004.
- _____. "Respuesta al profesor Juan Iñigo Carrera", Rolando Astarita [Blog], 2009a. Disponível em: <www.rolandoastarita.com>.
- _____. "Renta agraria, ganancia del capital y tipo de cambio", Rolando Astarita [Blog], 2009b. Disponível em: <www.rolandoastarita.com>.
- _____. *Subdesarrollo y dependencia*. Quilmes: Universidad de Quilmes, 2010a.
- _____. "La teoría de la dependencia y la teoría de Marx", *Globalización, dependencia y crisis económica*. Málaga: FIM, 2010b.
- _____. "Discusiones sobre intercambio desigual", Rolando Astarita [Blog], 2011. Disponível em: <<https://rolandoastarita.blog/2011/06/25/discusiones-sobre-intercambio-desigual>>.
- _____. "Mandel sobre la plusvalía extraordinaria", Rolando Astarita [Blog], 9 de setembro de 2013a. Disponível em: <<https://rolandoastarita.blog>>.
- _____. "Marx sobre trabalho potenciado", Rolando Astarita [Blog], 21 de setembro de 2013b. Disponível em: <<https://rolandoastarita.blog>>.
- _____. "Renta petrolera y capitalismo de estado", Rolando Astarita [Blog], 19 de maio de 2013c. Disponível em: <<https://rolandoastarita.blog>>.
- _____. "Plusvalía extraordinaria y renta agraria (1)", Rolando Astarita [Blog], 9 de abril, 2014. Disponível em: <<https://rolandoastarita.blog>>.
- BAGU, Sergio. *Feudalismo, capitalismo, subdesarrollo*. Madri: Akal, 1977.
- BAIROCH, Paul. *El tercer mundo en la encrucijada: el despegue económico desde el siglo*. Barcelona: Alianza, 1973.
- _____. *Mythes et paradoxes de l'histoire économique*. Paris: La Découverte, 1999.
- BAMBIRRA, Vania. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. México: Siglo XXI, 1986.
- BAPTISTA, Asdrúbal. *Teoría económica del capitalismo rentístico*. Caracas: BCV, 2010.
- BARAN, Paul. *Economía política del crecimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- BARKER, Colin. "Beyond Trotsky: extending combined and uneven development", *Permanent Revolution: Results and Prospects 100 Years*, Pluto Press, 2006.
- _____. "Review Marx at the margins", *Socialist Review*, julho-agosto, 2010.

- BARKIN, David. "Internationalization of Capital: An Alternative Approach", *Latin American Perspectives*, Vol. 8, n. 3/4, verão-outono, 1981.
- BARRETO, Helena Marroig. "Marini ontem e hoje: Pontuações sobre a teoria Marxista da dependência e novas perspectiva", novembro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://pantheon.ufrj.br/handle/11422/1488>>.
- BATOU, Jean. "Cien años después, lo que plantea el reconocimiento del genocidio armenio", *Viento Sur*, 23 de abril, 2015.
- BEHROUZ, Farahany. *Viento sur*, 2017. Disponível: <<http://vientosur.info/spip.php?article12116>>.
- BERNSTEIN, Eduard. *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia*. México: Siglo XXI, 1982.
- BETTELHEIM, Charles. "Intercambio internacional y desarrollo regional", Imperialismo y comercio internacional, Córdoba, *Cuadernos de Pasado y Presente*, n. 24, 1972a.
- _____. "Los trabajadores de los países ricos y pobres tienen intereses solidarios. Imperialismo y comercio internacional", Córdoba, *Cuadernos de Pasado y Presente*, n. 24, 1972b.
- BIANCHI, Alvaro. "Determinação e tendências históricas no pensamento de Trotsky", 5 de fevereiro de 2013. Disponível em: <blogconvergencia.org/blogconvergencia>.
- BLAUT, J. M. "Robert Brenner in the tunnel of time", *Antipode: A radical journal of Geography*, 26, 4, 1994.
- BLOMSTROM, Magnus y Bjorn Hettne. *La teoría del desarrollo económico en transición*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- BOND, Patrick. *El imperio norteamericano y el subimperialismo sudafricano*. El Imperio Recargado. Buenos Aires, CLACSO, 2005.
- _____. "BRICS and the sub-imperial location", *BRICS an Anti-Capitalist Critique*. Chicago: Haymarket, 2015.
- _____. "BRICS banking and the debate over sub-imperialism", 15 de novembro, 2016. Disponível em: <http://www.cadt.m.org/spip.php?page=imprimer&id_article=13946>.
- BORON, Atilio. "Teorías de la dependencia", *Realidad Económica*, Buenos Aires, n. 238, agosto-setembro, 2008.
- BOURGUIGNON, François; MORRISSON, Christian. "Inequality among World Citizens: 1820-1992". *American Economic Review*, 92(4), p. 727-44, 2002.
- BOURGUIGNON, François; CHÂTEAUNEUF-MALCLÈS, Anne. *L'évolution des inégalités mondiales de 1870 a 2010*, 20 de junho de 2016.
- BRENNER, Robert. "The Origins of Capitalist Development, A Critique of Neo-Smithian Marxism", *New Left Review*, 1/104, julho-agosto, 1977.
- _____. "Estructura de clases agraria y desarrollo económico en Europa Preindustrial", In: ASTON, Trevor H.; PHILPIN, C. H. E. (eds.). *El debate Brenner*. Barcelona: Crítica, 1988.
- _____. "What Is, and What Is Not, Imperialism?" *Historical Materialism*, vol. 14.4, 2006.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Globalización y competencia*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.
- BUENO, Fabio Marvulle. "A Superexploração do trabalho; polêmicas em torno do conceito na obra de Ruy Mauro Marini e a vigência na década de 2000", Tese de Doutorado, Brasília, março, 2016. Disponível em: <repositorio.unb.br/bitstream/10482/22734/1/2016>.
- BUENO, Fabio; Seabra Raphael. "A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea", 26 de novembro de 2010. Disponível em: <www.buenastareas.com>.
- BUGARELLI, Luiz. *Dependência e Revolução na América Latina: uma introdução ao debate de Agustín Cueva e Ruy Mauro Marini*, 2011. Disponível em: <www.uff.br/niepmarxmarxismo/.../AMC333F.pdf>.
- ÇAĞLI, Elif. "On Sub-imperialism: Regional Power Turkey", *Marksist*, agosto de 2009. Disponível em: <Tutummarxist.cloudaccess.net>.
- CALLINICOS, Alex. *Imperialismo Hoy*. Montevideo: Ediciones mundo al revés, 2001.

- _____. "How to solve the many-state problema: a reply to the debate", *Cambridge Review of International Affairs*, vol. 22, n. 1, março de 2009.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. "(Im) precisiones acerca de la categoría superexplotación de la fuerza de trabajo", *Razón y Revolución*, Buenos Aires, n. 25, 2013.
- CARCHEDI, Guglielmo. *Frontiers of political economy*. Londres, Verso, 1991.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "Notas sobre el estado actual de los estudios sobre dependencia", *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, Santiago, n. 4, 1972.
- _____. "Contradicciones del desarrollo asociado", *Cuadernos de la Sociedad Venezolana de Planificación*, Caracas, n. 113-115, 1973.
- _____. "La originalidad y la copia". *Revista de la CEPAL*, n. 2, 1977a.
- _____. *Las clases sociales y crisis política en América Latina*. México: Siglo XXI-UNAM, 1977b.
- _____. "Estados Unidos y la teoría de la dependencia". *América Latina: 50 años de industrialización*. Col. La Red de Jonás. México: Premia, 1978.
- _____. "El desarrollo en el banquillo", *Revista de Comercio Exterior*, México, agosto de 1980.
- _____. *A Suma e o resto*. Rio de Janeiro: Editorial Civilização Brasileira, 2012.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Desarrollo y dependencia en América Latina*. Ensayo de interpretación sociológica. Buenos Aires: Siglo XXI, 1969.
- _____. "Post Scriptum a dependencia y desarrollo en América Latina", *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, vol. 17, n. 66, julho-setembro, 1977.
- CARDOSO Fernando Henrique e SERRA, José. "Las desventajas de la dialéctica de la dependencia", *Revista Mexicana de Sociología*, México, 1978.
- CARDOSO, Ciro F. S. "Sobre los modos de producción coloniales en América", *In: ASSADOURIAN, C. S. Modos de Producción en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- CARDOSO, Ciro F. S e BRIGNOLI, Héctor P. *Historia económica de América Latina*. Tomos I e II. Barcelona: Crítica, 1979.
- CARRIZALEZ Nava, Pablo e Ildo Luis Sauer. "Intercambio desigual y renta petrolera: una aproximación teórica necesaria", *Cadernos CERU*, série 2, vol. 28, n. 2, dezembro de 2017.
- CARROLL, William K. "Global corporate power and a new transnational capitalist class?", Presentation to the Centre for Civil Society, Durban, 17 de janeiro de 2012.
- CARROLL, William K. e Colin Carson. "Forging a New Hegemony? The Role of Transnational Policy Groups in the Network and Discourses of Global Corporate Governance", *Journal of World-Systems Research*, IX, 1, inverno de 2003.
- CASTAÑEDA, Jorge e HETT, Enrique. *El economicismo dependientista*. México: Siglo XXI, 1991.
- CASTAÑEDA, Jorge e MORALES, Marco. *Lo que queda de la izquierda*. México: Taurus, 2010.
- CHASE-DUNN, Christopher. "Globalization: A World systems perspective", *Journal of World-Systems Research*, vol. V, 2, 1999.
- _____. "The Emergence of Predominant Capitalism: Contemporary Sociology 41, 1, ASA, janeiro 18, 2012.
- CHAVOLLA, Arturo. *La imagen de América en el marxismo*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.
- CHEN, Kathy "Wallerstein's World Economic System Theory", 1 de febrero de 2010. Disponível em: <es.slideshare.net/.../wallersteins-world-systems-analys>.
- CHILCOLTE, Ronald. "Issues of Theory in Dependency and Marxism", *Latin American Perspectives*, vol. 8, n. 3-4 de janeiro de 1981.
- _____. "Teorías reformistas e revolucionarias de desenvolvimiento e subdesenvolvimiento", *Revista Economía Política*, vol. 3, n. 3, julho-setembro, 1983.
- _____. "Post-Marxism: The Retreat from Class in Latin America", *Latin American Perspectives*, vol. 17, n. 2, 1990.
- _____. "Influências trostkistas sobre a teoria do desenvolvimento da América Latina", *Revista de Ciências Sociais*, vol. V, 40, n. 1, 2009.

- CHINCHILLA, Norma Stoltz e DIETZ, James Lowell. "Toward a new understanding of development and underdevelopment", *Latin American Perspectives*, vol. 8, n. 3-4, janeiro de 1981.
- CHINGO, Juan. "El fin de las 'soluciones milagrosas' de 2008/9 y el aumento de las rivalidades en el sistema mundial", 28 de setembro de 2012. Disponível em: <www.fti.org/IMG/pdf/EI28_Economia_y_geopolitica.pdf>.
- CLACSO. Carta Abierta al Congreso de la Latin American Studies Association (LASA), Nova York, 27, 28, 29 e 30 de maio de 2016.
- CLAUDÍN, Fernando. *La crisis del movimiento comunista*. Madri: Ruedo Ibérico, 1970.
- CORDOVA, Armando. "Rosa Luxemburgo y el mundo subdesarrollado", *Problemas del Desarrollo*, vol. 5, n. 18, 1974.
- CORREA PRADO, Fernando e Castelo, Rodrigo. "O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil Contemporâneo", *Revista Pensata*, vol. 3, n. 1, novembro de 2013.
- CRI, Adrian e Robles, MARCOS. "Los tiempos del imperio", *Ideas de Izquierda*. Buenos Aires: n. 13, setembro de 2014.
- CUEVA, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México: Siglo XXI, 1973.
- _____. "Problems and Perspectives of Dependency Theory", *Latin American Perspectives*, vol. 3, n. 4, outubro de 1976.
- _____. "Comentario". In: *Clases sociales y crisis política en América Latina*. México: Siglo XXI, 1977.
- _____. "El uso del concepto de modo de producción en América Latina: algunos problemas teóricos". *Modos de producción en América Latina*. México: Ediciones de Cultura Popular, 1978.
- _____. *Teoría social y procesos políticos en América Latina*. Línea Crítica: México Edicol, 1979a.
- _____. "¿Vigencia de la 'anticrítica' o necesidad de autocrítica? Respuesta a Theotonio Dos Santos y Vania Bambirra", *Teoría social y procesos políticos en América Latina*. México: UNAM, 1979b.
- _____. "Cultura, Clase y Nación", *Cuadernos Políticos*, México: ERA, n. 20, 1982.
- _____. "Entrevista: Ciencias sociales y marxismo hoy", *Sociológica*, UAM, México, vol. 1, n. 1, 1986.
- _____. "Prólogo a la edición ecuatoriana", *Teoría social y procesos políticos en América Latina*, Línea Crítica, 1988.
- _____. "El marxismo latinoamericano: historia y problemas actuales", In: *Entre la ira y la esperanza*. Buenos Aires: CLACSO-Prometeo, 2007.
- _____. "Las interpretaciones de la democracia en América Latina, Algunos problemas", In: *Ensayos Sociológicos y Políticos*. Quito: Ministerio de Coordinación, 2012.
- DAVIDSON, Neil "From uneven to combined development", *Permanent Revolution: Results and Prospects 100 Years*. Pluto Press: Londres, 2006.
- _____. "From deflected permanente revolution to the law of uneven and combined development", *International Socialist*, n. 128, outubro de 2010.
- DAY, Richard B. e GAIDO, Daniel. *Discovering Imperialism: Social Democracy to World War I*. Leiden: Brill Academic Publishers, 2011.
- DEMIER, Felipe. "Ainda sobre a lei do desenvolvimento desigual e combinado: Trotsky e Novack", 3 de março de 2013. Disponível em: <blogconvergencia.org/blogconvergencia>.
- DEMOCRATIC SOCIALIST PARTY. "The role of Australian imperialism in the Asia-Pacific region", 3 de julho de 2001. Disponível em: <[http:// links.org-au/node/116](http://links.org-au/node/116)>.
- DI MEGLIO, Mauro e MASINA, Pietro. "Marx, and Underdevelopment". In: SAAD FILHO, Alfredo e FINE, Ben. *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Aldershot: Edward Elgar, 2013.
- DOBB, Maurice. *Capitalismo, crecimiento económico y subdesarrollo*. Barcelona: Oikos, 1969.
- _____. "Prefacio, Respuesta, Nuevo Comentario", In: *La transición del feudalismo al capitalismo*. Buenos Aires: Ediciones La Cruz del Sur, 1974.

- DOCKÈS, Pierre. *Mondialisation et impérialisme à l'envers*. La mondialisation, stade suprême du capitalisme. Paris: 10, 2013.
- DOMINGUES, José Mauricio. *Desarrollo, periferia y semiperiferia en la tercera fase de la modernidad global*. Buenos Aires: CLACSO, 2012.
- DORÉ, Elizabeth; WEEKS, John. "International Exchange and the causes of backwardness", *Latin American Perspectives*, vol. 6, n. 2, 1979.
- DORONENKO, M. "Boris Kagarlitsky's plagiarism", 14 de outubro de 2005. Disponível em: <india.indymedia.org/en>.
- DOS SANTOS, Theotonio. *Imperialismo y dependencia*. México: ERA, 1978.
- _____. *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.
- _____. "La teoría de la dependencia, un balance histórico y teórico", In: *Los retos de la globalización*. Caracas: UNESCO, 1998.
- _____. "World Economic System: On the Genesis of a Concept", *Journal of World-Systems Research*, vol. XI, n. 2, verão/outono de 2000.
- _____. *La teoría de la dependencia: balance y perspectivas*. Buenos Aires: Plaza Janés, 2003.
- _____. *Marxismo y ciencias sociales*. Una revisión crítica. Buenos Aires: Luxemburg, 2011.
- _____. *Bendita Crisis, socialismo y democracia en el Chile de Allende*. Caracas: El Perro y la Rana, 2009a.
- _____. "Rui Mauro Marini: un pensador latino-americano". *A América Latina e os desafios da globalização*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2009b.
- DOS SANTOS, Theotonio e BAMBIRRA, Vania. *La estrategia y la táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin*. México: ERA, 1980.
- DUARTE, Daniel. "Reseña de Bajo el Imperio del capital", *Hic Rhodus, Crisis capitalista, polémica y controversias*, n. 3 (2), 2013.
- DUSSEL, Enrique. *Hacia un Marx desconocido*. Un comentario de los Manuscritos del 1861-63. Iztapalapa: Siglo XXI, 1988.
- DZARASOV, Ruslan. "Modern Russia as semi-peripheral, dependent capitalism". In: *BRICS An Anti-Capitalist Critique*. Chicago: Haymarket, 2015.
- EDELSTEIN, Joel C. "Dependency: a special theory within marxian analysis", *Latin American Perspectives*, julho, vol. 8, n. 3-4, 1981.
- EMMANUEL, Arghiri. "El intercambio desigual, Imperialismo y comercio internacional", *Pasado y Presente*, Buenos Aires, n. 24, 1971.
- _____. *El intercambio desigual*. México: Siglo XXI, 1972.
- EMMERICH, Norberto. "China y América Latina: ¿cooperación sur-sur o estatus semicolonial", 12 de março de 2015. Disponível em: <http://www.pensamientocritico.org/norem0415.htm>.
- ESCOBAR, Pepe. "¿Pueden China y Rusia 9 de octubre, echar a Washington a empujones de Eurasia?", *Rebelión*, 2014. Disponível em: <rebelion.org/noticia.php?id=190582>.
- _____. "¿Año de la Cebra, Siglo del dragón?", 4 de março de 2015. Disponível em: <www.ojosparalapaz.com/anode-la-zebra-siglo-del-dragon/>.
- FERES JÚNIOR, João. *FHC: Embaixador do golpe no Brasil*, 2016. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/FHC-Embaixador-do-golpe-no-Brasil/436175>.
- FERGUSON, Philip. *Paul Cockshott, Bill Warren and anti-Irish nationalism*, 1999.
- FERNÁNDEZ RAÚL, A. e OCAMPO, José F. "The Latin American Revolution: A theory of imperialism, not dependence", *Latin American Perspectives*, vol. 1, n. 1, primavera, 1974.
- FIGUEROA, Victor. *Reinterpretando el subdesarrollo*. México: Siglo XXI, 1986.
- FLICHMAN, Guillermo. *La renta del suelo y el desarrollo agrário argentino*, México: Siglo XXI, 1977.
- FOSTER, John Bellamy. "Samir Amin al 80: An Introduction and tribute", *Monthly Review*, 01 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2011/10/01/samiramin-at-80-an-introduction-and-tribute/>.
- _____. "The New Imperialism of Globalized Monopoly-Finance Capital", *Monthly Review*, vol. 67, n. 3, julho-agosto de 2015.

- GUNDER FRANK, Andre. "De la dependencia a la acumulación". *Problemas del Desarrollo*, México, n. 13, janeiro de 1973.
- _____. "¿Con qué modos de producción convierte la gallina maíz en huevos de oro?". México: Gallo Ilustrado-El Día, 1965.
- _____. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1970.
- _____. *Lumpenburguesía y lumpendesarrollo*. Barcelona: Laia, 1979.
- _____. *La crisis mundial*. Barcelona: Burguesa, 1979.
- _____. *El subdesarrollo del desarrollo*. Caracas: Nueva Sociedad, 1991.
- _____. "Celso Furtado y la teoría de la dependencia", *Revista Memoria*, janeiro de 2005a.
- _____. "Responses to ReOrient Reviews", 2005b. Disponível em: <www.rrojasdatabank.info>.
- _____. *ReOriente Economía global en la Era Asiática*, C y E, ano I, n. 2, primeiro semestre de 2009. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/>.
- GALBA DE PAULA, Patrick. Duas teses sobre Marx e o desenvolvimento: considerações sobre a noção de desenvolvimento em Marx. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.
- GANDÁSEGUI, Marco A. "Vigencia e debate en torno da teoria da dependencia", In: VALENCIA, Adrián Sotelo e MARTINS, Carlos Eduardo. *América Latina e os desafios da globalização*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- GARCIA, Ana. "Building BRICS from below?". In: *BRICS: an Anti-Capitalist Critique*. Chicago: Haymarket, 2015.
- GELLNER, Ernest. *Naciones y nacionalismo*. Madri: Alianza, 1991.
- GEREFFI, Gary. Los nuevos desafíos de la industrialización. Observaciones sobre el Sudeste Asiático y Latinoamérica, *Pensamiento Iberoamericano*, Madri, n. 16, julho-dezembro de 1989.
- GEREFFI, Gary. "Las cadenas productivas como marco analítico", *Problemas del Desarrollo*, vol. 32, n. 125, 2001.
- GODA, Thomas. "Changes in income inequality from a global perspective: an overview", *Post Keynesian Economics Study Group*, Working Paper 1303, abril de 2013.
- GOLDFRANK, Walter L. "Paradigm Regained? The Rules of Wallerstein's World-System Method", *Journal of World-Systems Research*, vol. XI, n. 2, verão-outono de 2000.
- GROSSMAN, Henryk. *La ley de la acumulación y el derrumbe del sistema capitalista*. México: Siglo XXI, 1979.
- GUILLÉN ROMO, Héctor. "La teoría del imperialismo de Ernest Mandel", *Criticas de la Economía Política*. México, n. 9, outubro-dezembro, 1978.
- HARMAN, Chris. "The return of the national question", *International Socialism*, 2:56, outono, Londres, 1992.
- _____. "Analysing Imperialism", *International Socialism*, n. 99, verão, 2003.
- HARRIS, Nigel. *The end of the Third World*. New York: The Meredith Press, 1987.
- HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- _____. *The New Imperialism*. Oxford: University Press, 2003.
- _____. "Comment on Commentaries", *Historical Materialism*, vol. 14.4, 2006.
- HEALY, Barry. "Was Karl Marx 'Eurocentric'?", *Links International Journal of Social Renewal*, outubro, n. 22, 2010.
- HENFREY, Colin. "Dependency, modes of production and class analysis of Latin America", *Latin American Perspectives*, vol. 8, n. 3-4, janeiro, 1981.
- HERRERA, Remy. "Les theories du systeme mondial capitaliste", *Dictionnaire Marx Contemporain*. Paris: PUF, 2001.
- HIGGINBOTTOM, Andy. "Structure and Essence in Capital I: Extra Surplus-Value and the Stages of Capitalism", *Journal of Australian Political Economy*, Austrália, n. 70, 2012.
- HILFERDING, Rudolf. "German Imperialism and Domestic Politics (October 1907)", In: *Discovering Imperialism: Social Democracy to World War I*. Leiden: Brill Academic Publishers, 2011.

- HILTON, Rodney. "Comentario". In: *La transición del feudalismo al capitalismo*. Buenos Aires: Ediciones La Cruz el Sur, 1974.
- HOBBSAWM, Eric. "Marxismo, nacionalismo e independentismo", *Marxismo e historia social*. Universidad Autónoma de Puebla, 1983.
- _____. *Naciones y nacionalismo desde 1780*. Barcelona: Crítica, 2000.
- HOWARD, M. C.; King, J. E. *A History of Marxian Economics*, vol. 1. Nueva Jersey: Princeton University Press, 1989.
- _____. *A History of Marxian Economics*, vol. 2. Nueva Jersey: Princeton University Press, 1992.
- HUNG, Ho-fung. "China and the lingering Pax Americana", In: *BRICS: An Anti-Capitalist Critique*. Chicago: Haymarket, 2015.
- HUSSON, Michel "Après l'âge d'or: sur Le Troisième Age du Capitalisme". *Le Marxisme d'Ernest Mandel*. Paris: Actuel Marx-PUF, 1999.
- _____. "L'ecole de la Regulation de Marx a la fondation Saint Simon: un aller sans retour?". In: BIDEF, Jacques, KOUVÉLAKIS, Eustache. *Dictionnaire Marx contemporaine*. Paris: Puf, 2001.
- IÑIGO CARRERA, Juan. "La unidad mundial de la acumulación de capital en su forma nacional historicamente dominante en América Latina. Crítica de las teorías del desarrollo, de la dependencia y del imperialismo", 2008. Disponible em: <www.cicpint.org/Investigación/JIC/.../Iñigo%20Carrera_SEPLA_2008>.
- _____. "Renta diferencial y producción agraria en Argentina: respuesta a Pablo Anino y Esteban Mercatante", agosto de 2009.
- _____. "La especificidad nacional de la acumulación de capital en la Argentina: Desde sus manifestaciones originarias hasta la evidencia de su contenido en las primeras décadas del siglo XX". Buenos Aires: noviembre, 2015. Disponible em: <http://repositorio.filo.uba.ar/jspui/bitstream/filodigital/3004/1/uba_ffyl_t_2015_893711>.
- _____. *La renta de la tierra formas, fuentes y apropiación*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2017.
- JAHANPOUR, Farhang. "Las raíces profundas de la rivalidad entre sunies y chiíes", *Inter Press Service*, 2014. Disponible em: <http://www.ipsnoticias.net/2014/11/las-raices-profundas-de-la-rivalidad-entre-sunies-y-chiies/>.
- JOHNSON, Dale L. "Economism and determinism in Dependency Theory", *Latin American Perspectives*, vol. 8, n. 3-4, janeiro de 1981.
- KAGARLISKY, Boris. "Interview with Boris Kagarlitsky on Ukraine", *The new cold war: Ukraine and beyond*, 2015. Disponible em: <www.newcoldwar.org/interview-with-boris-kagarlitsky-on-ukraine-march>.
- KATZ, Claudio. "Intercambio desigual en América Latina", *Problemas del Desarrollo*, México, n. 79, outubro-dezembro de 1989.
- _____. "Discutiendo la mundialización", *Razón y Revolución*. Buenos Aires: n. 5, outono, 1999.
- _____. "Sweezy: los problemas del estancacionismo", Taller. Revista de sociedad, cultura y política, Buenos Aires, vol. 5, n. 15, abril, 2001.
- _____. "Argumentos pela palestina", *Revista Outubro*, São Paulo, n. 15, junho, 2007.
- _____. "Ernest Mandel y la teoría de las ondas largas", *Mundo Siglo XX*, México, outono, n. 14, 2008.
- _____. *La economía Marx hoy seis debates teóricos*. Madri: Maia Ediciones, 2009.
- _____. *Bajo el imperio del capital*. Buenos Aires: Luxemburg, 2011.
- _____. *Neoliberalismo, Neodesarrollismo, Socialismo*. Buenos Aires: Batalla de Ideas, 2015.
- _____. "El tormentoso debut de Trump", La página de Claudio Katz, 2 de fevereiro de 2017. Disponible em: <www.lahaine.org/katz>.
- KAUTSKY, Karl. *El camino al poder*. México: Siglo XXI, 1978.
- _____. "Germany, England and world-policy (May 1900)", "The war in South Africa (November 1899)", *Discovering Imperialism: Social Democracy to World War I*. Leiden: Brill Academic Publishers, 2011a.
- _____. "Imperialism (September 1914)", *Discovering Imperialism: Social Democracy to World War I*. Leiden: Brill Academic Publishers, 2011b.

- KAYE, Harvey J. *Los historiadores marxistas británicos*. Universidad de Zaragoza, 1989.
- KOHAN, Néstor. *Marx en su (Tercer) Mundo: hacia un socialismo no colonizado*. Buenos Aires: Biblos, 1998.
- _____. *Nuestro Marx*, Caracas, 2011.
- KORNBLIHTT, Juan “Del socialismo al estatismo capitalista. Debate sobre la teoría de la dependencia con Ruy Mauro Marini”, *Razón y Revolución*, 11 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://razonyrevolucion.org/del-socialismo-al-estatismo-capitalista-debate-sobre-la-teoria-de-la-dependencia-con-ruy-mauro-marini/>>.
- _____. “La unidad mundial en El Capital de Marx y la apariencia de la superación del capitalismo a nivel nacional”, Colóquio Internacional Marx e o marxismo 2017: *De O capital à Revolução de Outubro*, 2017.
- KOWALEWSKI, Zbigniew Marcin. “Impérialisme russe”, *Inprecor*, n. 609-610, outubro-dezembro, 2014.
- KRÄTKE, Michael R. “Rosa Luxemburg: Her analysis of Imperialism and her contribution to the critique of political economy”, março, 2007a. Disponível em: <http://www2.chuo-u.ac.jp/houbun/sympo/rosa_confe2007/pdf/papers/Kratke.pdf>.
- _____. “On the history and logic of Modern capitalism: the legacy of Ernest Mandel”, *Historical Materialism*, n. 15, 2007b.
- LACLAU, Ernesto. “Feudalismo y capitalismo en América Latina”, *Modos de Producción en América Latina, Cuadernos de Pasado y Presente*, Buenos Aires, n. 40, 1973.
- LASTRA, Facundo. “La teoría marxista de la dependencia y el planteo de la unidad mundial. Contribución a un debate en construcción”. *Cuadernos de Economía Crítica*, 2018.
- LENIN, Vladimir. *Obras Escogidas*. Moscow: Editorial Progreso, 1973.
- _____. Balance de una discusión sobre el derecho de las naciones a la autodeterminación (julho de 1916). Buenos Aires: Anteo, 1974a.
- _____. Balance de una discusión sobre el derecho de las naciones a la autodeterminación (julho de 1916). Buenos Aires: Anteo, 1974b.
- _____. *El imperialismo, fase superior del capitalismo*. Buenos Aires: Quadrata, 2006.
- LIPIETZ, Alain. *Espejismos y milagros: problemas de la industrialización en el Tercer Mundo*. Bogotá: Editores Tercer Mundo, 1992.
- LOONG YU, Au. “China’s Rise: Strength and Fragility”, *International view point*. 2015. Disponível em: <www.internationalviewpoint.org/spip.php?article3936>.
- LÓPEZ HERNÁNDEZ, Roberto. “La dependencia a debate”, *Latinoamérica*, México, n. 40, janeiro de 2005.
- LÓPEZ SEGRERA, Francisco. “A revolução cubana e a teoria da dependência: Ruy Mauro Marini como fundador”. In: VALENCIA, Adrián Sotelo e MARTINS, Carlos Eduardo. *A América Latina e os desafios da globalização*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- LOWY, Michael ¿Patrias o planeta? Rosário: Homo Sapiens, 1998.
- LOWY, Michael e Enzo Traverso. “The Marxist Approach to the National Question: A interpretation”, *Science and Society*, vol. 54, n. 2, 1990.
- LUCE, Mathias Seibel. “A economia política do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: uma história conceitual”, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, julho de 2011.
- _____. “Sub-imperialism, the highest stage of dependent capitalism”, In: *BRICS: An Anti-Capitalist Critique*. Chicago: Haymarket, 2015.
- LUXEMBURG, Rosa. *La acumulación del capital*. Buenos Aires, (sin datos editoriales), 1968.
- _____. *Textos sobre la cuestión nacional*. Madri: Ediciones de la Torre, 1977.
- _____. *Obras escogidas*, Ediciones digitales Izquierda Revolucionaria, abril de 2008.
- _____. Morocco (August 1911), In: *Discovering Imperialism: Social Democracy to World War I*. Leiden: Brill Academic Publishers, 2011.
- LVOVICH, Daniel. *De la determinación a la imaginación: las teorías marxistas del nacionalismo. Una interpretación*. Buenos Aires: FLACSO, 1997.
- MACHADO, João Borges Neto. “Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual”, *Crítica Marxista*, n. 33, 2011.

- MAGDOFF, Harry. "La obra de Paul Baran". In: *Paul Baran el hombre y su obra*. Madrid: Siglo XXI, 1971.
- MAGDOFF, Harry. *La era del imperialismo*. Serie del Ciclo Básico. Montevideo, 1972.
- MANDEL, Mandel. *Traite d'Economie marxiste*. Tomo II. Paris: Maspero, 1969a.
- MANDEL, Ernest. Las leyes del desarrollo desigual, em Ensayos sobre el neocapitalismo, México: Era, 1969b.
- _____. *Ensayos sobre el neocapitalismo*. México: ERA, 1971a.
- _____. *La acumulación originaria y la industrialización del tercer mundo*. Ensayos sobre el neocapitalismo. México: ERA, 1971b.
- _____. "Comentario". In: *Clases sociales y crisis política en América Latina*. México: Siglo XXI, 1977.
- _____. *El capitalismo tardío*. México: ERA, 1978.
- _____. *El pensamiento de León Trotsky*. Barcelona: Fontamara, 1980.
- _____. *Trotsky: teoría y práctica de la revolución permanente*. México: Siglo XXI, 1983.
- _____. *El capital*. Cien años de controversias. México: Siglo XXI, 1985.
- _____. *Semicolonial countries and semindustrialized dependent countries*. New York: New International, 1986.
- _____. *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã editora, 1995.
- _____. "Capitalismo internacional en crisis" ¿Qué sigue?" *Hojas Económicas*, n. 5, ano 4, fevereiro de 1996.
- MANDEL, Ernest, JABER, A. *Sobre el nuevo capital financeiro árabe e iraní*. Colección Cuadernos de Coyoacán n. 2. México: El Caballito, 1978.
- MANZANERA SALAVERT, Miguel "Sobre plusvalía relativa y ganancias extraordinarias. Contestación a Rolando Astarita", Rolando Astarita [Blog], 18 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://rolandoastarita.wordpress.com>>.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Biblioteca Amauta, 1984.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: ERA, 1973.
- _____. "La pequeña-burguesía y el problema del poder". *El reformismo y la contrarrevolución*. Estudios sobre Chile. México: ERA, 1976a.
- _____. "Dos estrategias en el proceso chileno". *El reformismo y la contrarrevolución*. Estudios sobre Chile. México: ERA, 1976b.
- _____. "Razones del neo-desarrollismo", *Revista Mexicana de Sociología*. México: vol. XL, 1978.
- _____. "Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital", *Cuadernos Políticos*, n. 20, México, abril-junho, 1979.
- _____. "Sobre el patrón de reproducción de capital em Chile", *Cuadernos CIDAMO*, México, n. 7, 1982.
- _____. "La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil", *Subdesarrollo y revolución*. Siglo XXI, 1985.
- _____. "Memoria", Ruy Mauro Marini, escritos. 1991. Disponível em: <www.marini-escritos.unam.mx/>.
- _____. "La crisis teórica". In: *América Latina: integración y democracia*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993.
- _____. "La crisis del desarrollismo", Ruy Mauro Marini, escritos. 1994. Disponível em: <www.marini-escritos.unam.mx/>.
- _____. *Procesos y tendencias de la globalización capitalista*. Buenos Aires: Prometeo, 1996.
- _____. "En torno a Dialéctica de la dependencia". In: *Proceso y tendencias de la globalización capitalista*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- _____. "La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil". In: *Proceso y tendencias de la globalización capitalista*. Buenos Aires: CLACSO, 2007a.
- _____. "La sociología latinoamericana: origen y perspectivas". In: *Proceso y tendencias de la globalización capitalista*. Buenos Aires: CLACSO-Prometeo, 2007b.
- _____. *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: CLACSO, 2008.

- _____. “O ciclo do capital na economia dependente”. In: *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. “En torno a la dialéctica de la dependencia. Post-Scriptum”, *Argumentos*. México: vol. 26, n. 72, maio-ago, 2013.
- MARTÍNEZ PEINADO, Javier. “La estructura teórica Centro/Periferia y el análisis del Sistema Económico Global: ¿obsoleta o necesaria?”. *Revista de Economía Mundial*, Huelva, n. 29, 2011.
- MARTINS, Carlos Eduardo “O pensamento social e a atualidade da obra de Ruy Mauro Marini”, 2001. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo236artigo6.pdf>.
- _____. “Andre Gunder Frank: el intelectual insurgente”, *C y E*, ano I, n. 2, primeiro semestre, 2009. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/>.
- _____. *Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- _____. “O pensamento social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI”, *Crítica Marxista*, n. 32, 2011b.
- _____. “El pensamiento de Ruy Mauro Marini y su actualidad para las ciencias sociales”, *Argumentos*, México, vol. 26, n. 72, 2013.
- MARX, Carlos. *Sobre el sistema colonial del capitalismo*. Buenos Aires: Ediciones Estudio, 1964.
- _____. *El manifiesto comunista*. Buenos Aires: Claridad, 1967.
- _____. *El capital*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.
- MARX, Carlos e Engels, Federico. *Materiales para la historia de América Latina*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 30, 1972.
- _____. *La guerra civil en los Estados Unidos*. Buenos Aires: La Rosa Blindada, 1973.
- _____. *Imperio y colonia*. Escritos sobre Irlanda. *Pasado y Presente*, México, n. 72, 1979.
- _____. *El porvenir de la comuna rural rusa*. México: Cuadernos de Pasado y Presente, 1980.
- MASSA, Andrei Chikhani. *Superexploração da força de trabalho, uma categoria em disputa*. Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, 2013.
- MATOS, Daniel. “La falacia del nuevo subimperialismo brasileño”, *Estrategia Internacional*, n. 25, janeiro, 2009.
- MENDONÇA, José Carlos. “Notas sobre o Estado no pensamento político de Ruy Mauro Marini”, *Revista História e Luta de Classes*, ano 5, n. 7, 2011.
- MERCATANTE, Esteban. “Los efectos de su apropiación parcial vía retenciones (2002-2008)”, *IPS Blog de debate*, dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.ips.org.ar/?p=1559>.
- _____. “Las venas abiertas del Sur”. *La izquierda diario*, 2016. Disponível em: <http://www.laizquierdadiario.com/ideasdeizquierda/las-venas-abiertas-del-sur-global/>.
- MILANOVIC, Branko. “Las cifras de la desigualdad mundial en las rentas. Historia y presente”. *Globalización y desarrollo*, n. 880, setembro-outubro, 2014.
- MILBERG, William, XIAO, Jiang y GEREFFI, Gary. “Industrial policy in the era 5 of vertically specialized industrialization”, *International Labour Organization*, 2014. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/lang-en/index.htm>.
- MILELLI, Christian. “L’émergence des firmes multinationales en provenance du ‘Sud’”. In: *La mondialisation, stade suprême du capitalisme. Hommage a Charles Albert Michalet*. Paris: Pu.Paris-10, 2013.
- MOMMER, Bernard. *La cuestión petrolera*. Caracas: Universidad Central de Venezuela y Trópikos, 1998.
- _____. *Venezuela. Política y petroleros*. El ingreso fiscal y la pobreza. Universidad Católica Andrés Bello, janeiro, 1999. Disponível em: <https://www.ucab.edu.ve/.../INV-IIESREV-024->.
- MORÁ CONTRERA, Jesús Alberto. “Renta de la tierra, renta petrolera y renta petrolera en Venezuela: su cuantía y significado”. 1987. Disponível em: <ncc.msinfo.info/bases/biblo/texto/BA/BA.12.08.pdf>.
- MORALES RUVALCABA, Daniel. “En las entrañas de los BRICS”, *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, vol. 2, n. 4, julho-dezembro, 2013.

- MOREANO, Alejandro. "Agustín Cueva hoy", *Entre la ira y la esperanza*. Buenos Aires: CLACSO-Prometeo, 2007.
- MOYO, Sam e YEROS, Paris. "Scramble, resistance and a new non-alignment strategy", *BRICS: An Anti-Capitalist Critique*. Chicago: Haymarket, 2015.
- MUNCK, Ronaldo. "Imperialism and dependency: recente debates and old dead ends", *Latin American Perspectives*, vol. 8, n. 3-4, janeiro, 1981.
- _____. "Marxism and nationalism in the era of globalization", *Capital and Class*, vol. 34, n. 1, fevereiro, 2010.
- MURUA, Gabriela. "Apresentação", *Revista Pensata*, vol. 3 n. 1, novembro, 2013.
- NASCIMENTO, Carlos Alves do; DILLENBURG, Fernando Frota e SOBRAL, Fábio Maia. "Exploração e superexploração da força de trabalho em Marx e Marini". In: Almeida Filho, N. *Desenvolvimento e Dependência*. Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.
- NEPOMUCENO, Eric. "El canceller del oportunismo". *Página 12*, 25 de maio, 2016.
- NIEMEYER, Almeida Filho. "O debate atual sobre a dependência". *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 16, junho, 2005.
- NIMNI, Ephraim. "Marx, Engels and the National Question", *Science and Society*, vol. 53, n. 3, 1989.
- NOVACK, George. *La ley del desarrollo desigual y combinado de la sociedad*. Bogotá: Editorial Pluma, 1974.
- O'BRIEN, Patrick. "Global economic history as the accumulation of capital through of combine and uneven development", *Historical Materialism*, n. 15, 2007.
- OSORIO, Jaime. "América Latina, entre la explotación y la actualidad de revolución", *Herramienta*, n. 35, 2007.
- _____. "Dependência e superexploração". In: *A América Latina e os desafios da globalização*, São Paulo: Boitempo, 2009a.
- _____. *Explotación redoblada y actualidad de la revolución*. México: ITACA-UAM, 2009b.
- _____. "Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica". In: *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. "Fundamentos de la superexplotación". *Razón y Revolución*. Buenos Aires, n. 25, 2013a.
- _____. "Sobre dialéctica, superexplotación y dependencia", *Argumentos*, México, vol. 26, n. 72, maio-ago, 2013b.
- _____. "La teoría marxista de la dependencia revisitada", *Viento sur*, 22 de março, 2017. Disponível em: <vientosur.info/spip.php?article12379>.
- OURIQUES, Nildo. "Andre G. Frank: A genial trajetória de um intelectual antiacadêmico", Instituto de Estudos Latinoamericanos, UFSC, 7 de junho de 2005. Disponível em: <www.iela.ufsc.br>.
- PANITCH, Leo e GINDIN, Sam. "American empire or empire of global capitalism?", *Studies in Political Economy*, n. 93, primavera, 2014.
- _____. "BRICS, the G20 and the American Empire", *BRICS: An Anti-Capitalist Critique*, Chicago, Haymarket, 2015.
- PENSTON, Kilembe e BUSEKESE, Matthews. *Re-visioning marxism in world politics*, Malmo, Malmo University, 2010. Disponível em: <https://muep.mau.se/bitstream/handle/2043/10224/RE-VISIONING_MARXISM_IN_WORLD_POLITICS.pdf>.
- PEÑA, Miliciades. *Historia del pueblo argentino*. Buenos Aires: Emecé, 2012.
- PETRAS, James. "The foundation of the US Empire: Axes of Evil", julho de 2014. Disponível em: <http://petras.lahaine.org/?p=1995>.
- PIKETTY, Thomas. *Le capital au XXIe siècle*. Seuil, 2013.
- PORTES, Alejandro. *El desarrollo futuro de América Latina: neoliberalismo, clases sociales y transnacionalismo*. Bogotá: Antropos, 2004.
- POST, Charles. *The American Road to Capitalism*. Boston: Brill, 2011.
- POZO-MARTIN, Gonzalo. "Russia's neoliberal imperialism and the Eurasian challenge", *BRICS: An Anti-Capitalist Critique*. Chicago: Haymarket, 2015.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. "A trajetória de Agustín Cueva", *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 6 n.16, setembro-dezembro, 1992.

- PREBISCH, Raúl. “Notas sobre el intercambio desigual desde el punto de vista periférico”, *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 28, abril, 1986.
- PRESUMEY, Vincent. “Les impérialismes au miroir de la crise ukrainienne”, *Inprecor*, n. 611, 2014.
- PRITCHETT, Lant. “Divergence, Big Time Journal of Economic Perspectives”, 11(3): 3-17, 1997.
- PROYECT, Louis. “Bill Warren’s folly”, Louis Project: The Unrepentant Marxist, 18 de novembro de 2008. Disponível em :<louisproject.wordpress.com>.
- PUIGGRÓS, Rodolfo. “Los modos de producción en Iberoamérica”. México: Gallo Ilustrado-El Día, 1965.
- RADICE, Hugo. *Halfway to Paradise? Making Sense of the Semiperiphery, Globalization and the New Semi-Peripheries*, Palgrave Macmillan, 2009.
- RAO, Nagesh. “When Marx Looked Outside Europe”, *International Socialist Review*, setembro-outubro, 2010.
- ROBINSON, William I. “Globalization and the sociology of Immanuel Wallerstein: A critical appraisal”, *International Sociology*, 1-23, 2011.
- _____. “The fetishism of empire: a critical review of Panitch and Gindins’s making of global capitalism”, *Studies in Political Economy*, n. 93, primavera, 2014.
- RODRIGUES, Lucas. “Transferência de Valor e Desenvolvimento Desigual: uma Análise Comparada”, *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 35, julho, 2017.
- RODRIG, Dani. “The Past, Present, and Future of Economic Growth”, Working Paper 1, Global Citizen Foundation, junho, 2013.
- ROSDOLSKY, Román. *Génesis y estructura de El capital*. México: Siglo XXI, 1979.
- _____. *El problema de los pueblos sin historia*. Barcelona: Fontamara, 1981.
- ROSENBERG, Justin. “Basic problems in the theory of uneven and combined development: a reply to the CRIA fórum”, *Cambridge Review of International Affairs*, vol. 22, n. 1, março, 2009.
- ROUSSET, Pierre. “China: Un imperialismo en construcción”, *Viento Sur*, 15 de julho de 2014.
- ROZHIN, Boris. “Un año después: la izquierda y Maidán”, *Rebelión*, 24 de abril de 2015. Disponível em :<www.rebelion.org>.
- RUIZ ACOSTA, Miguel A. “Devastación y superexplotación de la fuerza de trabajo en el capitalismo periférico: una reflexión desde América Latina”, *Razón y Revolución*, Buenos Aires, n. 25, 1º semestre de 2013.
- SADER, Emir. “Ruy Mauro Marini, intelectual revolucionário”. In: *A América Latina e os desafios da globalização*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. “América Latina y la economía global. En diálogo con ‘Dialéctica de la dependencia’, Ruy Mauro Marini”. *Nueva Sociedad* 238, março-abril de 2012.
- SALAMA, Pierre. *El proceso de subdesarrollo*. México: ERA, 1981.
- _____. “Globalización comercial: desindustrialización prematura en América Latina e industrialización en Asia”, *Comercio Exterior*, vol. 62, n. 6, novembro-dezembro, 2012a.
- _____. “Amérique Latine, Asie une globalisation commerciale accompagnée d’une redistribution des cartes”, *Problèmes d’Amérique latine*, n. 85, verão, 2012b.
- _____. “Una globalización comercial acompañada de una nueva distribución cartográfica”, *Revista de Economía Institucional*, vol. 14, n. 27, segundo semestre, 2012c.
- _____. “Mutaciones, apogeo y nuevas dependências en América Latina”, *Realidad Económica*, n. 308, ano 46, 30 de junho de 2017a.
- _____. “Menos globalización: ¿marginación u oportunidad para América Latina?”, *Nueva Sociedad*, n. 271, setembro-outubro de 2017b.
- SALUDJIAN, Alexis; CARCANHOLO, Marcelo Dias; CORRÊA, Hugo Figueira e MIRANDA, Flávio Ferreira de. Marx’s theory of history and the question of colonies and non-capitalist world, Discussion Paper 015, 2013.
- SANTANA, Pedro Marques. “Um estudo sobre o conceito de superexploração do trabalho na obra de Ruy Mauro Marini”. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Bahia, 2012.

- SAVRAN, Sungur. "Turkey: Atlanticism versus Rabiism", *Socialist Project*, 2016. Disponible em: <<http://socialistproject.ca/bullet/1286.php>>.
- SCHORR, Martín; CASSINI, Lorenzo; GARCÍA, Gustavo Zanotti. Los caminos al desarrollo. Trayectorias nacionales divergentes en tiempos de globalización. *Documento de Investigación*, n. 29, 2017.
- SCHTEINGART, Daniel. "Comparación problemática", *Página 12*, 3 de outubro de 2016.
- SCHWARTZMAN, Kathleen. "Globalization from a World-System Perspective", *Journal of world-system research*, XII, II, 2006.
- SEBRELI, Juan José. *El asedio a la modernidad*. Buenos Aires: Sudamericana, 1992.
- SEMO, Emrique. *La crisis actual del capitalismo*. México: Cultura Popular, 1975.
- SENDER, John. "Introduction, Warren Bill", *Imperialism, pioneer of capitalism*, NLB/Verso, 1980.
- SERFATI, Claude. "La economía de la globalización y el ascenso del militarismo". Coloquio Internacional Imperio y Resistencias, México Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 6 de outubro de 2005.
- SLEE, Chris. "Are Russia and China imperialist powers?", 7 de abril de 2014. Disponible em: <<http://links.org.au/node/3795>>.
- SMITH, Ashley. "Global empire or imperialism?", *International Socialist Review*, n. 92, primavera, 2014.
- SMITH, John. *Imperialism & the Globalisation of Production*. Sheffield: University of Sheffield, 2010.
- SMITH, Tony. "The underdevelopment of development literature: the case of dependency theory". *World Politics*, vol. 31, n. 2, janeiro de 1979.
- SOLORZA, A. Sebastián Hdez, DEYTHA MON, Alan A. "Crítica a la interpretación que hace Rolando Astarita de la plusvalía extraordinaria", *Revista de Economía Crítica*, n. 18, segundo semestre, 2014.
- SOTELO VALENCIA, Adrián. "Dependencia y sistema mundial: ¿convergencia o divergencia?", *Rebelión*, 4 de setembro de 2005. Disponible em: <www.rebellion.org/noticia>.
- _____. *Los rumbos del trabajo: Superexplotación y precariedad social en el siglo XXI*, México: Porrúa, 2012.
- _____. "Capitalismo contemporáneo en el horizonte de la Teoría de la Dependencia", *Argumentos*, vol. 26 n. 72, México, maio-agosto de 2013.
- _____. "La Crisis de los Paradigmas y la Teoría de la Dependencia en América Latina", *Rebelión*, 2015a. Disponible em: <<http://www.rebellion.org/docs/15161.pdf>>.
- _____. *Sub-Imperialism Revisited: Dependency Theory in the Thought of Ruy Mauro Marini*. Brill, 2015b.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. "¿Una tercera guerra mundial?", *Página 12*, 30 de dezembro de 2014.
- STAROSTA, Guido; CALIGARIS, Gastón. *Trabajo, valor y capital*. Universidad de Quilmes, 2017.
- STUTJE, Jan Wilem. "Concerning Der Spatkapitalismus: Mandel's Quest for a synthesis of Late Capitalism", *Historical Materialism* 15, 2007.
- SUTCLIFFE, Bob. "Marxism and development, chapter 11", *International Handbook of Development Economics*, vol. 1-2, Edward Elgar Publishing, 2008.
- SWEEZY, Paul. "Sobre la teoría del capitalismo monopolista". In: *El capitalismo moderno y otros ensayos*. México: Nuestro Tiempo, 1973a.
- _____. *Teoría del desarrollo capitalista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973b.
- _____. "Comentario crítico, Contra-réplica". In: *La transición del feudalismo al capitalismo*. Buenos Aires: Ediciones La Cruz del Sur, 1974.
- SWEEZY, Paul; BARAN, Paul. *El capital monopolista*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.
- SWEEZY, Paul e MAGDOFF, Harry. "The crisis of American Capitalism", *The deepening crisis of U.S. Capitalism*, *Monthly Review Press*, 1981.
- SZENTES, Tamás. *La economía política del subdesarrollo*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1984.

- THALHEIMER, August. “Linhas e conceitos básicos da política internacional após a II guerra mundial”, 1946. Disponível em: <www.centrovictormeyer.org.br/>.
- THERBORN, Göran. “Time, space, and their knowledge”, *Journal of World-Systems Research*, vol. XI, n. 2, verão-outono, 2000.
- TINAJERO, Fernando. “Agustín Cueva o la lucidez apasionada”, Agustín Cueva. Ensayos Sociológicos y Políticos. Quito: Ministerio de Coordinación de la Política y Gobiernos Autónomos Descentralizados, fevereiro, 2012.
- TISSIER, P. L. “L’industrialisation dans huit pays asiatiques depuis la fin de la Seconde Guerre Mondiale”, *Critiques de l’Economie Politique*, Paris, n. 14, janeiro-março, 1981.
- TRASPADINI, Roberta. “Ruy Mauro Marini e a Teoria Marxista da Dependência”, *Pensata*, vol. 3, n.1, novembro, 2013.
- TRIMBERGER, Ellen Kay. World systems analysis, the problem of unequal development, *Theory and Society*, 1979.
- TROMPÍZ VALLÉS, Humberto. “Bernard Mommer y la cuestión petrolera”, *Aporrea*, 9 de abril de 2013. Disponível em: <<https://www.aporrea.org/energia/a163048.htm>>.
- TROTSKY, León. *Historia de la Revolución Rusa*, tomo I. México: Juan Pablo Editor, 1972.
- _____. *Tres concepciones de la revolución rusa*. Resultados y perspectivas. Buenos Aires: El Yunque, 1975.
- _____. La teoría de la revolución permanente. Buenos Aires: CEIP, 2000.
- VALENZUELA, Feijoo J. “Sobreexplotación y dependencia”, *Investigación Económica*, México, n. 221, julho-setembro, 1997.
- VAN DER LINDEN, Marcel. “The ‘law’ of uneven and combined development”, *Historical Materialism*, n. 15, 2007.
- VITALE, Luis. “Los períodos de transición en la historia económica y social de América Latina”, *Seminario de Historia de Latinoamérica*, 1981. Disponível em: <http://mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/lb/filosofia_y_humanidades/vitale/obras/sys/dth/d.pdf>.
- _____. “Modos de producción y formaciones sociales en América Latina”, 1984. Disponível em: <www.mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/>.
- _____. *Introducción a una teoría de la historia para América Latina*. Buenos Aires: Planeta, 1992.
- _____. “Hacia El Enriquecimiento de la teoría del desarrollo desigual”, *Estrategia Internacional*, Buenos Aires, n. 16, inverno, 2000.
- VVAA. Los cuatro primeros congresos de la Internacional Comunista. Primeira Parte, Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- Wallerstein, Immanuel. *El moderno sistema mundial*, tomo I, México: Siglo XXI, 1979.
- _____. *El moderno sistema mundial*, volumen II. El mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea, 1600-1750. México: Siglo XXI, 1984.
- _____. *Marx y el subdesarrollo*. Zona Abierta, Madri, n. 38, 1986.
- _____. El capitalismo histórico. México: Siglo XXI, 1988.
- _____. “Marx, Marxism-Leninism, and Socialist experiences in Modern World System”, Fernand Braudel Center, Seúl, 25 de outubro de 1989.
- _____. “Revolution as strategy and tactics of transformation”, Fernand Braudel Center, Amherst, 12 de novembro de 1992.
- _____. *El moderno sistema mundial*, vol. III, Madri: Siglo XXI, 1999a.
- _____. *Chiapas y la historia de los movimientos anti-sistémicos*. Madri: El Viejo Topo, 1999b.
- _____. “Los intelectuales en una era de transición”, *Um mundo incierto*. Buenos Aires: Del Zorzal, 2002.
- _____. *Capitalismo histórico y movimientos anti-sistémicos: um análisis de sistemas-mundo*. Madrid: Akal, 2004.
- _____. *Análisis de sistemas-mundo, una introducción*. México: Siglo XXI, 2005.
- _____. “Frank demuestra el milagro europeo”, *Revista Mundo Siglo XXI*, n. 7, inverno de 2006-07.
- _____. “Remembering Andre Gunder Frank”, *Monthly Review*, vol. 60, n. 2, junho, 2008.
- _____. *The Modern World-System*, vol. I. Berkeley: University of California Press, 2011.

- _____. “Nenhum sistema é para sempre”, 12 de novembro de 2012a. Disponível em: <www.outraspalavras.net>.
- _____. “Reflections on an Intellectual Adventure”, *Contemporary Sociology* 41, 1, ASA, 18 de janeiro, 2012b.
- _____. “E se não houver saída alguma?”, 17 de agosto de 2012c. Disponível em: <www.outraspalavras.net>.
- _____. “Retrospective on the Origins of World-Systems Analysis, Interview”, *American Sociological Association*, vol. 19, n. 2, 2013.
- _____. “Estancamiento secular”, *La Jornada*, 2016. Disponível em: <www.jornada.unam.mx/2016/09/25>.
- WARREN, Bill. *Imperialism, pioneer of capitalism*. Londres, NLB/Verso, 1980.
- WOLF, Eric. *Europa y la gente sin história*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- WOOD, Ellen Meiksins. *The origin of capitalism*. Londres: Verso, 2002.
- _____. “A reply to critics”, *Historical Materialism*, vol. 15, n. 3, 2007.
- WORSLEY, Peter. “One world or three? A Critique of the World-System Theory or Immanuel Wallerstein”, *The Socialist Register*, 1980.
- ZIBECHI, Raúl. “China y Rusia: Las locomotoras del nuevo orden mundial”, 28 de janeiro de 2014. Disponível em: <<http://www.alainet.org/es/active/79077>>.
- _____. “Brasil. ¿El nuevo imperialismo?”, *La vaca*, 4 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://www.lavaca.org/libros/brasil-el-nuevo-imperialismo/>>.

Websites

Razón y revolución
<http://razonyrevolucion.org>
Instituto del Pensamiento Socialista
<http://www.ips.org.ar>
The Marxism Mailing List
<http://www.marxmail.org>
Sin permiso
<http://www.sinpermiso.info>
Truthout
<http://www.truth-out.org>
Social Network Unionism
<https://snuproject.wordpress.com>